



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

ERRATA RESOLUÇÃO Nº 55.2022 - CONSUP

ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 55/2022-CONSUP/IFAP, de 5/7/2022, que aprovou a Revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2019/2023), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

Onde Consta:

Anexo na resolução Resolução 55/2022 - CONSUP/RE/IFAP.

Passará a Constar:

Novo anexo na Errata 55/2022-CONSUP/IFAP.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida, PRES. CONS - CONSUP**, em 14/09/2022 16:12:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/09/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 43474

Código de Autenticação: 33baad7277



A stylized bird logo, possibly a toucan, with a large yellow beak and a red and yellow body, set against a green background with a pattern of small circles.

PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

IFAP · 2019 - 2023

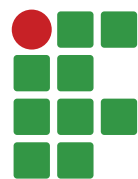


**INSTITUTO
FEDERAL**
Amapá

PDI

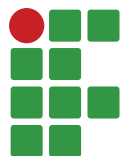
PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

IFAP • 2019 - 2023



INSTITUTO FEDERAL

Amapá



INSTITUTO FEDERAL

Amapá

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI IFAP 2019-2023

REITORIA DO IFAP

REITORA

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

CHEFE DE GABINETE

Karina Pingarilho Paschoalin

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Romaro Antônio Silva

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Erika da Costa Bezerra

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Layana Costa Ribeiro Cardoso

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Diogo Branco Moura

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Tatiane Vaz de Sales Cardoso

DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Adrielma Nunes Ferreira Bronze

DIRETOR DE ENSINO A DISTÂNCIA

Marcos Araújo de Almeida

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Marco Rogério da Silva Pantoja

DIRETOR DE ENGENHARIA

Nil Clinton Côrte Costa

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS MACAPÁ

Márcio Getúlio Prado de Castro

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SANTANA

Marlon de Oliveira Nascimento

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS LARANJAL DO JARI

Marianise Paranhos Pereira Nazário

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PORTO GRANDE

Lutemberg Francisco de Andrade Santana

DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE

Eliel Cleberson da Silva Nery

COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA

EAD PEDRA BRANCA DO AMAPARI

José Leonilson Abreu da Silva Junior

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PDI IFAP 2019 - 2023

COMISSÃO CENTRAL

Portaria nº 1.624 de 6 de setembro de 2018, alterada
pela Portaria nº 1.910 de 24 de outubro de 2018

Erika da Costa Bezerra
Presidente da Comissão

Membros

Alessandro Silva Souza Oliveira
André Lima Martins
Dejildo Roque de Brito
Diego Aparecido Belo Cabral da Silva
Diogo Branco Moura
Enilson Evangelista Souza de Almeida
Éverton de Sousa Vieira
Ivan Gomes Pereira
Layana Costa Ribeiro Cardoso
Manoel José Magalhães da Silva
Maria Gleiciane de Lima Valente
Marco Johnny de Oliveira do Nascimento
Marco Rogério da Silva Pantoja
Marcos Araújo de Almeida
Nil Clinton Côrte Costa
Priscilla Arruda Soares
Romaro Antônio Silva
Rudá Tavares Magalhães
Tatiane Vaz de Sales Cardoso
Themistocles Raphael Gomes Sobrinho

Revisores de Texto

Bruno Sérvulo da Silva Matos
Elieenai Moraes Barbosa
Jorlaíne Monteiro Girão de Almeida
Josiane Silveira Coimbra
Lilian Lobato do Carmo
Mábia Nunes Toscano
Mônica do Socorro de Jesus Chucre
Rita de Cássia Medeiros Borges
Teresinha Rosa de Mescouto

COMISSÃO REVISÃO

Portaria Nº 590/2021 - GAB/RE/IFAP

Membros

Karina Pingarilho Paschoalin
Géssica de Almeida Leal
Shirlene Ferreira Valente
Romaro Antonio Silva
Welber Carlos Andrade da Silva
Diego Aparecido Belo Cabral Da Silva
Themistocles Raphael Gomes Sobrinho
Priscilla Arruda Soares
Maria de Nazaré da Silva Barreto
Victor Hugo Gomes Sales
Gilceli Chagas Moura
Ana Paula Almeida Chaves
Sabrina Gama dos Santos
Marco Rogério da Silva Pantoja
Robson Luiz Silva Souza
Clauria Rodrigues Brito de Souza
Raoni Batista de Sousa
Patrícia Paranhos Barbosa

Projeto Gráfico

André Lima Martins
Ivan Gomes Pereira

Diagramação

Ivan Gomes Pereira

LISTA DE SIGLAS

ALCMS Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.
APL Arranjos Produtivos Locais
BSC Balanced Scored Card.
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CEB Câmara de Educação Básica
CEFETS Centros Federais de Educação Tecnológica.
CET Comissão de Ética
CGRC Comitê de Governança, Riscos e Controle
CNE Conselho Nacional de Educação.
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CODIR Colégio de Dirigentes
CONIF Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
CONSEPE Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUP Conselho Superior.
CPA Comissão Própria de Avaliação.
CPPD Comissão Permanente de Progressão Docente.
DEICE Departamento de Informação, Comunicação e Eventos.
DIEAD Direção de Educação à Distância.
DIEN Direção de Ensino.
DINST Diretoria de Desenvolvimento Institucional.
DITI Diretoria de Tecnologia da Informação.
EAD Ensino a Distância.
EJA Educação de Jovens e Adultos.
ENEM Exame Nacional do Ensino Médio.
EPT Educação Profissional e Tecnológica.
ETFAP Escola Técnica do Amapá.
FIC Formação Inicial e Continuada.
FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
FORPLAN Fórum de Pró-reitores de Administração.
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
IES Instituição de Ensino Superior.

IF Instituto Federal.

IFAP Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

IFDM Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LIBRAS Língua Brasileira de Sinais.

LOA Lei Orçamentária Anual.

MEC Ministério da Educação.

MERCOSUL Mercado Comum do Sul.

NAPNE Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas.

NIT Núcleo de Inovação Tecnológica.

NTA Núcleo de Tecnologia Assistiva.

OCC Orçamento de Custeio e Capital.

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional.

PDE Plano de Desenvolvimento da Educação.

PDSA Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá.

PIB Produto Interno Bruto.

PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

PIBID Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

PLQA Projeto de Lei do Orçamento Anual.

PNAES Programa Nacional de Assistência Estudantil.

PNL Plataforma Nilo Peçanha.

PNMM Programa Nacional Mulheres Mil.

PPGEA Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental.

PPI Projeto Pedagógico Institucional.

PPP Projeto Político Pedagógico.

PROAD Pró-Reitoria de Administração.

PROEJA Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PROEJA Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PROEN Pró-Reitoria de Ensino.

PROEXT Pró-Reitoria de Extensão.

PROGEP Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico.

PROPESQ Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

SDH/PR Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SEPLAN Secretaria de Planejamento Amapá.
SETEC Secretaria de Ciência e Tecnologia.
SIAPE Sistema de Pessoal da Administração Federal.
SIASS Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor.
SIC Sistema de Informações ao Cidadão.
SICAJ Sistema de Cadastro de Ações Jurídicas.
SIGAC Sistema de Gestão de Acesso.
SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.
SISAC Sistema de Controle de Ações de Comunicação.
SISU Sistema de Seleção Unificada.
SISTEC Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.
SUAP Sistema Unificado de Administração Pública.
TAE Técnico-Administrativos em Educação.
TAM Termo de Acordo de Meta.
TGA Tecnologia em Gestão Ambiental.
UAB Universidade Aberta do Brasil.
UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Número de Matrículas por modalidade de Ensino em 2017

Tabela 02: Total de vagas, inscritos e ingressantes em 2017

Tabela 03: Relação do Número de Ingressantes com o Número de Concluintes

Tabela 04: Índices de Evasão por modalidade de Curso

Tabela 05: Regime de Trabalho e Vínculo com a Administração Pública

Tabela 06: Gasto Corrente por Matrícula em 2017

Tabela 07: Perfil do Corpo Docente por Regime de Trabalho

Tabela 08: Formação do Corpo Docente

Tabela 09: Perfil dos Técnicos Administrativos

Tabela 10: Formação dos Técnicos Administrativos

Tabela 11: Aceleração da Promoção Docente

Tabela 12: Carga Horária Necessária para cada Progressão

Tabela 13: Nível de Escolaridade Formal Superior ao Previsto para o Exercício do Cargo

Tabela 14: Admissão de Servidores

Tabela 15: Compromisso com Processo Seletivo 2019 – 2023

Tabela 16: Compromisso com a Assistência Estudantil 2019 – 2023

Tabela 17: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Laranjal do Jari

Tabela 18: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Macapá

Tabela 19: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Porto Grande

Tabela 20: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Santana

Tabela 21: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Laranjal do Jari

Tabela 22: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Macapá

Tabela 23: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Porto Grande

Tabela 24: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Santana

Tabela 25: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Pólo Amapá

Tabela 26: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

Tabela 27: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Macapá

Tabela 28: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

Tabela 29: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Porto Grande

Tabela 30: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Santana

Tabela 31: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Avançado Oiapoque

Tabela 32: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

Tabela 33: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Macapá
Tabela 34: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Porto Grande
Tabela 35: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Santana
Tabela 36: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Avançado Oiapoque
Tabela 37: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Centro de Referência Pedra Branca do Amapari
Tabela 38: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Santana
Tabela 39: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Polo Amapá
Tabela 40: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Laranjal do Jari
Tabela 41: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Macapá
Tabela 42: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Porto Grande
Tabela 43: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Avançado Oiapoque
Tabela 44: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari
Tabela 45: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Macapá
Tabela 46: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Porto Grande
Tabela 47: Pós-Graduação Stricto Sensu, Presencial, Campus Santana
Tabela 48: Perfil do Corpo Docente por Regime de Trabalho
Tabela 49: Formação do Corpo Docente
Tabela 50: Perfil dos Técnicos-Administrativos
Tabela 51: Aceleração da Promoção Docente
Tabela 52: Carga Horária necessária para cada progressão
Tabela 53: Nível de Escolaridade Formal Superior ao Previsto para o Exercício do Cargo
Tabela 54: Plano de Expansão do Quadro Docente e Técnico-Administrativos
Tabela 55: Orçamento e cronograma de execução 2014 – 2018
Tabela 56: Previsão Orçamentária e cronograma de execução 2019 - 2023

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Marcos Históricos do IFAP

QUADRO 02: Matrículas em Macapá e Laranjal do Jari em 2017

QUADRO 03: IFDM dos Municípios do Amapá

QUADRO 04: Relação entre eixos e dimensões SINAES e eixos e dimensões IFAP

QUADRO 05: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Planejamento e Avaliação

QUADRO 06: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

QUADRO 07: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Comunicação com a Sociedade

QUADRO 08: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas para o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-graduação

QUADRO 09: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas de Atendimento ao Discente

QUADRO 10: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas de Gestão de Pessoas

QUADRO 11: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Gestão Administrativa

QUADRO 12: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Governança, Risco e Controle

QUADRO 13: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Engenharia e Infraestrutura

QUADRO 14: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Sustentabilidade Financeira

QUADRO 15: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular Presencial

QUADRO 16: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos Presencial

QUADRO 17: Cursos Técnicos Subsequente EaD e Presencial

QUADRO 18: Cursos Superiores EaD e Presencial

QUADRO 19: Cursos de Formação Inicial e Continuada

QUADRO 20: Pós-Graduação Lato Sensu EaD e Presencial

QUADRO 21: Pós-Graduação Stricto Sensu Presencial

QUADRO 22: Infraestrutura de Obras Reitoria

QUADRO 23: Infraestrutura de Obras Campus Laranjal do Jari

QUADRO 24: Infraestrutura de Obras Campus Macapá

QUADRO 25: Infraestrutura de Obras Campus Porto Grande

QUADRO 26: Infraestrutura de Obras Campus Santana

QUADRO 27: Infraestrutura de Obras Campus Avançado Oiapoque

QUADRO 28: Infraestrutura de Obras Campus Pedra Branca do Amapari

QUADRO 29: Quadro Consolidado de Obras IFAP

QUADRO 30: Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Macapá

QUADRO 31: Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Porto Grande

QUADRO 32: Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Santana

QUADRO 33: Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Oiapoque

QUADRO 34: Probabilidade e Gradualidade Risco

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Percentual de Participação do Número de matrículas em 2017

GRÁFICO 02: Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes / Alunos em situação final

GRÁFICO 03: Titulação do Quadro Docente do IFAP em 2017

GRÁFICO 04: Gastos com Pessoal do IFAP

GRÁFICO 05: Investimentos realizados no IFAP

GRÁFICO 06: Perfil Socioeconômico da Clientela – Cor/Raça (2017)

GRÁFICO 07: Perfil Socioeconômico da Clientela – Renda Familiar per Capita (2017)

GRÁFICO 08: Perfil Socioeconômico da Clientela – Idade e Sexo




LISTA DE FIGURAS



FIGURA 01: Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

FIGURA 02: Mapa do Amapá destacando as cidades com unidades do IFAP


FIGURA 03: Estrutura Organizacional do IFAP



SUMÁRIO





APRESENTAÇÃO	19
PALAVRA DA REITORA	20
 1 PERFIL INSTITUCIONAL	23
1.1 Histórico	26
1.2 Área de Abrangência	30
1.2.1 Contexto Geográfico	32
1.2.2 Contexto Social, Político e Econômico da Região	33
1.2.3 CONTEXTO INTERNACIONAL	34
1.2.4 Contexto Histórico e Cultural	36
1.2.5 Economia dos Municípios	36
1.2.6 Cenário Educacional no Amapá	38
1.3 Áreas de Atuação do IFAP	40
1.4. Finalidades e Competências	41
1.4.1. Princípios	41
1.4.2. Características e Finalidades	42
 2 PERFIL ESTRATÉGICO	46
2.1. Identidade Estratégica	47
2.2. Análise Situacional do IFAP	47
2.3. Eixos e Dimensões Estratégicas	60
2.4. Objetivos Estratégicos por Dimensão	62
2.5. Metas, Ações e Indicadores	64
 3 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	96
3.1 Estrutura Organizacional e instâncias de decisão	96
3.2 Organograma Institucional	97
3.3 Órgãos Colegiados: competências e composição	99
3.4 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas	100
3.5 Relações e Parcerias com a comunidade, instituições e empresas	101


 4 PLANO DE COMUNICAÇÃO VISUAL	106
4.1 Histórico	107
4.2 Princípios e valores da Comunicação Institucional	108
4.3 Competências e Atribuições da Comunicação Institucional	109
4.4 Gerenciamento da comunicação institucional	109
4.5 Segmentação da comunicação: canais e públicos	110
4.5.1 Canais	110
4.5.2 Canais de comunicação já existentes:	111
4.5.3 Canais de comunicação a serem implementados:	112
4.6 Públicos	112
4.7 Comunicação descentralizada	112
4.8 Comunicação Inclusiva	112
4.9 Eventos	113
4.10 Identidade Visual	113
4.11 Pesquisa	113
4.12 Serviço de Informação do Cidadão	113
 5 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	116
5.1 Princípios filosóficos e epistemológicos que norteiam a prática educativa do IFAP	116
5.2 Concepções teórico-metodológicas	118
5.3 Currículo, Ensino e Aprendizagem	121
5.4 Políticas de Ensino	123
5.4.1 Política de Ensino para Educação Profissional Técnica de Nível Médio	125
5.4.1.1 Diretrizes para os cursos técnicos de nível médio na forma Integrada, modalidade EJA	127
5.4.2 Políticas de Ensino para a Graduação	129
5.4.2.1 Dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura)	132
5.4.2.2 Dos cursos superiores de tecnologias	132
5.4.2.3 Dos cursos de licenciatura (formação de professores)	133
5.4.2.4 Dos cursos de bacharelado	133
5.4.3 Políticas e ações institucionais da Educação a Distância (EaD)	134

5.5 Políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	135
5.5.1 A Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	135
5.5.2 Diretrizes para a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica	137
5.5.3 Os eixos da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	138
5.5.3.1 Pesquisa	138
5.5.3.1.1 Princípios norteadores	139
5.5.3.1.2 Objetivos	140
5.5.3.2 Pós-Graduação	140
5.5.3.2.1 Princípios norteadores	141
5.5.3.3 Inovação	142
5.5.3.3.1 Princípios norteadores	144
5.5.3.3.2 Inovação Tecnológica	144
5.5.4 Ações da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	145
5.6 Políticas De Extensão	145
5.6.1 Diretrizes da Extensão:	146
5.6.2 Princípios da Extensão, que estruturam sua concepção e prática:	147
5.6.2.1 Áreas Temáticas	147
5.6.2.1.1 Programa:	148
5.6.2.1.2 PROJETO	148
5.6.2.1.4 Projetos Sociais	148
5.6.2.1.5 Projetos culturais	149
5.6.2.1.6 Curso	149
5.6.2.1.7 Eventos	150
5.6.2.1.8 Prestação de serviço	150
5.6.2.1.9 Estágio e Emprego	150
5.6.2.1.10 Visitas Técnicas	151
5.6.2.1.11 Egressos	151
5.6.2.1.12 Empreendedorismo	151
5.6.3 Internacionalização	151

5.6.3.1 Princípios Norteadores:	152
5.6.3.2 Objetivos:	152
5.7 Responsabilidade Social da Instituição	153
5.7.1 A Educação Inclusiva no IFAP	153
5.7.2 A Educação Inclusiva no IFAP	156
5.8 Organização Didático-Pedagógica	159
5.8.1 Plano para atendimento às Diretrizes Pedagógicas	159
5.8.2 Princípios Pedagógicos	159
5.8.3 Processo de Avaliação	161
5.8.4 Prática Profissional	162
5.8.4.1 Prática Profissional via Projeto	163
5.8.4.2 Inovações significativas quanto a flexibilidade dos componentes curriculares	163
5.8.4.3 Integralização dos Cursos	164
5.8.5 Avanços Tecnológicos	164
 6 PLANO DE OFERTAS DE VAGAS	168
6.1 Eixos Tecnológicos ofertados pelo Instituto Federal do Amapá	168
6.1.1 Ambiente e Saúde	168
6.1.2 Gestão e Negócios	169
6.1.3 Informação e Comunicação	169
6.1.4 Infraestrutura	170
6.1.5 Produção Alimentícia	170
6.1.6 Produção Cultural e Design	171
6.1.7 Produção Industrial	172
6.1.8 Recursos Naturais	172
6.1.9 Segurança	172
6.1.10 Turismo Hospitalidade e Lazer	173
6.2 Percentuais mínimos legais	174
6.3 Plano de Ofertas	174
6.3.1 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular	174

6.3.2 Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos - PROEJA	177
6.3.3 Cursos Técnicos Subsequentes	180
6.3.3 Cursos Superiores	185
6.3.3.1 Tecnólogos	186
6.3.3.2 Licenciaturas	186
6.3.3.2 Bacharelados	186
6.4 Curso de Formação Inicial e Continuada	190
6.5. Pós-Graduação	199
6.5.1 Lato Sensu	199
6.5.2 Pós-Graduação Stricto Sensu	203
6.6 Acompanhamento da Oferta de Vagas	204
 7 PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS	207
7.1 Composição	209
7.1.1 Perfil do Corpo Docente	210
7.1.2 Perfil dos Técnico-Administrativos	211
7.2 Plano de Carreira Docente	212
7.3 Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação	213
7.4 Critérios de Seleção para Docentes, Técnico-Administrativos e Professor Substituto	214
7.5 Plano de Expansão do Quadro Docente e de Técnico-Administrativos	215
7.6 Plano de Capacitação e Qualificação	216
7.7 Saúde e Qualidade de Vida no IFAP	217
7.8 Ações Executadas com Base no PDI 2014 - 2018	218
 8 PLANO DE INFRAESTRUTURA	222
8.1 Expansão da Infraestrutura Física da Reitoria e Unidades de Ensino	222
8.1.2 Infraestrutura de Obras Campus Laranjal do Jari	228
8.1.3 Infraestrutura de Obras Campus Macapá	231
8.1.4 Infraestrutura de Obras Campus Porto Grande	234
8.1.5 Infraestrutura de Obras Campus Santana	237
8.1.6 Infraestrutura de Obras Campus Avançado Oiapoque	240

8.1.7 Infraestrutura de Obras Centro de Referência Pedra Branca do Amapari	242
8.2 QUADRO CONSOLIDADO DE OBRAS IFAP	243
8.3 Infraestrutura Física existente nas Unidades do Ifap	244
 9 GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	255
9.1 Capacidade e Sustentabilidade Financeira	255
9.2 EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFAP	257
9.3 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS E O PLANEJAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES	257
9.4 ESTRATÉGIAS	258
9.5 SOBRE OS INDICADORES	258
 10 POLÍTICA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	261
10.1 Formas de Ingressos	261
10.2 Assistência Estudantil	262
10.3 Regulamento Discente do Ifap	267
10.4. Programas Federais de Apoio ao Discente	267
10.4.1 Programa Bolsa Permanência	267
10.4.2 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)	268
10.4.3 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para os estudantes de Ensino Médio PIBIC-Jr	269
10.4.4 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	270
10.4.5 Programa Residência Pedagógica	270
10.5. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)	272
 11 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	276
11.1 Órgãos Executores da Avaliação Institucional	276
11.2 Avaliação Institucional	277
11.3 Metodologia, Dimensões e Instrumentos do Processo de Autoavaliação	277
11.4 Dimensões Norteadoras do Processo de Autoavaliação Institucional	279
 12 GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE	281
Política de Gestão de Riscos	283
Diretrizes para Gestão de Riscos na Instituição	284
Responsabilidades	287

 13 RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE	291
13.1 Canais de acesso do cidadão	291
13.2 Carta de Serviços ao Usuário	293
13.3 Aferição do grau de satisfação dos usuários	293
13.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a atuação da Unidade	293

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 do Instituto Federal do Amapá – IFAP foi elaborado seguindo as orientações previstas no Artigo 16 do Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo ainda como base legal a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Também foram observados, nessa elaboração, os seguintes documentos institucionais: O Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 a 2108 do IFAP, o Projeto Político-Pedagógico constante no PDI 2114-2018 e o Estatuto e Regimento Geral do IFAP. Além disso, serviu de parâmetro o documento orientador de elaboração do PDI na Rede Federal, construído no Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional, órgão de assessoramento ao CONIF.

A coordenação geral do processo de elaboração deste Plano coube à Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional, que, inicialmente, submeteu ao Colégio de Dirigentes do IFAP a proposta de construção do documento. Em seguida, uma Comissão Central foi instaurada para iniciar as discussões acerca de um cronograma com ações e prazos, de forma a viabilizar o trabalho, com contribuições de todos os atores envolvidos com o Instituto no Estado do Amapá. Para garantir que o trabalho pudesse ser o mais representativo das contribuições da comunidade educacional, adotou a estratégia de descentralização das tarefas por meio de distintas comissões com diferentes atribuições.

Em cada um dos Campi, foi constituída comissão local, composta por representações de servidores e estudantes para desenvolvimento do plano de oferta de vagas para o período 2019-2023, assim como para discussão e sistematização do Plano Pedagógico Institucional – PPI. Posteriormente, tendo em vista a necessidade de discutir cada um dos temas das outras seções do PDI, foram criadas comissões temáticas, cuja função era construir as partes específicas com base nos documentos normativos e nas contribuições sistematizadas nos Campi pelas comissões locais. E foi designada, por fim, a comissão central, contando com representantes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e de seus colegiados e entidades de servidores e estudantes, com a responsabilidade de apreciar, avaliar e aprovar previamente o documento final a ser encaminhado ao Conselho Superior.

Foi constituída, ainda, comissão de apoio logístico e comunicação, responsável pelo processo de organização das reuniões temáticas e de toda a parte de comunicação do processo de construção do PDI. E, em cada Campus, foram realizados, em distintos momentos, seminários, audiências públicas e reuniões, através dos quais os diversos segmentos que compõem o Instituto puderam colaborar com críticas, sugestões e proposições para subsidiar a elaboração do documento final.

PALAVRA DA REITORA

Visando propiciar maior participação da comunidade acadêmica, foram adotadas, também, ferramentas eletrônicas, acessíveis via Rede Mundial de Computadores, incluindo a criação de uma página oficial do PDI 2019-2023 com link no sítio institucional para receber as contribuições, além da disponibilização do correio eletrônico.

Assim, no período compreendido entre março de 2018, com a apresentação da proposta em Reunião de Colégio de Dirigentes, e dezembro de 2018, com a aprovação pelo CONSUP do documento final, construiu-se coletivamente um plano que detalha os objetivos e as metas estratégicas do IFAP como instituição de educação profissional, científica e tecnológica, em sintonia com os arranjos locais e regionais e buscando a excelência em suas ações acadêmicas e gerenciais. O Plano servirá como balizador da ação institucional, nos próximos cinco anos, devendo ser acompanhado em sua execução, avaliado em seus resultados e, caso necessário, redimensionado para o atingimento do melhor patamar de desenvolvimento.

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida
Reitora



CAPÍTULO 1

PERFIL INSTITUCIONAL



1. PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap) está inserido na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, estabelecida nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou 38 Institutos Federais a partir da transformação ou integração das Escolas Técnicas e Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica.

Com trajetória centenária, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constitui-se atualmente de 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, totalizando 41 instituições. São 643 campi, mais de 1 milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores (professores e técnicos administrativos) (CONIF, 2018).

As instituições da Rede Federal têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores do campo e da cidade; de viabilizar o acesso efetivo às conquistas científicas e tecnológicos, por meio da oferta de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; de promover a pesquisa aplicada e a inovação; de atuar fortemente na extensão tecnológica (CONIF, 2018).

Além da mudança de institucionalidade, que possibilitou a reestruturação e o aprofundamento da sua atuação, essas instituições vêm experimentando, nos últimos anos, uma extraordinária expansão, que ampliou, de modo significativo, as oportunidades de acesso, inclusive nos interiores do país, onde se concentra o maior número de unidades.

Alguns dos diferenciais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são:

- Potencial inclusivo;
- Destinação de 50% das vagas à educação técnica de nível médio;
- Mínimo de 20% das vagas é voltado à formação de professores;
- Cerca de 30% das vagas são para cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias e pós-graduações (mestrado e doutorado);
- Políticas consistentes para fomento da pesquisa aplicada;
- Transferência de tecnologia aplicada a produtos e processos, por meio da extensão tecnológica;
- Atuação em todos os níveis da educação profissional e tecnológica;
- Cursos voltados ao atendimento dos arranjos produtivos locais;
- Formação de profissionais de excelência com instrução cidadã;
- Estímulo à capacitação e qualificação dos servidores;
- Investimento em internacionalização;

- Incentivo à criatividade, inovação e visão de futuro.

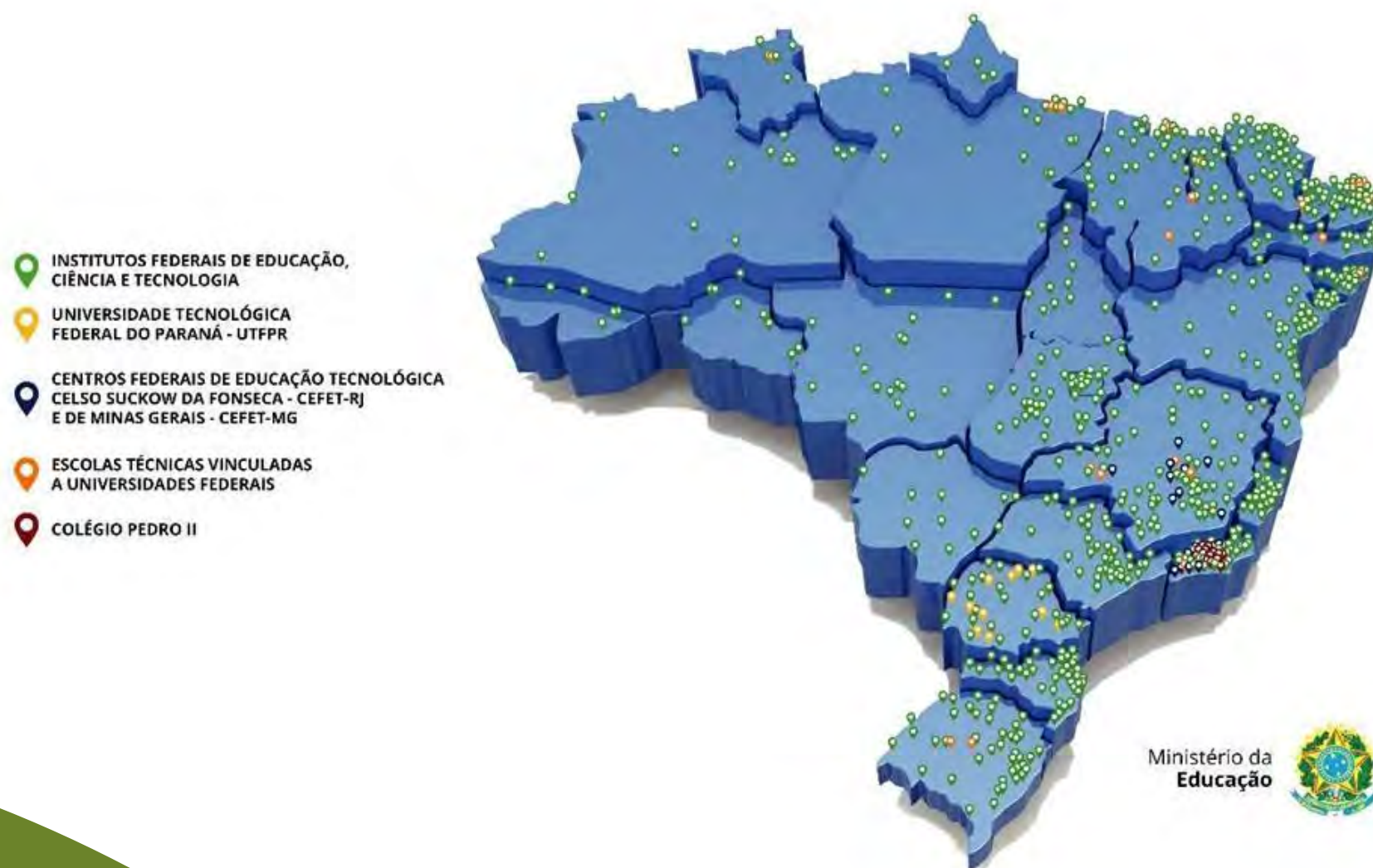
Alinhada com as diretrizes expressas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a atuação da Rede constitui-se, dessa forma, como importante contribuição à geração de novas, múltiplas e melhores oportunidades de formação para milhões de brasileiros num horizonte de longo prazo.

Estrategicamente, engloba diversos aspectos, como a questão geográfica das disparidades estruturais, do desenvolvimento econômico e da inclusão social. Nesse sentido, vale ressaltar os objetivos gerais da Política de Educação Profissional, Tecnológica e Superior definidos pelo MEC:

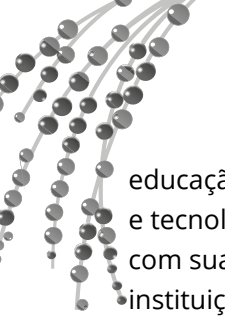
- Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, permitindo a ampliação da oferta de vagas e a democratização do acesso;
- Promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência deles no interior do país; e
- Potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das desigualdades sociais e territoriais.



Figura 1. Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



Fonte: Site da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Redetec (<http://redefederal.mec.gov.br/historico>)



Integrado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFAP é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, é equiparado às universidades federais.

O IFAP é uma autarquia de regime especial de base educacional humanística e técnico-científica, cuja autonomia reflete explicitamente a sua natureza jurídica, a sua prerrogativa de criação e extinção de cursos e a emissão de diplomas nos limites de sua área de atuação territorial.

É regido pelos atos normativos, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos: Estatuto, Regimento Geral, Resoluções do Conselho Superior e Atos da Reitoria.

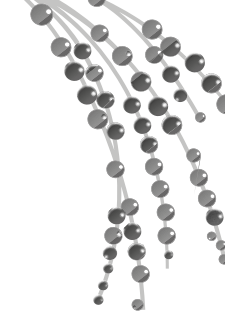
Segue-se um breve histórico da atuação do Instituto Federal no Estado do Amapá em suas áreas de atuação.

1.1 HISTÓRICO

O IFAP originou-se a partir da criação da Escola Técnica Federal do Amapá, instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. A Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP) foi criada como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

A Portaria MEC nº 1.067, de 13 de novembro de 2007, atribuiu ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA) o encargo de implantar a Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP). A Portaria MEC nº 1.199, de 12 de dezembro de 2007, nomeou o professor Emanuel Alves de Moura para exercer o cargo de Diretor-Geral Pró-Tempore da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP).

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, que implantou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformou a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, vinculado ao MEC, com natureza jurídica de autarquia, sendo, pois, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Por meio da Portaria MEC 021/2009, de 7 de janeiro de 2009, foi nomeado o professor Emanuel Alves de Moura como Reitor Pró-Tempore desta autarquia.



O IFAP, com sua estrutura descentralizada pluricurricular e multicampi, apresenta os seguintes domicílios:

1. Reitoria.
2. *Campus* Macapá.
3. *Campus* Avançado Oiapoque.
4. *Campus* Laranjal do Jari.
5. *Campus* Santana.
6. *Campus* Porto Grande.
7. Centro de Referência em Educação a Distância de Pedra Branca do Amapari.
8. Polo Amapá


No segundo semestre de 2010, primeiro ano de sua atuação, o IFAP iniciou suas atividades na área de Ensino Técnico de Nível Médio, no campus Laranjal do Jari, com os cursos na modalidade Subsequente, a saber, Técnico em Secretariado, Técnico em Informática e Técnico em Secretaria Escolar; e no Campus Macapá, na mesma modalidade, com os Cursos Técnicos em Informática e Edificações.

Em 2011, obedecendo ao processo de instalação e implementação, começaram a ser ofertados os demais cursos de Ensino Técnico de Nível Médio nas modalidades Integrado, Subsequente e Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Cursos superiores de Licenciatura e de Tecnologia, Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu e Formação Inicial e Continuada (FIC). Ainda nesse ano foram ofertados cursos FIC no âmbito dos programas federais: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) e o Programa Nacional Mulheres Mil (PNMM), bem como o Pro-funcionário, voltado à capacitação do funcionalismo da rede pública estadual e municipal do Amapá.

Em 2013, como parte do plano de expansão III da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Instituto foi contemplado com dois campi: Santana e Porto Grande. Nesse mesmo ano, iniciou-se o processo de implantação do Campus Avançado Oiapoque, no município de mesmo nome, vinculado à estrutura do Campus Macapá, e a implantação do Centro de Referência Pedra Branca do Amapari, vinculado ao Campus Porto Grande.

Em 2015, o Ifap realizou sua primeira consulta à comunidade para escolha do gestor máximo da instituição, sendo eleita a professora Marialva do Socorro Ramalho Oliveira de Almeida, nomeada reitora com mandato até 2019.

Em 2018, houve a oferta dos primeiros cursos de pós-graduação lato sensu, constituídos e implementados integralmente pelo IFAP. Em 2019, por sua vez, será feita a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, possibilitando a ocupação de um espaço importante no cenário local e nacional com o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da pós-graduação.



viability
merc
recur
servi



Quadro 1. Marcos Históricos do Ifap.

MARCOS HISTÓRICOS DO IFAP	
2007	« Criação da Escola Técnica Federal do Amapá (Etfap), instituída pela Lei nº 11.534.
2008	« Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), por meio do artigo 5º, inciso III, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a transformação da Etfap em Ifap.
2010	« Autorização do Funcionamento do Campus Macapá e do campus Laranjal do Jari, por meio da Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010. « Início das atividades letivas no Campus Macapá, com a oferta dos cursos Técnicos Subsequente em Edificações e em Informática, e no Campus Laranjal do Jari, com os cursos Informática, Secretariado e Secretariado Escolar.
2011	« Início da oferta de curso de graduação no Campus Macapá (Licenciatura em Informática).
2012	« Primeiro curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> do Ifap (Docência na Educação Profissional e Tecnológica, no Campus Macapá). « Início do Programa Pro-funcionário (Programa de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública) « Início da oferta das primeiras turmas do Programa Nacional Mulheres Mil. « Lançamento do Projeto de Extensão Pensamento Digital: Desenvolvimento Tecnológico no Meio do Mundo. « Oferta da primeira turma de Mestrado em Educação, fruto da parceria entre o IFAP e a UFRRJ, por meio do PPGEA.
2014	« Implantação do Centro de Referência em Educação a Distância em Pedra Branca do Amapari com a oferta do Técnico em Logística (na modalidade subsequente), através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). « Lançamento da Revista <i>Journal of Bioenergy and Food Science</i> . « Início da oferta de curso de graduação no Campus Laranjal do Jari (Licenciatura em Ciências Biológicas)
2015	« Primeira consulta à comunidade do Ifap para eleição do cargo de Reitor do Ifap. « Autorização do Funcionamento do <i>campus</i> Santana, por meio da Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015. « Início da oferta de curso de graduação Tecnologia em Gestão Ambiental (TGA) no Campus Laranjal do Jari. « Lançamento da Escola de Conselhos do Amapá, através da parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).
2016	« Primeira consulta à comunidade do Ifap para eleição do cargo de Diretor-Geral dos campi Macapá e Laranjal do Jari. « Autorização do Funcionamento do Campus Agrícola Porto Grande e do Campus Avançado Oiapoque, por meio da Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016
2017	« Lançamento do Hino Oficial do Ifap. « Adesão ao Projeto Rede Brasil Mulher, da Secretaria Nacional de Políticas para Mulher. « Lançamento do Programa Xequê-Mate (Programa Institucional de Xadrez do Ifap). « Lançamento do Programa Robótica Construtiva (Programa Institucional de Robótica do Ifap).



MARCOS HISTÓRICOS DO IFAP

2018	<ul style="list-style-type: none">« Início da primeira turma de Engenharia do Ifap (Curso de Engenharia Agrônômica em Porto Grande).« Lançamento do Plano de Logística Sustentável do Ifap.« Lançamento e cerimônia de obliteração do selo postal comemorativo pelo 10º aniversário do Instituto Federal do Amapá (Ifap).« Lançamento do Polo Amapá.
-------------	---

1.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A construção do PDI tem como base as características socioeconômicas e culturais do estado do Amapá, fundamentalmente aquelas que traduzem o perfil dos municípios onde o Instituto foi implantado.

Com o objetivo de congregiar os municípios por similaridade econômica e social, o estado do Amapá está subdividido em duas mesorregiões conforme abaixo descritas:

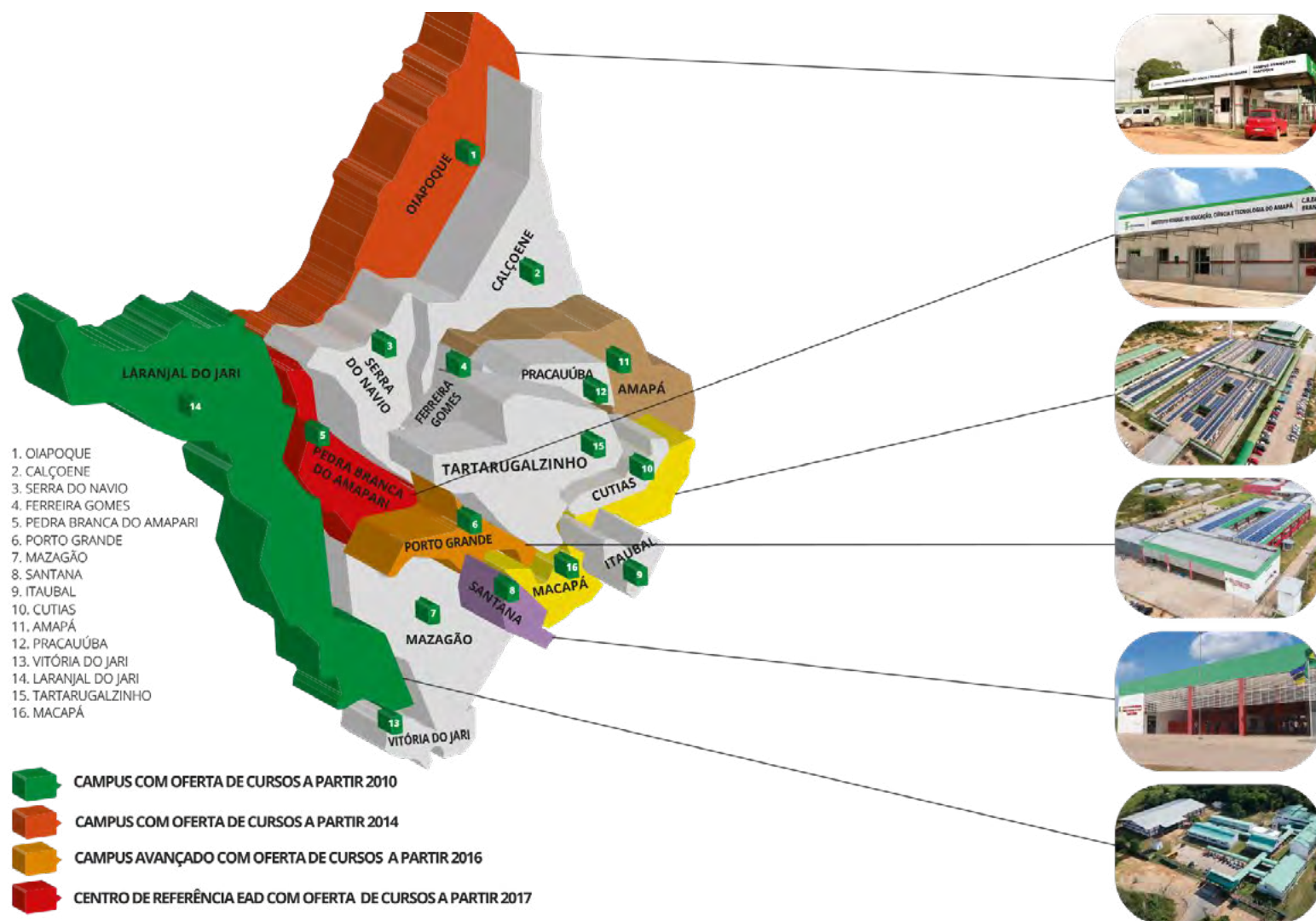
I. Mesorregião Norte: contém 2 (duas) microrregiões e 5 (cinco) municípios

- Microrregião do Amapá: Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho.
- Microrregião de Oiapoque: Calçoene e Oiapoque.

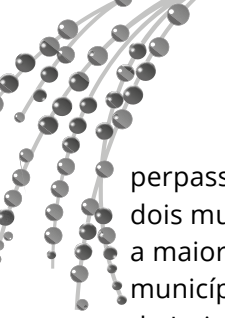
II. Mesorregião do Sul do Amapá

- Microrregião de Macapá: Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá (capital), Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana e Serra do Navio.
- Microrregião de Mazagão: Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari.

Figura 2. Mapa do Amapá destacando as cidades com unidades do IFAP.



Fonte: IFAP 2018.



O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional foi realizado em etapas. No Estado do Amapá perpassou por duas fases. Na segunda fase desse plano foram implantados os campi Macapá e Laranjal do Jari, em dois municípios de suma importância no contexto do desenvolvimento da região. Macapá, por ser a capital e possuir a maior concentração demográfica do estado, com 75,9 hab/km² e população estimada em 493.634 habitantes. O município de Laranjal do Jari, o terceiro em concentração populacional, com 49.446 habitantes, integra a região do Vale do Jari, formada com o município de Vitória do Jari, com 15.605 habitantes e, do lado do Pará, a cidade de Almeirim, com 34.142 hab. e ainda o distrito de Monte Dourado, tendo como divisa o rio Jari. Por esse enfoque, a implantação do Campus de Laranjal do Jari atende não somente a demanda do município onde o Instituto foi implantado, mas também a região do Vale do Jari (IBGE, 2018).

O Município de Oiapoque está localizado ao norte do estado (Mesorregião Norte), a 576 km da capital Macapá. Os meios de acesso ao município são aéreo, marítimo e rodoviário. Esse último ocorre através da BR 156, com aproximadamente 500 km pavimentados, sendo esta via a mais utilizada. Limita-se com os seguintes municípios: Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e a Guiana Francesa.

A cidade de Oiapoque é banhada pelo rio de mesmo nome, o qual flui em direção nordeste do município e deságua no Oceano Atlântico, próximo ao Cabo Orange, separando o Amapá da Guiana Francesa. É uma região de fronteira internacional e estadual e onde se encontram as maiores tribos indígenas do estado, dentre as quais os Karipuna (aldeias do Manga), Galibi do Oiapoque, Galibi do Kumarum e os Palikur, na aldeia de Kumenê, no Rio Urucaúá, com uma população de 26.627 hab. (IBGE, 2018).

Os adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira fluvial são articulados pela Ponte Binacional, grande potencial de integração econômica e cultural, assim como pelas manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

1.2.1 CONTEXTO GEOGRÁFICO

Situado no norte do País, o estado do Amapá tem uma superfície territorial de 142.828.521 Km², ocupados por 829.494 habitantes (população estimada em 2018), distribuídos em 16 municípios com a densidade demográfica de 4,69 hab./Km².

A superfície territorial do Amapá corresponde a 1,6% do Brasil e a 3,6% da Região Norte; o estado faz fronteira com o Pará, o Suriname e a Guiana Francesa. Apesar de ser relativamente pequeno, se comparado com outros estados

da Amazônia, o Amapá concentra uma das maiores diversidades em ambientes naturais, pois pertence a dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e estruturação de seus ambientes naturais. Pela sua localização privilegiada e estratégica, situa-se na interconexão dos mercados locais e internacionais.

O Amapá exibe 14 milhões de hectares com diversos ecossistemas. A floresta tropical e de várzea, o cerrado, os manguezais e os campos inundáveis, as montanhas e os imensos lagos compõem um cenário que o projeta para o turismo.

A biodiversidade cultural é uma realidade, em especial se considerarmos a presença, no seu território, de aproximadamente 5 mil indígenas.

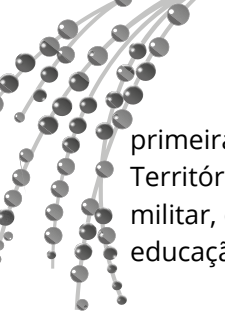
O Amapá é o estado brasileiro que possui a maior preservação da cobertura vegetal original, que corresponde a 98% de mata preservada, formada por florestas tropicais. Ele é rico em recursos naturais, e sua biodiversidade e localização privilegiada lhe conferem importância estratégica para futuros investimentos sustentáveis.

A recente ocupação do território do estado do Amapá esteve condicionada a um crescimento demográfico acumulado entre 1960 e 2007 da ordem de 757%, e na última década com um aumento de 4,02% médio ao ano. Este forte crescimento populacional foi impulsionado pela elevação à condição de estado pela Constituição Federal de 1988, e também com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS (IBGE, 2013). Isso provocou um processo migratório significativo, agravando ainda mais o quadro desorganizado de urbanização que já vinha ocorrendo, principalmente com a ocupação das áreas de ressaca. O grande crescimento populacional esteve relacionado com a chegada de um contingente migratório proveniente principalmente dos estados do Pará, Maranhão, Ceará e, recentemente, da região sul do Brasil, na sua maioria sem qualificação profissional, vivendo do subemprego e no mercado informal ou com a ocupação de terras favorecidas pelo programa de assentamento do Governo Federal para as zonas urbanas.

1.2.2 CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO DA REGIÃO

O estado do Amapá surgiu a partir do resultado de acontecimentos na recente história do Brasil. O fim do regime militar, em meados dos anos 80, impulsionou uma série de reformas políticas e estruturais que culminaram com o estabelecimento da Constituição Federal do Brasil. Com a nova Constituição, o território do Amapá foi elevado à categoria de estado da Federação, em 5 de outubro de 1988.

Entretanto, até o ano de 1990, o governador do Amapá era ainda nomeado pelo Presidente da República. A



primeira eleição para governador do estado do Amapá ocorreu somente em outubro desse mesmo ano. Da criação do Território até a eleição do primeiro governador eleito a partir da transformação em Estado, esse oriundo ainda do regime militar, os investimentos locais eram voltados, principalmente, para infraestrutura, construção de prédios públicos e educação básica. O déficit nos serviços públicos ainda era evidente.

Como forma de impulsionar o desenvolvimento da região, os governos que foram eleitos a partir de 1995 estabeleceram algumas políticas desenvolvimentistas como programas de governo. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) baseava o seu modelo de desenvolvimento econômico em ações orientadas ao uso racional dos recursos naturais, levando em consideração uma articulação equilibrada entre os aspectos econômicos, sociais, culturais e ecológicos.

Em 2004, foi apresentado o Plano Amapá Produtivo, em que os projetos desenvolvimentistas estavam voltados para a base produtiva do estado, estabelecendo uma política de incremento intrarregional, fundamentada na configuração dos ecossistemas e tendo como prioridade a implantação de polos de desenvolvimentos, com integração dos diferentes setores econômicos, especialmente por preconizar a formação de arranjos produtivos locais (APL).

Dentro desta perspectiva, a transformação da abordagem de APL de um simples aglomerado de agentes em um importante instrumento de políticas públicas de desenvolvimento no Brasil tem se transformado atualmente num consenso que envolve um grande número de atores públicos e privados.

Segundo o “Plano Amapá Produtivo”, existem no Estado vários aglomerados produtivos locais relevantes, como é o caso dos empreendimentos do setor de madeira e móveis, dos empreendimentos do segmento de produtos derivados do açaí, da bioindústria, da indústria Oleiro Cerâmica, da pesca artesanal, turismo, grãos (arroz, feijão, sorgo, milho e soja), mandiocultura, fruticultura (cupuaçu, abacaxi, banana e maracujá), apicultura, produtos florestais não madeireiros, mineração e siderurgia, rochas ornamentais, indústria do pescado, aquicultura, avicultura e suinocultura. No entanto, a maioria desses aglomerados não se configura, ainda hoje, como um APL, dado o baixo nível de governança cooperativa, cooperação, interação e competitividade das empresas e negócios instalados no Estado.

1.2.3 CONTEXTO INTERNACIONAL

O estado do Amapá tem uma localização estratégica, situando-se na foz do Rio Amazonas, e é parte do Platô das Guianas. Dessa forma, o estado apresenta um excelente potencial para uma integração regional, pensando-se nela não apenas com as demais regiões do país, mas também com países vizinhos e até com a União Europeia (EU). Situados ao Nordeste da América do Sul, a Guiana Francesa, região monodepartamental ultramarina e futura “coletividade única”, e

o estado do Amapá, estado da federação do Brasil, constituem, com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Sul da Venezuela, o Platô das Guianas. Esses dois territórios compartilham uma fronteira comum de 655 quilômetros, dos quais 360 são constituídos pelo rio Oiapoque.

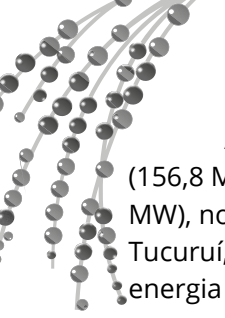
Apesar de os intercâmbios culturais e comerciais existirem há muito tempo entre as duas margens, a Guiana Francesa e o Amapá há muito se ignoraram em razão de desacordos territoriais entre franceses e portugueses, em seguida, entre franceses e brasileiros. O diálogo e a cooperação entre as duas regiões tomaram um novo rumo nos anos 90, do ponto de vista local, nacional e continental (entre a EU e o MERCOSUL) ilustrado particularmente pela organização de Comissões Mistas Transfronteiriças periódicas desde 1996. Projetos estruturantes, como o da ponte sobre o rio Oiapoque, poderão contribuir para o aumento das perspectivas de abertura e intercâmbios para os dois territórios.

A cooperação Guiana Francesa/Amapá tem se constituído, após alguns anos, em um contexto mais favorável. Investimentos nos transportes foram realizados no eixo litoral: construção da ponte sobre o rio Oiapoque, reforma em andamento da BR-156 que liga Oiapoque a Macapá. Do ponto de vista comercial, o diálogo cresce entre empresários e líderes da Guiana Francesa e do Brasil. Esse novo impulso é simbolizado pela implementação de dispositivos, facilitando o intercâmbio comercial e o investimento, intervenções aptas a estimular o desenvolvimento dos territórios. Certos projetos são, hoje, pensados em escala regional, sobretudo no setor ambiental ou do turismo.

A cooperação parece mais avançada no setor de preservação dos bens públicos globais (luta contra doenças transmissíveis e emergentes, preservação da biodiversidade, combate à mudança climática etc.) ou nos setores de “interesse regional comum”, como a cooperação científica ou os intercâmbios em matéria de educação. As infraestruturas em rede (energia, telecomunicações, transportes) também estão incluídas nesse processo de cooperação.

Por outro lado, os governos estadual e federal vêm procurando consolidar as relações diplomáticas e comerciais com a Guiana Francesa e com os outros países que compõem o Platô das Guianas. Considerando a distância aos centros da economia mundial, pode-se dizer que o Amapá possui uma geografia privilegiada, pois está próximo dos EUA, da União Europeia, do Japão, China e Sudeste Asiático, sendo que esses três últimos são mencionados em função do Canal do Panamá. Esta posição, além de permitir rápida acessibilidade aos grandes centros fornecedores de bens de consumo estrangeiros, com preços competitivos, encontra-se na rota dos transatlânticos turísticos e comerciais, o que permite criar condições para aperfeiçoar as infraestruturas do estado, tanto para atender a atividade turística como para o comércio nacional e internacional.

Outro fato marcante na integração regional do Estado do Amapá foi a criação da ALCMS, que permitiu novas perspectivas de desenvolvimento para as regiões fronteiriças e para o amadurecimento das relações com os países vizinhos. Do mesmo modo, a criação do porto de contêineres de Santana, um dos mais profundos do Brasil, ampliou as possibilidades mercadológicas da região.



Atualmente o sistema de energia elétrica no estado conta com as usinas termoeletricas da Central de Santana (156,8 MW), as Usinas Hidrelétricas de Coaracy Nunes (78 MW), Cachoeira Caldeirão (219 MW) e Ferreira Gomes (252 MW), no Rio Araguari e a Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari (373,4 MW), no rio Jari. Com a construção do Linhão de Tucuruí, já concluído, o Amapá se interliga finalmente ao sistema nacional de energia. Desta forma, o excedente de energia produzido no estado ficará disponível na rede.

A infraestrutura adicional com a construção da ponte sobre o Rio Araguari, da linha de transmissão de Macapá-Laranjal do Jari, bem como outras obras em curso, estimula uma extraordinária transformação no sentido de criar o alicerce para seu desenvolvimento. Sendo este um imperativo de mercado e também uma necessidade geopolítica que visa a mais ampla integração da América do Sul com a União Europeia, implica, necessariamente, no maior desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como das possibilidades de intercâmbio acadêmico.

1.2.4 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL

Atualmente a população do estado do Amapá, segundo os conceitos de cor e/ou raça, é formada por brancos, negros, pardos ou mestiços na sua maioria e índios, além de cidadãos oriundos de todas as regiões do Brasil, o que resulta em uma grande diversidade cultural.

A criação do Território Federal do Amapá implicou em profundas mudanças em suas relações políticas, econômicas e sociais, indicando a configuração de novas estruturas políticas, administrativas e econômicas, que em muito têm contribuído para o aumento de investimentos dos setores públicos e privados na região, bem como dos movimentos migratórios, da urbanização e reorganização espacial.

Em se tratando da questão política, houve a criação da Assembleia Legislativa e de 03 vagas para o Senado; o aumento de 4 para 8 representantes na Câmara Federal; a ampliação do seu processo eleitoral para todos os níveis.

Para mensurar as riquezas produzidas nas 16 cidades, o cálculo levou em consideração dois dos principais indicadores que refletem o desempenho da economia nos três setores (agropecuário, indústria, comércio e serviços): o PIB Municipal e o Valor Adicionado Bruto.

1.2.5 ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS

Quanto à questão político-administrativa, destaca-se a própria transformação do Território Federal em Estado,

implicando em uma nova relação dessa unidade autônoma com o federalismo brasileiro, não mais subordinado às decisões do Governo Central.

Por sua vez, nas questões econômicas, o Amapá permanece na dependência das transferências federais, embora tenha buscado alternativas para o seu sustento, politicamente mais autônomas. A exemplo dessas alternativas, verifica-se a instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA).

A ALCMS ocupa 85% dos perímetros urbanos de Macapá e Santana e beneficia a comunidade empresarial, como também cria áreas de expansão para o comércio, indústria e serviços desses municípios. Os principais setores que formam a estrutura econômica do Estado são: Agropecuária, Mineral, Indústria, Comércio e Serviços, Turismo, Setor Público e Construção Civil.

Do mesmo modo, houve a criação do porto de contêineres de Santana com dois piers. O píer 1 apresenta 200 m de extensão, com 12,5 m de calado; o píer 2, por seu turno, apresenta 120 m de extensão, com 11,5 m de calado. Isso significa que o Porto de Santana pode receber navios com até 46 mil toneladas, condição que possibilita o crescimento da área mercadológica na região.

O resultado da pesquisa Contas Regionais definiu, detalhadamente, a participação de cada município amapaense no Produto Interno Bruto (PIB) do estado. O ano de referência do estudo é 2015. O PIB dos 16 municípios do estado apresentou um montante de R\$ 13,8 bilhões, e Macapá tem a maior participação, chegando a 65,5%, com R\$ 9 bilhões. Os cinco maiores municípios que compuseram a soma de todas as riquezas produzidas no Amapá foram Macapá (R\$ 9 bilhões), Santana (R\$ 1,99 bilhão), Laranjal do Jari (R\$ 559 milhões), Ferreira Gomes (R\$ 344 milhões) e Oiapoque (R\$ 300 milhões). Juntos, respondem por 88,6% do PIB amapaense. (IBGE, SEPLAN/AP, 2015).

No ano de 2015, a crise econômica no Brasil teve crescimento acentuado. Por isto, neste período, chamou a atenção o positivo crescimento de Ferreira Gomes, com média de 39% desde 2011. Tal crescimento se justifica em razão da Indústria de Energia Elétrica, que mudou o perfil econômico do município com a instalação de uma usina hidrelétrica. Na análise do PIB per capita, três municípios tiveram renda superior à do estado. Ferreira Gomes é a primeira renda per capita do estado desde 2013, mas a 4ª economia com PIB de R\$ 344.384 milhões corresponde a 2,5% de participação. Macapá foi a maior economia do Amapá, com R\$ 9 bilhões, mas ocupa a 3ª posição no aspecto renda. (IBGE, SEPLAN/AP, 2015).

Macapá foi a maior economia do Amapá, com R\$ 9 bilhões, mas ocupa a 3ª posição no aspecto renda. (IBGE, SEPLAN/AP, 2015).

1.2.6 CENÁRIO EDUCACIONAL NO AMAPÁ

A situação da educação básica no Amapá acompanha a realidade da maioria dos estados brasileiros. Dados do IBGE apontam que em 2017 foram realizadas 135.995 matrículas no Ensino Fundamental para 705 escolas desse segmento e 37.428 matrículas em 140 escolas de Ensino Médio.

A capital Macapá e o município de Laranjal do Jari, os primeiros municípios do estado a receberem unidade do IFAP, apresentam os seguintes resultados, de acordo com dados do IBGE:

Macapá:

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.4 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava Macapá na posição 2 de 16.

Laranjal do Jari:

Segundo dados do IBGE, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade, em 2015, tiveram nota média de 4.1 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 5 de 16.

MATRÍCULAS EM 2017		
Município	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Macapá	75.220	21.837
Laranjal do Jari	8.083	2.419

Fonte: IBGE 2018.

O Sistema Firjan, através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), apresenta o IFDM dos municípios do Amapá. O índice foi verificado entre os anos de 2009 e 2016. O quadro abaixo apresenta o resultado dos últimos 5 anos desse índice.

Quadro 3. IFMD dos Municípios do Amapá

INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO		EVOLUÇÃO DO IFDM EDUCAÇÃO									
		2012		2013		2014		2015		2016	
UF	MUNICÍPIO	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking
AP	SERRA DO NAVIO	0,6734	3.542º	0,6670	4.033º	0,6603	4.196º	0,6447	4.628º	0,6303	4.810º
AP	AMAPÁ	0,5534	4.928º	0,5679	5.093º	0,5619	5.181º	0,6002	5.074º	0,5967	5.120º
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	0,5272	5.151º	0,5434	5.251º	0,5242	5.374º	0,5347	5.425º	0,5339	5.435º
AP	CALÇOENE	0,5488	4.956º	0,6109	4.710º	0,5949	4.927º	0,6096	4.999º	0,6299	4.813º
AP	CUTIAS	0,6148	4.323º	0,6138	4.679º	0,6044	4.842º	0,6052	5.042º	0,6201	4.904º
AP	FERREIRA GOMES	0,6111	4.370º	0,5996	4.834º	0,6349	4.508º	0,6360	4.715º	0,6374	4.742º
AP	ITAUBAL	0,6308	4.134º	0,6192	4.607º	0,6079	4.807º	0,6032	5.054º	0,6321	4.800º
AP	LARANJAL DO JARI	0,5785	4.706º	0,5816	4.985º	0,5756	5.081º	0,5916	5.143º	0,5921	5.157º
AP	MACAPÁ	0,6212	4.246º	0,6173	4.627º	0,6354	4.504º	0,6450	4.627º	0,6465	4.631º
AP	MAZAGÃO	0,6200	4.264º	0,6025	4.796º	0,6063	4.823º	0,5901	5.150º	0,6100	5.013º
AP	OIAPOQUE	0,5374	5.066º	0,5426	5.259º	0,5456	5.281º	0,5595	5.336º	0,5789	5.252º
AP	PORTO GRANDE	0,5747	4.742º	0,6204	4.598º	0,6205	4.666º	0,6352	4.725º	0,6374	4.743º
AP	PRACUÚBA	0,5756	4.738º	0,5750	5.032º	0,5888	4.985º	0,6147	4.945º	0,5882	5.192º
AP	SANTANA	0,6664	3.635º	0,6723	3.966º	0,6699	4.082º	0,6746	4.295º	0,6737	4.333º
AP	TARTARUGALZINHO	0,5074	5.256º	0,5531	5.192º	0,5472	5.275º	0,6162	4.926º	0,5814	5.233º
AP	VITÓRIA DO JARI	0,5452	4.991º	0,5697	5.074º	0,5752	5.084º	0,5716	5.273º	0,5682	5.308º
BR	BRASIL	0,7170	*	0,7435	*	0,7477	*	0,7644	*	0,7689	*

Fonte: Firjan 2018.

1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO IFAP

O IFAP, atendendo ao que está disposto no art. 39 da Lei nº 9394/96, incluído pela Lei nº 11.741/2008, no que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como ao que determina sua Lei de Criação (Lei nº 11.892/2008), busca garantir a relação das dimensões trabalho, ciência e tecnologia com a oferta de educação profissional técnica de nível médio, em todos os seus níveis, formas e modalidades, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação de nível superior com cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura, além de programas especiais de formação pedagógica, conforme características especificadas a seguir:

I. Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional.

Para efeito de sua execução, os cursos FIC serão oferecidos à comunidade ficando condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

II. Educação Profissional Técnica de nível médio.

A educação profissional técnica de nível médio se caracteriza nas seguintes formas de ensino:

- Articulada com o ensino médio, na forma integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental na idade regular, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.
- Subsequente, oferecido para quem já tenha concluído o ensino médio.
- Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Configura-se em uma modalidade ofertada pelo IFAP para Jovens e Adultos, maiores de 18 anos, que não tiveram acesso ou continuidade ao ensino médio na idade própria e poderão cursá-lo integrado à parte profissionalizante.

III. Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação:

- Cursos Superiores de Tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- Cursos Superiores de Licenciatura com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática.
- Cursos Superiores de bacharelados visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- Cursos de Pós-graduação:
 - i. *Lato Sensu* (Aperfeiçoamento e Especialização) visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.
 - ii. *Stricto Sensu* (Mestrado) que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas à geração e inovação tecnológica.

Uma das principais finalidades do IFAP é estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de





trabalho e renda e à formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, na perspectiva, sobretudo, do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Para o atendimento das finalidades acima mencionadas, o IFAP trabalha com cursos de educação profissional técnica e superior pertencentes aos Eixos Tecnológicos que são determinados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Já no que se refere às Licenciaturas, a oferta de cursos se encontra fundamentada na demanda regional e em atendimento aos Referenciais Curriculares Nacionais para as licenciaturas.

A oferta de cursos é realizada de forma a garantir a verticalização do ensino no IFAP, em áreas de conhecimento, com oferta em níveis e formas diferentes de modo a promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior e pós-graduação.

1.4. FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

A Lei nº 11.892/2008 define as finalidades, características e objetivos de todos os Institutos Federais e são apresentados neste documento como norteadores de todos os planos e ações promovidos pelo Instituto Federal do Amapá – IFAP. Com base neles, foram delineados alguns Princípios.

1.4.1. PRINCÍPIOS

O Instituto Federal de Educação do Amapá estabelece como princípios norteadores:

- I. Inclusão e justiça social, com equidade, cidadania, sustentabilidade, ética e respeito à diversidade.
- II. Verticalização do ensino e indissociabilidade da pesquisa e da extensão nos diversos níveis e modalidades.
- III. Gestão Democrática, com transparência, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas.
- IV. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.
- V. Educação como direito social, pautada na formação humana integral, com foco na produção e socialização do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo.
- VI. Democratização do acesso e garantia de permanência e conclusão com êxito.
- VII. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.
- VIII. Respeito ao pluralismo de ideias e liberdade de expressão.

IX. Excelência acadêmica.

X. Adequação e flexibilização de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos às necessidades e especificidades regionais.

1.4.2. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

As ações de ensino, pesquisa e extensão do IFAP são dimensionadas e articuladas com os recursos necessários para seu funcionamento, de forma que a Instituição possa ajustar-se às demandas sociais que subjazem à sua existência. Assim, sob orientação do art. 6º. da Lei nº 11.892/2008, o IFAP define assim suas características e finalidades:

- a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e em todas as modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento humano e socioeconômico;
- b) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e às peculiaridades regionais;
- c) promover a integração e a verticalização em todos os níveis de ensino (da educação básica à educação profissional e à educação superior), otimizando a infraestrutura física e valorizando os recursos humanos;
- d) orientar a oferta formativa em benefício da consolidação, do desenvolvimento e do fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades locais e regionais;
- e) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, reflexivo e voltado à pesquisa;
- f) qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo formação inicial e continuada aos docentes das redes públicas de ensino;
- g) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- h) realizar e estimular a pesquisa científica e tecnológica, a produção cultural e a inovação tecnológica;
- i) estimular o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- j) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, notadamente as voltadas à sustentabilidade ambiental e às demandas da sociedade.
- k) Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma integrada, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;





- l) Ministrar cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, objetivando a formação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- m) Fomentar a pesquisa como princípio educativo;
- n) Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tanto técnicas quanto tecnológicas e estendendo os benefícios à comunidade;
- o) Desenvolver atividades de extensão articuladas com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, enfatizando o desenvolvimento, a produção, a difusão e a socialização de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;
- p) Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e de renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento humano, cultural, científico, tecnológico e socioeconômico local e regional; e
- q) Ministrar, em nível de educação superior:
 - Cursos superiores de tecnologia, bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para as diferentes áreas do conhecimento e para as demandas da sociedade;
 - Cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a atuação na educação profissional e na educação básica, sobretudo nas áreas de ciências da natureza e de matemática;
 - Cursos de pós-graduação *lato sensu* (tanto de aperfeiçoamento quanto de especialização), visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - Cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), visando ao estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia ■

CAPÍTULO 2

PERFIL ESTRATÉGICO



2. PERFIL ESTRATÉGICO

Estratégia consiste no plano que associa os objetivos, as políticas e as ações sequenciais de uma instituição de forma integrada. Dessa forma, considerado o perfil institucional do Instituto Federal do Amapá (Ifap), suas especificidades e condições como instituição pertencente da administração pública federal, a estratégia do IFAP parte primeiramente de um padrão já estabelecido e institucionalizado a partir da Lei de Criação do Instituto, mas se constitui como um plano sistematizado de ações para os próximos cinco anos, conforme evidenciado abaixo e que presume alcançar expectativas consensuais, formatadas por todos os atores que se articulam com a Instituição, consolidando-se ao longo do tempo como uma instituição que se posiciona estrategicamente no objetivo de ofertar educação profissional pública, gratuita e de excelência.

Por sua estratégia se constituir como um Plano, convém a apropriação do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAP como um meio para difusão da sua Estratégia Organizacional, ora apresentado.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifap faz uso do Planejamento como um meio de alcançar sua visão de futuro e, para tanto, apresenta de forma organizada e sistematizada uma série de objetivos, metas e indicadores de desempenho para o período de cinco anos, embasados em primeiro lugar nas diretrizes estabelecidas para os Institutos Federais pela Lei de Criação dos Institutos e também pelas demandas sociais e especificidades locais que criam necessidades futuras.

Ao estabelecer metas e compromissos, o planejamento certifica a Instituição de suas responsabilidades em garantir o acesso à educação de qualidade enquanto direito fundamental da sociedade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAP para o período de 2019 a 2023, além de se constituir um documento de exigibilidade legal, se constitui como um instrumento norteador dos anseios e expectativas da sociedade e expressa seu compromisso com o propósito maior da instituição. Representa ainda o resultado do esforço de toda a comunidade que o compõe para expressar e registrar na sua história suas realizações e pretensões no momento passado, no presente e no futuro.

Para subsidiar a construção do PDI, os resultados da avaliação das ações institucionais ao longo do tempo devem ser considerados. E, portanto, avaliar se constitui como uma ferramenta tão importante quanto planejar. Assim, ao se delinear as pretensões futuras do Instituto, utiliza-se como balizador os eixos e dimensões propostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o SINAES, assim como os resultados apurados pela Comissão Interna de Avaliação da Educação Superior, a CPA, por meio da avaliação institucional, conforme será evidenciado abaixo.

A seguir, são apresentados os norteadores da identidade estratégica do Ifap.

2.1. IDENTIDADE ESTRATÉGICA

Missão

Promover educação profissional pública de excelência em todos os níveis e modalidades de ensino, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa, igualitária e conscientemente sustentável.

Visão

Ser referência em educação profissional, proporcionando o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do Amapá, com reconhecimento nacional e internacional, garantindo o acesso, a permanência e o êxito, por meio de políticas de acesso aos estudantes.

Valores

- Transparência
- Eficiência
- Ética
- Inclusão
- Responsabilidade Social
- Sustentabilidade

2.2. ANÁLISE SITUACIONAL DO IFAP

Nesta seção é apresentado um panorama do desenvolvimento institucional do IFAP, com base em alguns indicadores descritos e de desempenho que constam nos relatórios de gestão, em atendimento ao que determina o Acórdão n. 2267/2005- TCU, que abrangem aspectos gerenciais e educacionais do Instituto.

No ano de 2017, em face do processo de interiorização, o IFAP ampliou a oferta de vagas nos cursos técnicos, de graduação tecnológica, de licenciaturas e de pós-graduação.

A Tabela 1, a seguir, mostra, em termos absolutos, o número de matrículas por modalidade de ensino em 2017.

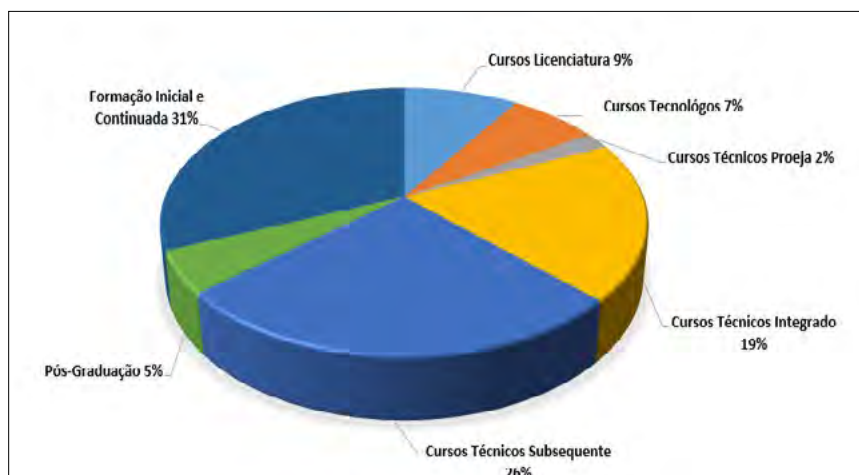
Tabela 01: Número de Matrículas por modalidade de Ensino em 2017

MATRÍCULAS POR MODALIDADE DE ENSINO	2017
Formação Inicial e Continuada	2651
Cursos Técnicos Integrados	1618
Cursos Técnicos Subsequentes	2227
Cursos Técnicos Proeja	200
Graduação Tecnológica	597
Licenciatura	774
Pós-graduação	451
TOTAL	8518

Fonte: IFAP 2018.

Em 2017, a composição percentual de matrículas em cada modalidade de curso estava constituída da seguinte forma:

Gráfico 01: Percentual de Participação do Número de matrículas em 2017.



A Lei de Criação dos Institutos Federais estabelece que os Institutos devem ofertar 20% do total de suas vagas para a formação de professores e 50% para o ensino técnico. Adicionalmente o Decreto 5.840, de 13 de Julho de 2006, que cria o Programa Proeja, estipula que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica deve destinar 10% de suas vagas para a oferta do Proeja.

Considerando as informações apresentadas acima, verifica-se que ainda é um desafio para o Instituto Federal do Amapá para os próximos 5 anos aumentar o percentual de matrículas na oferta de cursos de educação de Jovens e Adultos, que até 2017 estava na ordem de 2% para um percentual igual ou superior a 10%. Adicionalmente, é necessário aumentar a oferta de vagas e consequentemente o número de matrículas para a formação de professores para um percentual igual ou superior a 20%, que até 2017 estava na ordem de 14%, considerando os cursos de graduação e de pós-graduação.

Outros dados importantes para análise do desenvolvimento do Ifap referem-se ao número de alunos ingressantes e ao número de alunos concluintes.

No que diz respeito ao número de alunos ingressantes, a tabela abaixo demonstra o número de vagas ofertadas para o ano de 2017, o número de inscritos e o número total de ingressantes em cada *Campus* do IFAP.

Tabela 02: Total de vagas, inscritos e ingressantes em 2017

INSTITUIÇÃO	UNIDADES	CURSOS	VAGAS	INSCRITOS	INGRESSANTES
<i>Campus</i> Macapá	1	48	1020	23266	954
<i>Campus</i> Porto Grande	1	23	1122	1049	1056
<i>Campus</i> Laranjal do Jari	1	25	484	632	429
<i>Campus</i> Santana	1	31	1882	2737	1456
Centro de Referência Pedra Branca	1	5	245	237	236
<i>Campus</i> Avançado Oiapoque	1	6	201	805	201
TOTAL	6	138	4954	28726	4332

Fonte: IFAP 2018.

A tabela evidencia uma relação de 5,79 candidatos por vaga nos processos seletivos realizados no ano de 2017 nos 138 cursos ofertados pelo Instituto Federal do Amapá e ainda o ingresso de 4332 novos alunos. Considerando as demandas por educação em todos os níveis, explicitadas no capítulo anterior, torna-se relevante fortalecer as ações de divulgação dos cursos e do próprio Instituto Federal, considerando sua função social, a qualidade de sua infraestrutura física e de seu pessoal. Aumentar esta proporção deve se constituir importante ação do IFAP no porvir. Além disso, a realização de pesquisas de demanda e o conhecimento da vocação econômica, social e cultural de cada local de oferta é imperioso para que a procura pelos cursos seja mantida em melhores patamares.

Nesta mesma esteira, importante analisar a relação entre o número de ingressantes e o número de concluintes do IFAP. A tabela abaixo demonstra que no ano de 2017, houve o ingresso de 4332 alunos no IFAP contra 2784 concluintes. Muito embora se verifique um forte aumento do número de vagas e matrículas ao longo dos últimos anos, dada a forte expansão do IFAP no Estado, ainda se observa um baixo índice de êxito na conclusão dos cursos, revelando algumas dificuldades de manutenção dos alunos.

Tabela 03: Relação do Número de Ingressantes com o Número de Concluintes

INSTITUIÇÃO	INGRESSANTES	MATRÍCULAS	CONCLUINTES
Campus Macapá	954	3454	448
Campus Porto Grande	1056	1402	629
Campus Laranjal do Jari	429	938	195
Campus Santana	1456	2051	1356
Centro de Referência Pedra Branca	236	396	156
Campus Avançado Oiapoque	201	277	0
TOTAL	4332	8518	2784

Fonte: IFAP 2018.

Este dado propõe uma averiguação mais aprofundada acerca dos principais motivos de evasão e a promoção e manutenção de ações que assegurem a minimização deste fator, seja por fortalecer e intensificar as ações de apoio ao

aluno, especialmente a assistência estudantil, como também por introduzir profundas modificações no processo de ensino e aprendizado em todas as instâncias do ensino. A tabela a seguir reforça o quadro de evasão que se apresenta no IFAP.

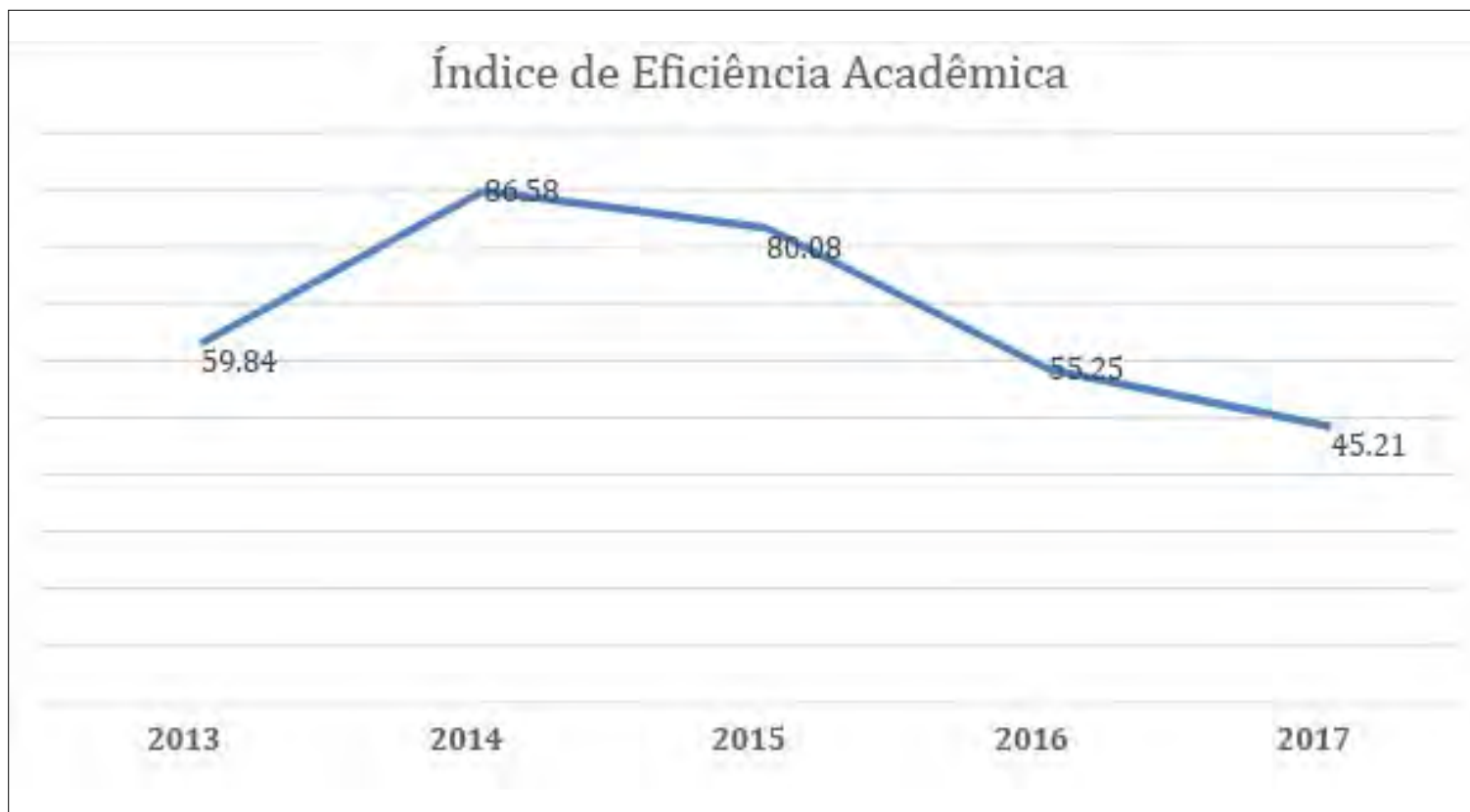
Tabela 04: Índices de Evasão por modalidade de Curso

CURSO	MODALIDADE	% EVASÃO
TÉCNICO	Concomitante	0%
	Integrado	6,60%
	Proeja	13,50%
	Subsequente	10,20%
SUPERIOR	Licenciatura	11,90%
	Tecnologia	12,10%

Ainda em relação ao índice de evasão, em 2016 o IFAP registrou 713 (setecentos e treze) estudantes evadidos, todavia no exercício 2017 ocorreu a diminuição em 18% da taxa de evasão, registrando o total de 578 estudantes evadidos. Destaque para a forte evasão verificada nos cursos técnicos ofertados como Proeja, que requer atenção quanto à utilização de estratégias de permanência e êxito diferenciadas para os alunos vinculados a esta modalidade.

No que tange à eficiência acadêmica, que é um indicador que está em fina sintonia com os índices de evasão e conclusão do curso, a tabela abaixo demonstra o histórico de eficiência acadêmica dos alunos do Instituto em termos de percentuais de conclusão e da possibilidade de alunos retidos concluírem seus cursos.

Gráfico 02: Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes/Alunos em situação final.



Fonte: IFAP 2018.

O índice de eficiência acadêmica no exercício 2017 diminuiu em relação aos quatros exercícios anteriores, apresentando o valor 45,21. O cálculo do indicador e análise ocorreu considerando o registro de 766 (setecentos e sessenta e seis) estudantes concluintes e 1.694 (mil seiscentos e noventa e quatro) estudantes em situação final. Assim, é imprescindível lançar mão de ações efetivas para a permanência e o êxito dos estudantes.

Outro importante aspecto que subsidia as ações de desenvolvimento institucional para o período de 2019 a 2023 refere-se às políticas de qualificação do corpo docente. O gráfico abaixo apresenta a titulação do quadro docente do IFAP no ano de 2018.

Gráfico 03: Titulação do Quadro Docente do IFAP em 2018.



Fonte: IFAP 2018.

Ainda que se verifique um número significativo de docentes com titulação *stricto sensu*, a sensibilização e estabelecimento de políticas para apoio à melhoria da qualificação docente é um fator que deve ser fortalecido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Há um contingente elevado de docentes em nível de pós-graduação *lato sensu* que pode ser incentivado a participar de programas de mestrado, assim como há um pequeno número de docentes graduados que podem também ampliar sua qualificação em programas de pós-graduação. A oferta de programas desta natureza nas dependências do próprio Instituto Federal do Amapá também pode se constituir como um meio de elevar o nível de qualificação dos docentes.

Em paralelo à titulação, a tabela abaixo demonstra que o IFAP dispõe de um quadro docente em que 90% possui vínculo efetivo de 40 horas semanais de trabalho e 8% possui vínculo temporário com 40 horas semanais, sendo este um excelente referencial de qualidade, na medida em que assegura a viabilidade de práticas institucionais e a criação de cultura voltada para o aperfeiçoamento contínuo de boas práticas de ensino e aprendizagem.

Tabela 05: Regime de Trabalho e Vínculo com a Administração Pública

EFETIVO			SUBSTITUTO/TEMPORÁRIO		TOTAL
20h	40h	DE	20h	40h	
3	8	235	1	22	269
1%	3%	87%	0%	8%	100%

Fonte: IFAP 2018.

Dado o número de docentes em Tempo integral e o número total de alunos do IFAP, tendo como referência o ano de 2017, resulta então uma relação aluno/professor de 22,13 (sem considerar matrículas em cursos FIC), que é um referencial positivo de qualidade, mas que ainda pode ser melhorado, a partir de uma boa gestão das demandas de ensino, uma vez que há um contingente considerável de docentes que desenvolve outras atividades no Instituto, em função das próprias demandas de gestão e projetos e que, via de regra, pode levar a uma redução da carga horária de ensino.

Um outro indicador importante para medir o perfil de desenvolvimento institucional do Instituto é o Gasto Corrente por Matrícula. Este indicador mede a eficiência da instituição em relação aos gastos públicos. Conforme demonstra a tabela abaixo, o gasto corrente por matrícula é de R\$ 14.554,75 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) por mês, tendo como referência o ano de 2017.

Tabela 05 – Gasto Corrente por Matrícula em 2017.

GASTO CORRENTE POR MATRÍCULA	MATRÍCULAS EQUIVALENTES	GASTOS TOTAIS	GASTOS CORRENTES	INVESTIMENTOS
14.554,75	5508	84.262.203,00	80.171.215,00	3.955.271,00

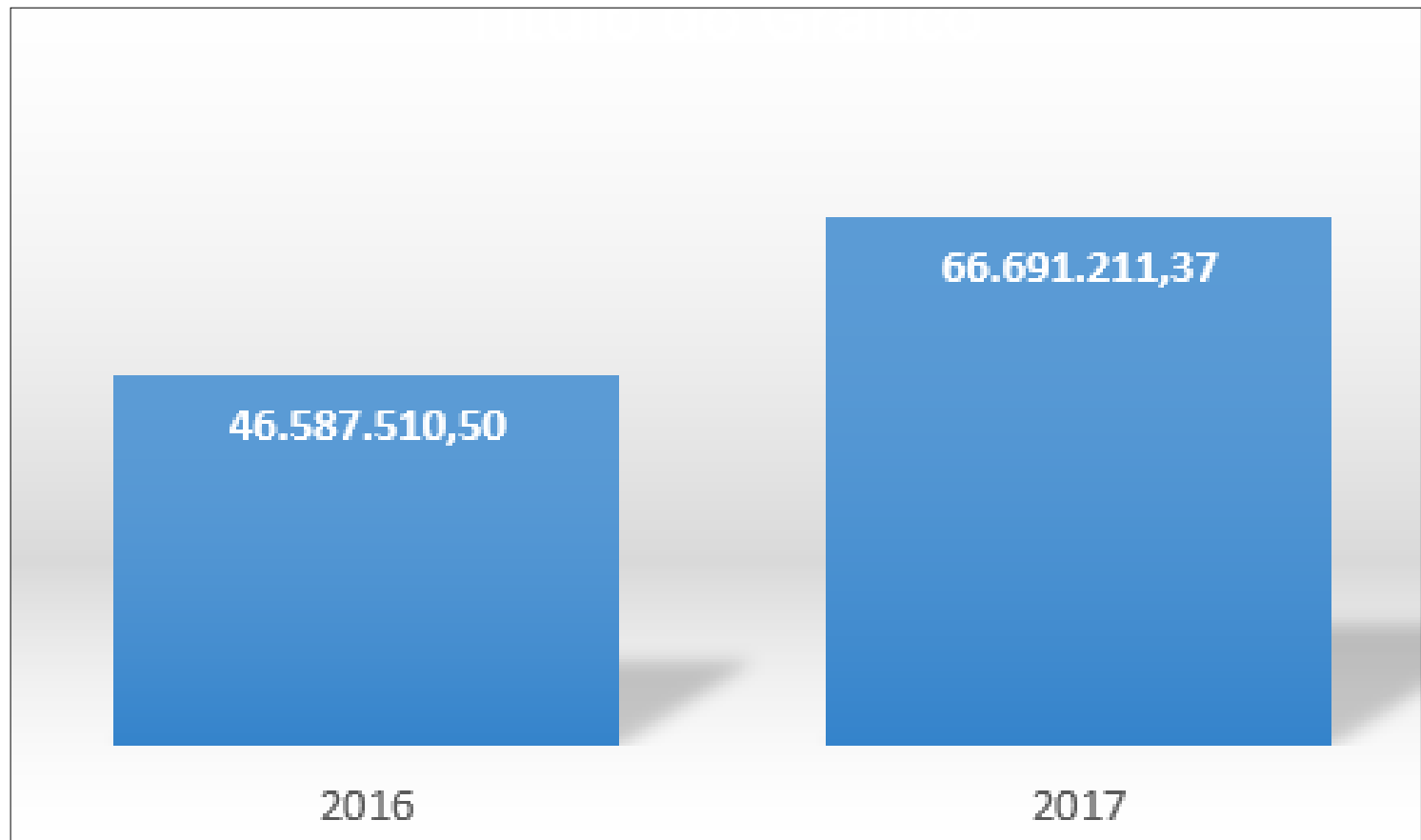
Fonte: Retirado da Plataforma Nilo Peçanha (PNL).

Analisando este dado com os demais Institutos Federais, o gasto por matrícula do IFAP está abaixo da média dos Institutos Federais, sendo este de R\$ 15.866,69. Entretanto, a despeito deste fato, é possível uma melhora

significativa neste valor, tendo em vista o desempenho do Instituto Federal de Rondônia, que apresenta valor próximo a onze mil reais. Convém realizar benchmarking com esta instituição para se apropriar de boas práticas que possibilitem a melhora deste índice.

Ainda nesta mesma esteira, os gastos com pessoal do IFAP tiveram um aumento significativo entre 2016 e 2017, fruto principalmente do processo de crescimento verificado no Instituto nos últimos anos. O gráfico abaixo demonstra que em 2016, os gastos com pessoal ficaram na ordem de R\$ 46.587.50,50, contra R\$ 66.691.211,37 de 2017, representando, respectivamente, 69,98% e 77,78% do total de despesas do Instituto Federal do Amapá, o que representa um acréscimo significativo

Gráfico 04: Gastos com Pessoal do IFAP

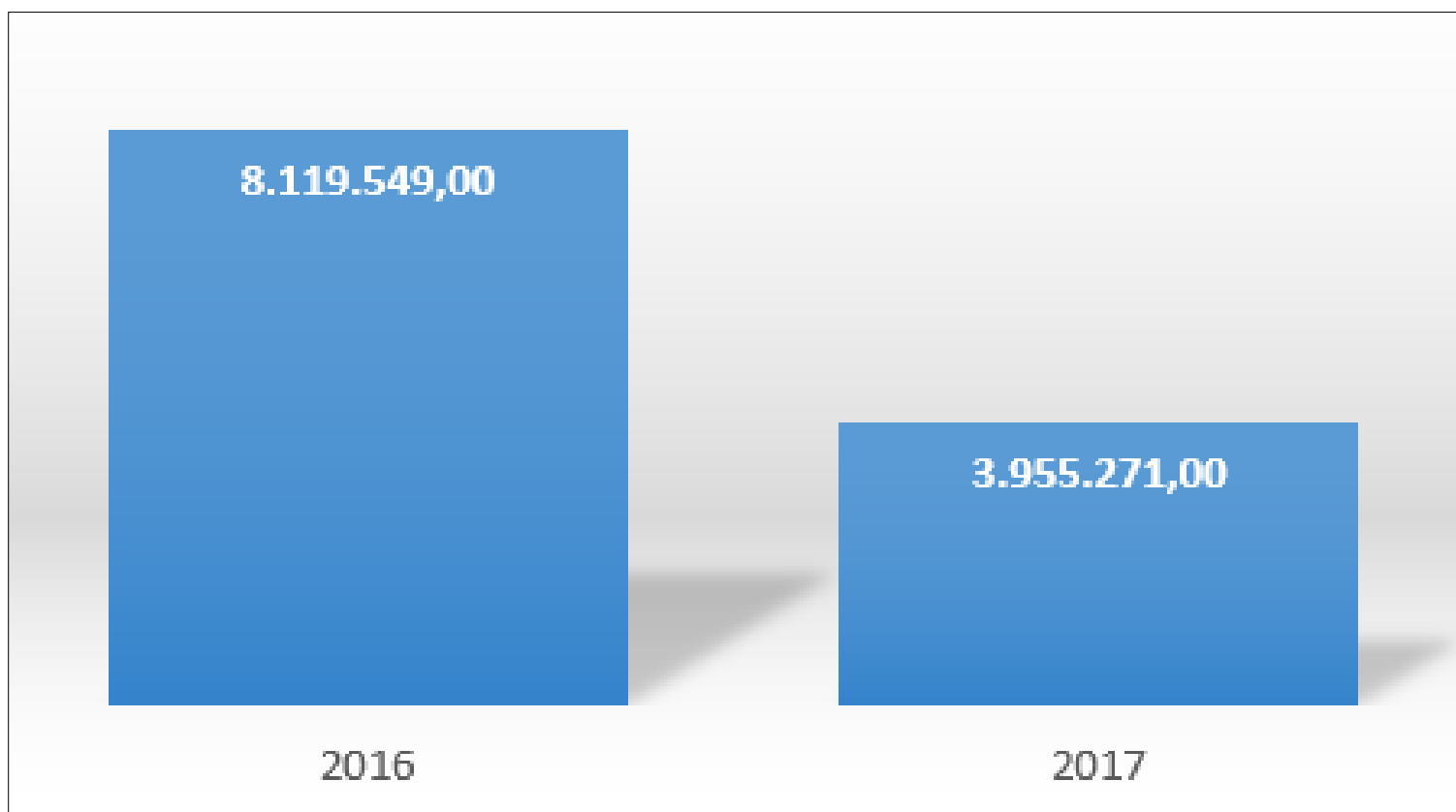


Fonte: IFAP 2018.

Em contrapartida, verifica-se uma queda no volume de investimentos neste mesmo período, principalmente decorrente do contexto socioeconômico e político que se estabeleceu no país, caracterizado por forte crise econômica, recessão, aumento dos gastos públicos e sucateamento da atividade educacional de norte a sul do país.

Os investimentos reduziram de R\$ 8.119.549,00 em 2016 para R\$ 3.955.271,00 em 2017, um decréscimo de 52,84% de um ano para o outro. Adicionalmente, o percentual de investimentos em relação ao volume de despesas do exercício 2016 foi de 11,10%, enquanto em 2017, esta proporção foi de 4,21%, um valor que preocupa, pois torna a execução da atividade educacional inviável, considerando as necessidades de expansão física e investimentos em laboratórios, mobiliário, maquinários, equipamentos e softwares para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Gráfico 05: Investimentos realizados no IFAP



Fonte: IFAP 2018.

Para finalizar a exposição desta seção, apresentam-se alguns dados relevantes que delineiam o perfil dos estudantes do IFAP. O gráfico abaixo apresenta a caracterização de cor/raça do IFAP no ano de 2017, evidenciando que a maioria dos estudantes (53,08%) se autodenomina pardo, havendo um forte contingente de alunos não mapeado ou que não informaram.

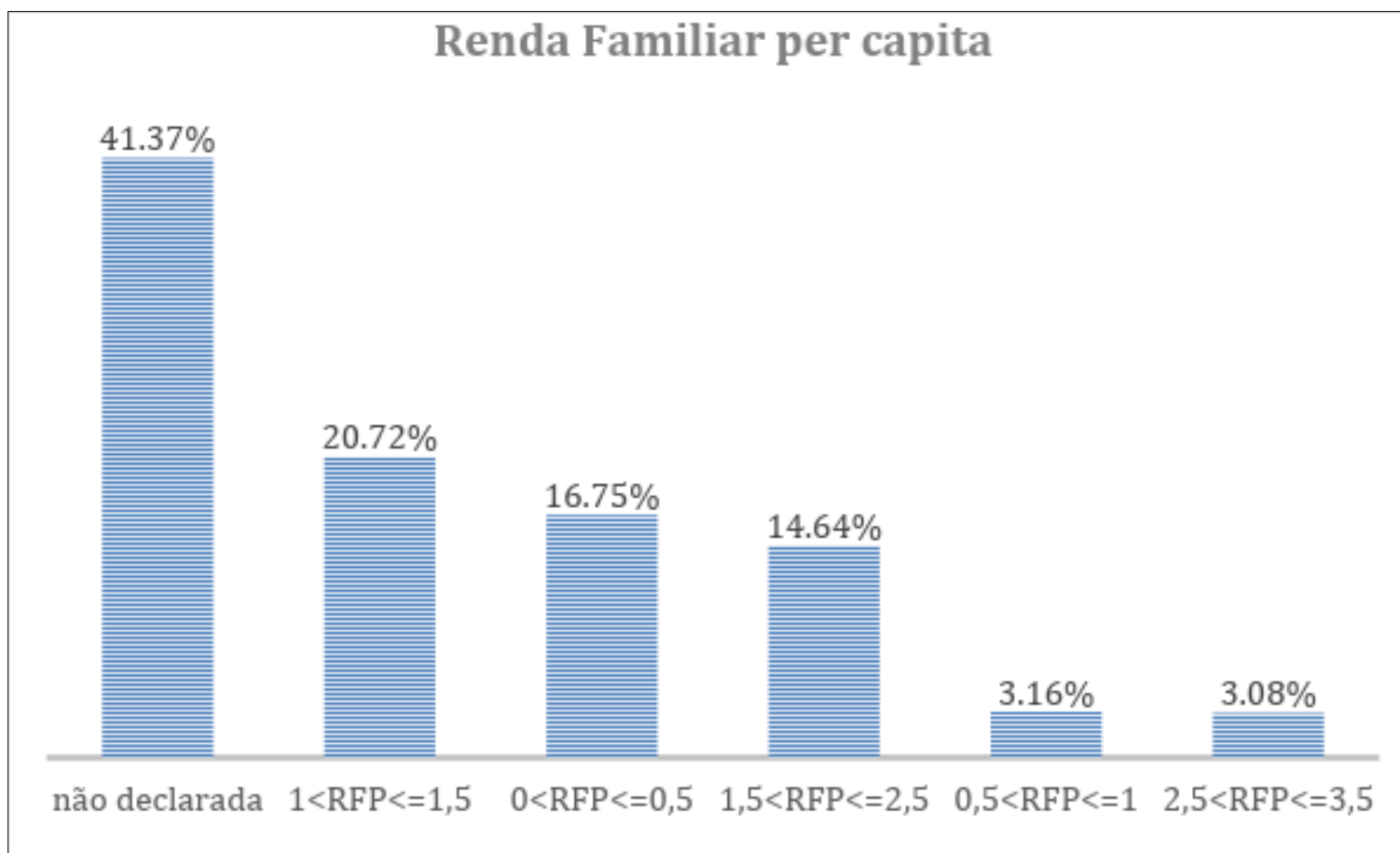
Gráfico 06: Perfil Sócio econômico da Clientela – Cor/Raça (2017)



Fonte: IFAP 2018.

No que diz respeito à renda, também não foi possível ter acesso à informação em 41,37% dos estudantes. Verifica-se, todavia, que 40,63% dos estudantes tinha em 2017 renda familiar per capita não superior a um salário mínimo e meio.

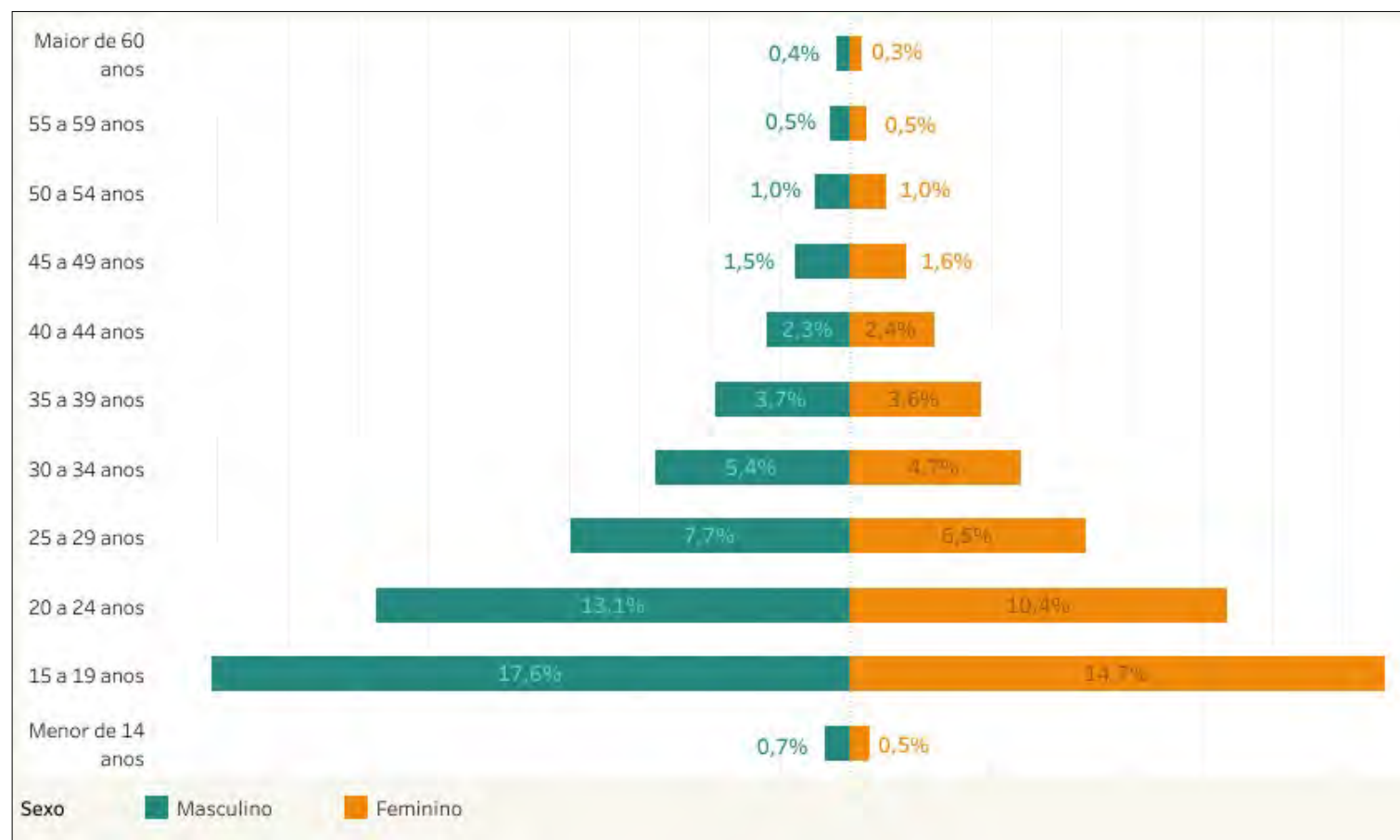
Gráfico 07: Perfil Sócio econômico da Clientela – Renda Familiar per Capita (2017).



Fonte: IFAP 2018.

Em se tratando de idade e sexo, os alunos matriculados nos cursos do IFAP em 2017 estavam concentrados, em sua maioria, na faixa etária entre 15 e 24 anos, estando equilibrada a proporção de homens e mulheres, ainda que o sexo masculino seja maior.

Gráfico 08: Perfil Sócio econômico da Clientela – Idade e Sexo



Fonte: Retirado da Plataforma Nilo Peçanha (PNL) 2018.

Assim, delineado o contexto situacional do IFAP, a próxima seção se ocupa de apresentar os eixos e dimensões estratégicas do IFAP, que caracterizam os anseios e interesses dos atores organizacionais do IFAP. Compreender o contexto, portanto, possibilita que se tenha maior segurança no estabelecimento dos objetivos, metas e ações que se deseja alcançar no futuro.

2.3. EIXOS E DIMENSÕES ESTRATÉGICAS

No intuito de direcionar as ações estratégicas do IFAP para os próximos cinco anos, foram definidas 13 dimensões de atuação institucional, vinculadas à atuação das Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, responsáveis pela sistematização, planejamento, acompanhamento e controle do Desenvolvimento das Políticas Institucionais.

O quadro abaixo apresenta a relação entre os eixos e dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e as dimensões institucionais do IFAP. É importante enfatizar que, dadas as peculiaridades e dinâmicas do Instituto, em função de sua Lei de Criação e demais normativas, assim como suas características organizacionais, as dimensões propostas pelo Instituto Federal do Amapá são ampliadas, para dar conta de abraçar estas especificidades. A dimensão de Responsabilidade Social foi suprimida como uma dimensão específica, pois ela está difusa nas demais dimensões propostas. No eixo de Políticas Educacionais, foi incluída a dimensão do Relacionamento com a Comunidade. No eixo de Políticas de Gestão, foi incluída a dimensão de Governança, riscos e controle. E várias dimensões sofreram modificações de nomenclatura para melhor ajustar-se às peculiaridades do Instituto.

Quadro 04: Relação entre eixos e dimensões SINAES e eixos e dimensões do IFAP.

SINAES		IFAP		
EIXOS	DIMENSÕES	EIXOS	DIMENSÕES	ÓRGÃO SISTÊMICO
Planejamento e Avaliação Institucional	Planejamento e Avaliação	Planejamento e Avaliação Institucional	Planejamento e Avaliação	PROPLAN
Desenvolvimento Institucional	Missão e PDI	Desenvolvimento Institucional	Missão e Desenvolvimento Institucional	PROPLAN
	Responsabilidade Social			
Políticas Educacionais	Comunicação com a Sociedade	Políticas Educacionais	Comunicação com a sociedade e identidade visual	DICOM
			Relacionamento com a Comunidade	DICOM
	Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão		Políticas para ensino, pesquisa e extensão	PROEN, PROEPP
	Políticas de Atendimento aos discentes		Políticas de Atendimento aos discentes	PROEN
Políticas de Gestão	Políticas de Pessoal	Políticas de Gestão	Políticas de Gestão de Pessoas	PROGEP
	Organização e Gestão da Instituição		Organização Administrativa	PROPLAN
			Governança, riscos e controle	DINTE
	Sustentabilidade Financeira		Gestão Financeira e Orçamentária	PROAD
Infraestrutura	Infraestrutura física	Infraestrutura	Políticas de Infraestrutura	DITI, PROAD

Fonte: IFAP.

2.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS POR DIMENSÃO

Definidas as dimensões institucionais, são sintetizados abaixo os principais objetivos estratégicos norteadores das ações de futuro do IFAP.

Dimensão 1. Planejamento e Avaliação

- Sistematizar e acompanhar o planejamento institucional.
- Avaliação dos resultados de gestão.

Dimensão 2. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

- Fortalecer a identidade do IFAP no estado do Amapá.
- Ampliar as atividades de internacionalização a partir de demandas educacionais.
- Incentivar a participação de *staffs* e comunidade na construção do Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Desenvolver ações que garantam a sustentabilidade ambiental.

Dimensão 03. Comunicação com a Sociedade

- Estabelecer e ampliar os canais de comunicação com servidores e estudantes.
- Ampliar as ações de divulgação das ofertas de vagas em todas as modalidades de curso.
- Promover eventos que aproximem o IFAP da sociedade.
- Estruturar infraestrutura de produção audiovisual na Reitoria e nos *campi*.

Dimensão 04. Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão e Pós-graduação

- Realizar Processos Seletivos, diversificando as formas de acesso para promover a inclusão social.
- Adequar o número de vagas ofertadas às exigências legais, ampliando a oferta em consonância com o desenvolvimento socioeconômico regional e às condições estruturais do IFAP.
- Acompanhar e aperfeiçoar processos de ensino e aprendizagem visando garantir a permanência e o êxito.
- Desenvolver ações de acompanhamento e aperfeiçoamento do registro e controle acadêmico.
- Fortalecer a política de expansão e atualização do acervo da biblioteca e ampliar sua atuação junto à comunidade.
- Ampliar a atuação das ações de educação a distância.
- Incentivar a criação de projetos de pesquisa aplicada à inovação com foco na transferência de tecnologias para a sociedade.
- Fortalecer a produção e publicação de pesquisas.
- Ampliar e fortalecer os programas e projetos de extensão.
- Ampliar os mecanismos de inserção dos alunos e egressos ao mundo do trabalho.

- Fortalecer o acesso à formação para mulheres em vulnerabilidade social.
- Expandir e fortalecer os programas de pós-graduação do IFAP.
- Incentivar a criação de projetos de pesquisa aplicada à inovação com foco na transferência de tecnologias para a sociedade.
- Implantar programas de incubação de empresas.

Dimensão 5. Políticas de Atendimento ao Discente

- Ampliar e fortalecer as ações de assistência social para os alunos.
- Estimular a formação de organização estudantil.
- Garantir atendimentos especializados aos discentes PNE.

Dimensão 06. Políticas de Gestão de Pessoas

- Aprimorar as ações da PROGEP referentes aos processos de seleção e movimentação de servidores.
- Aprimorar as ações da PROGEP para alinhar o desenvolvimento, capacitação e gestão de pessoal.
- Aprimorar as ações da PROGEP para viabilizar e incentivar o cuidado com a saúde do servidor.
- Aprimorar as ações da PROGEP para viabilizar a capacitação de pessoal.

Dimensão 07. Gestão Administrativa

- Desenvolver e implementar a gestão de processos e fluxos institucionais.
- Fortalecer a transparência dos atos de gestão.
- Fortalecer os processos de autonomia e descentralização.
- Fortalecer a proteção de dados pessoais.

Dimensão 8. Governança, Riscos e Controle

- Fortalecer a política de governança administrativa

Dimensão 9. Engenharia e Infraestrutura

- Construir e reformar com o fim de ampliação e manutenção.
- Desenvolver ações que garantam a sustentabilidade ambiental.
- Garantir o atendimento à legislação relacionada à acessibilidade arquitetônica.
- Aumentar a segurança dos bens patrimoniais do IFAP.
- Ampliar e atualizar a infraestrutura material e lógica das TI.
- Informatizar processos administrativos e acadêmicos da Instituição mediante aperfeiçoamento do SUAP.

Dimensão 10. Sustentabilidade Financeira

- Buscar a eficiência econômico-financeira do IFAP.



2.5. METAS, AÇÕES E INDICADORES

Definidas as dimensões de desenvolvimento institucional, assim como os objetivos estratégicos que norteiam as práticas educacionais e administrativas do IFAP, passam a ser apresentadas as metas, ações e respectivos indicadores de desempenho para o período 2019 a 2023 ■

Quadro 05: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Planejamento e Avaliação.

DIMENSÃO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL												
OBJETIVO	META	AÇÕES	INDICADOR	CÁLCULO DO INDICADOR	FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS (2019 A 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	META ANUAL		SETOR RESPONSÁVEL
					LOA IFAP	TED	PROJETOS	OUTROS		2022	2023	
Sistematizar e acompanhar o planejamento institucional	Desenvolver 100% do Planejamento Anual	Elaborar e acompanhar o Plano de ação anual	Nº total de planos de ação elaborados	Σ nº de planos elaborados / Nº total * 100	-	-	-	-	0	50%	50%	PROPLAN
	Elaborar e publicar plano de dados abertos institucional	Elaborar e atualizar o Plano de Dados Abertos	Nº total de planos de dados dos abertos elaborados	Σ nº de planos elaborados / Nº total * 100	-	-	-	-	0	100%	0	PROPLAN
	Instituir mecanismos periódicos de acompanhamento dos resultados para agilizar medidas gerenciais	Monitorar, através do site institucional, a execução dos planos pelas unidades.	Percentual de institucionalização de mecanismos de monitoramento	Σ nº de mecanismos criados / nº total * 100	-	-	-	-	0	50%	50%	PROPLAN
	Realizar a construção, publicação e divulgação do Relatório de Gestão em formato integrado.	Consolidação das informações e elaboração do Relatório, conforme orientações do Tribunal de Contas da União	Percentual de relatórios elaborados	Σ nº de relatórios publicados / nº total * 100	-	-	-	-	0	50%	50%	PROPLAN
Avaliação dos resultados de gestão	Atualizar anualmente o Anuário Estatístico	Elaborar e consolidar as informações relevantes da Instituição	Percentual de anuários elaborados	Σ nº de anuários publicados / nº total * 100	-	-	-	-	0	50%	50%	PROPLAN

Quadro 06: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.

DIMENSÃO 2: MISSÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL												
OBJETIVO	META	AÇÕES	INDICADOR	CÁLCULO DO INDICADOR	FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	META ANUAL		SETOR RESPONSÁVEL
					LOA IFAP	TED	PROJETOS	OUTROS		2022	2023	
Fortalecer a identidade do IFAP no estado do Amapá	Garantir 100% do conhecimento da finalidade da Rede Federal e sua função social.	Promover eventos de propagação de conteúdo sobre a temática	Percentual de relatórios elaborados	Σ n° de eventos / n° total de eventos * 100	-	-	-	-	0	0	100%	PROPLAN
Ampliar as atividades de internacionalização a partir de demandas educacionais.	Ampliar 10% o número de acordos de cooperação e parcerias com instituições estrangeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar demandas por cooperação; • Realizar contatos e visitas a instituições internacionais com possibilidade de parcerias; • Acompanhar das ações de internacionalização e divulgação de editais com instituições parceiras 	Percentual de parcerias ou convênios de internacionalização	Σ n° de convênios ou parcerias / n° total *100	-	-	-	-	0	5%	5%	PROPLAN
	Ampliar 10% o número de estudantes e servidores em mobilidade internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar acordos de cooperação para capacitação, execução de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão em parceria; • Realizar convênios para viabilizar projetos de pesquisa, extensão e ensino para alunos do IFAP; • Realizar convênios para oferta de cursos de pós-graduação a servidores e alunos; Realizar seleção para intercâmbio de servidores e alunos com fins específicos. 	Percentual de servidores em mobilidade internacional Percentual de alunos em mobilidade internacional	Σ n° de estudantes / n° total *100 Σ n° de servidores / n° total *100	-	-	-	-	0	50%	50%	PROPLAN

Incentivar a participação de <i>staffs</i> e comunidade na construção do Plano de Desenvolvimento Institucional	Garantir 100% da participação das unidades na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional	<p>Criar uma Comissão com representantes dos Campi e Reitoria;</p> <p>Elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional;</p> <p>Realizar a Consulta Pública do documento;</p> <p>Submeter para análise e aprovação do Conselho Superior.</p>	Percentual de plano	Σ n° de estudantes / n° total *100	-	-	-	-	0	0	100%	PROPLAN
Desenvolver ações que garantam a sustentabilidade ambiental	Garantir 100% do acompanhamento dos objetivos, metas e ações do Plano de Logística Sustentável.	Monitoramento e elaboração de relatório de sustentabilidade.	% de relatórios	Σ n° de relatórios / n° total *100	-	-	-	-	0	50%	50%	PROPLAN

Quadro 07: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Comunicação com a Sociedade.

Dimensão 3: Comunicação com a sociedade e identidade visual												
OBJETIVO	META	AÇÕES	INDICADOR	CÁLCULO DO INDICADOR	Fontes de recursos financeiros necessários (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	META ANUAL		SETOR RESPONSÁVEL
					LOA IFAP	TED	PROJETOS	OUTROS		2022	2023	
Estabelecer e ampliar os canais de comunicação com servidores e estudantes	Institucionalizar quatro novos diferentes meios de comunicação com servidores e alunos, de forma a incentivar o diálogo com a Gestão do IFAP	<p>Criar e difundir boletim interno de informações institucionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar e/ou fortalecer mecanismos de interação e comunicação interna • Criar mecanismos para tornar claro à comunidade a função social do IFAP e os documentos institucionais • Possibilitar acesso da comunidade a mecanismos de transparência institucional, avaliações institucionais e ouvidoria 	<ul style="list-style-type: none"> • 48 informativos enviados a alunos e servidores anualmente • 24 campanhas internas de comunicação desenvolvidas para alunos e servidores anualmente 	<ul style="list-style-type: none"> • 192 informativos enviados a alunos e servidores • 96 campanhas internas de comunicação desenvolvidas para alunos e servidores 	X			X	R\$ 10.000,00	60%	60%	Dicom

Promover eventos que aproximem o IFAP da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> Sistematizar e ampliar a realização de 60% dos eventos institucionais, de natureza técnico-científica, artístico-cultural e desportiva com a comunidade interna e externa 	<ul style="list-style-type: none"> Registrar eventos Comunicar eventos à comunidade educacional por meio dos canais de comunicação internos e externos Profissionalizar os canais de comunicação para receberem eventos on-line com estrutura avançada 	<ul style="list-style-type: none"> 12 eventos realizados anualmente 4 mil novos seguidores nas redes sociais institucionais (Facebook, Instagram, Youtube e Twitter) anualmente 1 nova plataforma ou estratégia para eventos anualmente 	<ul style="list-style-type: none"> 48 eventos realizados 16 mil novos seguidores nas redes sociais institucionais (Facebook, Instagram, Youtube e Twitter) 4 novas plataformas ou estratégia para eventos 	X					R\$ 10.000,00	60%	60%	Dicom
Estruturar infraestrutura de produção audiovisual na Reitoria e nos campi	Renovação de 100% dos equipamentos e capacitação de 100% dos servidores para atendimento das demandas audiovisuais crescentes	<ul style="list-style-type: none"> Pedido de equipamentos na Agenda de compras 2021; Compra de equipamentos através da Agenda de Compras 2022; Orientação de uso dos equipamentos nos campi através de reuniões virtuais, tutoriais explicativos e visitas técnicas. 	<ul style="list-style-type: none"> 6 estúdios audiovisuais e de stream montados na Reitoria e nos campi 10 servidores capacitados para executar as atribuições 	<ul style="list-style-type: none"> 6 estúdios audiovisuais e de stream montados na Reitoria e nos campi 10 servidores capacitados para executar as atribuições 	X					R\$ 120.000,00	60%	60%	Dicom

Quadro 08: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas para o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-graduação.

DIMENSÃO:	POLÍTICAS DE ENSINO											
OBJETIVO	META	AÇÕES	INDICADOR	CÁLCULO DO INDICADOR	FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS (2019 A 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	META ANUAL		SETOR RESPONSÁVEL
					LOA IFAP	TED	PROJETOS	OUTROS		2022	2023	
Realizar Processos Seletivos, diversificando as formas de acesso para promover a inclusão social	Ampliar a demanda global pelos cursos do IFAP.	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer processo de seleção do ingresso de estudantes Sistematizar divulgação do processo de seleção nos locais de oferta Institucionalizar e tornar eficiente e ágil o processo de chamada de novos alunos para vagas ociosas ou não preenchidas. Tornar eficiente o processo de inscrição ao processo seletivo Produzir editais de concursos com linguagem acessível e inteligível ao público-alvo Desenvolver projetos em parceria com outros órgãos do IFAP para difundir o conhecimento sobre a função social do Instituto e seus cursos. Adequar os períodos de ingressos de novos alunos em cada nível e modalidade de curso Adequar os turnos de oferta dos alunos, considerando os recursos disponíveis 	<p>Relação candidato por vaga (RCV)</p> <p>Índice Efetividade de oferta (IEF)</p> <p>Relação de ingressos por número total de alunos (RIA)</p>	<p>$RCV = \frac{n^{\circ} \text{ de inscrições}}{\text{total de vagas}}$</p> <p>$IEF = \left(\frac{n^{\circ} \text{ de vagas ofertadas}}{n^{\circ} \text{ de vagas previstas no curso PDI}} \right) \times 100$</p> <p>$RIA = \left(\frac{n^{\circ} \text{ de ingressos}}{n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados}} \right) \times 100$</p>	Não há dispêndio de recursos financeiros, apenas demandas de força de trabalho	-	-	-	-	RCV quanto maior melhor	RCV quanto maior melhor	PROEN
										IEF quanto maior melhor	IEF quanto maior melhor	+
										RIA quanto maior melhor	RIA quanto maior melhor	Todas as Unidades do IFAP

<p>Adequar o número de vagas ofertadas às exigências legais, ampliando a oferta em consonância com o desenvolvimento socioeconômico regional e às condições estruturais do IFAP</p>	<p>Ampliar a oferta educacional em cursos e programas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Readequar processo de seleção para a inclusão social • Redimensionar número de vagas para pessoas com necessidades especiais • Sensibilizar o público quanto às ofertas de vaga para minorias • Aumentar a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades, em conformidade com a disponibilidade de recursos para isso • Adequar o percentual de oferta de vagas em EJA, formação de professores e ensino médio integrado integral às exigências legais • Implementar cursos que estejam em consonâncias com as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental, previamente levantadas. 	<p>Relação Aluno Professor (RAP)</p> <p>Relação de alunos por docentes em tempo integral (RADTI)</p> <p>Percentual de vagas em cursos técnicos integrados (%EPTNM)</p> <p>Percentual de vagas em Proeja (%EJAEP)</p> <p>Percentual de vagas em Licenciaturas (%FPL)</p>	<p>RAP = total de Alunos-Equivalentes corrigido pelo Fator de Equiparação de Nível de Curso / n° de professores corrigidos para o Regime de Tempo Integral</p> <p>RADTI = n° de alunos matriculados / N° de docentes em tempo integral</p> <p>%EPTNM = (n° de vagas ofertadas para a educação profissional técnica de nível médio / n° total de vagas) x 100</p> <p>%EJAEP = (n° total de vagas em educação profissional de nível médio modalidade EJA/ n° total de vagas para o Ensino médio) x 100</p> <p>%FPL = (n° total de vagas em cursos de formação de professores e licenciaturas / n° total de vagas) x 100</p>	<p>Ação 20RL para a aquisição de material gráfico PROEN + Unidades</p>	-	-	-	R\$ 50.000,00	<p>RAP < 28</p> <p>RADTI quanto maior melhor (Ideal 20 para 1)</p> <p>%EPTNM quanto mais próximo de 50% melhor (não deve ser inferior a 50%)</p> <p>%EJAEP quanto mais próximo de 10%, melhor (Não deve ser inferior a 10%)</p> <p>%FPL quanto mais próximo de 20%, melhor (Não deve ser inferior a 20%)</p>	<p>RAP < 25</p> <p>RADTI quanto maior melhor (Ideal 20 para 1)</p> <p>%EPTNM quanto mais próximo de 50% melhor (não deve ser inferior a 50%)</p> <p>%EJAEP quanto mais próximo de 10%, melhor (Não deve ser inferior a 10%)</p> <p>%FPL quanto mais próximo de 20%, melhor (Não deve ser inferior a 20%)</p>	<p>PROEN</p> <p>+</p> <p>Todas as Unidades do IFAP</p>
---	---	---	---	---	--	---	---	---	---------------	---	---	--

Acompanhar e aperfeiçoar processos de ensino e aprendizagem visando garantir a permanência e o êxito	<p>Aumentar taxas de conclusão e diminuir retenção e evasão de alunos</p> <p>Ampliar ações e projetos da Assistência Estudantil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar e supervisionar os procedimentos de avaliação dos alunos, atendendo aos critérios de avaliação contínua, formativa e cumulativa • Ajustar projetos de cursos para se tornar mais eficientes e atraentes ao público alvo • Readequar e fortalecer acompanhamento pedagógico para a aprendizagem dos alunos. • Rever projetos pedagógicos dos cursos no intuito de ajustar perfil profissional para as demandas do mundo do trabalho. • Incentivar e promover atividades complementares dos cursos. • Instituir projetos interdisciplinares. • Introduzir maior flexibilidade aos currículos dos cursos. • Sistematizar as práticas laboratoriais • Intensificar os programas de orientação educacional: apoio psicopedagógico, serviço de saúde, recuperação, nivelamento e assistência estudantil. • Qualificar continuamente o corpo docente para o uso de metodologias atrativas e motivadoras • Desenvolver e acompanhar projetos de educação inclusiva. • Fortalecer a monitoria • Promover visitas técnicas e atividades de campo • Participar ativamente na elaboração de editais de oferta de vagas • Oferecer incentivos e bolsas para a permanência e o êxito de estudantes com necessidades especiais e minorias 	<p>Índice de eficácia da instituição (IEI)</p> <p>Índice de titulação do corpo docente (ITCD)</p> <p>Grau de verticalização (GVC)</p> <p>Índice de retenção do fluxo escolar (IRFE)</p> <p>Relação Concluintes por alunos matriculados (RCA)</p> <p>Índice de eficiência acadêmica de concluintes (IEAC)</p> <p>Índice de evasão por campus/cursos (IEC)</p>	<p>IEI = Somatório de eficácia dos campi e unidades / Número de campi e unidades analisadas</p> <p>ITCD = $(G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5)$ / Número total de docentes</p> <p>GVC = Somatório dos cursos verticalizados / Total de cursos ofertados</p> <p>IRFE = Número de alunos retidos (reprovados + trancamentos) / Total de alunos matriculados</p> <p>RCA = Número de concluintes / Total de alunos matriculados</p> <p>IEAC = Número de concluintes / Somatório de ingressos ocorridos por período equivalente</p> <p>IEC = Quantidade de alunos que não renovaram matrícula / Total de matrículas do ano anterior no curso analisado do campus</p>	Ação 2994 – Assistência Estudantil	PROEN	-	-	-	R\$ 500.000,00	<p>IEI quanto maior melhor</p> <p>ITCD quanto maior melhor</p> <p>GVC quanto maior melhor</p> <p>IRFE quanto menor melhor</p> <p>RCA quanto maior melhor</p> <p>IECA quanto maior melhor</p> <p>IEC quanto menor melhor</p>	<p>IEI quanto maior melhor</p> <p>ITCD quanto maior melhor</p> <p>GVC quanto maior melhor</p> <p>IRFE quanto menor melhor</p> <p>RCA quanto maior melhor</p> <p>IECA quanto maior melhor</p> <p>IEC quanto menor melhor</p>	<p>PROEN</p> <p>+</p> <p>Todas as Unidades do IFAP</p>
--	---	--	--	--	------------------------------------	-------	---	---	---	----------------	---	---	--

Desenvolver ações de acompanhamento e aperfeiçoamento do registro e controle acadêmico	Aumentar a consistência dos dados de matrículas no SUAP e no SISTEC	<ul style="list-style-type: none"> • Ajustar o SUAP às necessidades de registro e controle acadêmico • Implementar sistema de atendimento eletrônico do aluno. • Automatizar e promover maior eficiência aos processos de seleção de alunos e de matrícula • Implantar Controle eletrônico de documentação • Automatizar processos de alimentação do SISTEC, do Censo da educação básica e da educação superior e outros sistemas de controle da educação 	Quantidade de atividades automatizadas de registro e controle acadêmico (ARCA)	ARCA = (Quantidade de atividades automatizadas / Número de atividades disponibilizadas) x 100	Não há dispendido de recursos financeiros, apenas demandas de força de trabalho	-	-	-	-	Quanto maior melhor	Quanto maior melhor	PROEN + Todas as Unidades do IFAP
--	---	--	--	---	---	---	---	---	---	---------------------	---------------------	---

Fortalecer a política de expansão e atualização do acervo da biblioteca e ampliar sua atuação junto à comunidade	Aumentar a relação de exemplares por título das bibliografias em todos os níveis e modalidades de ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir biblioteca virtual • Redimensionar política de coleção para todos os cursos, em todos os níveis e modalidades • Instituir sistema de controle da movimentação do acervo físico • Readequar espaços físicos da biblioteca • Desenvolver projetos de fomento à leitura • Informatizar o acervo e possibilitar consulta, reserva e empréstimo de forma virtual • Desenvolver projeto de atualização anual do acervo físico 	Quantidade de títulos emprestados (físico) ou acessado (virtual)	Levantamentos realizados pelas bibliotecas	Ação 20RL das Unidades para aquisição de biblioteca virtual e livros físicos	-	-	-	R\$ 1.500.000,00	Quanto maior melhor	Quanto maior melhor	
Ampliar a atuação das ações de educação a distância	<p>Ampliar a oferta de cursos, disciplinas e programas institucionais de Educação a Distância</p> <p>Ampliar a utilização de tecnologias educacionais para fortalecimento das ações de educação a distância</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Readequar a estrutura organizacional institucional para fortalecer programas institucionais internos na modalidade a distância • Ampliar a oferta de novos cursos a distância em todos os níveis e modalidades • Atualizar e dar suporte e segurança ao Moodle • Capacitar docentes e técnicos para utilização dos recursos da educação a distância 	Número de novas tecnologias implantadas para o apoio das atividades de EaD	Levantamento realizado pela EaD da Instituição	Ação 20RG das Unidades para aquisição de equipamentos para EaD	-	-	-	R\$ 500.000	Implantação e implementação contínua	Implantação e implementação contínua	PROEN +

		<ul style="list-style-type: none"> •Monitorar o desempenho das atividades discentes e docentes envolvidas em educação a distância •Instituir processo de produção e distribuição de material didático para atender à demanda real •Instituir e capacitar pessoal para o uso de TICs no processo de ensino e aprendizagem •Promover o acesso a recursos didáticos digitais, softwares, simuladores e outras tecnologias educacionais 										
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Detalhamento dos indicadores de Gestão – TCU/Ensino (Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT determinados no Acórdão 2.267/2005-TCU)

Quadro 01 – Indicador de Ensino/TCU, Relação candidato/vaga (RCV)

RCV – RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
Este indicador mede a consonância entre a oferta de vagas do IF Goiano em relação à procura pelos cursos da instituição. Para uma análise mais detalhada e eficiente convém a utilização deste indicador por níveis de ensino (médio técnico, graduação – licenciatura e bacharelado/tecnólogo e pós-graduação – lato sensu e stricto sensu).
$RCV = \frac{\text{Número de inscrições}}{\text{Total de vagas}}$
<p>Onde:</p> <p>Nº de inscrições é a quantidade de candidatos inscritos em processos seletivos e/ou outras formas de ingresso</p> <p>Total de vagas é a quantidade de vagas ofertadas em processos seletivos e/ou outras formas de ingresso.</p>
<p>Fonte: Sistema de processos seletivos</p> <p>Base de análise: Quanto maior melhor</p>

Quadro 02 – Indicador de Ensino/TCU, Relação ingressos/aluno (RIA)

RIA – RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNO
Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos matriculados na Instituição.
$RIA = \left(\frac{N^{\circ} \text{ de Ingressos}}{\text{Total de Alunos Matriculados}} \right) \times 100$
<p>Onde:</p> <p>Número de ingressos é a quantidade de candidatos ingressantes por meio de processos seletivos e/ou outras formas de ingresso.</p> <p>Total de alunos matriculados é o número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula.</p>
<p>Fonte: SUAP/SISTEC</p> <p>Base de análise: Quanto maior melhor</p>

Quadro 03 – Indicador de Ensino/TCU, Relação concluintes/alunos (RCA)

RCA – RELAÇÃO CONCLUINTE/ALUNO
Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.
$RCA = \left(\frac{N^{\circ} \text{ de Concluintes (manhã, tarde, noite, integral, total)}}{\text{Total de Alunos Matriculados}} \right) \times 100$
<p>Onde:</p> <p>Nº de Concluintes (manhã, tarde, noite, integral, total) é o número de alunos que concluíram o curso com êxito e estão aptos a colar grau.</p> <p>Total de alunos matriculados é o número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula.</p>
<p>Fonte: SUAP/SISTEC</p> <p>Base de análise: Quanto maior melhor</p>

Quadro 04 – Indicador de Ensino/TCU, Índice de eficiência acadêmica de concluinte (IEAC)

IEAC - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA DE CONCLUINTES
Quantificar a eficiência da instituição. Contam-se os ingressos verificados na instituição, considerando-se o período equivalente como a quantidade de períodos para integralização da carga horária letiva do curso (inseridos no cadastro do curso).
$IECA = \left(\frac{\sum \text{Número de concluintes}}{\sum \text{Número de ingressos ocorridos por período equivalente}} \right) \times 100$
Onde: Σ Número de concluintes é a quantidade de alunos concluintes (alunos que estão aptos a colar grau). Σ N° ingressos ocorridos por período equivalente é a quantidade de candidatos ingressantes por meio de processos seletivos e/ou outras formas de ingresso.
Fonte: SUAP/SISTEC Base de análise: Quanto maior melhor

Quadro 05 – Indicador de Ensino/TCU, Índice de retenção do fluxo escolar (IRFE)

IRFE - ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR
Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos matriculados.
$IECA = \left(\frac{\sum \text{Número de concluintes}}{\sum \text{Número de ingressos ocorridos por período equivalente}} \right) \times 100$
Onde: N° de alunos retidos (reprovados + trancamento) é a quantidade de alunos retidos (retenção escolar refere-se à subdivisão: reprovação e trancamento). Total de alunos matriculados é o número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula.
Fonte: SUAP/SISTEC Base de análise: Quanto maior melhor

Quadro 06 – Indicador de Ensino/TCU, Relação de alunos/docente em tempo integral (RADTI)

RADTI – RELAÇÃO DE ALUNOS/DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL	
Quantificar o número de alunos matriculados pela quantidade de docentes em tempo integral.	
$IRFE = \frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de docentes}}$	$\text{Número de docentes} = \sum \text{número de professores 20h} \times 0,5 + \sum \text{número de professores 40h e DE} \times 1,0$
<p>Onde:</p> <p>Nº de alunos matriculados Número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas).</p> <p>Número de docentes em tempo integral é a quantidade de docentes (efetivo e em contrato temporário) que prestam atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).</p>	
<p>Fonte: PROGEP/SUAP/SISTEC</p> <p>Base de análise: Quanto maior melhor (Ideal 20 para 1)</p>	

Quadro 07 – Indicador de Ensino/TCU, Índice de titulação do corpo docente (ITCD)

ITCD – ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	
Quantificar o índice de titulação do corpo docente (efetivos e substitutos), considerando a última titulação do docente	
$ITCD = \frac{(G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5)}{\text{Número total de docentes}}$	
<p>Onde:</p> <p>(G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5) é somatório de docentes: graduados, aperfeiçoados, especialistas, mestres e doutores, com seus respectivos pesos, onde: G= quantidade de docentes graduados; A= quantidade de docentes aperfeiçoados; E= quantidade de docentes especialistas; M= quantidade de docentes mestres; D= quantidade de docentes doutores.</p> <p>Número total de docentes é a quantidade de docentes (efetivo e em contrato temporário) com graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado.</p>	
<p>Fonte: PROGEP/SUAP/SISTEC</p> <p>Base de análise: Quanto maior melhor</p>	

Quadro 08 – Indicador de Ensino/área e objetivos estratégicos, Grau de Verticalização dos Cursos

GVC – GRAU DE VERTICALIZAÇÃO DOS CURSOS
Este indicador busca identificar o quanto cada campus oferta cursos em níveis distintos no mesmo eixo tecnológico de forma a verticalizar sua atuação, indo ao encontro do Inciso III do Art. 6º da Lei 11.892/2008.
$GVC = \frac{\sum \text{cursos verticalizados}}{\text{Total de cursos ofertados}}$
<p>Onde:</p> <p>Σ Cursos Verticalizados é a quantidade de cursos regulares oferecidos pelo campus que estão no mesmo eixo de outros cursos ofertados em outro nível pelo mesmo campus.</p> <p>Total de Cursos Ofertados é a quantidade de cursos regulares ofertados pelo campus..</p>
<p>Fonte: SUAP/SISTEC</p> <p>Base de análise: Quanto maior melhor</p>

Quadro 09 – Indicador de Ensino/área e objetivos estratégicos, Formação de Professores e Licenciaturas (FPL)

FPL – % FORMAÇÃO DE PROFESSORES E LICENCIATURAS
Este indicador informa a porcentagem de vagas ofertadas a cada ano, que são destinadas à formação de professores e/ou Licenciaturas bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, indo ao encontro do que prevê o Art. 8º da Lei 11.892/2008.
$GVC = \left(\frac{\text{Número de vagas ofertadas para a formação de professores e licenciaturas}}{\text{Total de vagas}} \right) \times 100$
<p>Onde:</p> <p>Vagas para formação de professores e Licenciatura é o número de vagas ofertadas anualmente pela Instituição, destinadas à formação de professores e/ou Licenciaturas.</p> <p>Total de vagas é o número total de vagas ofertadas pela Instituição anualmente em seus cursos regulares.</p>
<p>Fonte: Sistema processos seletivos.</p> <p>Base de análise: Quanto mais próxima de 20%, melhor (não deve ser inferior a 20%).</p>

Quadro 10 – Indicador de Ensino/área e objetivos estratégicos, Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM)

EPTNM – % EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO
Este indicador informa a porcentagem de vagas que são ofertadas a cada ano, que são destinadas à formação profissionais técnicos de nível médio, indo ao encontro do que prevê o Art. 9º da Lei 11.892/2008.
$EPTNM = \left(\frac{\text{Número de vagas ofertadas para a educação profissional técnica de nível médio}}{\text{Total de vagas}} \right) \times 100$
<p>Onde:</p> <p>Vagas para Educação Profissional Técnica de Nível Médio é o número de vagas ofertadas anualmente pelo campus, destinadas à educação profissional técnica de nível médio.</p> <p>Total de vagas é o número total de vagas ofertadas pela Instituição anualmente em seus cursos regulares.</p>
<p>Fonte:Sistema processos seletivos.</p> <p>Base de análise: Quanto mais próxima de 50%, melhor (Não deve ser inferior a 50%).</p>

Quadro 11 – Indicador de Ensino/área e objetivos estratégicos, Educação de Jovens e Adultos em Educação Profissional (EJAEP)

EJAEP – % EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO
Aferir o grau de atendimento do §1º do Art. 2º do Decreto 5.840/2006, que determina que no mínimo 10% das vagas de ensino médio devem ser ofertadas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA.
$EJAEP = \left(\frac{\text{Número de vagas ofertadas para a educação profissional técnica de nível médio modalidade PROEJA}}{\text{Total de vagas destinadas ao Ensino Médio}} \right) \times 100$
<p>Onde:</p> <p>Número de vagas para a Educação Profissional de nível médio/PROEJA é a quantidade de vagas ofertadas no Ensino Técnico de nível Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no ano.</p> <p>Total de vagas destinadas ao Ensino Médio é o número total de vagas dos cursos técnicos de nível médio ofertadas pela Instituição anualmente em seus cursos regulares.</p>
<p>Fonte:Sistema processos seletivos.</p> <p>Base de análise: Quanto mais próxima de 10%, melhor (Não deve ser inferior a 10%).</p>

Quadro 12 – Indicador de Ensino/área e objetivos estratégicos, Índice de Eficácia da Instituição (IEI)

IEI – ÍNDICE DE EFICÁCIA DA INSTITUIÇÃO
Este indicador mede a eficácia da Instituição, por meio da média aritmética da eficácia de cada campus no ano em análise..
<p>Onde:</p> <p>ΣÍndice de eficácia dos campi/unidades é o somatório dos índices de eficácia dos campi/unidades</p> <p>Número de campi/unidades analisados é a quantidade de campus da Instituição que tiveram seu cálculo de Índice de Eficácia calculado por possuírem alunos concluintes no período de análise.</p>
<p>Fonte:PNP/SUAP/SISTEC.</p> <p>Base de análise: Quanto maior melhor.</p>

Quadro 13 – Indicador de Ensino/área e objetivos estratégicos, Índice de Evasão/campus/cursos (IEC)

IEC – ÍNDICE DE EVASÃO POR CAMPUS/CURSO
Identificar a evolução de evasão de discentes em cada campus, considerando todos os cursos ofertados na unidade.
$IEC = \left(\frac{\text{Quantidade de alunos que não renovaram matrícula}}{\text{Total de matrículas do ano anterior no curso analisado}} \right) \times 100$
<p>Onde:</p> <p>Quantidade de alunos que não renovaram matrícula é a quantidade de alunos que não renovaram matrícula dentro do período previsto, exceto alunos concluintes e transferências internas e externas.</p> <p>Total de matrículas do ano anterior no curso analisado é a quantidade de matrículas no período anterior, já excluídos os cancelamentos de novos ingressantes.</p>
<p>Fonte:SUAP/SISTEC.</p> <p>Base de análise: Quanto menor melhor.</p>

Dimensão 4: Políticas de Pesquisa												
Objetivo	Meta	Ações	Indicador	Cálculo do Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	Meta anual		Setor Responsável
					LOA IFAP	TED	Projetos	Outros		2022	2023	
Incentivar a criação de projetos de pesquisa aplicada à inovação com foco na transferência de tecnologias para a sociedade	Ampliar o número de projetos de pesquisa aplicada envolvendo servidores do IFAP; Ampliar o número de Projetos de iniciação científica envolvendo alunos do IFAP	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar, fortalecer e garantir o apoio institucional para a submissão de projetos com recursos em editais externos e em convênios • Criar mecanismos para proteção dos ativos de propriedade industrial em âmbito institucional • Fomentar o desenvolvimento de projetos de iniciação científica junto ao corpo docente e coordenações de curso • Direcionar recursos para oferta de bolsas de iniciação científica • Fomentar a inclusão de alunos em grupos de pesquisa de servidores • Promoção de Feiras e eventos para exposição de trabalhos de iniciação científica • Realização de projetos integradores articulados à iniciação científica e à extensão 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de recursos externos captados em projetos de pesquisa e inovação • Quantidade de projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos • Quantidade de programas de inovação tecnológica • Percentual de recursos externos captados em projetos de pesquisa e inovação • Número de servidores envolvidos com projetos de pesquisa e inovação • Quantidade de projetos de iniciação científica e tecnológica desenvolvidos 	<p>Nº de projetos de pesquisa x nº de alunos</p> <p>Nº de projetos de pesquisa X Participação de Servidores</p> <p>Cálculo percentual de recursos captados externamente em comparação com a LOA</p> <p>Percentual de recursos destinados da LOA</p>	700.000,00			300.000,00	1.000.000,00	350.000,00	150.000,00	DIPI/PROEPII
Fortalecer a produção e publicação de pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> • Elevar o número de publicações em periódicos com Qualis B2 ou superior e em periódicos internacionais • Elevar a quantidade de livros publicados pela Editora do IFAP • Criar repositório institucional de dados de pesquisa • Fomentar a criação e ações de grupos de pesquisa no Ifap 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover intercâmbio para ações de ensino, pesquisa e extensão com outras instituições nacionais e internacionais • Capacitar servidores sobre os procedimentos para publicação • Desenvolver e implantar projeto de repositório institucional • Fomentar o cadastro de títulos acadêmico-científicos no repositório institucional • Dar ampla divulgação ao repositório no meio científico • Elevar a quantidade de livros publicados pela Editora do IFAP 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de trabalhos publicados em periódicos Qualis B2 ou superior e periódicos internacionais • Índice acumulado de publicações dos docentes • Quantidade de livros publicados pela Editora • Número de títulos cadastrados no repositório • Número de grupos de pesquisa em atividade 	<p>Nº de trabalhos publicados em periódicos institucionais</p> <p>Nº de trabalhos publicados em Periódicos nacionais e internacionais</p> <p>Nº de grupos de pesquisas em atividade</p> <p>Nº de obras publicadas pela Edifap</p>								

Dimensão 4:		Políticas de extensão										
Objetivo	Meta	Ações	Indicador	Cálculo do Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	Meta anual		Setor Responsável
					LOA IFAP	TED	Projetos	Outros		2022	2023	
Ampliar e Fortalecer os programas e projetos de extensão	Ampliar a oferta educacional em cursos e programas	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o número de projetos de extensão com apoio institucional • Ampliar o número de projetos de extensão em programas ou projetos com recursos externos 	Número de projetos aprovados	Número de projetos concluídos por Número de projetos aprovados	x	x	x	x	R\$ 1.000.000	5 mil matrículas	5 mil matrículas	PROEPPI/ DIREXT
Ampliar os mecanismos de inserção dos alunos e egressos ao mundo do trabalho	Instituir a oferta de serviços oferecidos à comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o número de convênios com instituições para oferta de estágio e intercâmbio • Instituir política e ações de acompanhamento dos egressos • Ampliar o número de parcerias firmadas com o setor público e privado 	Número de Convênios e Parcerias	Número Total de Convênios e Parcerias Firmadas		x				Quanto maior melhor	Quanto maior melhor	PROEPPI/ DIREXT
Fortalecer o acesso à formação para mulheres em Vulnerabilidade Social	Ampliar as ações do Mulheres Mil e Rede Brasil Mulher ou programas com a mesma finalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o número de projetos de extensão em programas ou projetos com recursos externos 	Número de projetos / programas aprovados	Número de projetos/ programas concluídos por Número de projetos/ programas aprovados		x			1.500.000,00	750.000,00	750.000,00	PROEPPI/ DIREXT

Dimensão 4:		Políticas de pós-graduação										
Objetivo	Meta	Ações	Indicador	Cálculo do Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	Meta anual		Setor Responsável
					LOA IFAP	TED	Projetos	Outros		2022	2023	
Expandir e fortalecer os Programas de Pós-graduação do IFAP	Expandir a oferta de vagas para programas de Pós-graduação Lato-sensu, com base nas demandas regionais	<ul style="list-style-type: none"> Planejar oferta de vagas para a pós-graduação lato sensu Fomentar a elaboração de projetos de pós-graduação lato sensu, com base nas demandas locais e na verticalização do ensino 	<ul style="list-style-type: none"> Número de vagas ofertadas Número de cursos ofertados 	Número de vagas ofertadas X Número de cursos ofertados	-----	-----	-----	-----	-----	220 alunos	260 alunos	DIPI/ PROEPPI
	Expandir a oferta de vagas para programas de pós-graduação Stricto sensu, com base nas demandas regionais	<ul style="list-style-type: none"> Planejar oferta de vagas para a pós-graduação stricto sensu Fomentar a elaboração de projetos de pós-graduação lato sensu, com base nas demandas locais e na verticalização do ensino 	<ul style="list-style-type: none"> Número de vagas ofertadas Número de cursos ofertados Conceito dado pelos órgãos de regulação 	Número de vagas ofertadas X Número de cursos ofertados						16 alunos	16 alunos	DIPI/ PROEPPI
	Aumentar o número de parcerias interinstitucionais para ampliação da oferta de vagas em programas de pós-graduação e intercâmbios	<ul style="list-style-type: none"> Prospecção acordos e convênios interinstitucionais para oferta de vagas em programas de pós-graduação Promover intercâmbio para ações de ensino, pesquisa e extensão com outras instituições nacionais e internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> Número de parcerias firmadas Número de vagas ofertadas 	Número de parcerias firmadas X Número de vagas ofertadas	-----	-----	-----	-----	-----	20 servidores	20 servidores	DIPI/ PROEPPI

Dimensão 4:		Políticas de Inovação										
Objetivo	Meta	Ações	Indicador	Cálculo do Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	Meta anual		Setor Responsável
					LOA IFAP	TED	Projetos	Outros		2022	2023	
Incentivar a criação de projetos de pesquisa aplicada à inovação com foco na transferência de tecnologias para a sociedade	• Promover a consolidação da implementação da Política de Inovação do IFAP em 100% das suas unidades.	• Fomentar e divulgar a política de Inovação do IFAP para a comunidade interna e externa. • Elaborar e promulgar instrumentos complementares específicos à Política de Inovação prevendo ações de curto e médio prazo; • Criar mecanismos para proteção dos ativos de propriedade industrial em âmbito institucional; • Criar o programa de capacitação para gestão do NIT/IFAP; • Desenvolver um modelo e estruturação de gestão do NIT; • Desenvolver uma ferramenta para a Gestão da Inovação do IFAP; • Promover a construção de Grupo de Trabalho para estudo e análise dos modelos e possibilidades de participação do IFAP em capital social de empresas, seja diretamente ou por meio de usufruto de quotas ou ações, atendendo aos objetivos da Lei de Inovação Tecnológica; • Promover a construção de Grupo de Trabalho para estudo e análise do espaço econômico-produtivo local e nacional visando revelar oportunidades para a criação de empreendimentos solidários e a identificar suas demandas por desenvolvimento techno- científico e adequação sócio- técnica passíveis de serem atendidas pela comunidade do IFAP; • Promover a construção Grupo de Trabalho para estudo e análise das ações já existentes no IFAP na interface com os poderes públicos (Estado), no sentido de constituir um espaço institucional de articulação, valorização e fortalecimento dessas iniciativas, bem como o desenvolvimento de mecanismos de incentivo a sua realização por docentes, pesquisadores, técnicos administrativos e estudantes; • Promulgar os resultados dos grupos de trabalho junto aos discentes e servidores do IFAP.	Número de unidades do IFAP – Hoje: 7	Número de unidades do IFAP alcançadas com a consolidação e implementação da Política de Inovação do IFAP ÷ número de unidades atual do IFAP x 100	x				R\$ 60.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	PROEPPI/NIT

	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar em 20% a média anual (em relação aos últimos 3 anos – 2019, 2020 e 2021) o número de projetos de pesquisa aplicada, com potencial para proteção de propriedade intelectual, envolvendo servidores e alunos do IFAP. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações para a ampliação da autonomia como condição sine qua non para a prática da pesquisa e da inovação tecnológica. • Promover ações para a ampliação de financiamento realizado prioritariamente com recursos próprios e por agências governamentais, como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). • Conceder bolsas de incentivo à pesquisa e inovação tecnológica para discentes e docentes. • Formular propostas interdisciplinares que incentivem ações científicas e críticas em qualquer momento do processo pedagógico. • Incentivar as pesquisas aplicadas que visem novas tecnologias. A manutenção de biblioteca com acervo apropriado às práticas de pesquisa e inovação, vinculados ao ensino e à extensão, com acesso às tecnologias de comunicação e inovação. • Promover a construção de periódicos de divulgação para a exposição dos resultados no âmbito local, nacional e internacional. • Incentivar publicações científicas para divulgação dos trabalhos de pesquisa e inovação em andamento ou concluídos. • Realizar eventos acadêmicos que reúnam pesquisadores para a troca de experiências e integração. • Implantar/incentivar setores de Pesquisa nos campi (ou equivalentes) e Comitês de Ética em Pesquisa do IFAP com a finalidade de autorizar e acompanhar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e inovação. 	6 (número médio de projetos com potencial para proteção de PI realizados em 2019, 2020 e 2021 + 20%)	número de projetos com potencial de PI realizados em 2022 e 2023 ÷ 2	x				R\$ 114.000,00	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00	PROEPP/ NIT
Implantar programas de incubação de empresas	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar projetos de hospedagem para incubação de ideias de novos negócios. • Expandir a oferta de vagas para programas de Pós-graduação Lato-sensu, com base nas demandas regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e executar projeto de hospedagem para incubadoras de empresas. Obtenção de recursos direcionados a esta finalidade. Obtenção de espaço físico, recursos e estrutura organizacional para executar o projeto. Promover ações de estímulo ao empreendedorismo (Empresas Jr, Startups, Hackathons etc.). 	0 (Quantidade de incubadoras implantadas em funcionamento realizadas em 2019, 2020 e 2021 + 20%)) 0 (Taxa de sucesso de empresas incubadas realizadas em 2019, 2020 e 2021 + 20%)	Quantidade de incubadoras implantadas em funcionamento em 2022 e 2023 ÷ 2 Taxa de sucesso de empresas incubadas realizadas em 2022 e 2023 ÷ 2	x				R\$ 150.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	PROEPP/ NIT e Campus

Quadro 9: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas de Atendimento ao Discente

Quadro 27. Metas, ações e indicadores da Dimensão 5: Políticas de Atendimento aos Discentes												
Dimensão 5:	Políticas de Atendimento aos Discentes											
Objetivo	Meta	Ações	Indicador	Cálculo do Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	Meta anual		Setor Responsável
					LOA IFAP	TED	Projetos	Outros		2022	2023	
Ampliar e Fortalecer as ações de assistência social para os alunos	<ul style="list-style-type: none">• Aumentar a oferta de auxílios e bolsas para alunos em vulnerabilidade social, inclusive necessidades educacionais específicas• Identificar ao máximo a caracterização socioeconômica dos alunos	<ul style="list-style-type: none">• Mapear todos os estudantes ingressantes no Instituto, identificando o perfil socioeconômico de cada um• Estruturar instrumentos de coleta de informações sobre o perfil• Planejar as ações de assistência, tendo como base o levantamento do perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes e veteranos.• Ajustar fluxo de processos para aprovação tempestiva dos editais para concessão de auxílios• Assegurar a utilização integral do recurso destinado à oferta de bolsas e auxílios• Avaliar as ações de assistência• Adequar os tipos de programas e de ações de assistência às demandas institucionais• Planejamento e execução de projetos que contribuam para a formação socioprofissional dos alunos, como jogos estudantis, eventos culturais, exposições científicas e participação em eventos internos e externos	<p>Percentual de estudantes ingressantes com caracterização socioeconômica realizada (%EINGSOC)</p> <p>Percentual de estudantes atendidos com auxílios e bolsas em relação ao número de estudantes matriculados (%EASIST)</p>	<p>%EINGSOC = (Número de estudante ingressante caracterizado / Total de alunos ingressantes) x 100</p> <p>%EASIST = (Número de estudantes assistidos com bolsas / Total de alunos matriculados) x 100</p>	X	-	-	-	-	%EINGSOC não há	%EINGSOC não há	DEAES/PROEN e Assistências Estudantis dos campi
									%EASIST quanto maior melhor	%EASIST quanto maior melhor		

Estimular a formação de Organização Estudantil	Fomentar a formação de agremiações entre os alunos.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar fóruns de discussão e incentivo à formação de agremiações • Oferecer espaço físico e estrutura de apoio para as atividades da agremiação • Incentivar a participação das agremiações em conselhos e comissões de análise e deliberações acerca da gestão do IFAP 	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de apoios para eventos e atividades extracurriculares (NEVAE) • Percentuais de campi com agremiações em funcionamento (%AGRFE) 	<p>NEVAE não há fórmula, apenas quantitativo</p> <p>$\%AGRFE = \left(\frac{\text{Número de grêmios estudantis no campus}}{\text{número de grêmios estudantis no IFAP}} \right) \times 100$</p>	X	-	-	-	-	NEVAE quanto maior melhor	NEVAE quanto maior melhor	DEAES/PROEN e Assistências Estudantis dos campi
Garantir atendimentos especializados aos discentes PNE.	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o número de campanhas de saúde. • Aumentar o ingresso, permanência e êxito dos discentes PNE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar e executar ações de saúde com os alunos. • Ampliar e fortalecer programas de apoio à saúde do discente • Oferecer audiolivros nas bibliotecas das unidades do Ifap • Ampliar os recursos de Tecnologia Assistiva nos espaços de aprendizagem, incluindo Laboratórios • Assegurar a acessibilidade na plataforma Moodle 	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de alunos com necessidades educacionais específicas ou transtorno funcional identificados e beneficiados em programas de assistência (APNE) • Número de programas de saúde realizados (NPSR) • Percentual de estudantes PNE concluintes (%PNEC) 	<p>APNE não há fórmula, apenas quantitativo</p> <p>NPSR não há fórmula, apenas quantitativo</p> <p>$\%PNEC = \left(\frac{\text{Número de alunos PNE concluintes}}{\text{Total de alunos concluintes}} \right) \times 100$</p>	X	-	-	-	-	APNE quanto maior melhor	APNE quanto maior melhor	DEAES/PROEN e Assistências Estudantis dos campi
										NPSR quanto maior melhor	NPSR quanto maior melhor	PROEPPi
										%PNEC quanto maior melhor	%PNEC quanto maior melhor	

Quadro 10: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas de Gestão de Pessoas

Dimensão 6: Políticas de gestão de pessoas												
Objetivo	Meta	Ações	Indicador	Cálculo do Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	Meta anual		Setor Responsável
					LOA IFAP	TED	Projetos	Outros		2022	2023	
Aprimorar as ações da PROGEF referentes aos processos de seleção e movimentação de servidores	Efetuar anualmente processos de remanejamento de servidores	Avaliação do quadro para remoções internas	Quantitativo de servidores lotados em cada unidade comparando os dados do início e do fim do ano	QI – QF= QNT SERVIDORES POR UNIDADE				X		25%	40%	PROGEF/ DEAPS
Aprimorar as ações da PROGEF para alinhar o desenvolvimento, capacitação e gestão de pessoal.	Promover semestralmente ações de integração e ambientação de servidores.	Visitas guiadas às unidades, integração entre setores	Uso do Google Forms para identificar a percepção dos participantes	Mensurar por meio das respostas dadas nos formulários			x			35%	60%	PROGEF/ DEAPS
Aprimorar as ações da PROGEF para viabilizar e incentivar o cuidado com a saúde do servidor	Promover anualmente a realização de exames periódicos e a divulgação nas unidades do IFAP para aumentar a participação de servidores.	Firmar contratos para realização de exames periódicos	Número de servidores atendidos e exames realizados	Números de exames realizados, pesquisa com os servidores atendidos	x					40%	60%	PROGEF/ DEAPS
Aprimorar as ações da PROGEF para viabilizar a capacitação de pessoal	Promover anualmente afastamento de servidores.	Lançamento de edital de Afastamento, abertura de processos para avaliar os pedidos dos servidores solicitantes	Relatório SIAPE de servidores com concessão de afastamento e com mensuração feita ao fim de cada ano	Comparação entre número de servidores afastados no início de cada ano e número final de cada exercício	x					Nos termos da Resolução nº 107/2019/ CONSUP	Nos termos da Resolução nº 107/2019/ CONSUP	PROGEF/DISIC
	Promover a cada semestre a realização de ações de formação continuada, capacitação e qualificação de servidores para que haja alcance de 60% de servidores	Contratação de curso de capacitação in company; divulgação de capacitações gratuitas; liberação de servidores para capacitação externa	Número de servidores capacitados anualmente	Comparação entre número de servidores capacitados em cada ano	x					45%	65%	PROGEF/DISIC

Quadro 11: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Governança, Risco e Controle.

Dimensão 7: Organização Administrativa												
Objetivo	Meta	Ações	Indicador	Cálculo do Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	Meta anual		Setor Responsável
					LOA IFAP	TED	Projetos	Outros		2022	2023	
Desenvolver e implementar a gestão de processos e fluxos institucionais	Implantar em 50% a descrição e a modelagem dos processos em todos os setores e instâncias institucionais da Reitoria.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer modelo de gestão para criação de fluxos, revisão e aperfeiçoamento das atividades e atribuições; • Estabelecer padrões técnicos para otimização de processos de trabalho; • Orientar padronização e modelagem dos processos de trabalho; • Aprovar e divulgar alterações em processos e regulamentações 	% de processos publicados	Σ n° de processos publicados / n° total *100	-	-	-	-	0	25%	25%	PROPLAN
Fortalecer a transparência dos atos de gestão	Expandir e aprimorar em 100% a disponibilidade da publicação dos dados abertos	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento do Portal de Dados Abertos; • Abertura de novo conjunto de dados. 	% de novos conjuntos	Σ n° de novos dados / n° total *100	-	-	-	-	0	50%	50%	PROPLAN
	Disseminar em 100% o conhecimento sobre o trâmite de celebração e acompanhamento dos Termos de Execução Descentralizada	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Manual do Termo de Execução Descentralizada 	% de documentos elaborados e divulgados.	Σ n° de novos dados / n° total *100	-	-	-	-	0	50%	50%	PROPLAN
Fortalecer os processos de autonomia e descentralização	Aperfeiçoar em 100% a estrutura organizacional de modo a fortalecer a autonomia dos campi	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a atualização dos organogramas dos campi. 	% de organogramas atualizados	Σ n° de atualizações / n° total *100	-	-	-	-	0	50%	50%	PROPLAN
	Atualizar 100% dos regimentos, normas e regulamentações.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a atualização dos regimentos internos dos Campi e da Reitoria 	% de documentos atualizados	Σ n° de atualizações / n° total *100	-	-	-	-	0	50%	50%	PROPLAN
Fortalecer a proteção de dados pessoais	Promover em 100% das unidades mecanismos de conhecimento sobre a política de proteção de dados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar cartilha sobre a Política de proteção de dados pessoais do Ifap, Realizar FAQ de proteção de dados. 	% de mecanismo de conhecimento	Σ n° de mecanismos / n° total *100	-	-	-	-	0	50%	50%	PROPLAN

Quadro 12: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Governança, Risco e Controle.

Dimensão 8: Governança, Riscos e Controles												
Objetivo	Meta	Ações	Indicador	Cálculo do Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	Meta anual		Setor Responsável
					LOA IFAP	TED	Projetos	Outros		2022	2023	
Fortalecer a política de governança administrativa	Ampliar o alcance da política e das práticas de governança administrativa	• Processos disciplinares finalizados com penalidade	Quantidade de processos disciplinares finalizados com penalidade	Quantidade de processos finalizados/total de processos x 100	-	-	-	-	-	50%	50%	Departamento de Correição
		Reuniões – Colégio de Dirigentes	Relatórios de governança desenvolvidos	12 reuniões ao ano	-	-	-	-	-	100%	100%	Ifap
	Desenvolver ações de orientação à gestão sobre a possibilidade de riscos administrativos	Ações voltadas à transformação cultural	Percentual de dimensões estratégicas com risco monitorado	Quantidade de ações finalizadas/total de ações x 100	-	-	-	-	-	50%	50%	Diretoria de Integridade
		Monitoramento do sistema e-Aud	Percentual de recomendações da CGU atendido	100% de atendimento às recomendações da CGU conforme os aspectos estruturais, orçamentários, financeiros, patrimoniais humanos etc. do Ifap	-	-	-	-	-	100%	100%	Diretoria de Integridade
	Promover qualificação da gestão sobre administração pública e riscos administrativos	Processo de transformação cultural: - campanhas; - manuais; - capacitação; - avaliação dos trabalhos a partir das recomendações da CGU e Audin	Número de servidores em gestão qualificados sobre Gestão da Administração Pública e riscos administrativos	Servidores em gestão qualificados sobre Gestão da Administração Pública e riscos administrativos/ total de servidores em gestão x 100	-	-	-	-	-	50%	50%	Diretoria de Integridade Progep
	Desenvolver manuais e modelar processos de trabalho para evitar riscos	Revisão dos documentos: Política de Gestão de Riscos, Plano de Gestão de Riscos, Plano de Integridade.	Percentual de demandas de ações voltadas aos riscos	Quantidade de ações finalizadas/total de ações x 100	-	-	-	-	-	50%	50%	Diretoria de Integridade
		Implementar o Programa de Integridade	Adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção	Percentual de demandas de ações voltadas aos riscos de integridade	-	-	-	-	-	50%	50%	Diretoria de Integridade

Fortalecer a política de governança administrativa	Fortalecer ações da ouvidoria	Tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos prestados, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.	Percentual de demandas de ouvidoria atendidas	Quantidade de demandas finalizadas/total de demandas x 100	-	-	-	-	-	50%	50%	Diretoria de Integridade
	Fortalecer ações da comissão de ética	Orientar e aconselhar sobre a ética profissional dos servidores públicos, alunos bolsistas e estagiários, terceirizados e voluntários, no trato com pessoas e com o patrimônio público no Ifap	Percentual de demandas da Comissão de Ética atendidas	Quantidade de processos finalizados/total de processos x 100	-	-	-	-	-	50%	50%	Diretoria de Integridade
	Fortalecer ações do controle interno	Elaboração e acompanhamento do conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela gestão e pelo corpo de servidores do Ifap	Percentual de demandas do controle interno atendidas	Quantidade de processos finalizados/total de processos x 100	-	-	-	-	-	50%	50%	Diretoria de Integridade

Quadro 13: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Engenharia e Infraestrutura

Dimensão 9: Políticas de Engenharia e Infraestrutura												
Objetivo	Meta	Ações	Indicador	Cálculo do Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	Meta anual		Setor Responsável
					LOA IFAP	TED	Projetos	Outros		2022	2023	
Construir e reformar com o fim de ampliação e manutenção	Aperfeiçoar o planejamento, execução e controle de construções e reformas para ampliação e manutenção da infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none">• Planejar ações de construção e reforma, com base no plano de expansão de vagas;• Executar expansão e reforma, com base na disponibilidade orçamentária;• Realizar processos licitatórios para contratação de empresas;• Acompanhar o andamento das obras;• Adequar ambientes quanto à dimensão e conforto;• Licitar e contratar empresas para execução do projeto;• Analisar relação custo/benefício da ação proposta.	• Quantidade de unidades atendidas com ampliação ou manutenção da infraestrutura física	1 x (número de unidades atendidas)				R\$ 13.000.000,00	R\$ 13.000.000,00	3	4	DEIN/PROAD
Desenvolver ações que garantam a sustentabilidade ambiental	Implantar programa de eficiência energética nas unidades	<ul style="list-style-type: none">• Planejar e implantar infraestrutura para utilização de energia renovável;• Implantar sistemas de iluminação e refrigeração inteligentes;• Instituir procedimentos de realização de serviços elétricos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental.	• Quantidade de unidades com programas de eficiência energética implantados.	1 x (número de unidades atendidas)		R\$ 300.000,00		R\$ 500.000,00	R\$ 800.000,00	3	4	DEIN/PROAD

Garantir o atendimento à legislação relacionada à acessibilidade arquitetônica	Planejar e executar planos de acessibilidade arquitetônica nas unidades	<ul style="list-style-type: none"> Planejar e executar planos de acessibilidade arquitetônica; Adequar acessos, circulação e sinalização a necessidades de acessibilidade arquitetônica; Adequar ambientes administrativos; Adequar ambientes educacionais; Licitar e contratar empresas de prestação de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de unidades com plano de acessibilidade arquitetônica implantado. 	1 x (número de unidades atendidas)					R\$ 0,00	3	4	DEIN/PROAD
Aumentar a segurança dos bens patrimoniais do IFAP	Implantar sistema de monitoramento por câmeras	<ul style="list-style-type: none"> Planejar e executar a implantação de sistemas de monitoramento por câmeras; Licitar e contratar empresas de prestação de serviços de segurança eletrônica; Instituir política de segurança por monitoramento de câmeras; Dar ampla divulgação sobre o sistema. 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de unidades com sistema de monitoramento por câmeras. 	1 x (número de unidades atendidas)				R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	2	3	DEIN/PROAD
Ampliar e atualizar a infraestrutura material e lógica das TI	Melhorar a infraestrutura de TI das Unidades	<ul style="list-style-type: none"> Atualizar e adequar ambientes acadêmicos quanto a equipamentos de informática, softwares, sistemas e rede lógica; Adequar sistema de internet e wi-fi; Adequar sistema de telefonia e comunicação; Adequar o sistema de vídeos e webconferências para atividades educacionais e administrativas; Instituir infraestrutura para melhoria no uso de TICs nas salas de aula; Instituir infraestrutura para desenvolvimento de web-aulas. 	<ul style="list-style-type: none"> Gastos com investimentos em infraestrutura de TI nas unidades; Gastos com continuidade de serviços de internet nas unidades. 	Valor total de investimentos em infraestrutura de TI nas unidades (ano atual) / Valor total de investimentos em infraestrutura de TI nas unidades (ano anterior); Valor total com serviços de internet nas unidades (ano atual) / Valor total com serviços de internet nas unidades (ano anterior).				R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	>1 (Acima de 1)	>1 (Acima de 1)	DITI/REITORIA
Informatizar processos administrativos e acadêmicos da instituição mediante aperfeiçoamento do SUAP	Ampliar o desenvolvimento do SUAP e reduzir a utilização de softwares de terceiros	<ul style="list-style-type: none"> Implantar módulo de requerimento on-line; Implantar processos seletivos on-line; Implantar registro e controle acadêmicos automatizados; Implantar módulo de eventos; Implantar módulo de serviços de TI; Implantar módulo de controle de bens patrimoniais; Implantar módulo de controle pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de módulos SUAP requisitados e desenvolvidos. 	1 x (número de módulos SUAP desenvolvidos)					R\$ 0,00	2	2	DITI/REITORIA

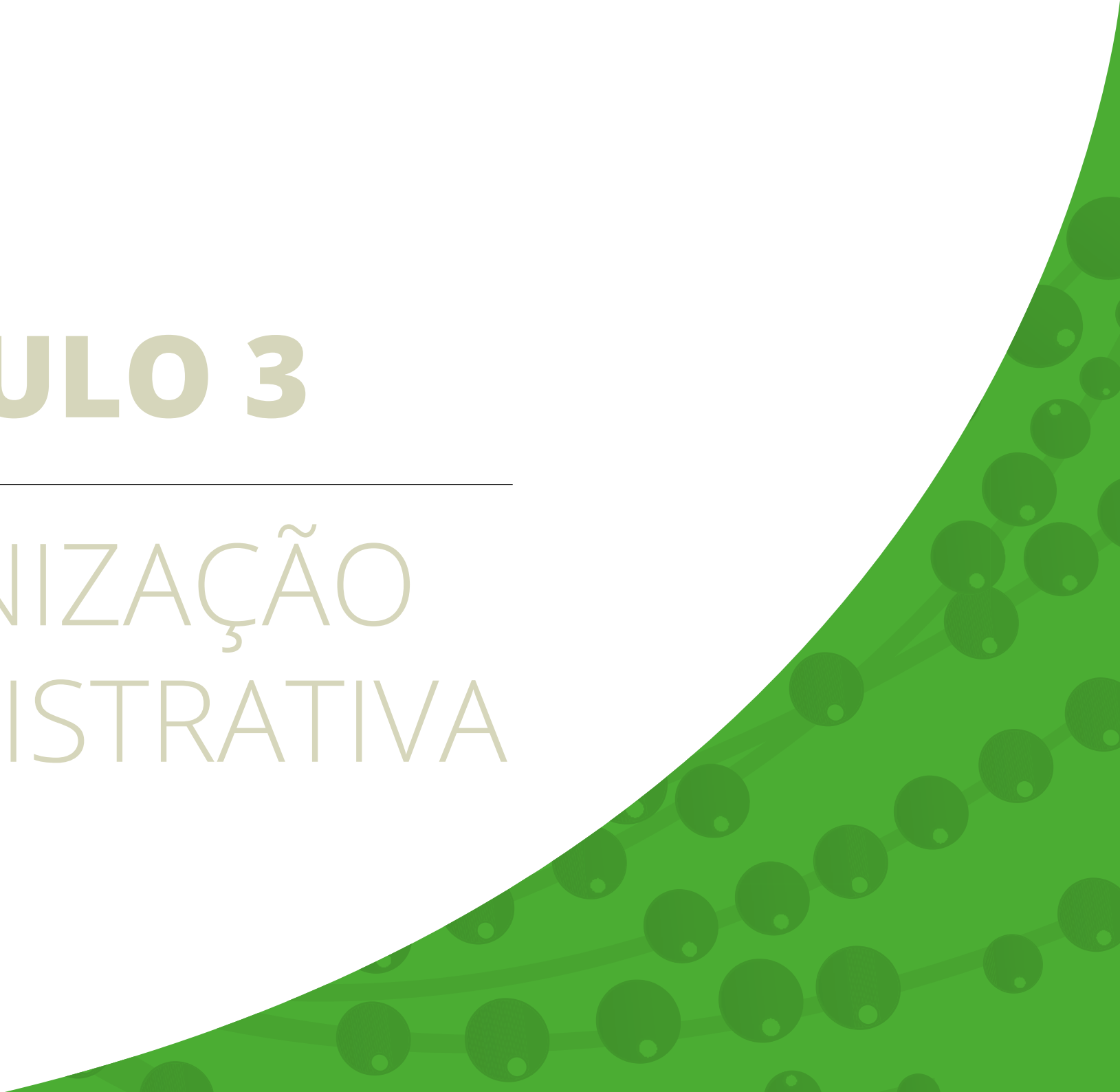
Quadro 14: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Sustentabilidade Financeira

Dimensão 10: Políticas de Sustentabilidade Financeira												
Objetivo	Meta	Ações	Indicador	Cálculo do Indicador	Fontes de recursos financeiros necessários (2019 a 2023)				Estimativa de recursos orçamentários de investimentos (2019 a 2023)	Meta anual		Setor Responsável
					LOA IFAP	TED	Projetos	Outros		2022	2023	
Buscar a eficiência econômico-financeira do IFAP	Aperfeiçoar metodologias de planejamento e acompanhamento de investimentos e despesas	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar controles para acompanhamento da Agenda de Compras Anual; • Adequar mecanismos de acompanhamento da execução orçamentária e financeira; • adequar mecanismos de acompanhamento da execução e fiscalização dos contratos; • Implantar acompanhamento da execução financeira e orçamentária em todas as unidades para tomada de decisão da gestão; • Institucionalizar metodologias de planejamento, acompanhamento e execução da Agenda de Compras Anual por cada unidade; • Institucionalizar metodologias de planejamento e acompanhamento da execução orçamentária e financeira por cada unidade; • Institucionalizar metodologias de acompanhamento da execução e fiscalização de contratos por cada unidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gastos correntes por aluno • Percentual de gastos com pessoal • Percentual de gastos com outros custeios • Percentual de gastos com investimentos 	<p>1. Valor de gastos correntes por aluno (ano atual) / Valor de gastos correntes por aluno (ano anterior);</p> <p>2. Percentual de gastos com pessoal (ano atual) / Percentual de gastos com pessoal (ano anterior).</p> <p>3. Percentual de gastos com investimento (ano atual) / Percentual de gastos com investimento (ano anterior).</p>					R\$ 0,00	1. Maior que 1; 2. Menor que 1; 3. Maior que 1.	1. Maior que 1; 2. Menor que 1; 3. Maior que 1.	PROAD

Buscar a eficiência econômico-financeira do IFAP	Garantir a manutenção educacional e administrativa das unidades do IFAP	<ul style="list-style-type: none"> • Manter contratação de serviços de limpeza, apoio e segurança; • Manter contratação de serviços para a manutenção de bens móveis e imóveis. • Dotar unidades de transporte para viagens a serviço, visitas técnicas e aulas de campo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de unidades com contratos continuados com locação de mão de obra de limpeza, apoio administrativo e vigilância; • Percentual de unidades com serviços de manutenção de bens móveis e imóveis; • Percentual de unidades com acompanhamento patrimonial realizado; • Percentual de unidades com ônibus escolar e veículo próprio 	<p>1. Percentual de unidades com contratos continuados com locação de mão de obra de limpeza, apoio administrativo e vigilância (ano atual) / Percentual de unidades com contratos continuados com locação de mão de obra de limpeza, apoio administrativo e vigilância (ano anterior); 2. Percentual de unidades com serviços de manutenção de bens móveis e imóveis (ano atual) / Percentual de unidades com serviços de manutenção de bens móveis e imóveis (ano anterior); 3. Percentual de unidades com acompanhamento patrimonial realizado (ano atual) / Percentual de unidades com acompanhamento patrimonial realizado (ano anterior); 4. Percentual de unidades com ônibus escolar e veículo próprio (ano atual) / Percentual de unidades com ônibus escolar e veículo próprio (ano anterior).</p>	R\$ 9.300.000,00			R\$ 1.000.000,00	R\$ 10.300.000,00	<p>1. Igual a 1;</p> <p>2. Igual a 1;</p> <p>3. Igual a 1;</p> <p>4. Igual a 1.</p>	<p>1. Igual a 1;</p> <p>2. Igual a 1;</p> <p>3. Igual a 1;</p> <p>4. Igual a 1.</p>	PROAD
	Prospecatar novas fontes de recursos.	• Prover unidades de recursos financeiros para a gestão do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades estudantis	• Percentual de receitas extras aportadas	1. Percentual de receitas extras aportadas (ano atual) / Percentual de receitas extras aportadas (ano anterior).		R\$ 3.000.000,00			R\$ 3.000.000,00	1. Maior que 1.	1. Maior que 1.	PROAD

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA





3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá caracteriza-se pela gestão democrática e colegiada, com participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. A organização do Instituto por meio de colegiados tem como preocupação fundamental a preservação desse caráter de gestão democrática, concretizando nos colegiados a representatividade dos segmentos e a operacionalidade dos processos.

3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O IFAP é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem sede e foro em Macapá, autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada por Campi e Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

É composto por sete unidades, sendo: Reitoria, Campus Macapá, Campus Santana, Campus Porto Grande, Campus Laranjal do Jari, Campus Avançado Oiapoque, Centro de Referência em Educação a Distância Pedra Branca do Amapari.

O Estatuto e o Regimento Geral do IFAP são os grandes balizadores da estrutura de funcionamento em termos de sua organização e gestão. De acordo com o Estatuto, a estrutura organizacional básica atual da Instituição é a seguinte:

- » Reitoria:
- » Órgãos Colegiados:
 - » Da Administração Geral
 - Conselho Superior (CONSUP); e
 - Colégio de Dirigentes (CODIR);
 - » Da Administração de cada *Campi*
 - Colegiado de Cursos; e
 - Conselho de Classe.
- » Órgãos Executivos:
 - Diretoria Executiva da Reitoria;
 - Chefia de Gabinete;
 - Assessoria de Relações Institucionais.
- » Pró-Reitorias:
 - Pró-Reitoria de Ensino;

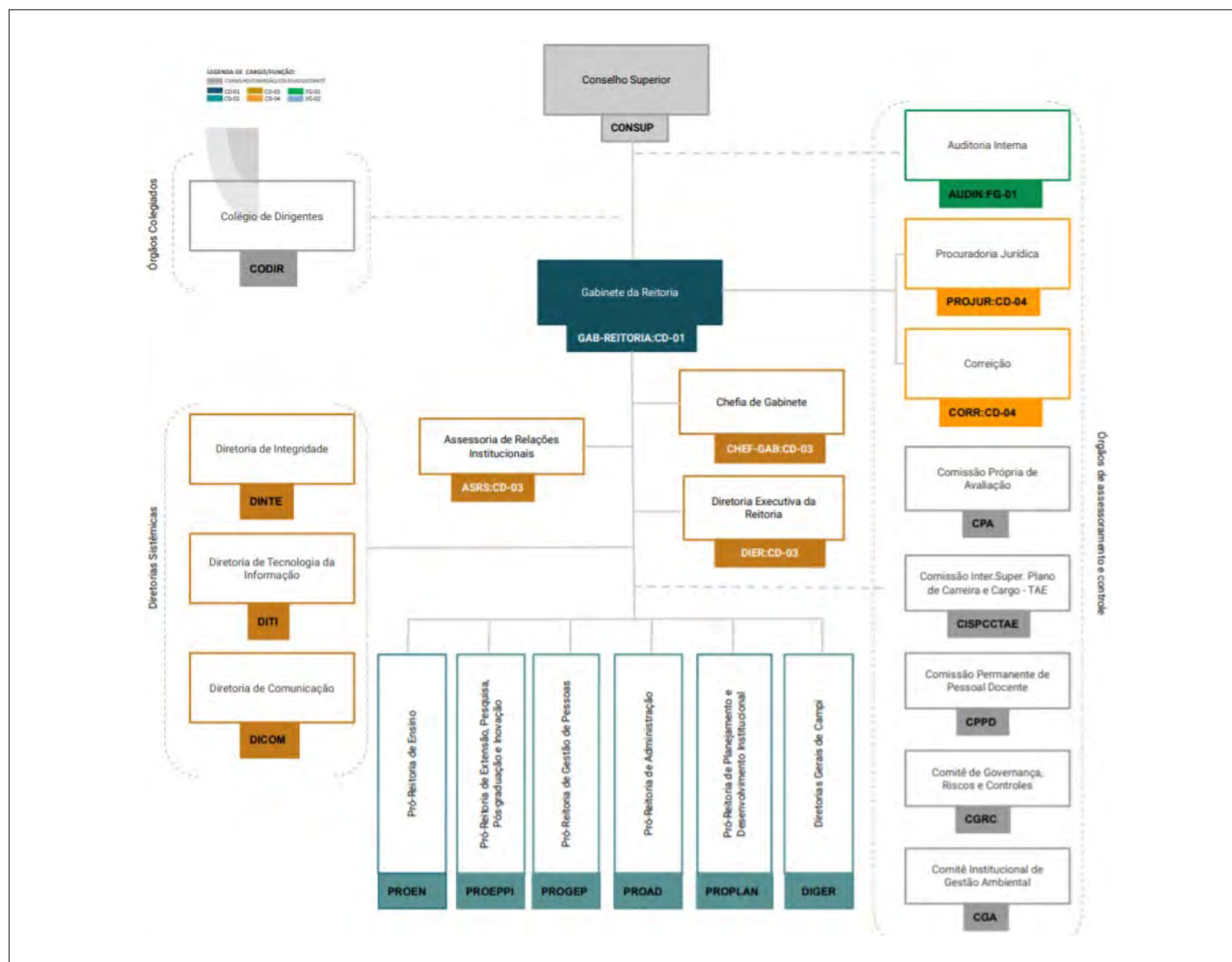
- Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- Pró-Reitoria de Administração; e
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.
- » Diretorias Sistêmicas:
 - Diretoria de Tecnologia da Informação;
 - Diretoria de Comunicação;
 - Diretoria de Integridade.
- » Diretorias Gerais de *Campi*
- » Órgãos de Assessoramento e Controle:
 - Auditoria Interna;
 - Procuradoria Jurídica;
 - Correição;
 - Comissão Própria de Avaliação (CPA);
 - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE);
 - Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
 - Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC).

A administração do Instituto Federal do Amapá é feita pela Reitoria e pela Direção Geral dos *campi*, com apoio dos órgãos colegiados, conforme a estrutura organizacional, especificada na Resolução nº 99/CONSUP/IFAP/2020, que define a integração e a articulação das diversas unidades, setores e órgãos, numa visão sistêmica de gestão. A estrutura multicampi possibilita a descentralização e a autonomia para os *campi* na operacionalização de suas ações. Cada *campus* possui regimento interno próprio, organizados conforme as diretrizes institucionais, elaboradas a partir do Estatuto e Regimento Geral e emanadas do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

3.2 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

A estrutura organizacional e competências da Reitoria, seus Colegiados e de todos os *campi* está definida no respectivo Regimento Interno do IFAP, de acordo com o perfil de cada unidade.

Figura . Estrutura Organizacional do IFAP



Fonte: Site do IFAP (www.IFAP.edu.br/index.php/quem-somos/organograma)

3.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

Os órgãos colegiados do IFAP, distribuídos pelos dois níveis de sua estrutura, são:

I. Da administração geral:

- a) Conselho Superior (CONSUP);
- b) Colégio de Dirigentes (CODIR).

O Conselho Superior é o órgão máximo da instituição, de caráter consultivo e deliberativo. É composto pelo (a) Reitor (a) como presidente, e por representantes do Colégio de Dirigentes, dos Docentes, dos Técnicos Administrativos, dos Discentes, dos Egressos, das Entidades Cíveis e do Ministério da Educação como membros. A sua composição detalhada e suas competências estão definidas nos artigos 8º e 9º, respectivamente, do Estatuto do IFAP (Resolução nº 13/2016//CONSUP/IFAP).

O Colégio de Dirigentes integra a administração geral da Instituição e tem funções normativas e consultivas sobre matéria administrativa, sendo composto pelo (a) Reitor (a) como presidente e os Pró-Reitores, Diretores Gerais dos campi e Diretores Sistêmicos como membros. A composição e as competências desse Colegiado estão definidas nos artigos 10 e 11 do Estatuto do IFAP (Resolução nº 13/2016//CONSUP/IFAP).

II. Da administração de cada Campi:

- a) Colegiado de Cursos;
- b) Conselho de Classe.

Os Colegiados de Cursos são órgãos deliberativos, em nível de curso, que acompanham as atividades didático-pedagógicas do respectivo curso e têm sua constituição, de acordo com a natureza (técnico ou superior), estabelecida em Regimento Interno dos Campi. A sua composição detalhada e suas competências estão definidas nos artigos 7º ao 9º, respectivamente, do Regimento Geral do IFAP (Resolução nº 52/2018//CONSUP/IFAP).

O Conselho de Classe é o órgão responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de nível médio, tendo como finalidade a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem através do diagnóstico e da busca de soluções que visem à efetividade da proposta defendida no Projeto Político Pedagógico da Instituição. A composição e as competências desse Conselho estão definidas nos artigos 10 ao 14 do Regimento Geral do IFAP (Resolução nº 52/2018//CONSUP/IFAP).

3.4 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

No âmbito do IFAP, o apoio às atividades acadêmicas pode dar-se por meio de Órgãos Colegiados e Órgãos Executivos, além de setores e serviços.

Com atribuições de Órgão Executivo, a Pró-Reitoria de Ensino e toda sua equipe está voltada ao atendimento do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, seja na ótica de planejamento, gestão e acompanhamento da execução pedagógica para os cursos técnicos de nível médio e de graduação, seja como registro acadêmico, assistência estudantil, educação inclusiva e assessoramento às bibliotecas.

As atividades acadêmicas também contam com o apoio da Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação/DITI (Órgão Executivo) para a criação e operacionalização de sistemas de gestão acadêmica e assessoramento aos usuários de todas as unidades do IFAP.

No âmbito dos *Campi*, as atividades acadêmicas são apoiadas por meio de Órgãos Colegiados e Órgãos Executivos, e também por setores e serviços.

O Colegiado de Curso, dentre outras atividades de apoio acadêmico estabelecida em Regimento Interno de cada Campi, acompanha o desenvolvimento do Plano de Cursos e do Projeto Pedagógico de Curso e de outros instrumentos pertinentes, no âmbito de sua competência. Também articula a participação de professores na implementação dos instrumentos pedagógicos e a integração entre diversos componentes curriculares ofertados.

O Conselho de Classe avalia o processo de ensino-aprendizagem e propõe alternativas de caráter didático-pedagógico para solução dos problemas detectados após cada bimestre letivo, dentre outras atividades de apoio estabelecidas em Regimento Próprio ou no Regimento Interno de cada *Campi*.

Especificamente, o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, como Órgão Executivo, além de outras atribuições decorrentes de normativas internas, tem como competências, atendidas as decisões dos órgãos superiores, a responsabilidade pela implementação, acompanhamento e avaliação, através da macropolítica aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino do IFAP, na dimensão do Ensino Profissional Básico, Técnico, Tecnológico em todas as modalidades e níveis de ensino dos cursos de Licenciatura e cursos de Tecnologia; e pela administração das atividades acadêmicas curriculares e pela administração da vida escolar do estudante, desde o seu ingresso até a sua formatura. Neste sentido, o Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão planeja suas ações em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAP. Sua equipe básica é composta pela Coordenação Geral de Ensino, Coordenação Pedagógica, Coordenação de Pesquisa e Extensão, Seção de Gerenciamento

de Registro Escolar e Acadêmico, Coordenações de Cursos, Setor de EAD, Setor de Laboratórios, Setor de Assistência Estudantil, Setor de Biblioteca, Setor Técnico-Pedagógico, Setor de Desporto, Setor de inovação e empreendedorismo, NIT, Setor de estágios e egressos, dentre outros setores a depender da estrutura de cada *Campi*.

Sendo Órgão Executivo, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) também apoia as atividades acadêmicas, pois ministra aulas nas diversas licenciaturas que hoje compõem o quadro de cursos do IFAP, prestando constantemente orientação aos pais, professores e servidores que atendem os alunos com necessidades educacionais específicas. Promove cursos de capacitação: seminários, fóruns, cursos de Libras, oficinas, encontro dos Napnes e palestras para formação continuada do corpo docente, discente e comunidade externa, entre outras atividades de apoio estabelecidas no Regimento Interno dos *Campi*.

A Seção de Gerenciamento da Tecnologia da Informação (SETI), com o apoio da Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação (DITI), também realiza potencial apoio às atividades educacionais, especialmente no que se refere ao gerenciamento, manutenção e garantia dos acessos de sistemas acadêmicos.

Demais setores e colaboradores que prestam serviços ao IFAP exercem indiretamente potencial apoio às atividades acadêmicas, a exemplo das contratações de fornecimento de refeição aos alunos dos cursos em tempo integral, bem como a limpeza e conservação do espaço escolar, que é realizada por funcionários terceirizados.

3.5 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

O IFAP mantém relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas, por meio de mecanismos institucionais de interação com o mundo do trabalho e a prática social. Neste sentido, as ações, programas e projetos da Instituição têm, desde a sua fundação, contemplado uma vasta rede que integra as comunidades local e regional, atendendo afirmativamente as diferentes demandas das diversas áreas de conhecimento.

As atividades de ensino reforçam as parcerias com a comunidade por meio da oferta de cursos que atendem as necessidades regionais; os programas de incentivo à permanência, que impactam social e economicamente a sociedade; e os programas de assistência estudantil, que viabilizam a permanência e o êxito dos estudantes nas atividades acadêmicas e extracurriculares, bem como sua participação em eventos científicos, tecnológicos, culturais e esportivos.


Portanto, as relações sociais construídas com diferentes interesses e expectativas, fazem com que o IFAP seja um agente estratégico na estruturação de diretrizes regionais e de formação dos indivíduos e comunidades, com base em demandas reais, contribuindo para o desenvolvimento, tanto com relevância aos aspectos sociais e culturais quanto econômicos em sua região de atuação.

Sua aproximação aos diversos atores da sociedade, por meio da extensão, permite que a Instituição, de certa forma, esteja trilhando um caminho para atender as demandas a ela direcionadas em seu espaço social. Por meio de Programas especiais como, por exemplo, MEDIOTEC, Mulheres Mil e editais de projetos extensionistas, utilizando recursos da matriz orçamentária institucional e de outros órgãos de fomentos, são desenvolvidas ações que promovem uma aproximação do IFAP à sociedade, atuando como agente das políticas públicas e sociais, buscando potencializar e fortalecer, entre outros, as ações de educação, assistência social, saúde, organizações populares e movimentos sociais.

A formalização de parceiras para ações de Extensão oferece a sustentação necessária para as ações planejadas e contribui para aumentar a relação de atividades, podendo assumir o caráter de ação contínua, periódica ou pontual.

FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP





Programas de atendimento ao discente, parcerias com a comunidade, instituições de ensino e empresas trazem diversos benefícios à população, promovem o enriquecimento intelectual e o planejamento estratégico de ações mutualísticas, com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico. Ações que visam à promoção de parcerias por meio de Cooperações Técnicas e Convênios fazem parte da política de extensão e da política da pesquisa, pós-graduação e inovação do IFAP.

A Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação é responsável pela articulação com instituições de fomento à extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação nacionais e internacionais, visando implementar e/ou consolidar parcerias e convênios.

O IFAP busca promover e manter, por meio do Setor de Gerenciamento de Relações Internacionais, vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, parcerias com instituições de ensino superior e outros organismos internacionais que visam fortalecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e o alcance dos objetivos estratégicos no âmbito da internacionalização. ■

CAPÍTULO 4

PLANO DE COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE VISUAL



FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP

4. PLANO DE COMUNICAÇÃO VISUAL

A dinâmica atual dos sujeitos sociais, configurados como pessoas físicas ou jurídicas, apresenta para as instituições novos desafios relacionados a seus processos comunicacionais. Neste cenário, a comunicação institucional assume papel estratégico e sua atuação passa a ser um elemento indispensável em qualquer planejamento. Este é o caso do Instituto Federal do Amapá ao propor por exemplo, o Plano de Comunicação Social visando delinear, a longo prazo, as estratégias de comunicação dentro da perspectiva da instituição.

A função da comunicação institucional no âmbito do IFAP é a difusão, de forma contínua, de sua missão, visão e valores. Para o cumprimento desta tarefa, é necessário o planejamento, a execução e o gerenciamento de ações voltadas ao público interno e externo da instituição, permitindo a consolidação da imagem institucional perante a sociedade e a percepção de como sua atuação responde aos anseios sociais.

Outro ponto importante, na nova configuração assumida pelo campo comunicacional, é a substituição do esquema clássico de comunicação composto por um emissor, um receptor e um comportamento deste último como consequência da mensagem comunicada. Esse ciclo foi substituído, e as redes sociais são um contundente exemplo disso, por uma noção de comunicação que necessita ser entendida como um relacionamento da instituição com seus públicos. No caso do IFAP, este público é diverso e complexo, sendo inclusive mais adequado chamarmos de “públicos”. Em diversos momentos, a instituição precisa alcançar estes públicos em sua totalidade e de forma simultânea, como nos processos seletivos discentes, por exemplo, cuja comunicação tem o desafio de atingir pais, adolescentes, docentes e imprensa. Porém, em muitos momentos, percebemos a segmentação dos públicos de acordo com os canais de comunicação, sendo necessária a diversificação de conteúdos e formas de comunicação respeitando a cultura, o ritmo e a dinâmica de determinado canal.

Dessa forma, manter um relacionamento comunicacional contínuo com esses públicos é essencial para que a instituição amplie sua legitimidade entre os agentes sociais das regiões nas quais está baseada e para que sua função social seja melhor compreendida por outras instituições e pelos cidadãos que compõem as comunidades nas quais ela atua.

Uma comunicação institucional estratégica deve ter a capacidade de produzir conteúdos de qualidade e segmentados, além de amplificar seu alcance, através da consolidação de um relacionamento com a imprensa e com seus públicos internos e externos. Executado com eficiência, este desenho comunicacional tem capacidade de diminuir o impacto negativo de momentos de crises de imagem, facilitando a implementação do protocolo de gerenciamento de crises, aspecto esse que será abordado ao longo deste documento.

4.1 HISTÓRICO

O documento que rege a comunicação no IFAP é a Política de Comunicação Institucional. Para o desenvolvimento da comunicação institucional, o Ifap dispõe atualmente da seguinte estrutura: A Diretoria de Comunicação (Dicom), vinculada à Reitoria, sendo uma diretoria sistêmica e principal órgão gestor dos conteúdos, canais e ações de comunicação; a Seção de Gerenciamento de Comunicação Social (Secom) do Campus Macapá, sendo esta também responsável pelo gerenciamento da comunicação do Campus Avançado Oiapoque; O Campus Laranjal do Jari possui o Setor de Comunicação Social (Setcom) de maneira semelhante ao Campus Santana, cuja a comunicação também é gerida por seu Setcom. A expansão do Ifap, os diferentes públicos e as diferentes realidades atendidas mostrou a necessidade de uma organização sistêmica que estabeleça entre as unidades responsáveis pela comunicação uma visão coordenada e interativa, tanto em vista do atendimento dos públicos e a busca por informações, quanto das demandas pertinentes à comunicação institucional.

A Dicom possui, internamente, a seguinte organização:

- **Departamento de Comunicação:** planeja, organiza, supervisiona e controla as ações de produção de conteúdos jornalísticos, ações de assessoria de comunicação e gestão dos canais de comunicação institucionais.
- **E-sic:** O Sistema eletrônico de Informações ao Cidadão é o dispositivo criado pela Lei de Acesso à Informação que cuida dos trâmites envolvidos na produção de respostas a questionamentos elaborados pelos cidadãos aos campi através do ambiente específico;
- **Setor de Programação Visual e Multimídia:** Planeja e executa ações que envolvem a identidade visual institucional; padroniza e orienta o uso da identidade visual institucional; executa a criação de projetos gráficos para campanhas e eventos institucionais; auxilia e aprova projetos gráficos para campanhas e eventos institucionais dos campi; executa e orienta tecnicamente à execução de produções audiovisuais institucionais para divulgação interna e externa de serviços e produtos do Ifap;
- **Setor de Jornalismo:** atua na produção de conteúdos jornalísticos, ações de assessoria de comunicação e gestão dos canais de comunicação institucionais.
- **Setor de Diagramação e Revisão Textual:** executa a diagramação e revisão textual de projetos gráficos editoriais da Reitoria; executa revisão textual de peças de comunicação e matérias jornalísticas; auxilia e aprova a diagramação de projetos gráficos editoriais dos campi;
- **Setor de Eventos:** é responsável por elaborar estratégias de relacionamento da instituição com públicos externos e internos, auxiliar no gerenciamento de crises no que diz respeito ao relacionamento com a opinião pública, organizar e coordenar solenidades nas quais o gestor máximo da instituição esteja presente, bem como supervisionar o cerimonial dos demais eventos organizados pelas unidades que compõem a instituição.
- **Setor de Suporte Audiovisual:** Executar, no âmbito da Reitoria, e orientar, no âmbito dos campi, o desenvolvimento

de políticas, diretrizes e instruções às ações de suporte audiovisual das produções em eventos institucionais e acadêmicos; operar equipamentos utilizados nas produções audiovisuais de produtos comunicacionais audiovisuais de divulgação interna e externa e em eventos presenciais; operar, no âmbito da Reitoria, e orientar, no âmbito dos campi, a transmissão de eventos on-line realizados nos canais oficiais do Ifap;

No que se refere aos servidores, cujas atribuições atualmente vinculam-se à comunicação institucional, o IFAP possui 05 (cinco) jornalistas, 03 (três) técnicos audiovisuais, 02 (dois) programadores visuais, 01 (um) diagramador, 01 (uma) revisora de textos e 01 (um) técnico gestor do E-Sic.

4.2 PRINCÍPIOS E VALORES DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do IFAP pauta-se em princípios e valores que dizem respeito tanto aos aspectos técnicos e tecnológicos quanto aos envolvidos nas atividades de produção de conteúdos comunicacionais, assim como na qualidade da informação, que deve pautar-se na verdade, na ética, na promoção humana, na cidadania e na utilidade pública, com o fito de contribuir e difundir as realizações institucionais ligadas à educação, ciência, tecnologia e inovação. Nesse sentido, seguem abaixo os princípios e valores da comunicação institucional do IFAP:

- Ser ética, responsável e transparente no planejamento e execução das ações de comunicação organizacional;
- Ser ágil, clara e precisa na divulgação de informações para os públicos interno e externo;
- Ser confiável, diligente e prestativa no atendimento dos diversos grupos de relacionamento (funcionários, profissionais dos meios de comunicação e demais atores envolvidos);
- Ser focada, eficiente e organizada para atingir os objetivos e resultados esperados;
- Atuar na defesa dos interesses da instituição, resolver gerenciar situações de crises de imagem;
- Fazer uso planejado e responsável dos recursos e otimizar os custos das ações de comunicação;
- Primar pela impessoalidade da imagem institucional e pela imparcialidade no relato dos fatos e acontecimentos, na difusão da informação;
- Ser competitiva, técnica e proativa na exploração de mídias espontâneas, no relacionamento com os meios de comunicação e com as fontes internas da entidade;
- Ser dinâmica, moderna e inovadora, o que significa estar sintonizada com as novas tecnologias da informação e contribuir com as estratégias de gestão e de mudanças na cultura organizacional;
- Ser envolvente, motivadora e solidária, o que significa ter capacidade de sensibilizar e mobilizar o público interno e a comunidade em ações de responsabilidade social e ambiental patrocinadas pela entidade;
- Ser democrática, interativa e participativa, de modo a estimular a incorporação de todos os atores internos na implantação do plano de comunicação, garantindo-lhes representação e participação decisória no seu desenvolvimento, avaliação e atualização.

4.3 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O IFAP é uma instituição complexa que atua na oferta de cursos em diversos eixos tecnológicos, em várias modalidades e formas de ensino, incluindo Cursos Formação Inicial e Continuada (FIC); Cursos Técnicos, de Ensino Superior e Pós-Graduação. O aspecto dos públicos com os quais precisa se relacionar cotidianamente é bastante amplo. As rotinas relacionadas às atividades comunicacionais do IFAP são pensadas para atender a essa diversidade. É necessário, porém, que constem neste PDI, de forma objetiva, as competências e atribuições de responsabilidade dos setores que cuidam da comunicação institucional. Abaixo, listamos de maneira bastante abrangente, tais características.

- Implantar, coordenar e executar a política de comunicação institucional;
- Atender às demandas de informação e de entrevistas dos veículos de comunicação local, regional e nacional (assessoria de imprensa);
- Promover a integração entre o IFAP e a comunidade, através dos meios de comunicação internos e externos;
- Promover a divulgação das atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão;
- Produzir conteúdo e gerenciar os veículos oficiais de comunicação institucional (site, mídias sociais etc.);
- Realizar a cobertura jornalística de eventos institucionais e de atividades acadêmicas, proporcionando visibilidade às diversas áreas de atuação institucional;
- Assessorar campanhas de comunicação institucional em parceria com os demais setores da instituição;
- Facilitar o acesso às informações de interesse institucional por meio dos veículos oficiais de comunicação institucional.

4.4 GERENCIAMENTO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Os principais indicadores do IFAP, como área construída, número de unidades, quadro de servidores e número de alunos, cresceram exponencialmente ao longo dos últimos anos. Essa evolução traz um aumento também do fluxo de demandas comunicacionais. Nesse sentido, a comunicação passa a se apresentar como um setor estratégico dentro do desenvolvimento institucional. Tal constatação coloca em cena a necessidade de incrementos no espaço físico, no parque de equipamentos e nos recursos humanos que trabalham diretamente no atendimento das demandas comunicacionais. Para melhor gerir esses fluxos de comunicação, é necessário que os setores responsáveis por essa tarefa, em cada uma das unidades do IFAP, sejam padronizados no que diz respeito ao seu organograma, à sua infraestrutura, às suas rotinas e aos parâmetros técnicos de produção de conteúdos comunicacionais e de relacionamento com a imprensa.

Essa padronização tem potencial de tornar mais sólida a administração dos canais de comunicação institucional, como site e os perfis em redes sociais. Isso é estratégico por aumentar a base de seguidores do IFAP nesses ambientes digitais de comunicação, tendo efeito positivo em função de diminuir a dependência institucional dos meios de

comunicação tradicionais, dando, portanto, maior autonomia ao próprio IFAP na gestão e produção de seu conteúdo.

Para alcançar esse formato de gestão, é importante padronizar a estrutura física de equipamentos e softwares dos Setores de Comunicação Social em todos os campi, bem como suas equipes, que devem ser compostas por, no mínimo, 3 servidores (jornalista, programador visual e técnico administrativo). Dentro dessa composição, as demandas de comunicação dos Centros de Referência (CRs) e dos Campi Avançados serão canalizadas para que os Setores de Comunicação das unidades às quais eles são vinculados atendam as demandas.

A formação continuada dos servidores que atuam nos setores responsáveis pela comunicação institucional é um ponto importante também em função das rápidas mudanças pelas quais os processos e as tecnologias comunicacionais têm passado. Nesse sentido, a promoção de cursos de capacitação em todas as áreas de atuação da comunicação, para todos os servidores lotados nos setores de comunicação das unidades, é algo que deve ser observado pela gestão da instituição.

Como forma de potencializar o investimento do IFAP na formação de seus servidores da área da comunicação, estes devem oferecer regularmente aos demais servidores e estudantes dos cursos FIC instruções para que a cultura comunicacional da instituição seja ampliada no sentido de que cada servidor e estudante compreenda seu papel de agente de comunicação e que esteja apto, notadamente no que diz respeito aos servidores, a produzir conteúdos comunicacionais dentro de padrões mínimos de qualidade, tornando a comunicação institucional mais rica e descentralizada.

4.5 SEGMENTAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: CANAIS E PÚBLICOS

A partir dos diversos serviços oferecidos, é imprescindível segmentar a comunicação e os canais de acordo com o público.

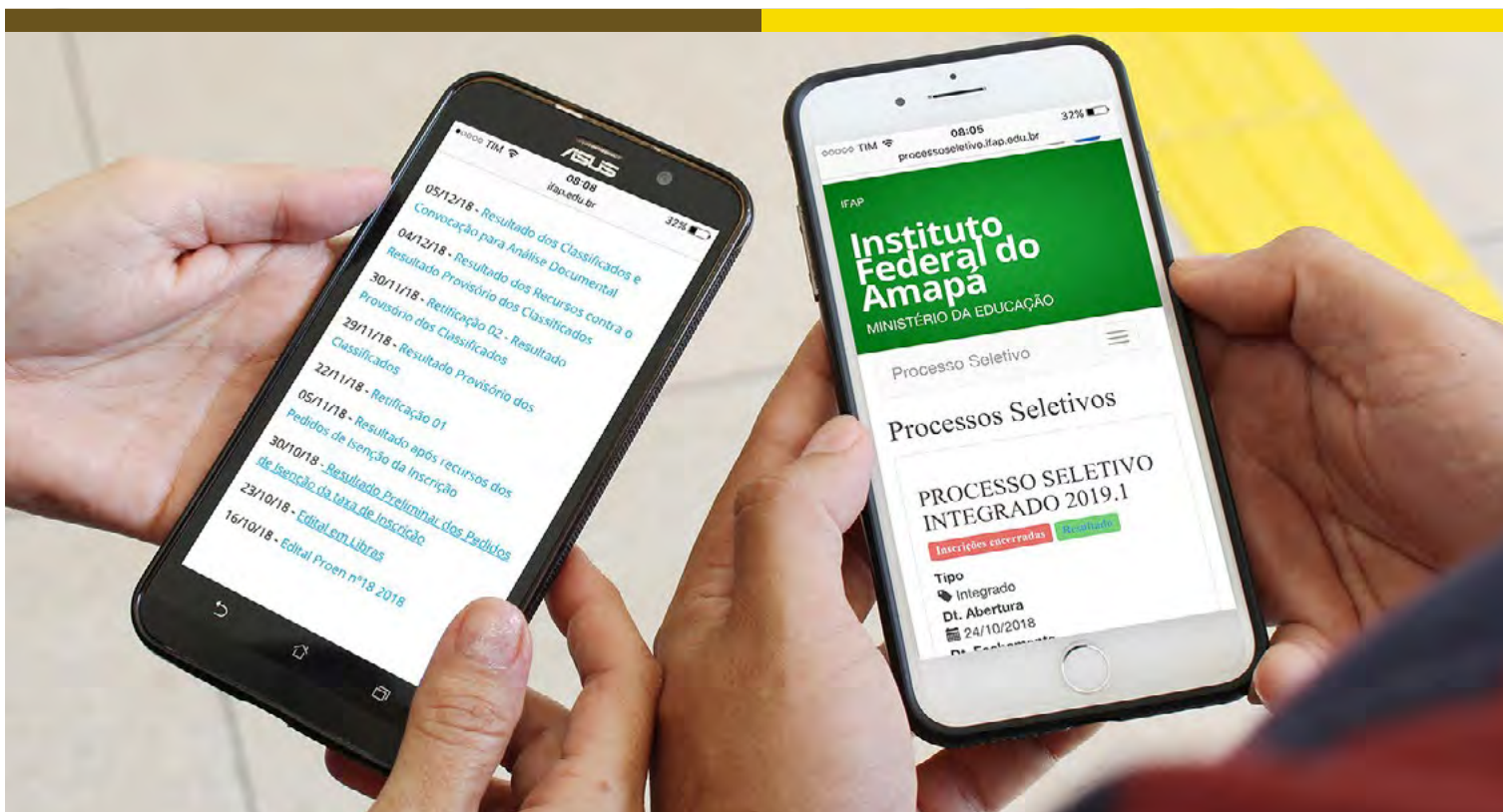
4.5.1 CANAIS

- Explorar canais de comunicação de acordo com o conteúdo, serviço e público que irão receber;
- Incentivar utilização dos canais digitais, estreitando e acelerando o diálogo e promovendo responsabilidade ambiental;
- Promover parcerias com veículos, para que, com projetos de extensão, possamos ter mais canais de comunicação descentralizada;
- Promover melhoria da comunicação interna, para que a comunidade Ifapiana seja porta-voz da instituição, dentro e fora dela;
- Propor orçamento para veiculação de campanhas institucionais do IFAP em veículos de massa (TV e Rádio);
- Lançar a revista institucional periódica em forma impressa e digital;
- Estreitar a relação com a imprensa.

4.5.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO JÁ EXISTENTES:

- Portal IFAP
- E-mail
- Newsletter
- Mídias sociais (Facebook, Instagram, Twitter e Youtube)
- Comunicações Oficiais Escritas
- Murais dos Campi
- Material Gráfico (Revistas, Folders, Panfletos, Livreto)
- Papel de Parede dos Computadores
- Programa de Rádio IFAP no AR, no Campus Avançado Oiapoque

FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP



4.5.3 CANAIS DE COMUNICAÇÃO A SEREM IMPLEMENTADOS:

- Digital Signage (TVs espalhadas nas unidades)
- TV e Rádio (publicidade)
- Mídia Exterior (Outdoor nos municípios e nas instalações das unidades)
- Mural Braile

4.6 PÚBLICOS

A definição dos públicos é fator chave para o êxito das ações de comunicação. Considerando que cada público tem sua importância e suas responsabilidades, é preciso identificar a forma adequada para abordar cada um dos envolvidos.

- Identificar público-alvo: quem é usuário dos serviços oferecidos pelo IFAP, como alunos e futuros alunos;
- Identificar público-potencial: quem possibilitará a entrada de usuários ao IFAP, como pais dos alunos, egressos, empresas, órgãos de controle, imprensa, setor produtivo, órgãos de fomento, poder público estadual e Rede Federal;
- Proporcionar à comunidade Ifapiana conhecimentos teóricos que a capacite a analisar, diagnosticar e propor estratégias de comunicação interna e externa, assim como ser porta-voz consciente da instituição.

4.7 COMUNICAÇÃO DESCENTRALIZADA

Com a nova dinâmica da comunicação institucional, todos podem se tornar agentes de comunicação do IFAP, podendo levar o seu cotidiano dentro da instituição aos seus canais de comunicação com a sociedade, assim como aos nossos canais oficiais. Por isso, faz parte deste planejamento, a promoção de capacitações e orientações constantes a respeito da comunicação institucional para que qualquer servidor e aluno possa ser este agente multiplicador das informações institucionais. Da mesma forma, estimular a produção de conteúdo nos canais de comunicação, por parte dos segmentos de servidores e alunos, promove esta identificação destes como agentes de comunicação institucional e/ou acadêmica.

4.8 COMUNICAÇÃO INCLUSIVA

É de extrema importância que a comunicação institucional atinja em sua plenitude pessoas com necessidades específicas, ressaltando o caráter inclusivo da instituição. Para alcançar isso, propomos:

- Aperfeiçoar ferramentas de links e conteúdos acessíveis.

- Aperfeiçoar ferramentas de transcrição de conteúdos publicados no portal do IFAP para deficientes visuais;
- Produzir videoeditais com tradução em Libras;
- Enviar e-mails em formatos acessíveis para pessoas com deficiência visual;
- Disponibilizar peças gráficas institucionais em murais de avisos com tradução em Braile.

4.9 EVENTOS

- Regulamentação e Manual de eventos institucionais e formaturas;
- Acompanhamento de resultados dos eventos realizados;
- Fomento da padronização da imagem institucional.

4.10 IDENTIDADE VISUAL

Toda instituição, organização, empresa, pessoa possui sua marca, sua identidade que a identifica onde ela esteja e a faça ser lembrada. O fortalecimento da identidade visual do Instituto Federal do Amapá é ponto importante para se alcançar os objetivos comunicacionais da instituição.

- Padronizar identidade visual institucional;
- Gerenciar e manter o uso correto da identidade visual institucional, pelas unidades, através de seus servidores e alunos;
- Implantar setores de programação visual nas unidades, dentro dos setores de comunicação, para correto desempenho das atividades relacionadas.

4.11 PESQUISA

A informação é base para a tomada de decisões das estratégias de comunicação. Com constantes mudanças no cenário educacional, consideramos vital manter e oportunizar pesquisa e coleta de dados profissional para nortear as ações de comunicação institucional, assim como fomentar a coleta de dados em eventos e ações nas unidades e Reitoria, realizada de forma organizada, pelos próprios servidores.

4.12 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO DO CIDADÃO

- Disponibilizar a expandir o conhecimento do E-sic por parte do usuário e aperfeiçoar seu atendimento. ■

CAPÍTULO 5

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



5. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal do Amapá tem como objetivo a oferta de educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade referenciada no contexto da sociedade atual, marcada pelo desenvolvimento científico e tecnológico, pela globalização e profundas transformações nas relações de trabalho. Tal contexto tem por consequência a necessidade de realizar transformações também nas formas de se pensar e conduzir a formação dos sujeitos, ressignificando assim as relações entre a educação e o trabalho.

Nesta perspectiva, a educação deve acompanhar as mudanças da chamada sociedade globalizada ou do conhecimento com base no processo educativo pautado na formação de sujeitos emancipados, conscientes e dotados de capacidade crítica para tomada de decisão e resolução de problemas na vida social e produtiva, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região.

Desta forma, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFAP assume um papel relevante para atingir os objetivos propostos pela instituição, uma vez que é um instrumento norteador e basilar das concepções filosóficas, epistemológicas e educacionais que direciona as estratégias institucionais do ensino, da pesquisa e da extensão.

Assim, pensar no PPI como instrumento balizador é reconhecer sua identidade própria gerada da reestruturação da educação profissional e tecnológica a partir de uma nova concepção, cujo princípio está na articulação entre educação, ciência, trabalho, cultura e tecnologia. Essa articulação tem por objetivo promover uma formação humana que ultrapasse os limites do simples fazer profissional, preocupando-se com a formação integral dos indivíduos, tendo em vista as novas demandas sociais e do mundo do trabalho.

5.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E EPISTEMOLÓGICOS QUE NORTEIAM A PRÁTICA EDUCATIVA DO IFAP

Diante das significativas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas no mundo contemporâneo, um novo contexto histórico se apresenta e com ele a necessidade de se pensar no tipo de sociedade que se objetiva a partir consolidação de um projeto político-pedagógico que esclareça e assegure princípios que garantam a integração do “saber fazer” e do “fazer saber”, fortalecendo “a necessidade de uma educação ‘no’ mundo e não apenas ‘para’ o mundo” (ARAÚJO, Adilson César; SILVA, Cláudio Nei Nascimento, p. 9). Ainda, assim, a economia globalizada e os constantes avanços tecnológicos mundiais afetam diretamente as relações entre a educação e o trabalho, suscitando que as instituições escolares tenham clareza do seu papel frente às imposições que fazem retroceder na concepção de Educação Profissional e Tecnológica que foi estabelecida.

A educação e as metodologias de ensino têm sido concebidas de diferentes maneiras, de acordo com as ideias vigentes sobre a própria educação e o tipo de formação humana considerada necessária em cada momento histórico. Neste contexto, tem-se um arcabouço de teorias educacionais que, com os seus desdobramentos filosóficos e pedagógicos próprios, direcionam o processo de ensino-aprendizagem de acordo com as concepções de homem e sociedade que acreditam melhor atender aos seus objetivos.

Esta nova realidade exige que as escolas revejam suas metodologias de ensino, sua organização curricular e seus processos de gestão, no sentido de se tornarem espaços verdadeiramente formativos, participativos e democráticos. É necessário, ainda, que a comunidade escolar compreenda que as concepções de formação humana, currículo, avaliação e prática pedagógica estejam diretamente relacionadas aos aspectos políticos, históricos, sociais e culturais que estão em uso no contexto em que está inserida a escola, sendo, portanto, influenciada por ele. No entanto, a Instituição deve resistir firmemente a qualquer caminho que não conduza à formação de uma sociedade emancipada.

Neste sentido, o IFAP reafirma sua concepção de ser humano, entendendo-o como um ser histórico-social que atua no mundo concreto de forma consciente para projetar e satisfazer suas necessidades subjetivas e sociais, construindo e reconstruindo conhecimentos. Assim contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Nessa perspectiva, a concepção de sociedade assumida pela instituição é aquela na qual se acredita ser fruto de uma construção humana em âmbito coletivo, que se estrutura ao longo de gerações, reorganizando seus conceitos e paradigmas na medida em que acontece o desenvolvimento físico e intelectual dos sujeitos, estabelecendo relações coletivas em busca da satisfação das necessidades intrínsecas do ser humano.

Considerando as concepções de ser humano e sociedade na sua construção histórica, o IFAP, como instituição formadora consciente de seu papel social, de formar cidadãos e trabalhadores capazes de compreender o mundo e seus pares, a fim de melhor compreenderem a si mesmos, pauta sua prática educativa na superação da fragmentação curricular e do ensino descontextualizado. A proposta educacional da instituição deve, portanto, constituir-se como propulsora para a formação integral dos sujeitos, contribuindo para que se tornem cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, éticos e solidários.

Com base nestes pressupostos, as concepções e práticas relacionadas ao fazer pedagógico dos cursos ofertados pelo IFAP serão orientadas pelos seguintes princípios filosóficos:

- concepção de ser humano como um ser dotado de potencialidades, com capacidade de autossuperação e de agir ativamente para transformar a realidade onde está inserido;
- concepção de sociedade como organismo vivo, reconstruída a cada momento histórico pelos sujeitos, considerando as relações de interesse e necessidades da coletividade, numa perspectiva de construção de sociedade igualitária, justa e fraterna;

- compreensão de educação como um processo de construção humana que resulta na produção de conhecimentos, cultura, valores e atitudes, contribuindo para o desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento, com repercussão na melhoria da qualidade ética de vida na sociedade;
- visão do educando como um ser único, com especificidades próprias e exclusivas que devem receber uma educação que atenda suas necessidades em todas as suas dimensões: física, cognitiva, social, emocional, moral e espiritual, que devem ser consideradas e desenvolvidas pelo processo educativo assumido pela instituição;
- valorização do conhecimento enquanto grande capital da humanidade é fundamental para o rompimento de uma educação engessada, tradicionalista e meritocrática. Oferta de um currículo que valoriza a aprendizagem do indivíduo, combatendo a errônea cultura do objetivo precípua e único da obtenção da nota, mesmo que não venha acrescida do conhecimento;
- estímulo ao diálogo que compreenda as diferenças a fim de construir uma sociedade mais harmoniosa;
- indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular.

Neste sentido, o Instituto Federal do Amapá assume o compromisso com uma educação brasileira que busca o pensamento sistematizado que almeja a descoberta pelo verdadeiro significado das coisas, criando um ambiente fecundo para o estabelecimento de um projeto de desenvolvimento de uma sociedade que considera a justiça social e a igualdade como partes integrantes da existência humana, além da concepção de uma democracia e cidadania conscientes das suas responsabilidades. Uma questão crucial também está na resistência da insistente condução do capitalismo em tratar a educação sob a perspectiva economicista, fragmentária e tecnicista que prepara o jovem e aluno trabalhador à subserviência aos meios de produção.

5.2 CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A escola, enquanto instituição social, vem sendo questionada acerca do seu papel ante as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas no mundo contemporâneo. Em decorrência destas transformações, configura-se um novo contexto educacional, no qual se coloca para a escola e seus sujeitos o desafio de conceber uma formação crítica e reflexiva que ultrapasse uma educação bancária alienadora, a fim de possibilitar ao aluno a interpretação das entrelinhas do mundo e a formação profissional de indivíduos éticos e autônomos, capazes de exercer a cidadania de forma ativa e com responsabilidade social.

Torna-se, portanto, necessária a compreensão de que as mudanças ocorridas na sociedade globalizada afetam diretamente o espaço escolar. As diversas teorias educacionais e seus diferentes posicionamentos sobre o processo de

ensino-aprendizagem foram construídos a partir do modo como os indivíduos se estabeleceram em sociedade através do tempo. Tais teorias desenvolveram um conjunto de concepções e valores que direcionam o fazer pedagógico no cotidiano escolar, sendo constituídos como paradigmas aceitos para a prática da educação.

Neste sentido, a abordagem teórico-metodológica que orienta a prática escolar do IFAP deve reunir elementos críticos capazes de desenvolver uma educação pública de qualidade referenciada para todos, sem distinção. Para que isto se torne possível, a instituição escolar deve adotar pressupostos educacionais que superem o ensino memorista e conteudista típico do ensino tradicional, promovendo, por sua vez, um processo educativo dinâmico e transformador.

A partir deste entendimento, a concepção de ensino-aprendizagem da Instituição posiciona-se favorável à promoção de uma prática educativa que fomente questionamentos acerca da ligação entre o homem e sua realidade, assim como o papel transformador do sujeito nessa relação, alicerçando o seu fazer pedagógico em valores éticos e humanos com vistas a garantir ao aluno a autorreflexão crítica e a capacidade de formar o próprio entendimento acerca de todas as coisas (ADORNO, 1995).

Assim, a proposta do IFAP apoia-se na oferta de uma formação crítica, humana e contextualizada, pautada em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação do ser humano para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (CIAVATTA, 2005, P.85).

Uma vez que o aluno que faz parte da comunidade em que vive compreende que é possível ser um agente transformador da realidade, ele intervém diretamente na sua construção como sujeito social, interagindo com seus saberes, sua história e suas relações histórico-culturais.

O IFAP, como instituição de educação profissional e tecnológica, direciona sua orientação pedagógica na superação do modelo tecnicista, que compreende o ser humano dividido entre o pensar e o executar. Tal superação se faz necessária por se entender que esta concepção está ligada a um fazer pedagógico pragmatista, focado na simples formação para a execução de atividades repetitivas e descontextualizadas que não favorecem o pensamento crítico e o desenvolvimento integral dos indivíduos. Sobre este aspecto, Ciavatta (2005, p.85) afirma que “Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social.”

Dessa forma, constata-se que o desenvolvimento de competências não é algo plenamente realizável nem capaz de promover a formação desejada. Tem-se como desafio a construção de uma proposta de educação profissional que atenda aos pressupostos de formação crítica, que tenha por horizonte o trabalho como princípio educativo e se fundamente nas concepções de politécnica e formação humana integral.

De acordo com Saviani (2003), no ensino fundamental o trabalho deve aparecer de forma implícita, isto é, em função da incorporação de exigências mais genéricas da vida em sociedade, enquanto no ensino médio os mecanismos que caracterizam o processo de trabalho devem ser explicitados. No ensino médio, além do sentido ontológico do trabalho, toma especial importância seu sentido histórico, posto que é nesta etapa da educação básica que se explicita mais claramente o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva.

Neste contexto, tomando como base a construção de um projeto de ensino integrado que, enquanto reconhece e valoriza a diversidade, supera a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional, apresenta-se a compreensão do trabalho considerando seu duplo sentido:

- Ontológico: como práxis humana e, então como forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;
- Histórico: que no sistema capitalista transforma-se em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseados em conhecimentos existentes, produz novos conhecimentos.

Neste sentido, a institucionalização desta proposta educacional implica em romper com a dualidade estrutural que historicamente separou o ensino propedêutico da formação profissional no Brasil. Deve-se partir de uma construção crítica que atenda uma perspectiva de revisão de paradigmas e conceitos que envolvam a questão do ensino, principalmente no ensino médio, para eliminar a indesejável oposição entre conhecimento geral e conhecimento específico.

Diante do exposto, na educação profissional, não é possível conhecer a realidade somente a partir dos conhecimentos específicos, pois eles não dão conta de explicar o todo. Somente na relação com a formação geral é que eles têm sentido enquanto conhecimentos específicos no contexto da formação técnica.

Nesta perspectiva, as referências teórico-metodológicas citadas permitem consolidar o papel sociopolítico da instituição, por meio de um projeto educacional que reafirme a formação humana, cidadã e profissional, entendendo-se que esta precede a qualificação para a laborabilidade.

O IFAP conduz seus direcionamentos a partir da formatação de um movimento de orientação inclusiva que pensa em uma escola democrática para uma sociedade democrática, que compreende o educando enquanto pessoa humana singular, compreendendo o aluno como “sujeito de necessidades, de desejo e de potencialidades” (RAMOS, 2008, p.5).

Neste sentido, o Instituto busca conduzir seu trabalho pedagógico pautado numa concepção educacional transformadora, com respeito à liberdade, a favor da democracia, considerando o saber viver e conviver de forma respeitosa com as inúmeras diferenças na promoção de uma educação de qualidade e da construção de uma sociedade com equidade.

5.3 CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM

O currículo, o ensino e a aprendizagem devem ter como direcionamento a organização e orientação teórico-metodológica que consolida a prática educativa escolar como um processo político-pedagógico comprometido com o coletivo. É preciso considerar que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos estudantes, mas sim uma organização contínua de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, culturais e políticas, intelectuais e pedagógicas, que acreditam no “aprimoramento do educando como pessoa humana e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Garcia e Ferreira, 2005, p. 168).

Assim, o entendimento sobre concepção curricular deve passar pela necessidade de constituir a escola como um ambiente e espaços educativos que ampliem a aprendizagem, reafirmando-a como lugar do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, sendo estas condições imprescindíveis para a constituição da cidadania.

A construção de um currículo integrado de educação profissional exige a participação de todos que atuam direta e indiretamente com o ensino, uma vez que o trabalho coletivo e participativo na escola deve promover a construção de um projeto político-pedagógico que rompe com a hierarquia dos conteúdos e componentes curriculares.

Neste sentido, a proposta curricular do IFAP é concebida a partir da concepção de um currículo balizado nas teorias críticas, acompanhando o modelo de currículo integrado que defende a educação omnilateral, com uma proposta de educação politécnica, visando a formação de um indivíduo ativo e participativo das questões da sociedade.

Neste modelo, a finalidade é oferecer uma educação que contemple as diversas áreas do conhecimento produzidas pela atividade humana. Para Kuenzer (2002), o objetivo de uma educação integrada é “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura” (p. 43-44).

Assim, o IFAP assume o currículo integrado como sustentação de um aporte histórico-crítico que contribui para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e global, que aproxima a vinculação do currículo com as experiências do estudante e das realidades sociais.



A concepção de currículo integrado tem como base os conceitos de politécnica e de formação integrada, previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN, é consolidada pela Lei nº 11.741/2008, que compreende a educação como totalidade social nas múltiplas mediações que caracterizam os processos educativos. Uma forma de superar, historicamente, a divisão social do trabalho (manual e intelectual).

Portanto, a organização curricular está pautada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e de sua qualificação para o mundo do trabalho, de acordo com que está descrito no art. 2º da LDB nº 9.394/1996. Sendo assim, é compromisso do IFAP construir uma organização curricular com participação da comunidade acadêmica (docente, técnico, discente) e que contemple todas as áreas do conhecimento e da formação profissional.

Quanto às diretrizes pedagógicas concebidas em uma dimensão contextualizada do processo de ensino-aprendizagem, ocorrerão vinculadas à apropriação dos significados culturais, exigindo o desenvolvimento das

competências e habilidades necessárias para a formação do educando. Neste sentido, será necessário:

- Primar pela formação de um profissional crítico reflexivo;
- Garantir a interdisciplinaridade, transdisciplinares e contextualização nos currículos dos cursos ofertados pelo IFAP;
- Respeitar os princípios da diversidade, equidade e multiculturalidade;
- Adotar mecanismos de manutenção de eficiência e qualidade na implementação das propostas curriculares;
- Estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação de egressos;
- Aplicar o princípio da verticalização do ensino conforme a legislação brasileira.

5.4 POLÍTICAS DE ENSINO

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é tomada como um elemento central das novas políticas educacionais, tendo em vista as próprias transformações econômicas e sociais. Nesse sentido, de acordo com o art. 2º da Lei de Criação dos Institutos Federais, nº 11.892/2008:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (Brasil, 2008)

As ações de ensino dos institutos devem priorizar a verticalização do ensino, propiciando condições de diálogo e a articulação entre os seus diferentes níveis e modalidades, desde a educação básica à superior, proporcionando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como efetivar seu compromisso com as políticas de inclusão social e tecnológica. Essa organização pedagógica verticalizada é um dos fundamentos dos Institutos Federais.

Dessa maneira, uma das características da política de ensino dos IFs é oferecer cursos técnicos de nível médio, nas formas integrada, subsequente e concomitante; cursos de formação inicial e continuada; superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como programas de pós-graduação Lato e Stricto Sensu.

Neste sentido, o IFAP deverá:

- Ampliar o número de vagas e criar cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, de acordo com a demanda regional, priorizando o avanço e a garantia da qualidade do ensino e a estrutura física, didática e pedagógica, de forma que todos os campi se adequem à Lei nº 11.892/2008, que garante o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para os cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a

especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- Implantar e modernizar todos os espaços de ensino e aprendizagem, levando em consideração a qualidade dos mesmos, bem como atender à demanda dos cursos, da pesquisa e da extensão e ao avanço tecnológico, científico e cultural das regiões. Os espaços implantados devem oferecer condições, inclusive climáticas e de infraestrutura, adequadas ao trabalho pedagógico, de pesquisa e extensão e ao público com necessidades educacionais específicas;
- Efetivar as ações previstas na política de acesso, permanência e êxito do IFAP;
- Criar mecanismos de promoção dos conhecimentos fundamentais (nivelamento) para os estudantes ingressantes no Instituto, em todas as modalidades e formas de ensino;
- Adequar os espaços e tempos escolares às necessidades dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Capacitar os servidores para o desenvolvimento das atividades acadêmicas direcionadas às pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Capacitar os servidores para o desenvolvimento das atividades na modalidade de ensino a distância;
- Implantar ações que promovam o ingresso, permanência e a saída exitosa de estudantes oriundos de segmentos socioeconômicos em vulnerabilidade social e grupos historicamente excluídos e estudantes com necessidades educacionais específicas;
- Atualizar, periodicamente, o acervo bibliográfico impresso e digital da Instituição, principalmente quando houver a solicitação de material bibliográfico por parte da comunidade acadêmica e quando forem criadas novas demandas;
- Criar Políticas de Assistência ao educando que promovam atividades acadêmicas como monitorias, tutorias, iniciação científica e intercâmbio científico-cultural;
- Fomentar a implantação de programas de pós-graduação, mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado, estimulando a atividade de pesquisa científica;
- Implementar um programa permanente de avaliação e acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Articular parcerias com empresas e outras organizações, possibilitando a oferta de estágio curricular e outras atividades que aproximem o estudante de sua área de atuação, especialmente através da oferta regular de visitas técnicas;
- Estimular o trabalho de pesquisa e investigação científica, mirando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, desenvolvendo o entendimento do ser humano e do meio em que vive.

No IFAP, a Pró-Reitoria de Ensino (Proen) é o setor responsável por planejar, executar e acompanhar as políticas de ensino, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação, promovendo e avaliando ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e, igualmente, a inclusão de jovens e adultos no pleno direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Também se responsabiliza pela formulação de diretrizes internas, de modo a integrar o ensino, orgânica e sistemicamente, de acordo com os princípios, objetivos e a missão Institucional, e leis que regem o sistema educacional, especificamente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Considerando que o IFAP é uma instituição pluricurricular e multicampi, a Proen adota o modelo de gestão sistêmica, organizando-se administrativa e pedagogicamente para atender às especificidades relativas a acesso, permanência e êxito discentes, à administração acadêmica, à avaliação e à organização e regulação do processo de ensino e aprendizagem. O seu trabalho, portanto, efetiva-se alinhado aos princípios da gestão democrática, primando pelo diálogo permanente com a comunidade acadêmica, visando a identificação de necessidades e o aprimoramento contínuo dos processos pedagógicos.

O objetivo da política de ensino adotada pelo IFAP é formar profissionais que, em uma perspectiva integral, sejam capazes de adotar formas diversificadas de atuação no desempenho técnico, ético e político, como cidadão emancipado, contribuindo com o desenvolvimento da sociedade, promovendo sintonia entre as ofertas e as demandas advindas dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada localidade do estado do Amapá.

Assim, a Instituição deve se articular a uma política nacional para o ensino, a partir de uma visão realista da situação atual, em termos das características do sistema, dos problemas existentes e dos recursos públicos disponíveis para superá-los. Tal política não pode restringir-se ao âmbito dos institutos federais, mas precisa contemplar o conjunto heterogêneo das instituições públicas e privadas e sua inserção nos diversos contextos regionais, reconhecendo a necessidade de diversificação e flexibilidade nas parcerias público-privadas decorrentes da complexidade do sistema.

Em atenção às especificidades das demandas socioeducativas, as áreas formativas que compõem o ensino e demais áreas de atuação do IFAP são especificadas a seguir.

No âmbito do IFAP, as políticas de ensino são institucionalizadas e regulamentadas por formas e modalidades de ensino:

- Formas de ofertas no Ensino Médio: Integrada, Subsequente e Concomitante;
- Formas de ofertas no Ensino Superior: Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura;
- Modalidade: Presencial e a Distância.

5.4.1 POLÍTICA DE ENSINO PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

O ensino técnico é de suma importância no processo de desenvolvimento do país. Nesse contexto, a Lei nº 11.892/2008, que cria os institutos federais, determina que 50% das vagas dos IFs sejam destinadas à formação técnica, prioritariamente

integrada, atendendo à exigência legal, e reconhecendo as demandas desse tipo de formação requerida pelo público de jovens e adultos. Neste sentido a oferta de cursos técnicos no IFAP é regida pela LDB nº 9.394/1996, o Decreto nº 5.154/2004, além de outras regulamentações estabelecidas pelo Ministério da Educação.

A educação profissional técnica de nível médio segue os princípios prescritos na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, e na Lei nº 11.741/2008, que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho.

5.4.1.1 DIRETRIZES PARA OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA INTEGRADA, MODALIDADE EJA

Os cursos técnicos de nível médio na modalidade EJA foram introduzidos no IFAP desde 2012, em observância ao Decreto nº 5.840/2006, que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e que preconiza, no Art. 2º, parágrafos 1 e 2, que a oferta de 10% do total das vagas esteja incluída no PDI.

Art. 2º As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007.

§ 1º As instituições referidas no caput disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

§ 2º A ampliação da oferta de que trata o § 1º deverá estar incluída no plano de desenvolvimento institucional da instituição federal de ensino.

O PROEJA apresenta-se como uma iniciativa que visa à inclusão social emancipatória dos sujeitos que não tiveram a oportunidade de acesso à educação básica ou não a concluíram na faixa etária considerada regular. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral do educando.

É importante destacar que novas ofertas estão previstas obedecendo ao Plano de Metas do IFAP para proporcionar uma educação básica vinculada à formação profissional na contribuição da inserção desse sujeito na sociedade para exercer plenamente sua cidadania, exatamente como postula o documento base do PROEJA de nível médio que visa garantir:

[...] condições para que todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária e com qualidade para as faixas etárias regulares, e que garanta o direito de aprender por toda a vida a jovens, homens e mulheres, independente dos níveis conquistados de escolaridade, firma-se a concepção de que a formação pode contribuir para a integração sociolaboral dos diversos conjuntos

populacionais, e mais do que isso, para que se constitua, efetivamente, direito de todos (BRASIL, 2007, p. 34)

O IFAP pretende garantir a oferta desta modalidade de educação de jovens e adultos, desenvolvendo um trabalho que deve se pautar no conhecimento desse público e sua realidade e, principalmente no respeito ao ser e aos saberes destes educandos e suas vivências, pois estes são princípios que orientam o trabalho no PROEJA. Por isso, esse conhecimento não pode ser desconsiderado.

Todos esses saberes devem ser considerados no processo educativo, articulados com os novos conhecimentos que se produzem tanto no âmbito escolar, quanto no meio social, na perspectiva da aplicação prática (BRASIL, 2007, p.29).

Portanto, de acordo com o Documento Base do PROEJA (Brasil, 2007), é preciso construir práticas pedagógicas que levem em consideração o contexto de vida dos educandos jovens e adultos, suas condições sociais, econômicas, psicológicas e culturais.

De acordo com o Decreto nº 5.840/2006, que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências, a carga horária mínima total dos cursos PROEJA será de 2.400 horas, articulada com o ensino médio na forma integrada, devendo ser assegurado, cumulativamente, o mínimo de 1.200 horas para a formação no ensino médio, acrescidas de 1.200 horas voltadas à formação profissional técnica de nível médio.

Neste sentido, a organização curricular do PROEJA, conforme o Documento Base, deverá superar os “modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos” (BRASIL, 2007, p. 48), buscando construir práticas que levem em consideração a realidade histórica, social e econômica, bem como as necessidades dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Ainda de acordo com o Documento Base, o currículo destinado ao PROEJA, deverá considerar os seguintes aspectos: (...)

- a) A concepção de homem como ser histórico-social que age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio (RAMOS, 2005, p. 114);
- b) A perspectiva integrada ou de totalidade a fim de superar a segmentação e desarticulação dos conteúdos;
- c) A incorporação de saberes sociais e dos fenômenos educativos extra-escolares; “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelo educando por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames” (BRASIL, 1996, §2º, Art. 38, LDB);
- d) A experiência do aluno na construção do conhecimento; trabalhar os conteúdos estabelecendo conexões com a realidade do educando, tornando-o mais participativo;
- e) O resgate da formação, participação, autonomia, criatividade e práticas pedagógicas emergentes dos docentes;
- f) A implicação subjetiva dos sujeitos da aprendizagem;

- g) A interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a interculturalidade;
- h) A construção dinâmica e com participação;
- i) A prática de pesquisa (adaptado de MACHADO, 2005) (BRASIL, 2007, p. 49).

De acordo com essas considerações, a estrutura do currículo pode abordar diversas formas de organização e estratégias metodológicas, como a Abordagem embasada na perspectiva de complexos temáticos; Abordagem por meio de esquemas conceituais; Abordagem centrada em resoluções de problemas; Abordagem mediada por dilemas reais vividos pela sociedade e Abordagem por áreas do Conhecimento, todas estão descritas no Documento Base (BRASIL, 2007, p. 50-52).

5.4.2 POLÍTICAS DE ENSINO PARA A GRADUAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, capítulo IV, art. 45, cita que “A Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”.

A oferta dos Cursos de Graduação do IFAP está prevista no artigo 43 da LDB, que cita as finalidades da educação superior:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

A Lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), consoante a LDB, propõe, na seção III, título 6, art. 7º, que trata dos objetivos dos Institutos Federais e versa sobre os níveis de educação superior, os seguintes cursos:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Esta oferta é ratificada pelo Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), instituído pela Lei nº 13.005/2014, nas Metas 12, 13 e 14, que tratam, respectivamente: da elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; da elevação da qualidade da Educação Superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício; e, finalmente, da elevação gradual do número de matrículas pós-graduação stricto sensu.

Segundo a Lei nº 11.892/2008, em seu § 3º, do art. 2º, os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, sendo procedimento da avaliação de cursos de grande relevância para a qualidade do desenvolvimento curricular nesse nível da educação nacional.

As políticas públicas educacionais da educação superior são direcionadas pelo princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, previsto no art. 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988. Fundamentando-se nessa máxima, em 2004 foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que tem como finalidade a melhoria da qualidade da educação nos cursos de graduação e instituições de educação superior.

Organizada e executada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a avaliação dos cursos compreende três grandes ações: a avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior por região e Unidade da Federação; a avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores; e a avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior.

A concepção curricular dos cursos de graduação busca uma sólida formação profissional, em bases éticas e humanísticas, articulando os conhecimentos teóricos e práticos específicos com uma formação geral, tal como

preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e Legislações para os cursos de graduação. Dessa forma, o desenho curricular dos cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelado deve atender às seguintes normativas:

- a) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;
- b) Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP nº 2/2012; e
- c) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1/2012.

O atendimento a esses preceitos deve propiciar formação, reflexão e debate acerca da raça, da diversidade, das diferenças geracionais, do convívio ético e do meio ambiente, os quais serão essenciais para a atuação do profissional egresso.

As diretrizes curriculares dos cursos de graduação do IFAP, procuram agir em conformidade com o que preconiza a LDB em seu artigo 43:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Quanto aos aspectos sociais, o IFAP assume o compromisso de incluir pessoas com necessidades específicas e de demais sujeitos que vivem ou viveram em situações históricas de negação de direitos (negros, indígenas, quilombolas, entre outros).

A organização pedagógica e curricular dos cursos de graduação presenciais, regularmente autorizados, desde que prescritas em seu Projeto de Curso, podem ofertar disciplinas na modalidade a distância, de forma integral ou parcial, contanto que não ultrapassem 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, em atendimento à Portaria MEC nº 1.134/2016.

5.4.2.1 DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (BACHARELADO E LICENCIATURA)

O Parecer CNE/CES nº 583/2001 chama a atenção para o fato de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996:

[...] assegura ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, atendendo à necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada; bem como à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos.

Quanto ao currículo dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), esclarece-se que se divide em núcleos, devendo cumprir a função de promover o diálogo entre a teoria e a prática, bem como propiciar a práxis interdisciplinar, aliando-a às peculiaridades regionais nas quais os cursos se inserem.

5.4.2.2 DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIAS

Os cursos de tecnologia foram criados pela Lei nº 5.692/1971 (art. 23, §2.º), ratificada pelas Leis nº 9.131/1995 e nº 9.394/1996 e pelo Decreto nº 2.406/1997, e regulamentado pela Portaria Ministerial MEC nº 1.647/1999, e pela Resolução CNE/CP nº 03/2002.

Os cursos de tecnologia são programas de curta duração (no mínimo, dois anos), destinados aos estudantes que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. O tecnólogo tem formação voltada para uma área bastante específica, desenvolvendo determinados conhecimentos técnicos e acadêmicos, bem como o aperfeiçoamento da prática profissional para se inserir rapidamente no mundo do trabalho, em sua área de formação.

A denominação desses cursos, tendo definidas as diretrizes, pode ser Curso Superior de Tecnologia, acrescido da área profissional e da modalidade/habilitação proposta, ou pode ser Graduação Tecnológica, acrescida da área profissional e da modalidade pretendida. A atenção deve voltar-se à formação do tecnólogo, para garantir-lhe o acesso crítico aos conhecimentos específicos da área de atuação e ao desenvolvimento da cidadania.

5.4.2.3 DOS CURSOS DE LICENCIATURA (FORMAÇÃO DE PROFESSORES)

A formação de professores no IFAP se dá por meio da oferta de licenciaturas e cursos de formação pedagógica, consoante o que prescreve a Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 7º, alínea b: “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.”

A licenciatura está inserida na política da instituição, voltando-se para o atendimento à educação profissional e tecnológica, a qual, por sua vez, também contempla a formação de professores, tendo por foco a educação básica e as demandas da escola brasileira, sobretudo, da escola pública.

No IFAP, os cursos de licenciatura estão estruturados em disciplinas distribuídas durante a formação com duração mínima de 3.200 (três mil e duzentas) horas, conforme art. 10 da Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, e devem considerar os seis desenvolvimentos das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, instituída nos termos do Capítulo I. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora. Parágrafo único. Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009).

5.4.2.4 DOS CURSOS DE BACHARELADO

Os princípios que orientam a formação de bacharéis no IFAP encontram-se explicitados na LDB nº 9.394/1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, por curso de graduação, e no Decreto nº 9.235/2017, em coerência com o desenho dos institutos federais, delineado pela Lei nº 11.892/2008.

5.4.3 POLÍTICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

As políticas e ações institucionais da educação a distância guardam uma relação direta com as atividades afeitas ao ensino e, por extensão, vinculam-se à Pró-Reitoria de Ensino. No entanto, uma vez que a EaD delineia suas ações como um guarda-chuva, estende seu raio de atuação para as demais pró-reitorias e diretorias sistêmicas, evidenciando a sua dinamicidade e seu potencial de capilaridade e intersecção.

De acordo com a LDB, em seu artigo 80, a educação a distância é uma estratégia de ensino e aprendizagem que, em consonância com os sistemas de ensino e política de democratização do ensino, visa universalizar o conhecimento, através da utilização, principalmente, de recursos da informática. Nesse sentido, o desenvolvimento de habilidades e de competências relacionadas ao uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) demandadas pela sociedade para exercício profissional e para atuação cidadã também norteia a introdução das atividades da educação a distância nos projetos pedagógicos dos cursos presenciais, em conformidade com os marcos regulatórios específicos.

Em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 9.057/2017:

[...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A EaD tem como referenciais os seguintes marcos regulatórios:

Lei nº 9.394/1996, que enuncia em seu artigo 80 a inclusão da EaD em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada como missão do poder público;

- Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394/1996;
- Portaria Normativa MEC nº 11/2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057/2017;
- Portaria MEC nº 1.134/2016, que regulamenta o artigo 81 da Lei nº 9.394/1996, recepcionado pelo Decreto nº 9.057/2017;.

No IFAP, a Educação a Distância ocorre através da mediação realizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com normativas e diretrizes regulamentadas e institucionalizadas, de modo a garantir o acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem por parte das equipes acadêmicas e pedagógicas.

Os projetos pedagógicos dos cursos a distância ou dos cursos presenciais, conforme suas especificidades, devem prever a metodologia utilizada para a modalidade a distância, de acordo com o Decreto nº 9.057/2017, considerando

ainda as normativas internas vigentes, tais como aquelas relacionadas à Instrução Normativa para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos do IFAP.

5.5 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

A política institucional de pesquisa, pós-graduação e inovação no âmbito do IFAP constitui um processo educativo voltado para a investigação como uma atividade indissociável do processo de ensino e aprendizagem. Junto com o ensino e a extensão, os eixos formativos da pesquisa e da inovação tecnológica procuram ter estreito vínculo com a sociedade. Esses eixos e as temáticas a serem desenvolvidas têm relação com os conteúdos trabalhados nos currículos dos cursos, o que resulta na formação de profissionais capazes de identificar problemas, propor causas, possíveis soluções e executar propostas inovadoras em seu ambiente de trabalho e produção.

A Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPI) constitui-se como o órgão responsável pela gestão institucional do IFAP no âmbito da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Essa Pró-Reitoria atua de forma alinhada com os eixos estratégicos da instituição para dar sustentação a estes processos, considerando o avanço do conhecimento e contribuindo com o desenvolvimento científico e tecnológico, numa perspectiva local e global.

Configura-se, ainda, como órgão assessor da Reitoria, responsável pela coordenação, fiscalização e superintendência das atividades de Pesquisa integradas ao Ensino e à Extensão do IFAP, contemplando os objetivos de:

- Fomentar pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica;
- Desenvolver projetos de pesquisa e inovação tecnológica;
- Estabelecer parcerias para pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica;
- Promover publicação científica.

Diante de todas as contribuições coletivas em torno destas Políticas, construiu-se o documento com os itens a seguir:

5.5.1 A PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

A proposta de implantação dos Institutos Federais foi alicerçada sobre concepções e diretrizes que estabelecem estreita articulação com o conjunto de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica. Nesse contexto, toda ação dessa proposta educacional deverá contemplar a preparação dos indivíduos para atender às demandas do mercado, além de assumir a formação humana e cidadã, contribuindo para a permanente atualização ante os avanços e desafios do desenvolvimento nacional e global.



Para tanto, os Institutos devem orientar os processos formativos em curso a serem implementados com base em premissas que assegurem a necessária articulação entre Ciência, Educação e Tecnologia e, conseqüentemente, entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento nacional e internacional, com destaque na pesquisa aplicada à sua atuação no plano local e regional.

Devem, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, permitindo-lhes “problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu locus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional” (BRASIL. Ministério da Educação. SETEC, Brasília, 2008; CONCEFET- FORPOG-MEC 2008). CONCEFET- FORPOG-MEC 2008).

Nesta visão estrutural de concepção da organização pedagógica do trabalho educativo a articulação com as forças sociais da região deve possibilitar a intervenção direta de ações de ensino, pesquisa e extensão. Nesse entendimento, Pacheco (2008), “[...] baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao

mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual”.

Nessa perspectiva, parece estar então o maior diferencial das práticas de pesquisa, pós-graduação e inovação a serem assumidas pela Rede Federal, enfatizando o desenvolvimento de pesquisas aplicadas de acordo com as demandas do desenvolvimento local e regional. Nesse projeto educacional, a PROEPPI, em sua atuação, deve embasar seu trabalho em alguns princípios que consolidam seu papel estratégico de atuação no âmbito institucional.

5.5.2 DIRETRIZES PARA A PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A PROEPPI deve ter como princípio a vinculação estreita com a Educação, Ciência e Tecnologia. Suas diretrizes devem embasar-se no incentivo à pesquisa no âmbito do IFAP considerando os diversos níveis de modalidade de ensino, técnicas/tecnológicas na promoção e construção do conhecimento e no engajamento de servidores em atividades de iniciação à pesquisa técnico científica, bem como garantir processo de produção científica.

Assim, considerando a necessidade premente de desenvolvimento institucional na área da Educação, Ciência e Tecnologia, a PROEPPI segue o que trata a legislação no que concerne às diretrizes para a pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica para os Institutos Federais, contidas na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no art. 6º, Incisos VIII e IX, que estabelece que cada Instituto deverá:

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção, cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

E no art. 7º, Incisos III e VI, alínea d e e estabelecem:

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

VI – ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

- Articular a pesquisa em todos os níveis e modalidades de Ensino;
- Regulamentar as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação;
- Construir/consolidar a cultura de pesquisa, no contexto dos campi, contribuindo para que a pesquisa aplicada e a inovação sejam práticas permanentes como fonte de retroalimentação curricular;

- Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;
- Estabelecer as linhas de pesquisa de interesse institucional atendendo às necessidades e às realidades da comunidade interna e externa;
- Desenvolver Programas Institucionais de estímulo à Produção Científica e Tecnológica voltada para a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Desenvolver ações e parcerias com diversas instituições e apoiar o relacionamento com agências de fomento visando a garantia do pleno desenvolvimento de projetos de pesquisa, pós-graduação e inovação;
- Promover a cooperação técnico-científica e educacional para captação de cursos de pós-graduação aos servidores, como desenvolvimento de programas em conjunto com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais;
- Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, de acordo com os indicadores e com as prioridades institucionais;
- Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica do IFAP, por meio da realização de eventos ou em periódicos científicos de circulação nacional e internacional;
- Implantar, regulamentar, estruturar fisicamente e favorecer a captação de bolsistas para o desenvolvimento de ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e o Núcleo de Tecnologias Assistivas (NTA), em conformidade com a Legislação Federal;
- Apoiar e zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção dos pesquisadores, das criações, licenciamento, inovações e outras formas de tecnologia;
- Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais em pesquisa colaborativa com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais, nacionais e estrangeiras.

5.5.3 OS EIXOS DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

5.5.3.1 PESQUISA

A atitude de pesquisar é inerente ao humano. É a indagação e busca pelo novo que geram conhecimentos e possibilitam o desenvolvimento tecnológico. O estudo científico tem produzido ciências e tecnologias por meio da geração de procedimentos, produtos, métodos e estratégias para proporcionar qualidade de vida.

Os desafios contemporâneos exigem mudanças na forma de pensar e agir. A formação profissional de qualidade torna-se crucial para o pretendido desenvolvimento da sociedade. A pesquisa está inserida dentro de determinados parâmetros históricos, sociais e culturais que contemplam uma determinada concepção de mundo, que deve ser compreendida pelos agentes que compõem a instituição. Portanto, discutir o papel da pesquisa no interior do IFAP é discutir qual o seu relacionamento com a sociedade, com o aprimoramento da ciência e, conseqüentemente, com o desenvolvimento do país.

Para isso, uma concepção que leve em conta a pesquisa como base propulsora para a educação e a produção de conhecimento deve refletir sobre a natureza desta pesquisa, a consecução de ações pedagógicas interdisciplinares, bem como as possibilidades de financiamento que estimulem e favoreçam o papel determinante na produção do conhecimento.

Os programas de iniciação científica devem apresentar benefícios na oferta dos cursos, tornando-se instrumentos de estímulos e transcendendo os saberes da estrutura curricular, o desenvolvimento de competências e habilidades para a resolução de problemas e, em especial, possibilitando o aprimoramento da comunicação oral e escrita.

Para que isso ocorra em uma concepção democrática de educação, é necessária uma reflexão sobre a construção da produção científica, bem como a disseminação do conhecimento científico, na valorização do espaço escolar e não na mera transmissão do saber.

Assim, a experiência deve ser vista sob dois aspectos: em relação aos conhecimentos prévios do educando e em termos de organização e dinâmica de novas vivências. Deve ser experimentada continuamente na interação do sujeito com o mundo, alicerçado na reflexão e, a partir de uma postura subsidiada na transposição didática, o conhecimento deverá ter a devida reflexão crítica.

Diante desse contexto, a pesquisa compreende as seguintes concepções:

- a) Pesquisa Básica: é relacionada às atividades de investigação teórica e/ou experimental de novos fenômenos naturais e seus fundamentos.
- b) Pesquisa Aplicada: é relacionada às atividades que utilizam o conhecimento gerado por meio de Pesquisa Básica para resolver problemas voltados para aplicações concretas, incluindo as atividades de inovação, as quais visam contribuir para o desenvolvimento de soluções práticas na forma de produtos ou de processos, além daquelas focadas na melhoria das condições educacionais no IFAP.

5.5.3.1.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES

- Pesquisa sintonizada com o PDI;
- Pesquisa com função estratégica, perpassando todos os níveis de ensino;
- Desenvolvimento de pesquisas para o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais (APL's) e contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional;
- Estímulo à pesquisa comprometida com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a sociedade;
- Estímulo à pesquisa pura.

5.5.3.1.2 OBJETIVOS

- Mobilizar a comunidade interna, visando ao permanente debate sobre pesquisa científica e tecnológica para o melhor entendimento, conscientização e mobilização em relação a sua importância;
- Estimular a produção do conhecimento de forma interdisciplinar, visto que a pesquisa possibilita a interlocução entre áreas do conhecimento, favorecendo novas formas de desenvolvimento dos saberes;
- Desenvolver ações integradas com o Ensino e Extensão, contemplando as demandas da sociedade e estabelecendo mecanismos possíveis de inter-relação do saber acadêmico com o saber popular;
- Estimular a realização de atividades de pesquisa e de inovações tecnológicas;
- Organizar as atividades de pesquisa em projetos vinculados às linhas e grupos de pesquisa;
- Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;
- Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa;
- Alocar recursos para a pesquisa, de acordo com as prioridades institucionais;
- Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica do IFAP;
- Articular e apoiar o relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados e doutorados;
- Estimular o estabelecimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa, visando aprimorar a qualidade da pesquisa e a formação dos envolvidos.

5.5.3.2 PÓS-GRADUAÇÃO

A formação quantitativa e qualitativa de profissionais especializados no campo da Educação, Ciência e Tecnologia é uma das etapas mais importantes para o amadurecimento de determinada área do conhecimento científico em qualquer país, formando um expressivo contingente de recursos humanos especializados para atuação competente no âmbito teórico e prático.

Diante disso, pode-se afirmar que a pós-graduação é dos melhores caminhos do sistema brasileiro no âmbito da Educação, Ciência e Tecnologia, contribuindo significativamente para a construção de um retrato mais fiel das diversidades brasileiras graças à sistematização e à institucionalização da prática científica de investigação, ao mesmo tempo que forma novas gerações de pesquisadores.

Compreende-se por pós-graduação a ministração de cursos, em caráter permanente ou eventual, a fim de desenvolver e aprofundar a formação acadêmica, científica, cultural ou técnico-profissional de egressos de cursos de graduação.

Esse ensino constitui-se em dois formatos distintos: a pós-graduação lato sensu, caracterizada pelos cursos de aperfeiçoamento e especialização, e a pós-graduação stricto sensu, caracterizada pelos cursos de mestrado e doutorado.

a) Cursos de Pós-graduação Lato Sensu: denominados cursos de especialização, os programas de nível superior, posterior à graduação, tem o intuito de proporcionar uma educação continuada, cujos objetivos sejam o aprimoramento da formação acadêmica, a atualização de conteúdos e aperfeiçoamento profissional nas diferentes áreas do conhecimento, destinados às dimensões do mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia do país.

b) Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu: a pós-graduação stricto sensu tem por objetivos fornecer formação mais ampla e aprofundada em uma área de conhecimento, qualificando profissionais para atuarem nas atividades do magistério superior e no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, nos campos das Ciências, das Letras, das Artes e da Filosofia. Essa modalidade compreende-se em dois níveis: o mestrado e o doutorado.

O mestrado visa ampliar e aperfeiçoar a competência didática, científica, cultural e profissional dos graduados, e pode ser considerado como uma fase preliminar do doutorado ou como nível final de formação na pós-graduação. E pode ser designado de mestrado acadêmico ou mestrado profissional, sendo que o mestrado profissional enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional.

O doutorado visa proporcionar formação científica e cultural aprofundada, capacitando profissionais para desenvolver, de forma independente, atividades de pesquisa, bem como para atuar na formação de outros profissionais de elevada qualificação científica e técnico-profissional, dentro de uma área específica de conhecimento.

Os cursos de pós-graduação são identificados pela área do conhecimento, baseando-se nas condições e nos requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), sendo que sua oferta é uma das metas previstas neste PDI e conforme previsto na Lei nº 11.892/2008, a qual estabelece, dentre outras finalidades e objetivos para os Institutos Federais: Ministrando em nível de Educação Superior cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

5.5.3.2.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES

- Ensino de pós-graduação de acordo com o PDI;
- Formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT);

- Formação de profissionais para a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica, a transferência de tecnologia para a sociedade e o exercício profissional especializado em estreita observação das demandas dos Arranjos Produtivos Locais e setores produtivos regionais;
- Promoção de espaços para diálogos e trocas de experiências entre os diversos atores da pesquisa, a fim de divulgar a produção científica;
- Incentivo a publicações científicas nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia.

5.5.3.3 INOVAÇÃO

É dos aspectos mais característicos do nosso tempo que a ciência, a tecnologia e a inovação têm assumido no conjunto da vida social, de modo que as atividades científicas nos diversos níveis de ensino foram efetivamente revalorizadas. O instituto tem lugar importante nos chamados Sistemas Nacionais de Inovação, conceito amplamente usado hoje para abarcar as complexas interações entre as diversas instituições intervenientes no processo de desenvolvimento científico, tecnológico e inovador, e seus respectivos espaços socioculturais, os quais funcionam como elementos potencializadores dos processos de inovação.

Além dos Institutos Federais, os Sistemas Nacionais de Inovação são integrados por governos (em suas diversas esferas de atuação), universidades, centros e institutos de pesquisa, empresas, instituições financeiras, agências reguladoras e de fomento. Visam a transformação do conhecimento novo produzido no âmbito das instituições de pesquisa científica em tecnologias voltadas diretamente para atividades produtivas, mas também voltadas para o enfrentamento de desafios sociais, como instrumentos do processo de desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.

É nesse sentido que o IFAP tem procurado manter permanente diálogo com as políticas nacional e estadual de Ciência e Tecnologia. A inovação alimenta-se do conhecimento; ela não é possível sem que o conhecimento avance. O compromisso da instituição com a produção do conhecimento é praticamente contemporâneo à sua fundação. Não obstante os resultados satisfatórios da produção do conhecimento científico, mostra-se necessário que o Instituto contribua de forma mais efetiva para a disponibilização deste conhecimento em prol do desenvolvimento do país. Esta ação vem sendo materializada na estruturação econômica, política e legal no Brasil do conceito da inovação.

Direitos Sui generis

a) Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

- b) Desenvolvimento Tecnológico: trabalho sistemático sobre o patrimônio genético ou sobre o conhecimento tradicional associado, baseado nos procedimentos existentes, obtidos pela pesquisa ou pela experiência prática, realizado com o objetivo de desenvolver novos materiais, produtos ou dispositivos, aperfeiçoar ou desenvolver novos processos para exploração econômica;
- c) Transferência de Tecnologia: É um conjunto de atividades e processos por meio do qual uma tecnologia (embutida ou “personificada” nos produtos, em novos processos ou ainda em forma explicitada de conhecimentos, habilidades, direitos legais etc.) é passada de um usuário a outro, também podendo ser indivíduos, organizações ou países.
- d) Propriedade Intelectual: é a área do Direito que, por meio de leis, garante a inventores ou responsáveis por qualquer produção do intelecto – seja nos domínios industrial, científico, literário ou artístico – o direito de obter, por um determinado período de tempo, recompensa pela própria criação. Eis os objetos de Propriedade Intelectual a serem protegidos:

Direitos de Autor e Conexos

- Direito de Autor: Obras literárias, artísticas e científicas, programas de computador (para mais informações, consulte: Lei nº 9.610/1998 e Lei nº 9.609/1998).
- Direito Conexos: Interpretações artísticas e execuções, fonogramas e transmissões por radiodifusão (para mais informações, consulte a Lei nº 9.610/1998).

Propriedade Industrial

- Marcas: Sinal distintivo, visualmente perceptível, podendo ser: Marca de produto ou serviço; Marca de certificação e Marca Coletiva (para mais informações, consulte a Lei nº 9.279/1996).
- Patentes: invenções e Modelos de Utilidade (para mais informações, consulte a Lei nº 9.279/1996).
- Indicações Geográficas: Indicação de procedência ou a denominação de origem (para mais informações, consulte a Lei nº 9.279/1996).
- Desenho Industrial: forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial (para mais informações, consulte a Lei nº 9.279/1996).
- Proteção de Novas Variedades de Plantas: nova cultivar ou a cultivar essencialmente derivada de qualquer gênero ou espécie vegetal (para mais informações, consulte a Lei nº 9.456/1997 e o Decreto nº 2.366/1997).
- Topografia de Circuito Integrado: Compreende uma série de imagens relacionadas que representa a configuração tridimensional das camadas que compõem um circuito integrado e na qual cada imagem represente, no todo ou em parte, a disposição geométrica ou arranjos da superfície do circuito integrado em qualquer estágio de sua concepção ou manufatura (para mais informações, consulte a Lei nº 11.484/2007).
- Conhecimentos Tradicionais: parcela do conhecimento, de prática isolada ou coletiva, e desenvolvida de forma isolada ou em uma determinada comunidade, que não necessariamente está formalizado pela Ciência (para mais informações, consulte a Lei nº 13.123/2015).

- Manifestações Folclóricas: produções de elementos característicos do patrimônio artístico tradicional criado e mantido por uma comunidade ou por indivíduos, refletindo as tradicionais expectativas artísticas de uma comunidade ou indivíduo (para mais informações, consulte a Lei nº 13.123/2015).

5.5.3.3.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES

- Acesso e Transferência de Tecnologia: objetiva a elaboração, o acesso e a transferência de tecnologia através de novos métodos, produtos e serviços no intuito da elevação efetiva da qualidade social, seja através da assistência técnica e tecnológica a inventores independentes e setores produtivos, ou ainda através de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas voltadas para a pesquisa e inovação, objetivando a comercialização de bens intangíveis devidamente protegidos no âmbito da propriedade intelectual;
- Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais em pesquisa colaborativa com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais, nacionais e estrangeiras;
- Contribuição à inovação tecnológica nas empresas pelo estabelecimento de parcerias de extensão tecnológica.

5.5.3.3.2 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O principal instrumento para a coordenação da política de inovação tecnológica e transferência de tecnologia do IFAP é o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Trata-se de um órgão vinculado à PROEPPI e tem por finalidade promover o desenvolvimento de políticas de incentivo à cultura da inovação, bem como a adequada proteção às invenções geradas no âmbito do IFAP. Desta forma, o NIT/IFAP, enquanto setor executor desta política, possui como objetivos:

Desenvolver e zelar pela política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia.

- Avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei da Inovação), Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, e suas alterações.
- Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.
- Avaliar acordos, contratos ou convênios a serem firmados entre o IFAP e instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que tenham relação direta com o processo de inovação tecnológica.
- Promover as ações de transferência de tecnologia e licenciamento no âmbito nacional e internacional, mediante celebração de instrumentos contratuais, com a aprovação da Reitoria.
- Fortalecer redes de cooperação entre IFAP e empresas.
- Estimular a incubação de empresas visando o desenvolvimento tecnológico e a Transferência de Tecnologia.

5.5.4 AÇÕES DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Diante de tudo que foi exposto, o planejamento estratégico do IFAP, por meio da PROEPPI, implementa ações para viabilizar um modelo de gestão eficiente da pesquisa, da pós-graduação e da inovação que vise maximizar os recursos materiais, humanos e financeiros de modo a ampliar esses três eixos, além de favorecer o aumento de sua aplicabilidade social. Dessa forma, o IFAP deve empreender ações que considerem os seguintes aspectos:

- A autonomia como condição sine qua non para a prática da pesquisa e da inovação tecnológica.
- O financiamento realizado prioritariamente com recursos próprios e por agências governamentais, como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP).
- Concessão de bolsas de incentivo à pesquisa e inovação tecnológica para discentes e docentes.
- A formulação de propostas interdisciplinares que incentivem ações científicas e críticas em qualquer momento do processo pedagógico.
- O incentivo às pesquisas aplicadas que visem novas tecnologias. A manutenção de biblioteca com acervo apropriado às práticas de pesquisa e inovação, vinculados ao ensino e à extensão, com acesso às tecnologias de comunicação e inovação.
- A construção de periódicos de divulgação para a exposição dos resultados no âmbito local, nacional e internacional.
- Incentivo a publicações científicas para divulgação dos trabalhos de pesquisa e inovação em andamento ou concluídos.
- Realização de eventos acadêmicos que reúnam pesquisadores nacionais e estrangeiros para a troca de experiências e integração.
- Departamentos de Pesquisa dos campi (ou equivalentes) e Comitês de Ética em Pesquisa, com a finalidade de autorizar e acompanhar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e inovação.
- Implantação e implementação de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e, ainda, assinaturas de termos de cooperação e de convênios para ofertas de vagas de mestrado e doutorado.

5.6 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão é o processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e a sociedade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Dentre as finalidades e características atribuídas aos Institutos Federais na Lei nº 11.892, os incisos VII, VIII e IX do art. 6º estabelecem:

VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Em suas finalidades observa-se o estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, se relacionando com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade.

O art. 7, que explicita os objetivos dos Institutos Federais, em seu inciso IV, aborda de maneira mais direta a extensão, afirmando que é objetivo do instituto federal desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. O inciso V complementa o anterior, enfocando a necessidade de se estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Se constituem como objetivos da Extensão:

- Promover a cultura da educação para a convivência, o respeito às diferenças, a inclusão, permanência e saída exitosa das pessoas com necessidades educacionais específicas para o mundo do trabalho, buscando a quebra de todas as barreiras, sejam elas atitudinais, emocionais, psicológicas, físicas e sociais, visando o fortalecimento da Ação Humanística Inclusiva Institucional.
- Atuar no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.
- Desenvolver projetos de extensão tecnológica que promovam a geração de novas tecnologias, incluindo a promoção, produção e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.
- Incentivar a cultura empreendedora e a manifestação criativa entre alunos, egressos, servidores, docentes, estimulando a criação de negócios inovadores nas diversas áreas do saber, objetivando uma formação acadêmica ampla, ética, social e ambientalmente responsável.
- Promover a realização e a formalização de cursos de extensão voltados aos profissionais já inseridos no mundo de trabalho para fortalecer a conexão da comunidade acadêmica com os desafios profissionais com vistas à inovação de produtos, processos e métodos de gestão de organizações públicas e privadas locais.

5.6.1 DIRETRIZES DA EXTENSÃO:

I. a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade configurada pelo diálogo, a troca de conhecimento, a participação e o contato com as questões sociais complexas contemporâneas;

- II. a formação cidadã dos estudantes marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos de modo interprofissional e interdisciplinar, valorizada e integrada ao currículo;
- III. a produção de mudanças no IFAP e nos demais setores da sociedade a partir da construção de conhecimentos;
- IV. a articulação ensino-extensão-pesquisa ancorada num processo pedagógico único, interdisciplinar, educativo, científico e político.

5.6.2 PRINCÍPIOS DA EXTENSÃO, QUE ESTRUTURAM SUA CONCEPÇÃO E PRÁTICA:

- I. a contribuição na formação integral dos estudantes, estimulando formação do estudante como cidadão crítico e responsável;
- II. o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade;
- III. a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social do IFAP, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico racial, direitos humanos e educação indígena;
- IV. a promoção da reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa;
- V. o incentivo à atuação da comunidade acadêmica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico social e cultural;
- VI. o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social do IFAP;
- VII. a atuação na produção e construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, atualizado e coerente com a realidade brasileira.

5.6.2.1 ÁREAS TEMÁTICAS

- Educação
- Inclusão
- Internacionalização
- Inovação
- Comunicação
- Cultura
- Desenvolvimento Regional
- Direitos Humanos e Justiça
- Desporto
- Meio Ambiente

- Saúde
- Empreendedorismo
- Tecnologia e Produção
- Estágio
- Acompanhamento de Egressos

As ações de extensão são desenvolvidas a partir de programas, projetos e atividades de extensão, e estas são inerentes às dimensões da extensão na Rede Federal de educação. Para melhor compreensão define-se:

5.6.2.1.1 PROGRAMA:

Programa: constitui-se em um conjunto articulado de projetos e outras atividades de extensão, preferencialmente multidisciplinar e associado à pesquisa e ao ensino. Possui caráter orgânico institucional; integração no território ou grupos populacionais; clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

5.6.2.1.2 PROJETO

Projeto: é o conjunto de atividades processuais e contínuas, de caráter esportivo, social, artístico, cultural, ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser associado a um programa ou desenvolvido de forma isolada.

5.6.2.1.3 PROJETOS TECNOLÓGICOS

Projetos Tecnológicos: atividades desenvolvidas em parceria com instituições públicas ou privadas, que tenham interface e aplicação tecnológicas.

5.6.2.1.4 PROJETOS SOCIAIS

Projetos Sociais: compreendem atividades transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com comunidades e apropriadas por estas, que representem soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.



FOTO: ARQUIVO COMUNICAÇÃO IFAP

5.6.2.1.5 PROJETOS CULTURAIS

Projetos culturais, artísticos e esportivos: Compreendem atividades referentes à elaboração de atividades culturais, artísticas e esportivas.

5.6.2.1.6 CURSO

Curso: ação pedagógica de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular. Pode ser ofertado nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Para os efeitos deste regulamento, os cursos de extensão são classificados como: Curso de Atualização: Objetiva atualização e ampliação dos conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área específica do conhecimento.

- Curso de Formação Continuada ou Qualificação Profissional: objetiva aprimorar ou aprofundar habilidades técnicas em uma área específica do conhecimento.

- Curso de Formação Inicial ou de Formação Inicial e Continuada: objetiva oferecer formação inicial e/ou continuada em uma área profissional específica do conhecimento, sendo desenvolvidas também competências ligadas à formação geral, tais como Ética, Cidadania, Matemática e Português.
- Curso PROEJAFIC: Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Prevê a integração da formação inicial e continuada de trabalhadores com Ensino Fundamental ou com Ensino Médio, na modalidade EJA.
- Curso de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento: destinado a profissionais técnicos de nível médio ou graduados na respectiva área de conhecimento ou correlata. Tem por objetivo ampliar conhecimentos sistematizados e divulgar técnicas.

5.6.2.1.7 EVENTOS

Eventos: atividades que implicam na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com público específico, do conhecimento ou do produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico dos envolvidos, conservado ou reconhecido pelo IFAP. Estão incluídos nesta categoria: campanhas, palestras, ciclos de estudos, circuitos, concertos, espetáculos, shows, exibições públicas, colóquios, conferências, congressos, encontros, exposições, feiras, festivais, fóruns, jornadas, lançamentos de publicações ou produtos, mesas-redondas, jornadas, dias de campo, mostras, rodadas, reuniões, semanas, seminários, simpósios, debates, torneios, campeonatos, dentre outros.

5.6.2.1.8 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Prestação de serviço: realização de trabalho oferecido pela Instituição ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público ou outros) e que envolve atividades de consultoria, assessoria, laudos técnicos etc., com agregado tecnológico para o mundo produtivo e de caráter não rotineiro.

São ainda atividades de extensão aquelas relacionadas ao Estágio e Emprego, Visitas Técnicas, Egressos, Empreendedorismo, Fóruns e Similares:

5.6.2.1.9 ESTÁGIO E EMPREGO

Estágio e Emprego: compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio.

5.6.2.1.10 VISITAS TÉCNICAS

Visitas Técnicas: interação da Instituição com o mundo de trabalho, com o objetivo de verificar in loco o ambiente de trabalho, o processo produtivo e de gestão das empresas e instituições, bem como a prospecção de oportunidades de estágio e empregos.

5.6.2.1.11 EGRESSOS

Egressos: contempla o conjunto de procedimentos que visa apoiar egresso, identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

5.6.2.1.12 EMPREENDEDORISMO

Empreendedorismo: representado pelo apoio à formação empreendedora através de atividades de capacitação, orientação e acompanhamento, tais como cooperativas, empreendimentos solidários e empresas juniores, de modo a aproveitar novas oportunidades e recursos de maneira inovadora.

5.6.3 INTERNACIONALIZAÇÃO

Internacionalização é o processo que integra as atividades relacionadas à mobilidade acadêmica, programas acadêmicos internacionais, pesquisas e projetos desenvolvidos em caráter colaborativo entre instituições de mais de um país, bem como um processo que envolve mudanças organizacionais, inovação curricular, desenvolvimento profissional do corpo acadêmico e administrativo e aperfeiçoamento da mobilidade acadêmica que refletirão na excelência docente, na pesquisa e demais atividades acadêmicas.

A construção de ações institucionais, numa perspectiva internacional, permitirá a criação de ambientes acadêmicos heterogêneos, fundamentados em variadas origens étnicas, com diferentes línguas e culturas, propícios para implantação de hábitos institucionais de diálogo intercultural. A interculturalidade, portanto, servirá à tolerância da diversidade cultural que existe dentro de países, comunidades e instituições, refletindo numa convivência local e global de respeito e tolerância mútuos.

5.6.3.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES:

- I. Fortalecimento e desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, no cenário regional, nacional e internacional, em consonância com as diretrizes da política de internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
- II. Promoção das atividades da instituição, por meio da criação de mecanismos transparentes de compartilhamento de conhecimentos, seja no ensino, na pesquisa e na extensão.
- III. Estímulo ao intercâmbio cultural com o propósito de compartilhamento de culturas, a fim de contribuir para o respeito às diversidades culturais no mundo, por meio da construção de espaços de diálogos entre as diversas culturas.
- IV. Ferramenta para o intercâmbio de conhecimentos e aperfeiçoamento de estudantes, professores, técnicos administrativos e gestores a partir do reconhecimento de que todos os sujeitos diretamente envolvidos nas ações de ensino, pesquisa e extensão da Instituição aprimorarão suas habilidades e competências em razão da repercussão sobre as atividades institucionais.
- V. Ferramenta para o incremento da inovação a partir do desenvolvimento de projetos conjuntos, imprescindíveis para as instituições na busca por soluções de problemas de âmbito global.
- VI. Prática de solidariedade entre os povos para o encorajamento e estímulo ao desenvolvimento de valores humanísticos e diálogos interculturais.

5.6.3.2 OBJETIVOS:

- I. Promover a internacionalização do ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, por meio de colaborações, acordos, parcerias e intercâmbios internacionais em ciência e tecnologia, com base na qualidade e nos princípios éticos, a fim de ampliar a visibilidade interna e externa das atividades do Instituto Federal do Amapá com vistas a soluções de problemas locais/globais.
- II. Promover a cultura de internacionalização entre os membros da comunidade interna do IFAP no intuito de fortalecer e inserir a imagem institucional no cenário mundial.
- III. Promover o ensino de uma ou mais línguas adicionais aos servidores, discentes e à comunidade externa, com vistas à mobilidade acadêmica e às ações de cooperação internacional, dentre as quais: programas acadêmicos, pesquisas e projetos, desenvolvidos em caráter colaborativo, produção acadêmica, compartilhamento de tecnologias, inovação curricular, redação, tradução de documentos oficiais, entre outros.
- IV. Sistematizar as atividades de ensino e aprendizagem de línguas e de experiências interculturais inerentes às ações de internacionalização no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão do IFAP.
- V. Estimular a criação de ambientes plurilinguísticos e multiculturais entre a comunidade interna do IFAP e internacional.
- VI. Promover o fortalecimento e o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no cenário internacional.

- VII. Fortalecer e expandir as ações acadêmicas do Instituto por meio dos processos de cooperação e intercâmbio internacionais no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.
- VIII. Fomentar o desenvolvimento institucional com o aperfeiçoamento das atividades-fim e meio.
- XI. Promover a formação de estudantes, professores, técnicos administrativos e gestores com o objetivo de fortalecer o perfil de internacionalização que se pretende para os sujeitos participantes das ações desta política.
- X. Promover eventos que possibilitem o debate e o aperfeiçoamento sobre a política de internacionalização da Instituição.
- XI. Sensibilizar a comunidade interna para os benefícios da internacionalização no processo educacional.
- XII. Estimular o intercâmbio cultural nas atividades de cooperação com as instituições estrangeiras e parceiras a fim de promover a prática de solidariedade entre os povos e a cultura da paz.
- XIII. Incentivar atividades de cooperação que incrementem o setor de inovação do Instituto a partir do desenvolvimento de projetos conjuntos.
- XIV. Proporcionar o desenvolvimento de iniciativas institucionais integradas ao ensino, à pesquisa e à extensão, priorizando atividades extracurriculares e os estudos de línguas.

5.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

É de vital importância que as Instituições Federais de Educação Técnica e Tecnológica otimizem e promovam o desenvolvimento de ações educacionais, permitindo, de maneira efetiva, o acesso à educação de qualidade na sua gestão. Isso removerá as barreiras para que se efetive uma aprendizagem eficaz, alicerçada nos seguintes princípios: atitudinais, educacionais, conceituais e arquitetônicos, construindo-se, assim, a tão sonhada escola inclusiva.

Partindo desses princípios, a visão de escola inclusiva se concretiza promovendo educação, principalmente a profissional, de forma acessível, independentemente de sua deficiência: se social, intelectual ou física. Para que se processe a educação inclusiva, é essencial haver uma série de revisões, a saber: de valores éticos, morais, sociais, paradigmáticos, nas quais todo e qualquer cidadão possa, plenamente, ocupar o lugar que lhe cabe como ser humano.

Nesta perspectiva é que o IFAP, como Instituição Federal de Educação Profissional no Estado, reconhece a necessidade de abrir seu espaço educacional para as pessoas com necessidades educacionais específicas, através de ações articuladas com outras instituições de ensino e setores empresariais e, principalmente, através da colocação dessas pessoas no mercado de trabalho do estado do Amapá, de maneira justa e digna.

5.7.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFAP

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60 sobre a educação especial, profissionais, pais e pessoas

com deficiência, em meados dos anos 80, iniciam em nível internacional um movimento para ações educativas de integração das pessoas com deficiência, no lugar das práticas vigentes na época, as quais enfatizavam a ideia de “educação especial”, o que de certa forma segregava a pessoa com deficiência. Sequencialmente, desponta um movimento oriundo dos EUA: “Regular Education Initiative” (REI), objetivando a inclusão, na escola comum, de crianças com alguma deficiência. Esse movimento assinalava a ineficácia da educação especial, propondo unificar a educação especial e a regular num único sistema educativo.

O REI foi a primeira manifestação significativa a favor da prevalência de um único sistema educativo para todos, na medida em que também defendia a minimização da separação por língua, gênero, grupo étnico, outros. Vale acrescentar que tais separações ocorriam somente após criteriosa reflexão.

A discussão prosseguiu de tal maneira que, já no final do século passado, falava-se na necessidade de um novo paradigma, o qual entendia que a dificuldade manifestada por alguns estudantes não pertencia propriamente a eles, mas sim nas formas de ensinar das escolas. Já na década de 90, ocorre um dos Marcos decisivos na Educação Inclusiva, que foi a Conferência Mundial, em Salamanca (Espanha, 1994), na qual aprova-se a Declaração de Salamanca, uma referência internacional da educação inclusiva. Difunde-se, então, o conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE), que se refere a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com as deficiências ou dificuldades escolares.

Dentro de todo este cenário, é preciso que se considere o fato de que a parcela da população brasileira atingida por algum tipo de deficiência é significativa. Os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010) informam que aproximadamente 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, ou seja, 23,9% da população.

Diante deste retrato da deficiência no Brasil, a acessibilidade tornou-se o ditame principal nas relações da sociedade para com estes cidadãos. Todavia, por mais que se tenha ciência deste panorama, por mais que haja regulamentos que determinem a eliminação de barreiras, sua aplicação ainda se verifica muito restrita. A Educação Inclusiva só terá sucesso através da acessibilidade, condição precípua e inadiável que permite às pessoas com deficiência, seja definitiva ou temporária, participarem de atividades que incluem o uso de edifícios, serviços e informações em condições de segurança, conforto e autonomia.

Podemos definir acessibilidade como o direito de ir e vir de todas as pessoas, com autonomia e independência, isto é, o direito básico garantido pela Constituição Brasileira. Entretanto, em desconhecimento da norma ou falta de bom senso, pessoas com deficiências, idosos e obesos encontram obstáculos no acesso a edifícios públicos e privados. Há ainda que se considerar que o problema de acessibilidade não é só de pessoas com deficiência, o Brasil está envelhecendo, vale conferir alguns números e projeções do IBGE. Em 2007, o País tinha uma população de aproximadamente 17,4 milhões de pessoas com mais de 60 anos.

Em 2023, teremos (ou seremos) cerca de 32 milhões de idosos no Brasil. Na Educação Profissional no Brasil, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o cumprimento do Decreto Federal nº 2.208/1997, que atendia a Educação Profissionalizante para pessoas com necessidades especiais. Posteriormente o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CEB nº 16/1999 e Resolução nº 4/1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional do Nível Técnico.

No âmbito do MEC, constituem as políticas inclusivas: para pessoas com necessidades especiais; de direitos humanos para crianças e adolescentes; políticas de gênero e diferença sexual; políticas de inclusão étnico-racial; políticas para inclusão étnico-racial das comunidades indígenas; políticas de inclusão de jovens e adultos à EPT; políticas inclusivas para educação do campo. Estas buscam consolidar o direito das pessoas com necessidades educacionais específicas, promovendo sua emancipação e sua inclusão nos sistemas de ensino. Entende-se, assim, que escola inclusiva é aquela em que a ninguém será negado o direito de estudar e toda a comunidade escolar estará em condições de viver e conviver com as diferenças.

A Constituição Federal de 1988 sancionou amplas garantias e regulamentou os direitos de equidade e cidadania das pessoas com deficiência. O acesso e permanência das pessoas com necessidades específicas no ensino regular faz-se necessário especialmente a partir da aprovação da LDBEN nº 9.394/1996, que trata, no seu capítulo V, da educação das pessoas com necessidades educacionais específicas, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A execução adequada de uma política educacional dirigida às pessoas com necessidades específicas no sentido de adequar-se estruturalmente cria condições próprias, de forma a possibilitar o acesso tanto para cadeirantes, quanto a um cego por meio do piso tátil e sinalização em Braille e será conduzida com a inclusão escolar que é um procedimento de habilitação do sistema educacional para proporcionar ensino de qualidade para todos, o que implica em tornar as unidades escolares eficientes em toda a sua estrutura. O IFAP, enquanto Instituição que oferta ensino profissional, tem como dever cumprir os dispositivos legais e político-filosóficos que dispõem sobre a educação inclusiva, especialmente:

1. O Decreto Federal nº 2.208/1997, o Parecer CNE/CEB nº 16/1999 e a Resolução CNE/CEB nº 4/1999 “que estabelecem normas para a educação profissional de pessoas com necessidades especiais”, considerando-se como tal aquelas advindas de deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, de altas habilidades ou de condutas típicas e pessoa com mobilidade reduzida.
2. Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.098/2000 e nº 10.436/2002, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, impulsionando uma política nacional de acessibilidade;
3. Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que regulamenta a inclusão da Libras como unidade curricular, a formação do professor, do instrutor e do tradutor/intérprete de Libras, a certificação da proficiência em

Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular visando à inclusão de estudantes surdos.

4. Decreto nº 6.094/2007, cujas diretrizes garantem o acesso e permanência no ensino regular e atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

5. Decreto nº 5.840/2006, que institui, no âmbito federal, O Programa Nacional de Integração a Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, que abrangerá os seguintes Cursos e Programas: I. Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (PROEJA) II. Educação profissional técnica de nível médio.

6. Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado, consolidando a Política da Educação Inclusiva garantindo um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidade. Este necessita estar articulado com as demais políticas públicas, bem como a garantir a implementação da Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autista, e atendendo ao propósito da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Deste modo esta lei e o Decreto compõem as diretrizes da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

5.7.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFAP

Nos Institutos de Educação Ciência e Tecnologia, o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em 2001, iniciou seu desafio em busca da inclusão para todos, através de ações que proporcionassem o acesso, a permanência e a saída com êxito de todo estudante, independentemente de sua condição física, emocional, intelectual ou social. Para isso, propõe-se a disseminação de uma política direcionada à transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, que contemplem a diversidade com vistas à igualdade, por meio de estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação de gestores e educadores nas escolas públicas.

Para melhor operacionalizar as ações do TEC NEP, a SETEC constituiu as Gestões: Nacional, Regional e Estadual, sendo implantados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) nos Campi das Instituições que são responsáveis pelo desenvolvimento das ações inclusivas no âmbito dos Institutos e entornos, atuando em parcerias com entidades governamentais e associações não governamentais em consonância com o MEC. Sob a perspectiva da justiça e responsabilidade social, os Institutos Federais assumem, em suas ações, nova dimensão, a fim de fortalecer a importância da profissionalização adequada a pessoas com necessidades educacionais específicas mediante o cumprimento de legislações que protejam a cidadania de que todos têm direito. Isso implica dizer que, na atualidade, a Rede Federal de EPT tem o compromisso de disseminar, cada vez mais, propostas de inclusão plena.

No Pifa, o tema a respeito de políticas Inclusivas é uma preocupação permanente e são operacionalizadas

ações, que de forma contínua e responsável, possibilitam cada vez mais, condições de acesso e permanência exitosa no percurso formativo da inserção socioprofissional de grupos em desvantagem social.

O IFAP vem se estruturando de forma a instrumentalizar seus profissionais e a comunidade escolar em geral para atuar de forma eficiente na inclusão, através do desenvolvimento do Programa TEC NEP/MEC/SETEC, por meio da criação, pela portaria Institucional do NAPNE, aprovada no Conselho Superior do IFAP, objetivando principalmente criar na Instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade, buscando a implementação da quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Para a efetivação desta política de inclusão, elegeram-se as ações a partir do desenvolvimento de um processo contínuo de sensibilização e capacitação de pessoal, objetivando a apropriação de referenciais teóricos e o intercâmbio de saberes e práticas interinstitucionais e no âmbito do IFAP, por intermédio das seguintes ações:

- Realização de Encontros de Educação Inclusiva;
- Consolidação dos NAPNEs existentes nos Campi Macapá e Laranjal do Jari e implantação dos NAPNEs nos Campi Santana e Porto Grande, da mesma forma no Campus Avançado Oiapoque e no Centro de Referência Pedra Branca do Amapari;
- Efetivação das salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e contratação de profissionais especializados (professores de Educação Especial, intérpretes para Libras, transcritores para produção de textos Braille, revisores para textos Braille);
- Oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada visando à capacitação de servidores técnicos e docentes do IFAP;
- Criação de mecanismos para a realização de cursos e minicursos para docentes e técnicos, destacando-se o curso de LIBRAS em atenção à Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;
- Organização de Ciclos de Estudos, workshops, Encontros Estaduais e Fóruns;
- Disponibilização para técnicos, docentes e discentes do “Acervo Circulante sobre Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas”;
- Organização e disponibilização do “Espaço Aberto de Estudos sobre Educação Inclusiva”, com recursos audiovisuais e bibliográficos para apoio a projetos e atividades acadêmicas voltadas para as questões de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas;
- Adequação arquitetônica na estrutura física do Campus Macapá e construção dos novos Campi valendo-se do desenho universal de acessibilidade;
- Aquisição de material bibliográfico sobre a inclusão de Portadores de Necessidades Educacionais Específicas (PNEE), bem como criação e ampliação de acervo adaptado (braille, fonte ampliada, libras, “livro falado”) da biblioteca do IFAP;
- Elaboração de projetos nas diversas áreas para atender às seguintes especificidades: Transtornos Globais do Desenvolvimento; deficiências físicas; deficiências intelectuais; deficiências visuais; surdos; altas habilidades e superdotados; idosos; PROEJA; diversidade sexual; indígenas; quilombolas; afrodescendentes e menores em risco social;
- Implantação e disponibilização da biblioteca do “Livro Falado” para atender prioritariamente estudantes cegos e de

baixa visão de Instituição de Ensino de Rede Pública e Particular;

- Oferta de cursos preparatórios para os PNEE candidatos a exames seletivos para cursos do IFAP;
- Oferta de cursos livres e de qualificação profissional em articulação com as Unidades Especializadas do Estado e Município.

Para tornar concretas tais ações, os NAPNEs do IFAP buscarão a estruturação da base de apoio por meio dos seguintes procedimentos:

- a. Estabelecimento de parceria com os Órgãos Especializados objetivando o apoio às atividades programadas pelas Coordenações, e Diretorias para a efetivação dos cursos profissionalizantes voltados para as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas;
- b. Formalização de parcerias com empresas e Instituições Públicas governamentais e não governamentais;
- c. Captação de recursos financeiros junto às Instituições de fomento;
- d. Organização do Banco de Dados de PNEE (estudantes e servidores do IFAP);
- e. Acompanhamento dos Projetos de quebra de barreiras arquitetônicas, sob a responsabilidade dos setores competentes do IFAP;
- f. Articulação com as Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa e de Extensão de projetos, programas e atividades voltadas para os PNEE do IFAP e da comunidade externa;
- g. Coordenação e acompanhamento do aparelhamento com material pedagógico e equipamentos específicos para a execução dos programas, projetos e atividades programadas;
- h. Divulgação permanente das ações desenvolvidas, valendo-se dos meios oferecidos pelo IFAP;
- i. A Implementação de ações indicadas pela Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, ademais a disciplina de Educação em Direitos Humanos como práticas educativas para todos, conforme Resolução CNE/CP nº 1/2012;
- j. Implantação de Programas e Projetos para inclusão de apenados;
- k. Implantação de Programas e Projetos para o aprendizado do BRAILLE, escrita l. alternativa, modos, meios e formatos de comunicação alternativas e habilidades de orientação e mobilidade, às pessoas com deficiência visual e aquelas com cegueira;
- m. Implantação de Programas e Projetos para o aprendizado da língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a promoção da identidade linguística da comunidade surda;
- n. Implantação de Programas e Projetos para desenvolver Tecnologias Assistivas aos deficientes físicos, aos paralisados cerebrais e a todos que delas necessitarem na Instituição.

Assim, tomando-se por base esses procedimentos, ações e encaminhamentos, é que o IFAP, obedecendo à institucionalização da Educação Inclusiva, buscará alcançar, considerando artigo 24 da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Decreto nº 7.611/2011, condições de atender, de forma otimizada, Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. A fim de tornar profícuo este processo de inclusão, o IFAP, norteado pelas Ações Afirmativas, atenderá as exigências legais para a reserva de vagas

culminando com a criação dos seguintes critérios e diretrizes para as políticas de inclusão:

- Reserva para pessoas com deficiência, negros e índios: 5% para candidatos com deficiência, 10% para negros e índios que preferencialmente tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino;
- Reserva para estudantes oriundos de escola pública: 50% para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino;
- Para o acesso aos cursos do PROEJA, serão aplicados mecanismos em conformidade com a natureza do referido programa;
- Para o acesso aos cursos FIC para trabalhadores, serão criados mecanismos alternativos em conformidade com a natureza dos cursos e as políticas de inclusão.

5.8 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5.8.1 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

As diretrizes que vão nortear as ações acadêmicas no âmbito do IFAP originam-se a partir da concepção de mundo pautada na justiça, equidade, liberdade, fraternidade, ética e democracia, bem como a partir de princípios filosóficos e teórico-metodológicos, elencados anteriormente neste documento, inter-relacionados ao propósito de ofertar educação de qualidade, a fim de contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional. Assim, a prática educativa ofertada pelo IFAP deve proporcionar a verticalização do ensino, articulando o diálogo entre os diversos níveis e modalidades da educação básica e superior, oportunizando, ainda, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

5.8.2 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

De acordo com Silva (2008), o trabalho é o princípio educativo que orienta a escola, mas ressalva que “não a partir de uma visão estreita, de caráter economicista, ligado a uma função meramente industrial, mas, sim, tomando a dimensão ontológica do trabalho”. Sendo assim, o princípio pedagógico ou educativo é a razão de todo processo escolar, é a perspectiva real e de longo alcance assumida pelos estudantes e pelos professores.

Desse modo, os princípios essenciais e que norteiam as práticas no IFAP são:

- Considerar o estudante como o centro do processo educativo para que possa desenvolver seu potencial de aprendizagem;
- Reconhecer os saberes prévios dos estudantes e conectá-los aos novos propiciados pelo conhecimento científico adquiridos na escola;
- Conhecer os interesses dos estudantes a fim de planejar melhor as aulas e relacioná-las com os acontecimentos do cotidiano;

- Estimular a motivação intrínseca ao ser humano para que descubra em si mesmo suas potencialidades cognitivas;
- Entender a natureza social do conhecimento, incentivando o trabalho coletivo de modo a aprenderem a viver em grupos sociais;
- Estimular constantemente a busca pelo conhecimento científico de modo a compreender as suas demandas sob a ótica da ciência;
- Contribuir para formação profissional flexível, com ênfase na compreensão da construção de arranjos produtivos locais;
- Entender avaliação como um processo relacionado com a plenitude do aprendizado;
- Orientar o corpo profissional docente com diversas formas de construção do conhecimento, fazendo uso da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade entre as diversas áreas do saber;
- Reconhecer a diversidade como fonte de riqueza para o processo de aprendizagem, tendo o diálogo como fundamento de respeito aos direitos humanos.

Sendo assim, os princípios acima mencionados, bem com aqueles implícitos ao processo de ensino e aprendizagem, norteiam as práticas pedagógicas no âmbito do IFAP. Nesta perspectiva de princípios, o processo de ensino e aprendizagem vem expressar uma relação dialógica, permitindo articulação entre ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pelo IFAP.

O que está posto para o Instituto Federal do Amapá é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a (re)construção do lugar que queremos.

O modelo Institucional do IFAP leva em consideração a proposta pedagógica histórico-crítica assentada em um conceito de educação profissional e tecnológica tendo o ser humano como sua referência.

Trata-se, pois, de uma formação que tem o objetivo de colocar o currículo no estabelecimento de relações com o conhecimento científico-tecnológico e sócio-histórico. Para isso, combina conhecimentos gerais e específicos, de modo a articular teoria e prática, escola e sociedade, contemplando:

- os arranjos produtivos locais (APLs);
- o universo da ciência contemporânea;
- as novas tecnologias e suas possibilidades de uso;
- as relações sócio-históricas que os homens estabelecem na sociedade e no trabalho;
- e as diferentes formas de linguagem presentes nos espaços sociais, políticos e produtivos.

Nesse contexto, o IFAP ofertará uma proposta de formação que contemple as características socioeconômicas locais e regionais, com o objetivo de formar profissionais compromissados e conscientes de seu papel transformador, de forma a promover o redimensionamento dos setores produtivos.

5.8.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação, em sua trajetória no contexto escolar, por um longo período assumiu uma função de controle, refletindo uma prática considerada tradicional e conservadora. Contemporaneamente a avaliação deve ter caráter formativo e diagnóstico, sobressaindo-se em relação à avaliação norteada meramente pelo controle/quantificação, ou seja, o processo avaliativo deve ser utilizado como princípio para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades.

Nesse sentido, para Saul (2006) e Hoffmann (2005), o papel da avaliação da aprendizagem deve constituir uma oportunidade real de demonstrar o que os sujeitos sabem e como sabem, sendo possível detectar a consistência do saber adquirido sobre o qual será consolidado o conhecimento.

De acordo com Luckesi, “a avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si, ela subsidia um curso, uma ação que visa construir um resultado previamente definido”. (LUCKESI, 2006, p. 85).

Porém, para que tal resultado seja alcançado, faz-se necessário conceber e praticar a avaliação como uma oportunidade a mais de ter acesso ao conhecimento. Deve-se transformá-la em um meio pelo qual os sujeitos que aprendem expressam seu saber não sobre o imediato, mas sim sobre o saber acumulado integrado habitualmente aos modos de agir em um estado de formação que é dinâmico.

Assim, pode-se afirmar que a avaliação em seu aspecto geral é parte integrante das práticas educativas desenvolvidas pelo IFAP, pois ao basear-se em modelos avaliativos humanistas apresentam indicativos da necessidade de mudanças no planejamento das ações e correção dos rumos, contribuindo sobremaneira no processo de formação do futuro profissional.

Nessa perspectiva, o processo avaliativo se traduz contínuo/dinâmico e não pontual, ao passo que visa diagnosticar tanto o progresso dos discentes, como as dificuldades e defasagens e, assim, a partir de uma reflexão conjunta entre os agentes educativos, visa iniciar a busca de novos caminhos e intervenções para que a aprendizagem se concretize.

A prática educativa desenvolvida no IFAP baseia-se numa avaliação diagnóstica, formativa e somativa, deixando de ter função apenas de constatação e apreensão de conteúdo. A avaliação diagnóstica proporciona informações acerca das capacidades dos estudantes em face de novos conhecimentos que lhe vão ser propostos, a formativa permite constatar se os estudantes estão de fato atingindo os objetivos pretendidos e, finalmente a somativa apresenta-se com o objetivo determinar o grau de domínio e progresso do estudante em uma área de aprendizagem.

Para avaliar a eficiência e eficácia dos processos desenvolvidos no âmbito do IFAP, será adotado um sistema multidimensional que inclui, entre outros, os seguintes aspectos:

- Avaliação da aprendizagem do estudante;
- Avaliação das estratégias de ensino;
- Avaliação do desempenho docente;
- Avaliação do plano de curso e do currículo.

A avaliação da aprendizagem é entendida como um meio para verificação dos níveis de assimilação do conhecimento, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades que se expressam através das competências requeridas para a qualificação profissional nas diversas áreas do conhecimento e habilitações correspondentes. Desta forma, para o Instituto, avaliar é um processo de busca, análise, identificação e reflexão sobre o desenvolvimento do estudante, o trabalho dos professores e demais profissionais da escola.

A avaliação das estratégias de ensino é entendida como o mecanismo para diagnosticar e identificar, no desenvolvimento do currículo, os meios, instrumentos, mecanismos e recursos que melhor se ajustam à confirmação da aprendizagem do estudante.

A avaliação do desempenho docente assume função diagnóstica para favorecer ao professor a percepção da eficácia, eficiência e os impactos de seu trabalho no planejamento, organização, aplicação e avaliação de suas atividades, em função da especificidade do curso em que trabalha. Assim, a avaliação tem um sentido amplo e pode ser realizada de diversas formas, utilizando instrumentos variados.

A avaliação do currículo escolar é entendida como o instrumento que, no processo de contextualização com o mundo do trabalho e a realidade concreta, favorece a percepção dos pontos de distorção e evidencia a necessidade de reformulações dos currículos, objetos de estudos, além da redefinição de objetivos educacionais, perfis profissionais e outros aspectos inerentes ao processo de formação do cidadão.

Além das abordagens supracitadas sobre o processo de avaliação e dos instrumentos avaliativos, o IFAP possui regulamentações específicas para cada nível, forma e modalidade de ensino e nelas estão contidas as sistemáticas de avaliação a serem desenvolvidas nos diversos cursos ofertados pelos campi do IFAP.

5.8.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional é um procedimento didático-pedagógico que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, em que os estudantes devem ser estimulados desde o início de seu curso a interagir guiados por uma motivação epistemológica.

Nessa perspectiva, compreende as ações de prática profissional as atividades como os projetos, mostras científicas, estudos de caso, pesquisas individuais e/ou em grupo, prestação de serviços, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, exercícios profissionais efetivos, o intercâmbio estudantil, os projetos integradores, a residência pedagógica em que o estudante possa relacionar teoria e prática a partir dos conhecimentos (re)construídos no respectivo curso, bem como as necessidades profissionais de formação humana omnilateral e exigências da realidade em que a Instituição Educacional está inserida.

Entende-se como atividade curricular complementar a atividade não integrante nas práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares, oficinas ou seminários obrigatórios e outras atividades afins ao curso, devidamente comprovada pelo estudante e aprovada pelo coordenador do curso.

Os objetivos gerais das atividades curriculares complementares são os de flexibilizar o currículo obrigatório, aproximar o estudante da realidade social e profissional e propiciar-lhe a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre o Instituto e a sociedade, por meio da sua participação em atividades que visem à formação profissional aliada ao desenvolvimento de valores humanísticos.

O estágio supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando os cursos de ensino regular no IFAP. Este poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares e do Plano/Projeto Pedagógico do Curso e poderá ser desenvolvido no interior do IFAP, empresas e escolas públicas ou privadas, desde que ofereçam as condições necessárias ao desenvolvimento de uma experiência investigativa, reflexiva e prática na área de formação do estudante.

5.8.4.1 PRÁTICA PROFISSIONAL VIA PROJETO

A Prática Profissional dos cursos técnicos de nível médio pode ser desenvolvida através de projetos de pesquisa ou extensão. A atividade deve cumprir a mesma carga horária estabelecida para o estágio, bem como deve ser executada seguindo o Plano Pedagógico do Curso, em conformidade com as normas instituídas em regulamentação própria.

5.8.4.2 INOVAÇÕES SIGNIFICATIVAS QUANTO A FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

O termo flexibilidade, do latim *flexibilitas*, é a qualidade de ser flexível e traz a ideia de maleável e de aptidão para diferentes atividades ou aplicações (FERREIRA, 1975). Por sua vez, Silva (1998) argumenta que é precisamente no

campo educacional que se estabelece uma “batalha” em torno dos significados: “Estão em jogo, nessa luta, os significados do social, do humano, do político, do econômico, do cultural e, naquilo que concerne, do educativo”.

O IFAP traz, em sua proposta curricular, desenvolvimento dos componentes básicos com base na integralidade, com vistas à formação profissional inclusiva, reflexiva e prática.

Para atingir a integralidade é essencial que a proposta curricular adote caráter de transversalidade através da articulação dos componentes curriculares no início de cada curso, como aporte de atividades.

5.8.4.3 INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

As Diretrizes Curriculares Nacionais norteiam os parâmetros de integralização dos cursos, estes estabelecidos no Plano/Projeto Pedagógico específico de cada curso e nas regulamentações internas da instituição. A integralização curricular a todos os cursos apresenta os seguintes parâmetros básicos:

- Aprovação em todos os componentes curriculares;
- Cumprimento da carga horária das atividades complementares;
- Aprovação no estágio curricular supervisionado, quando for o caso;
- Aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, quando for o caso;
- Participação da solenidade de conclusão de colação de grau, quando for o caso.

De acordo com esses requisitos, o curso estará concluído e o estudante poderá receber o diploma correspondente, desta forma ocorrendo a integralização.

5.8.5 AVANÇOS TECNOLÓGICOS

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) está inter-relacionada a todas as áreas do conhecimento e, sobretudo no campo da educação, ela fornece diversos aspectos pertinentes à construção do conhecimento e do processo de ensino/aprendizagem.

Neste sentido, o IFAP, tanto em seu aspecto pedagógico como administrativo, propiciará à comunidade escolar a participação em ações, eventos e projetos de inovação tecnológica com o objetivo de fomentar a construção de novas práticas de ensino através da inclusão digital, pesquisa, extensão e ensino a distância, possibilitando e potencializando, dessa forma, o aproveitamento de conhecimento de todos os segmentos ligados direta ou indiretamente ao Instituto.

Com isso, o IFAP colocará as novas tecnologias da informação e comunicação a serviço da formação global dos diferentes sujeitos envolvidos nesse processo, facilitando e aperfeiçoando o uso da tecnologia, considerando a construção de valores essenciais ao desenvolvimento humano e tecnológico, ao desempenho ético, crítico e técnico de uma profissão e a percepção da competência transformadora do cidadão ■

CAPÍTULO 6

PLANO DE OFERTA DE VAGAS



6. PLANO DE OFERTAS DE VAGAS

As informações apresentadas a seguir são frutos de ampla discussão realizada nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, consolidadas por um Grupo de Trabalho instituído pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), com representantes dos departamentos de ensino de cada unidade do IFAP, com a participação conjunta da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPI) e da Diretoria de Educação a Distância, que culminaram no Plano de Ofertas de vagas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Entre as atribuições da PROEN e PROEPPI está atuação no planejamento estratégico e operacional do IFAP, com vista a subsidiar a definição das prioridades educacionais dos campi, articulando o fortalecimento do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, zelando pela garantia da qualidade na oferta dos serviços levando em conta os arranjos produtivos locais, as eventuais alterações das demandas e oportunidades regionais, respeitando os percentuais de oferecimento de vagas estabelecidos pela lei de criação dos Institutos Federais e os indicadores pactuados no Termo de Acordo de Metas e Compromissos IFAP/MEC. Assim sendo, o efetivo oferecimento dos cursos elencados neste capítulo deverão passar por avaliação do Colégio de Dirigentes do IFAP e atender plenamente aos quesitos supracitados.

6.1 EIXOS TECNOLÓGICOS OFERTADOS PELO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ

6.1.1 AMBIENTE E SAÚDE

O eixo tecnológico de AMBIENTE E SAÚDE compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, ao desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental. Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde – doença de indivíduos –, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais, são características comuns deste eixo.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: biossegurança, leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Laranjal do Jari.

6.1.2 GESTÃO E NEGÓCIOS

O eixo tecnológico de GESTÃO E NEGÓCIOS: Compreende tecnologias de suporte e de melhoria da organização da produção e do trabalho de empreendimentos nas rotinas administrativas de comercialização, controle contábil, gestão da qualidade, gestão de pessoas, gestão financeira, logística e marketing. Baseia-se em leitura e produção de textos técnicos, estatística e raciocínio lógico, línguas estrangeiras, ciência e tecnologia, tecnologias sociais e empreendedorismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional.

Abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação; busca da qualidade, produtividade e competitividade; utilização de tecnologias organizacionais; comercialização de produtos; e estratégias de marketing, logística e finanças. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; línguas estrangeiras; ciência e tecnologia; tecnologias sociais e empreendedorismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Laranjal do Jari, Campus Macapá, Campus Porto Grande, Campus Santana, Campus Avançado Oiapoque, Centro de Referência em EaD Pedra Branca do Amapari.

6.1.3 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O eixo tecnológico de INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: Compreende tecnologias empregadas em infraestruturas, protocolos destinados ao processamento e administração de dados e informações, projetos gráficos para aplicações computacionais e para comutação, transmissão e recepção de dados. Baseia-se em leitura e produção de textos técnicos, estatística e raciocínio lógico, ciência, tecnologia e inovação, investigação tecnológica, empreendedorismo, desenvolvimento interpessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, gestão da qualidade, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional. Abrange concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e às telecomunicações; especificação

de componentes ou equipamentos; suporte técnico; procedimentos de instalação e configuração; realização de testes e medições; utilização de protocolos e arquitetura de redes; identificação de meios físicos e padrões de comunicação; desenvolvimento de sistemas informatizados; e tecnologias de comutação, transmissão e recepção de dados.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Laranjal do Jari, Campus Macapá e Campus Santana.

6.1.4 INFRAESTRUTURA

O eixo tecnológico de INFRAESTRUTURA: Compreende tecnologias empregadas em projetos de construção de obras civis, topografia, geotécnica, hidráulica, recursos hídricos, saneamento, transporte de pessoas e bens, controle de trânsito e tráfego. Baseia-se em leitura e produção de textos técnicos, estatística e raciocínio lógico, desenho técnico, ciência, tecnologia e inovação, investigação tecnológica, empreendedorismo, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação, normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, gestão da qualidade e produtividade, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional. Abrange planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para obras civis, topografia, geotécnica, hidráulica, recursos hídricos, saneamento, transporte de pessoas e bens e controle de trânsito e tráfego. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; desenho técnico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Macapá.

6.1.5 PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA

O eixo tecnológico de PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA: Compreende tecnologias de melhoria de máquinas e implementos, de controle de insumos, produtos, padrões sanitários e de qualidade, de gerenciamento de resíduos empregados no beneficiamento de produtos de origem vegetal e animal e na sua transformação

em alimentos e bebidas. Baseia-se em leitura e produção de textos técnicos, raciocínio lógico, ciência, tecnologia e inovação, investigação tecnológica, tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, gestão da qualidade e produtividade, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional. Abrange planejamento, operação, implantação e gerenciamento de processos físicos, químicos e biológicos de elaboração ou industrialização de produtos de origem vegetal e animal; aquisição e otimização de máquinas e implementos; análise sensorial; controle de insumos e produtos; controle fitossanitário; distribuição e comercialização. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Macapá.

6.1.6 PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN

O eixo tecnológico de PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN: Compreende tecnologias de produção, conservação, difusão, performance e gerenciamento de bens culturais materiais e imateriais, voltadas ao desenvolvimento da economia criativa e da produção cultural em seus vários segmentos, espaços e meios de criação e de fruição artística. Baseia-se em leitura e produção de textos técnicos, raciocínio lógico e estético, ciência e tecnologia, tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação e políticas públicas, normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, gestão da qualidade, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional. Abrange criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento aplicado em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e projetos de produtos industriais. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico e estético; ciência e tecnologia; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Santana.

6.1.7 PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O eixo tecnológico de PRODUÇÃO INDUSTRIAL: Compreende tecnologias envolvidas nos equipamentos, sistemas e processos físico-químicos de transformação de matérias-primas e substâncias, integrantes de linhas de produção. Baseia-se em leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico, ciência, tecnologia e inovação, investigação tecnológica, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, gestão da qualidade e produtividade, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento de tecnologias industriais; programação e controle da produção; operação do processo; gestão da qualidade; controle de insumos; e aplicação de métodos e rotinas. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Macapá.

6.1.8 RECURSOS NATURAIS

O eixo tecnológico de RECURSOS NATURAIS compreende tecnologias relacionadas à extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Macapá, Campus Laranjal do Jari, Porto Grande e Centro de Referência em EaD Pedra Branca do Amapari.

6.1.9 SEGURANÇA

O eixo tecnológico de SEGURANÇA Compreende tecnologias de controle e eliminação de acidentes e riscos à

saúde humana e defesa, de resguardo e de vigilância de patrimônios, empregadas na segurança pública e privada, na defesa social e civil, na segurança do trabalho e em ações contra incêndio. Baseia-se em leitura e produção de textos técnicos, raciocínio lógico, ciência, tecnologia e inovação, empreendedorismo, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, cidadania e direitos humanos, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional. Abrange segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; empreendedorismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; cidadania e direitos humanos; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Macapá.

6.1.10 TURISMO HOSPITALIDADE E LAZER

O eixo tecnológico de TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER Compreende tecnologias de planejamento, organização, supervisão, operação e avaliação do atendimento e do acolhimento em atividades de agenciamento e guiamento, hospedagem, gastronomia, eventos e lazer. Baseia-se em leitura e produção de textos técnicos, raciocínio lógico, historicidade e cultura, línguas estrangeiras, ciência, tecnologia e inovação, tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, gestão da qualidade, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional. Abrange planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer, integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; historicidade e cultura; línguas estrangeiras; ciência, tecnologia e inovação; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Avançado Oiapoque.

6.2 PERCENTUAIS MÍNIMOS LEGAIS

Considerando a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais e dá outras providências, o Instituto Federal do Amapá garantirá, neste Plano de Desenvolvimento Institucional, a oferta de pelo menos 50% das vagas dos Institutos Federais em cursos técnicos de nível médio e pelo menos 20% em cursos destinados a licenciaturas e formação de professores.

Considerando o DECRETO de Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006, que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, o Instituto Federal do Amapá garantirá, neste Plano de Desenvolvimento Institucional, a oferta de pelo menos 10% do total de vagas disponíveis ao longo do ano para Jovens e Adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade regular, priorizando os candidatos que estão a mais tempo afastados da sala de aula e/ou mais idade.

Considerando o Plano de Logística Sustentável do IFAP – PLS, aprovado pelo Conselho Superior através das Resolução nº 25/2017/CONSUP/IFAP, de 10 de março de 2017, considerando ainda o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Agenda 2030 para atendimento às metas da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação (CTPMI), da Comissão Nacional (CNODS) sobre Sustentabilidade, o Instituto Federal do Amapá garantirá, neste Plano de Desenvolvimento Institucional, a oferta de pelo menos 10% do total de Cursos de Formação Inicial e Continuada, Projetos de Pesquisa e Extensão para ações de Sustentabilidade com significativo impacto social.

6.3 PLANO DE OFERTAS

6.3.1 CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO REGULAR

A educação profissional técnica integrada ao ensino médio, conforme definida no inciso I, do art. 36-B, da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, é a educação desenvolvida na forma articulada ao ensino médio. De acordo com o inciso I, do art. 7 da Lei nº. 11.892/2008, essa forma de oferta destina-se aos concluintes do ensino fundamental e ao público da educação de jovens e adultos - EJA.

Cabe ressaltar que as expressões cursos integrados, cursos técnicos integrados ou ensino médio integrado referem-se ao que a LDB denomina de educação profissional técnica de nível médio na forma articulada ao ensino médio. O Parecer CNE/CEB nº. 11/2012 explicita que, no ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, a formação geral do estudante deve se tornar inseparável da formação profissional, que deve focar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho

intelectual e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.

Em outras palavras, os cursos técnicos integrados se fundamentam na ideia de ensino médio integrado no sentido da formação humana integral, politécnica e multidimensional. Portanto, não se está falando somente de uma integração da matriz curricular entre os componentes da formação básica e da formação técnica. Essa integração é fundamental na medida em que cada componente e cada conteúdo curricular deve ser planejado num todo e não como uma matriz de disciplinas fragmentadas.

O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio possibilita numa única matrícula reunir os conhecimentos do ensino médio às competências da educação profissional. O Instituto Federal do Amapá oferece a formação básica do ensino médio de forma integrada à formação profissional. A duração média é de três anos.

Tabela 17: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Laranjal do Jari.

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO REGULAR – PRESENCIAL						
CAMPUS LARANJAL DO JARI						
Cursos	2019	2020	2021.1*	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Técnico em Administração	40	40	30	40	40	190
Técnico em Logística (novo)	-	40	30	-	40	150
Técnico em Florestas	40	40	30	40	40	190
Técnico em Serviços Jurídicos (cancelado)	40	40	-	-	-	-
Técnico em Meio Ambiente	40	40	30	-	40	150
Técnico em Informática	40	40	30	-	40	150
Total de Vagas por período	200	200	150	80	200	830
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 18: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Macapá

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO REGULAR – PRESENCIAL						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019	2020	2021.1*	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Técnico em Alimentos	35	35	30	30	40	170
Técnico em Edificações	40	40	30	30	40	180
Técnico em Estradas	40	40	30	30	40	180
Técnico em Mineração	35	35	30	30	40	170
Técnico em Química	35	35	30	30	40	170
Técnico em Redes de Computadores	40	40	30	30	40	180
Total de Vagas por período	225	225	180	180	240	1.050
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 19: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Porto Grande

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO REGULAR – PRESENCIAL						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019	2020	2021.1*	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Técnico em Administração	-	40	40	40	40	160
Técnico em Agroecologia	40	40	-	-	-	80
Técnico em Agroindústria	-	-	-	-	-	80
Técnico em Agronegócio	40	40	40	40	40	80
Técnico em Agropecuária	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	120	160	120	160	160	600
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 20: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Santana

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO REGULAR – PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019	2020	2021.1	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Técnico em Comércio Exterior	35	35	35	-	35	140
Técnico em Marketing	35	35	35	-	-	105
Técnico em Propaganda e Publicidade	35	35	35	-	35	140
Técnico em Logística	-	-	35	35	35	105
Total de Vagas por período	105	105	140	35	105	490
TOTAL GERAL DE VAGAS						

6.3.2 CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), instituído através do DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006 tem como objetivo a escolarização e a formação profissional de jovens e adultos. O programa é destinado para quem concluiu apenas o ensino fundamental e deseja adquirir o Certificado do Curso Técnico em nível médio.

Os cursos de educação profissional de nível médio são integrados ao ensino médio e duram em média três anos letivos. A idade mínima para participar do programa é de 21 anos e não há idade máxima. O Proeja é um programa do Ministério da Educação (MEC), realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e com a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A educação profissional técnica integrada ao ensino médio, conforme definida no inciso I, do art. 36-B, da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, é a educação desenvolvida na forma articulada ao ensino médio. De acordo com o inciso I, do art. 7 da Lei nº. 11.892/2008, essa forma de oferta destina-se aos concluintes do ensino fundamental e ao público da educação de jovens e adultos - EJA.

Cabe ressaltar que as expressões cursos integrados, cursos técnicos integrados ou ensino médio integrado referem-se ao que a LDB denomina de educação profissional técnica de nível médio na forma articulada ao ensino médio. O Parecer CNE/CEB nº. 11/2012 explicita que, no ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, a formação geral do estudante deve se tornar inseparável da formação profissional, que deve focar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.

O Proeja foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O programa teve inicialmente como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por meio do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2016, é ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Tabela 21: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Laranjal do Jari

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA – PRESENCIAL						
CAMPUS LARANJAL DO JARI						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2*	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Agronegócio (Cancelado)	40	40	-	-	-	80
Técnico em Cooperativismo (Cancelado)	40	40	-	-	-	80
Técnico em Logística	80	80	40	40	40	280
Total de Vagas por período	160	160	40	40	40	440
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 22: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Macapá

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA – PRESENCIAL						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Análises Químicas (Cancelado)	-	-	-	-	-	-
Técnico em Informática (Cancelado)	-	-	-	-	-	-
Técnico em Segurança do Trabalho (*novo)	40	40	30	30	40	180
Total de Vagas por período	40	80	30	30	40	180
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 23: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Porto Grande

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA – PRESENCIAL						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2*	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração (*novo)	-	40	40	40	40	160
Técnico em Agronegócio	40	-	-	-	-	40
Técnico em Agropecuária (*novo)	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 24: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Santana

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA – PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração	40	40	40	-	-	120
Técnico em Logística	40	40	40	-	-	120
Total de Vagas por período	80	80	80	-	-	240
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

6.3.3 CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES

No âmbito dos cursos técnicos, algumas instituições têm cursos subsequentes e concomitantes para alunos que pretendem obter educação profissional. Concomitante significa coexistente, que acontece ao mesmo tempo, e por isso o curso técnico concomitante permite que o aluno ingresse no curso enquanto está cursando o ensino médio. Por outro lado, o curso técnico subsequente é destinado a alunos que já concluíram o ensino médio.

É oferecido somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. Para o ingresso nesta modalidade, o interessado pode utilizar processo seletivo próprio do IFAP. Após concluído o curso, o estudante receberá diploma de profissionalização em nível técnico.

A tarefa de construção da qualidade educacional é complexa, considerando os diferentes aspectos e as dimensões do processo educativo, destacando-se, entre eles: cultura e contexto em que a instituição está situada; existência de projeto político-pedagógico e de planos de cursos construídos coletivamente e monitorados; uso adequado dos resultados da avaliação externa e interna das práticas educativas; condições físicas, materiais e pedagógicas da escola; criação de instrumentos que possibilitem a participação da comunidade na definição dos rumos da educação; respeito à pluralidade de pensar e aos projetos individuais e coletivos apresentados no ambiente escolar; autonomia, participação e transparência na gestão; investimento em formação e na valorização profissional; autonomia profissional, cooperação profissional, responsabilização coletiva e compreensão de que a construção dos indicadores de qualidade é fruto de acordos e pactos entre os diversos segmentos da comunidade escolar.

Tabela 25: Cursos Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Pólo Amapá

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
PÓLO EM EAD AMAPÁ						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração - EAD	35	35	-	-	-	-
Técnico em Secretaria Escolar - EAD	35	35	-	-	-	-
Total de Vagas por período - EAD	70	70	-	-	-	-
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 26: Técnicos Subsequentes, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS LARANJAL DO JARI						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Florestas	40	40	40	40	40	200
Técnico em Informática - EAD	40	40	40	-	40	160
Técnico em Informática	40	40	40	40	40	200
Técnico em Meio Ambiente (Cancelado)	40	40	-	-	-	80
Técnico em Meio Ambiente - EAD	40	40	40	-	40	160
Técnico em Agronegócio (Cancelado)	40	40	-	-	-	80
Técnico em Enfermagem (Cancelado)	40	40	-	-	-	80
Técnico em Logística - EaD	40	40	-	40	-	120
Técnico em Serviços Públicos - EaD	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	360	360	200	160	200	1280
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 27: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Macapá

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2*	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Alimentos	35	35	30	-	40	140
Técnico em Cerâmica (Cancelado)	40	40	-	-	-	80
Técnico em Edificações	40	40	30	-	40	150
Técnico em Estradas	40	40	30	-	40	150
Técnico em Geoprocessamento EaD	40	40	40	40	40	200
Técnico em Informática para Internet EaD (Cancelado)	-	40	-	-	-	40
Técnico em Recursos Naturais EaD (cancelado)	-	-	-	-	-	-
Técnico em Química	40	40	30	-	40	150
Total de Vagas por período	235	275	160	40	200	910
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 28: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EAD DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2*	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração - EAD	40	-	40	-	40	120
Técnico em Controle Ambiental – EAD (Novo)	40	40	-	40	-	120
Técnico em Meio Ambiente - EAD	-	-	40	-	40	80
Técnico em Logística – EAD (Novo)	-	-	-	40	-	40
Técnico em Recursos Humanos – EAD (Novo)	-	40	-	-	40	80
Técnico em Serviços Públicos - EAD	-	-	40	-	-	40
Total de Vagas por período	80	80	120	80	120	500
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 29: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Porto Grande

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração (novo)	40	40	40	40	-	160
Técnico em Agropecuária	40	40	40	40	40	200
Técnico em Agronegócio EAD	40	40	40	40	40	200
Técnico em Agronegócio – Presencial	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	160	160	160	160	120	760
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 30: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Santana

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Finanças - EAD	40	40	40	40	40	200
Técnico em Informática - EAD	-	40	40	40	40	160
Técnico em Logística	-	-	40	40	40	120
Técnico em Serviços Públicos - EAD	-	40	40	40	40	160
Total de Vagas por período	40	120	160	160	160	640
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 31: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Avançado Oiapoque

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS AVANÇADO DO OIAPOQUE						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2*	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração	40	-	30	-	40	110
Técnico em Comércio	40	-	-	-	-	40
Técnico em Comércio Exterior	-	-		40	-	40
Técnico em Contabilidade	-	-	-	-	-	-
Técnico em Finanças	-	-	30		40	70
Técnico em Logística	40	-	-	40	-	80
Técnico em Recursos Humanos	-	-	30		40	70
Técnico em Vendas (Novo)	-	40	-	40		80
Técnico em Turismo	40	40	-	-	-	80
Total de Vagas por período	160	160	90	120	120	570
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

6.3.3 CURSOS SUPERIORES

Nos termos da lei que institui os Institutos Federais (Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), somos equiparados às universidades federais. Isto é, somos instituições de ensino superior. O que nos difere é a especialidade na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Neste sentido, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possuem autonomia para também ofertar cursos superiores de Tecnólogos, Licenciaturas, Bacharelados e Engenharias.

6.3.3.1 TECNÓLOGOS

É um curso de graduação que abrange métodos e teorias orientadas a investigações, avaliações e aperfeiçoamentos tecnológicos com foco nas aplicações dos conhecimentos a processos, produtos e serviços. Desenvolve competências profissionais, fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, com vistas ao desempenho profissional responsável, consciente, criativo e crítico. Como todo curso de nível superior, o curso dessa natureza é aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio, ou equivalente, e que tenham sido classificados em processo seletivo. Os graduados nos CST denominam-se tecnólogos e são profissionais de nível superior com formação para a produção e a inovação científico-tecnológica e para a gestão de processos de produção de bens e serviços. Os tecnólogos podem prosseguir os estudos fazendo cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

6.3.3.2 LICENCIATURAS

A licenciatura forma educadores e é o curso ideal para quem quer seguir carreira como professor em escolas de ensino fundamental e médio. Durante o curso, além das disciplinas específicas da matéria, o aluno tem aulas sobre didática e pedagogia. Os Institutos Federais, através da sua Lei de Criação, são orientados a reservar no mínimo 20% do total de vagas disponíveis para cursos na área de formação de professores para a Educação Básica.

6.3.3.2 BACHARELADOS

O bacharelado é uma formação de nível superior que confere grau de bacharel. Com duração média entre 3 e 6 anos, o curso de bacharelado prepara profissionais generalistas com sólidos conhecimentos sobre a base de uma profissão. O bacharelado forma profissionais focados no mercado de trabalho.

Tabela 32: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

CURSOS SUPERIORES- EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS LARANJAL DO JARI						
Cursos	2019.1	2020.1	2021.1	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Bacharelado em Administração	40	40	40	40	40	200
Bacharelado em Ciência da Computação (*novo)	-	40	-	-	40	80
Bacharelado em Enfermagem (cancelado)	-	-	-	-	-	-
Tecnólogos em Gestão Ambiental	40	-	40	-	40	120
Licenciatura em Ciências Biológicas	40	40	40	-	40	160
Licenciatura em Letras (cancelado)	-	-	-	-	-	-
Engenharia Florestal	-	40	40	40	40	160
Total de Vagas por período	120	160	160	80	200	720
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 33: Cursos Superiores, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

CURSOS SUPERIORES- EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019.1	2020.1	2021.1*	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Tecnologia em Alimentos	40	40	30	30	40	140
Tecnologia em Construções de Edifícios	40	-	-	-	-	40
Tecnologia em Mineração	40	40	30	30	40	140
Tecnologia em Redes de Computadores	40	40	30	30	40	140
Tecnologia em Sistemas para Internet EaD (cancelado)	-	-	-	-	-	-
Licenciatura em Física	40	40	30	30	40	140
Licenciatura em Informática	40	40	30	30	40	140
Licenciatura em Letras/Inglês	40	40	30	30	40	140
Licenciatura em Química	40	40	30	30	40	140
Licenciatura em Matemática	40	40	30	30	40	140
Licenciatura Integrada em Matemática, Ciências e Linguagens (Semipresencial) (cancelado)	-	-	-	-	-	-
Engenharia Civil	-	35	30	30	40	140
TOTAL DE VAGAS POR PERÍODO	360	395	435	435	435	1300
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 34: Cursos Superiores, EaD e Presencial, Campus Porto Grande

CURSOS SUPERIORES- EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019.1	2020.1	2021.1*	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Engenharia Agrônômica	40	40	30	40	40	200
Medicina Veterinária	-	40	-	40	40	160
Total de Vagas por período	40	80	80	80	80	360
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 35: Cursos Superiores, EaD e Presencial, Campus Santana

CURSOS SUPERIORES - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019.1	2020.1	2021.1*	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Tecnologia em Comércio Exterior	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Marketing	40	40	40	-	-	120
Tecnologia em Recursos Humanos	-	40	40	40	40	160
Licenciatura em Matemática	-	40	40	-	-	80
Total de Vagas por período	80	120	120	80	80	560
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

Tabela 36: Cursos Superiores, EaD e Presencial, Campus Avançado Oiapoque

CURSOS SUPERIORES - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS AVANÇADO DO OIAPOQUE						
Cursos	2019.1	2020.1	2021.1*	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Tecnologia em Comunicação (Cancelado)	-	-	-	-	-	-
Tecnologia em Gestão Comercial (Novo)	-	-	-	40	40	80
Total de Vagas por período	-	40	40	40	40	160
TOTAL GERAL DE VAGAS						

* Redução na oferta de vagas seguindo orientações do Comitê de Crise e Enfrentamento à COVID-19 (Pandemia)

6.4 CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Os Cursos e Programas de Formação Inicial e Continuada de profissionais são ofertados pelos institutos federais e tem por objetivo a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização em todos os níveis de ensino, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica (Art. 3º da Lei 11.892/2008).

Os cursos de Formação Inicial caracterizam-se como o ponto de partida para o ingresso no mercado de trabalho, habilitando o indivíduo à atuação em determinada área do conhecimento. Já a Formação Continuada é compreendida como um processo permanente de aperfeiçoamento e atualização das experiências profissionais adquiridas, onde o trabalhador tem a oportunidade de ampliar suas competências profissionais.

O Projeto Político Pedagógico Institucional elenca como objetivos da Formação Inicial e Continuada os seguintes:

- Implementar programas de formação inicial e continuada para os trabalhadores do mercado formal e informal;
- Democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica para os segmentos diferenciados da sociedade, em parcerias com empresas, instituições, associações e organizações não governamentais;
- Ofertar cursos para o público de desempregados, micros e pequenos empresários, além daqueles que não tiveram acesso à escolarização em tempo regular;
- Adotar mecanismos de articulação da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores à Educação Profissional e

Tecnológica desenvolvida no Instituto Federal do Amapá;

- Implementar medidas, no âmbito da instituição, que assegurem aos programas de Educação de Jovens e Adultos trabalhadores a qualidade necessária à formação profissional desse segmento da população.

No âmbito do IFAP, as políticas e acompanhamento da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, estão na incumbência da Pró-Reitoria Extensão.

Tabela 37: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EAD DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Agente de Desenvolvimento Socioambiental	20	20	20	20	20	100
Assistente em Administração – Educação de Jovens e Adultos	20	-	-	20	20	60
Empreendedorismo e Inovação	20	-	20	20	-	60
Gestão Estratégica em Políticas Públicas	-	20	20	-	20	60
Práticas e Técnicas Sustentáveis	-	20	20	-	-	40
Operador de tratamento de resíduos sólidos	20	20	-	20	20	80
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 38: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Santana

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU- PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Área de Comércio Exterior	40	-	40	-	40	120
Área de Informação e Comunicação	-	40	-	40	-	80
Área de Propaganda e Publicidade	-	40	-	40	-	80
Área de Línguas	40	-	40	-	40	120
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 39: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Polo Amapá

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
PÓLO EM EAD DO MUNICÍPIO DO AMAPÁ						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Auxiliar Administrativo	40	40	40	40	40	200
Inglês Instrumental	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 40: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Laranjal do Jari

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
CAMPUS LARANJAL DO JARI						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Normatização de Trabalhos Acadêmicos	40	40	40	-	-	120
Educação Ambiental	40	40	40	-	-	120
Exame Nacional do Ensino Médio - Preparatório	80	80	80	-	-	240
Horticultura	30	30	30	-	-	90
Instrumentos Musicais	-	40	40	-	-	80
LIBRAS	40	40	40	-	-	120
Estatística no Programa R	20	-	20	-	-	40
Paisagismo	30	30	30	-	-	90
Práticas de Ciências para Ensino de 6º ao 9º num espaço sem laboratórios.	30	30	30	-	-	90
Reciclagem	30	30	30	-	-	90
Xadrez Básico	20	20	20	-	-	60
Técnicas de Laboratórios de Biologia	30	30	30	-	-	90
Técnicas de Laboratórios de Química	30	30	30	-	-	90
Espanhol Básico	-	-	-	30	-	30
Operador de Computador	-	-	-	-	30	30
Atendimento e Vendas	-	-	-	30	-	30
Robótica Educacional na Educação Básica	-	-	-	-	30	30
Técnicas de Laboratório de Química e Biologia	-	-	-	30	-	30
Empreendedorismo	-	-	-	-	30	30
Matemática Básica	-	-	-	30	-	30
Total de vagas por período	420	440	460	120	90	1530
Total Geral de Vagas						

Tabela 41: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Macapá

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Área de Química e Alimentos	-	40	40	40	-	120
Auxiliar Administrativo – Educação de Jovens e Adultos	40	40	40	40	40	200
Ciências Exatas	40	40	-	40	40	160
Espanhol Básico - EAD	40	-	40	-	40	120
Francês Básico - EAD	40	-	40	-	40	120
Informática Básica - EAD	40	40	40	40	40	200
Libras - EAD	40	40	40	40	-	160
Sustentabilidade	-	40	40	40	40	160
Total de Vagas por período	120	120	120	120	120	1.240
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 42: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Porto Grande

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Agricultura Agroflorestal	40	-	-	40	-	80
Agricultura Orgânica	-	40	-	-	40	80
Apicultura	-	40	-	-	40	80
Auxiliar Administrativo – Educação de Jovens e Adultos	-	-	40	-	-	80
Cultivação e Beneficiação da Mandioca	-	-	40	-	-	80
Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	40	-	-	40	-	80
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 43: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Avançado Oiapoque

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
CAMPUS AVANÇADO DO OIAPOQUE						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Departamento de Pessoal	30	30	30	30	30	150
Direito do Consumidor	-	25	25	25	25	100
Educação Financeira	-	20	20	20	20	80
Empreendedorismo – EJA	40	40	40	40	40	200
Francês Básico	-	25	-	25	-	50
Francês Intermediário	-	25	-	25	-	50
Gestão Financeira	20	20	20	20	20	100
Informática Básica	-	30	30	30	30	120
Inglês Básico	25	25	25	25	25	125
Inglês Intermediário	25	25	25	25	25	125
Leitura e Produção de Textos Científicos	30	30	30	30	30	150
LIBRAS Básico	25	-	-	-	-	25
LIBRAS Intermediário	25	-	-	-	-	25
LIBRAS Avançado	-	25	-	-	-	25
Marketing Internacional	30	30	30	30	30	150
Matemática	-	25	-	25	25	75
Redação para o ENEM	30	30	30	30	30	150
Total de Vagas por período	280	405	305	380	330	1700
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Para os próximos anos, as ofertas dos cursos FICs do Campus Avançado Oiapoque seguirão o planejamento conforme tabela abaixo, em razão dos cursos não ofertados, pelos motivos expostos abaixo:

- I) Foi ofertado o Curso FIC de Atendimento e Vendas no lugar do curso FIC de Departamento Pessoal. Por serem do mesmo eixo tecnológico, acreditamos não ter gerado prejuízo;
- II) Os cursos da área de Linguagens, Francês básico e Inglês básico, foram ofertados neste ano no formato EaD. Pensando em dar sequência aos níveis, os cursos no formato intermediário e avançado serão ofertados nos próximos anos.
- III) O curso de Empreendedorismo foi ofertado pelo Programa Rede Brasil Mulher e foram formadas três turmas;
- IV) O curso de Gestão Financeira chegou a iniciar presencialmente, mas foi interrompido devido à pandemia (a turma aguarda pra recomençar).
- V) Os cursos de Libras e Marketing não foram ofertados devido à ausência de profissionais habilitados para exercer a função. No momento de indicação da ofertas destes cursos tínhamos profissionais habilitados, mas, em razão das remoções de servidores, não houve como realizar a oferta. Isso também justifica a não oferta do curso de Redação para o Enem, pois recentemente a nossa professora de Língua Portuguesa foi removida a outro campus. O PPC de tal curso está pronto, faltando alguns ajustes para estar apto a ser ofertado.
- VI) Foi ofertado o curso de Operador de computadores ao invés de Informática Básica, tendo em vista o aproveitamento do PPC que já estava aprovado desde a proposta dos novos caminhos.
- VII) O curso de Matemática Básica está pronto para ser ofertado nos próximos anos. A oferta não se deu neste momento de forma EaD pois o curso ofertado de maneira presencial seria mais atrativo ao público. Além disso, tem-se ainda a oferta dos cursos FICs de Saúde e Segurança do Trabalho, Organizador de Eventos e Robótica Educacional prontos, com os seus PPCs já aprovados.

Tabela: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Avançado Oiapoque (2022/2023).

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA			
CAMPUS AVANÇADO DO OIAPOQUE			
Cursos	2022	2023	Total de Vagas
Direito do Consumidor	30	30	60
Empreendedorismo	30	30	60
Francês Básico	25	25	50
Francês Intermediário	25	25	50
Francês Avançado	25	25	50
Gestão Financeira	30	30	60
Informática Básica	30	30	60
Inglês Básico	25	25	50
Inglês Intermediário	25	25	50
Inglês Avançado	25	25	50
Matemática Básica	30	30	60
Redação para o ENEM	30	30	60
Saúde e Segurança do Trabalho	30	30	60

6.5. PÓS-GRADUAÇÃO

6.5.1 LATO SENSU

De acordo com a Resolução nº 1, de 06 de abril de 2018, do Conselho Nacional de Educação, os cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país.

Os cursos de especialização são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação que atendam às exigências das instituições ofertantes. Estes cursos de especialização poderão ser oferecidos presencialmente ou a distância, observadas a legislação, as normas e as demais condições aplicáveis à oferta, à avaliação e à regulação de cada modalidade, desde de que previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional de cada IES.

Poderão ser incluídos na categoria de curso de pós-graduação lato sensu aqueles cuja oferta se ajuste aos termos desta Resolução, mediante declaração de equivalência pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

De acordo com a Lei que cria os Institutos Federais, somos equiparados às Universidades na oferta de cursos superiores, o que nos respalda legalmente para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu. No âmbito do IFAP, as políticas e acompanhamento da oferta de cursos de Pós-Graduação estão na incumbência da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

Tabela 44: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS LARANJAL DO JARI						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Agroextrativismo Sustentável e Desenvolvimento Rural	30		30		30	90
Logística				30	30	60
BIOTECNOLOGIA		30		30		60
Formação Pedagógica para Docência na Educação EBPT		30		30		60
Novas Tecnologias na Educação TIC's			30		30	60
Total de Vagas por período	30	60	60	90	90	340
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 45: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Macapá

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Área de Alimentos	-	-	40	40	40	120
Área de Geociências - EAD	-	40	-	-	-	40
Área de Letras	-	-	-	-	40	40
Ciência dos Materiais	-	35	35	35	-	105
Ensino da Física e Matemática	-	-	40	40	-	80
Ensino da Química	40	40	-	40	-	80
Gestão da Educação a Distância – EAD	-	40	-	-	-	80
Informática na Educação	40	-	40	-	40	120
Total de Vagas por período	80	155	155	155	120	665
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 46: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Porto Grande

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Área de Agronomia	-	-	-	-	40	40
Total de Vagas por período	-	-	-	-	40	40
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 47: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Santana

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Gestão de Recursos Humanos	-	30	30	30	30	120
Comércio Exterior - EAD	-	-	-	30	30	60
Total de Vagas por período	-	30	30	60	60	180
TOTAL GERAL DE VAGAS						

6.5.2 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

As pós-graduações stricto sensu compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos (art. 44, III, Lei nº 9.394/1996).

Ao final do curso o aluno obterá diploma.

Os cursos de pós-graduação stricto sensu são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação - Resolução CNE/CES nº 1/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002. De acordo com a Resolução de nº 7, de 11 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Educação, constituem programas institucionais de pós-graduação stricto sensu os cursos de mestrado e doutorado regulares, pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), submetidos à deliberação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e homologados pelo Ministro da Educação.

- 1º Os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade.
- 2º Os cursos de mestrado e doutorado se diferenciam pela duração, complexidade, aprofundamento e natureza do trabalho de conclusão.
- 3º A conclusão em cursos de mestrado não constitui condição necessária ao ingresso em cursos de doutorado.
- 4º É admitido o uso de língua estrangeira nas atividades dos cursos de mestrado e doutorado, incluindo trabalhos, dissertações e teses.

No âmbito do IFAP, as políticas e acompanhamento da oferta de cursos de Pós-Graduação, estão na incumbência da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

6.6 ACOMPANHAMENTO DA OFERTA DE VAGAS

A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, em consonância com as Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, é responsável pelo acompanhamento do cumprimento do plano de ofertas de vagas pelas unidades, com o intuito de atender as exigências legais e garantir o ingresso, a possibilidade do acesso, permanência e êxito da Instituição.

A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, em articulação com os setores de atividades meio da Instituição, visando o melhor cumprimento e acompanhamento das atividades, políticas de desenvolvimento e projetos estratégicos do IFAP, também atuará no sentido de garantir infraestrutura e pessoal para êxito das ofertas apresentadas neste plano com vistas à elevação da escolaridade da população, ao desenvolvimento regional e a uma formação cidadã crítica e reflexiva.. ■

CAPÍTULO 7

PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS



7. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

A política de Gestão de Pessoas está pautada na formação de um ambiente que possibilite a valorização do servidor por meio da qualificação e capacitação profissional ofertada aos servidores de todas as unidades do IFAP. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) tem por competência a prestação de serviços em matéria envolvendo pessoal e assuntos correlatos, como:

Analisar e emitir parecer em processos de solicitações dos servidores, com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos (Lei nº 8.112/90), legislação de carreiras, resoluções, instruções normativas, orientações normativas, entre outros; efetuar estudos sobre legislação de pessoal/carreiras; zelar pelo cumprimento e observância das normas referentes a direitos e deveres dos servidores;

Assessorar a Administração do IFAP, com auxílio da Procuradoria Jurídica Federal, quanto a procedimentos judiciais relacionados a pessoal; propor alterações das normas internas relacionadas a pessoal;

Planejar, coordenar, dirigir, acompanhar e avaliar as atividades de controle de cargos, lotação, pagamento e registro funcional dos servidores do IFAP, em articulação permanente com o Sistema de Pessoal da Administração Federal (SIAPE).

Coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas a cadastro, aposentadoria, pensão dos servidores, lotação, remoção, atualização de registros cadastrais e de pessoal;

Executar no sistema SIAPE processos de provimento e vacância de cargos, redistribuição, cessão, exercício provisório, colaboração técnica, licenças, afastamentos, dentre outros;

Manter atualizado o registro dos servidores nas fichas cadastrais;

Demonstrar os cargos existentes no quadro de pessoal permanente e temporário;

Elaborar e controlar o cronograma de férias dos servidores; alimentar os Sistemas SIAPE, SISAC, SICAJ, E-Pessoal, SIGAC, SIGEPE, SUAP etc.;

Coordenar, controlar e acompanhar a vida funcional dos servidores, no que se refere a afastamentos, férias, licenças entre outros; apresentar relatórios gerenciais de suas atividades;

Analisar, implementar e acompanhar as concessões de progressão por capacitação, por mérito profissional, incentivo à qualificação, retribuição por titulação, progressão por avaliação e aceleração da promoção;

Analisar e executar os processos relativos à licença para capacitação e os afastamentos para capacitação dos servidores do IFAP; Estabelecer canais de comunicação e de articulação com a Comissão Interna de Supervisão de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação visando à troca de informações acerca do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos do IFAP e às atividades de capacitação, de modo a preservar a correlação entre o exercício do cargo e as ações de capacitação de interesse do servidor para fins de licença, afastamento e solicitação de progressão;

Analisar e executar os processos relativos à avaliação de estágio probatório e concessão de estabilidade aos servidores do IFAP; Estabelecer canais de comunicação e de articulação com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), visando à troca de informações acerca do Plano de Carreira dos Cargos Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFAP e às atividades de capacitação, de modo a preservar a correlação entre o exercício do cargo e as ações de capacitação de interesse do servidor, para fins de licença, afastamento e solicitação de progressão por avaliação;

Coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas à folha de pagamento; coordenar, supervisionar, controlar e executar atividades relativas à aposentadoria e pensão;

Manter atualizados registros financeiros de pessoal no sistema SIAPE;

Prestar informações aos servidores sobre os procedimentos adotados para os cálculos de pagamento de diferenças das diversas gratificações e adicionais concedidos;

Processar a folha de pagamento, incluindo benefícios como: auxílio-transporte, auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, ressarcimento da assistência à saúde, progressão, férias funcional, aposentadoria e pensão;

Implementar concessão de adicionais de insalubridade, periculosidade, noturno, serviços extraordinários, quintos, décimos, indenizações, gratificações; executar as atividades relativas aos processos de pagamento de valores relativos a exercícios anteriores;

Prestar assessoramento para a execução de concursos públicos e processos seletivos para a admissão de pessoal para o quadro permanente e temporário do IFAP, como o levantamento da força de trabalho, análise do banco de professor equivalente e do quadro de referência TAE, análise dos requisitos de ingressos nas carreiras que compõem o quadro de pessoal.

A PROGEP tem por objetivo desenvolver políticas de qualificação e capacitação profissionais a fim de alcançar os servidores de todas as unidades do IFAP, utilizando-se da possibilidade de concessão de afastamentos, licenças, bolsas-auxílio, cursos in company ou ainda de capacitações externas de forma a subsidiar e promover maior nível de capacitação e qualificação do corpo técnico e docente. De modo geral, as ações da PROGEP estão pautadas na promoção

de qualificação do servidor, da qualidade de vida e melhorias no ambiente de trabalho, com o intuito de aprimorar as relações institucionais e com isso promover condições favoráveis à fixação de servidores nas mais diversas unidades.

A estrutura da Pró-Reitoria é composta por uma Direção de Seleção, Ingresso e Carreira (DISIC), um Departamento de Administração de Pessoas (DEAPS), três Coordenações, sendo estas: Coordenação Cadastro de Pessoal (COCAP), Coordenação de Pagamento de Pessoal (COPAP), Coordenação de Acompanhamento de Carreira (COAC) e Seção de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (SASQT), que são responsáveis pelos processos de admissão de servidores, administração de pessoal, desenvolvimento, qualificação, capacitação, atenção à saúde, qualidade de vida, aposentadoria e pensões, carreira e ainda as mais diversas atividades relacionadas às carreiras de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e de Técnico Administrativo em Educação.

A PROGEP busca desenvolver ações ligadas à qualidade de vida do servidor e, para isso, ofertou no ano de 2018 exames periódicos, com o intuito de incentivar o cuidado com a saúde e a própria promoção de acesso a vários exames sem custos para os servidores.

Dentro das ações da Seção de Saúde e Qualidade de Vida, temos a implementação da Unidade SIASS/ IFAP no Campus Macapá, a qual realiza atendimento aos servidores do Ifap. Tal estrutura contará com uma equipe multiprofissional formada por servidores de carreira TAE, como Médico, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Assistente Social, Psicólogo, Psiquiatra e Odontólogo.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas tem ainda como foco a integração dos servidores lotados nas unidades mais distantes da Reitoria. Para isso, prioriza em seu planejamento as visitas aos campi, tanto na Reitoria Itinerante quanto em outras atividades de rotina promovidas pela PROGEP.

7.1 COMPOSIÇÃO

A Portaria MEC nº 713, de 08 de Setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), definiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais, sendo previsto para o IFAP 380 (trezentos e oitenta) Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 423 (quatrocentos e vinte e três) Técnicos Administrativos em Educação, dos quais 168 (cento e sessenta e oito) são de cargos de nível superior classe E, 201 (duzentos e um) cargos de nível intermediário classe D e 41 (quarenta e um) cargos de nível auxiliar classe C.

Atualmente o IFAP possui um quadro composto por 656 (seiscentos e cinquenta e seis) servidores efetivos e professores substitutos distribuídos em suas sete unidades, quais sejam: Campus Avançado Oiapoque, Campus Macapá,

Campus Porto Grande, Campus Laranjal do Jari, Centro de Referência EaD Pedra Branca do Amapari, Campus Santana e ainda a Reitoria. Esse total é proveniente da realização de admissão através de concursos públicos para os cargos efetivos e de processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos.

7.1.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O perfil do corpo docente do IFAP é composto conforme tabelas abaixo:

Tabela 48: Perfil do Corpo Docente por Regime de Trabalho

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR REGIME DE TRABALHO		
REGIME DE TRABALHO	QTD	PERCENTUAL
20h	2	0,62%
40h	35	10,9%
DE	284	88,5%
TOTAL	321	100%

Tabela 49: Formação do Corpo Docente

FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE		
TITULAÇÃO	QTD	PERCENTUAL
GRADUAÇÃO	12	3,7%
APERFEIÇOAMENTO	1	0,3%
ESPECIALIZAÇÃO	98	30,5%
MESTRADO	162	50,5%
DOCTORADO	48	15,0%
TOTAL	321	100%

7.1.2 PERFIL DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

O perfil dos técnicos administrativos do IFAP é composto conforme tabelas abaixo:

Tabela 50: Perfil dos Técnicos-Administrativos

PERFIL DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS		
CARGO	QTD	PERCENTUAL
CARGOS DE NÍVEL C	37	11,0%
CARGOS DE NÍVEL D	169	50,4%
CARGOS DE NÍVEL E	129	38,5%
TOTAL	335	100%

Tabela 51: Formação dos Técnicos Administrativos

FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS		
TITULAÇÃO	QTD	PERCENTUAL
ENSINO MÉDIO OU TÉCNICO	35	10,4%
ENSINO FUNDAMENTAL	1	0,3%
GRADUAÇÃO	52	15,5%
ESPECIALIZAÇÃO	205	61,2%
MESTRADO	42	12,5%
DOUTORADO	0	0,0%
TOTAL	335	100%

7.2 PLANO DE CARREIRA DOCENTE

Os servidores docentes do IFAP possuem um Plano de Carreira definido na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, sendo estruturada em cinco classes: D I, D II, D III, D IV e Titular.

A progressão funcional por desempenho acadêmico é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, respeitado o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e mediante aprovação em avaliação de desempenho individual.

A promoção por desempenho acadêmico é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente respeitado o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e mediante aprovação em avaliação de desempenho individual.

As progressões e promoções docentes estão regulamentadas internamente no IFAP pela Resolução nº 16/2014/CONSUP. Serão requeridas por meio de formulário próprio, com ficha de avaliação, contendo ainda certificados, declarações, certidões e documentos comprobatórios das atividades do docente (originais e cópias) para que ocorra a instrução do processo que será avaliado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD – que emitirá parecer em até 60 (sessenta) dias.

Aceleração da promoção: os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os requisitos de titulação farão jus ao processo de aceleração da promoção. A Aceleração da Promoção também é regulamentada internamente pela Resolução nº 16/2014/CONSUP e deverá ser requerida por formulário próprio e conter original e cópia do diploma da pós-graduação concluída. O processo de aceleração será avaliado pela CPPD em até 60 (sessenta) dias.

Tabela 52: Aceleração da Promoção Docente

ACELERAÇÃO DA PROMOÇÃO DOCENTE		
CLASSE ATÉ A SOLICITAÇÃO	CLASSE APÓS ACELERAÇÃO	TÍTULO
D I (qualquer nível)	D II 01	Especialista
D I e D II (qualquer nível)	D III 01	Mestre ou Doutor

7.3 PLANO DE CARREIRA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Os servidores técnico-administrativos do IFAP possuem plano de carreira definido na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A carreira TAE está estruturada em cinco níveis de classificação – A, B, C, D e E, classificados de acordo com requisitos de escolaridade, níveis de responsabilidade, conhecimentos, experiência e atribuições específicas. O quadro funcional do Instituto Federal do Amapá é composto por servidores de níveis C, D e E.

O desenvolvimento na carreira ocorre pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento, por meio de progressão por capacitação profissional e progressão por mérito profissional, respeitado o interstício de 18 meses em cada progressão, as quais podem ser definidas da seguinte forma:

Progressão por mérito profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

A progressão por capacitação profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção, pelo servidor, de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, sendo que cada certificado terá no mínimo 20 (vinte) horas.

Tabela 53: Carga Horária necessária para cada progressão

CARGA HORÁRIA NECESSÁRIA PARA CADA PROGRESSÃO		
CLASSE C	CLASSE D	CLASSE E
Nível I (exigência mínima do cargo)	Nível I (exigência mínima do cargo)	Nível I (exigência mínima do cargo)
Nível II (60 horas)	Nível II (90 horas)	Nível II (120 horas)
Nível III (90 horas)	Nível III (120 horas)	Nível III (150 horas)
Nível IV (120 horas)	Nível IV (150 horas)	Nível IV (180 horas)

Dentre os benefícios da carreira TAE está a concessão de incentivo à qualificação, quando da obtenção de titulação de educação formal superior exigida pelo cargo de ingresso, com acréscimo de percentual sobre a remuneração do servidor na forma definida pelo Anexo IV da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005:

Tabela 54: Nível de Escolaridade Formal Superior ao Previsto para o Exercício do Cargo

NÍVEL DE ESCOLARIDADE FORMAL SUPERIOR AO PREVISTO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO (Curso Reconhecido pelo MEC)	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO DIRETA	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO INDIRETA
Ensino Fundamental Completo	10%	-
Ensino Médio Completo	15%	-
Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio com Curso Técnico Completo	20%	10%
Curso de Graduação Completo	25%	15%
Especialização com carga horária igual ou superior a 360H	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

7.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA DOCENTES, TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E PROFESSOR SUBSTITUTO

A seleção dos candidatos ao cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre a partir da publicação de edital de concurso público para as áreas de ensino conforme a demanda dos cursos ofertados pelo IFAP, considerando ainda as possíveis vacâncias que possam surgir. O concurso público será composto de três etapas, sendo a primeira por prova escrita de conhecimentos específicos, a segunda por prova de desempenho didático e a última por prova de títulos.

A prova de conhecimentos específicos consiste na elaboração de uma redação, cujo tema será sorteado (conforme definido em edital), considerando a área de atuação objeto da seleção. A prova de desempenho didático consiste na avaliação dos candidatos quanto à atuação pedagógica em sala de aula. Quanto à terceira fase da

seleção, a prova de títulos tem por objetivo pontuar a experiência profissional do professor, bem como valorizar a sua formação acadêmica. Após a homologação do concurso, com a respectiva publicação no DOU, as nomeações ocorrerão conforme a lista de classificados e ainda considerando as possíveis reservas de vagas para cotas, bem como os limites estabelecidos no modelo de referência da Portaria nº 713, de 08 de setembro de 2021.

Os Técnicos Administrativos em Educação serão selecionados por meio de concurso público de prova objetiva. Os requisitos de escolaridade e a experiência profissional de cada cargo estão previstos na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Quanto aos critérios eliminatórios e classificatórios, restrições e possíveis definições relacionadas aos cargos, serão definidos no edital do certame.

As provas objetivas são compostas por um conjunto de questões de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Informática, Legislação e Conhecimentos Específicos selecionados de acordo com conhecimentos necessários para desempenhar as atribuições de cada cargo. Após a homologação do concurso, as nomeações serão realizadas conforme a disponibilidade de vagas seguindo a ordem de classificação do concurso e levando em consideração as demandas das unidades do IFAP, bem como os limites estabelecidos no modelo de referência da Portaria nº 713, de 08 de setembro de 2021.

A contratação de professor substituto está prevista na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993 e pode ocorrer para suprir a ausência de professor efetivo em razão de: vacância do cargo, afastamento ou licença, de acordo com o Art. 14 do Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, ou nomeação para ocupar cargo de Reitor, Pró-Reitor e Diretor de Campus. O número total de contratação de professor substituto não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do número de professores efetivos em exercício na instituição. O regime de trabalho do professor substituto fica limitado a 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais. O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União.

7.5 PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE E DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Com base na totalidade dos cargos vagos disponíveis, no modelo de dimensionamento dos Institutos Federais, estabelecido pela Portaria nº 713, de 08 de setembro de 2021, no Banco de Professor Equivalente, instituído pelo Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010 e com alterações promovidas pela Portaria Conjunta MPDG e MEC nº 405, de 14 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2016, e ainda o Quadro de Referência dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pelo Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010, para admissão de docentes e técnicos administrativos, projeta-se a execução de:

Tabela 54: Plano de Expansão do Quadro Docente e Técnico-Administrativos

ADMISSÃO DE SERVIDORES	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
DOCENTE	33	19	21	14	10	97
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	47	13	17	14	8	99

Com relação ao preenchimento de cargos Técnico-Administrativos, previstos a partir de 2019, está condicionado à liberação de códigos de vaga pela SETEC/MEC e atualização do Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Já o preenchimento dos docentes está condicionado ao alcance da Relação Alunos Professores – RAP, início de novos cursos e, a partir de 2020, disponibilidade de códigos pela SETEC/MEC.

7.6 PLANO DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

O desenvolvimento dos servidores, no âmbito do IFAP, está dividido em duas ações, que são basicamente capacitação de curta duração e qualificação. A coordenação e organização dessas ações está atribuída à Diretoria de Seleção, Ingresso e Carreira (DISIC), vinculada a esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. No que concerne especificamente à qualificação, conta-se ainda com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESQ), que possui atuação nas seleções de doutorado e mestrado, além dos convênios firmados junto a instituições que ofertam vagas em nível Pós-Graduação Stricto Sensu.

Tanto a capacitação quanto a qualificação estão pautadas no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, o qual institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional e regulamenta os artigos 87 e 102, incisos IV e VII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Internamente a política de capacitação dos servidores foi regulamentada pela Resolução nº 29/2017/CONSUP, de 13 de março de 2017, a qual tem por objetivo promover e facilitar a capacitação e qualificação dos servidores do IFAP, contribuindo para aprimorar os conhecimentos, habilidades e o próprio desempenho pessoal e profissional do servidor em atuação nas mais diversas unidades e ainda considerando as atividades exercidas pelo servidor.

Tendo como base as disposições da Resolução nº 29/2017/CONSUP, a PROGEP tem elaborado suas ações considerando a necessidade de promover e incentivar a qualificação e capacitação dos servidores. Para isso, tem desenvolvido as seguintes ações:

Contratação de empresas para promoverem cursos de capacitação in company;

- Análise e viabilidade dos pedidos de capacitação externa formalizados pelos servidores;
- Divulgação e indicação de cursos EaD que possam atender os servidores;
- Ampliação da oferta dos cursos in company para alcançar o maior número de servidores, incluindo os que estão lotados nas unidades mais distantes, com redução dos custos de deslocamento para outros estados;
- Concessão de afastamento parcial e total para participação em curso de pós-graduação na modalidade stricto sensu;
- Licença Capacitação;
- Parcerias e convênios para oferta de cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais.

Os recursos de capacitação estão centralizados na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, na busca por um gerenciamento desse recurso de forma que seja possível capacitar o maior número de servidores de forma mais econômica, primando essencialmente pela capacitação e qualificação de qualidade e com eficácia.

7.7 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO IFAP



FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP

A Seção de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (SASQVT) foi instituída em 2018, quando da reestruturação da então Diretoria de Gestão de Pessoas, que passou a ser uma Pró-Reitoria. Com a implementação da Unidade SIASS/IFAP, a estrutura da SASQVT foi incorporada pela referida unidade, que ainda está em fase de formação da equipe multiprofissional, a qual, quando estiver plenamente implementada, contará com Médico, Enfermeiro, Técnico em enfermagem, Engenheiro de segurança do trabalho, Assistente social, Psicólogo, Psiquiatra, Odontólogo, entre outros profissionais. Tal unidade ficará responsável por desenvolver e implementar programas de qualidade de vida no trabalho, exames periódicos, ações de prevenção de doenças etc.

Diante do contexto trazido pela pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, houve a aceleração das ações destinadas a promover o teletrabalho no âmbito do IFAP.

A experiência forçada decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 confirmou a possibilidade de implantação de programa de gestão no IFAP, como alternativa de melhoria das condições de trabalho e aumento da eficiência.

Todavia, será necessário concretizar e implantar definitivamente o programa de gestão como política institucional independente do contexto de saúde pública mundial e nacional.

Neste cenário, devem ser priorizadas ações de organização e prestação de serviços, por meio de práticas que garantam o mapeamento de processos, a criação de procedimentos operacionais padronizados e a melhor utilização da força de trabalho.

Essas ações devem ser acompanhadas de atividades específicas a serem geridas pela gestão de pessoas, tais como o dimensionamento da força de trabalho, o mapeamento de competência dos setores e consequente melhor alocação dos servidores, de acordo com as suas habilidades e formação, sem olvidar os limites impostos pelas atribuições e competências legais de cada cargo efetivo que compõe o quadro de servidores do IFAP.

Em conjunto, essas ações permitirão a redução dos impactos gerados pela perda dos cargos em extinção e o aumento das demandas frente ao contingenciamento de gastos públicos, permitindo a manutenção da eficiência administrativa mesmo diante do cenário adverso.

7.8 AÇÕES EXECUTADAS COM BASE NO PDI 2014 - 2018

Realização de Concursos Públicos para contratação de docentes e técnicos administrativos, bem como de processos seletivos para contratação de professores substitutos;

- Aumento da força de trabalho do IFAP, promovendo cerca de 300 admissões de servidores efetivos;
- Realização de cursos de capacitação in company, capacitações externas e EaD;
- Implantação e estruturação da Seção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho;
- Implantação da Unidade SIASS;
- Concessão de afastamento para participação de servidores em programas de doutorados e mestrados, por meio de editais de afastamento que beneficiaram técnicos e docentes;
- Concessão de bolsa-auxílio pós-graduação em dois editais que contemplaram servidores com o referido auxílio;
- Contratação de estagiários para auxiliar as unidades administrativas da Reitoria, do Campus Macapá e do Campus Laranjal do Jari;
- Processos de remoção interna para adequação da força de trabalho nas unidades do IFAP. ■

CAPÍTULO 8

PLANO DE INFRAESTRUTURA



8. PLANO DE INFRAESTRUTURA

Existe atualmente um planejamento para a construção de uma nova sede para abrigar exclusivamente a Reitoria, localizado na Rodovia Norte-Sul, s/n, Bairro Infraero, Macapá/AP. São aproximadamente três mil, seiscentos e cinquenta e quatro metros quadrados para área, que darão suporte às pró-reitorias, diretorias sistêmicas, ao gabinete da reitoria, às assessorias, aos departamentos. A construção deste prédio dependerá dos novos esforços políticos e econômicos para efetivar a ação.

8.1 EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA REITORIA E UNIDADES DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO	QTD DE M² A SEREM CONSTRUÍDOS
TOTAL DE M² DO PISO TÉRREO	1.338
TOTAL DE M² DO 1º PISO	712
TOTAL DE M² DO 2º PISO	774
TOTAL DE M² DO 3º PISO	830
TOTAL DE M² DO PRÉDIO DA REITORIA	3.654

Valor Total estimado para a construção do prédio da Reitoria: R\$ 17.000.000,00

PISO TÉRREO		
Recepção e Hall de Entrada	>> Setor de Implantação e Gerência de Sistemas	Setor de Logística
Auditório com camarim, banheiros, depósito, rampas de acesso	>> Setor de Testes e Qualidade de Sistemas	Protocolo Geral
02 Salas de Reuniões para videoconferência	>> Coordenação de Segurança da Informação	Elevadores
Sala Multiuso (Miniauditório)	>> Setor de Políticas e Normas de Segurança	Acesso à Escadas
Copa	>> Setor de Gerência e Testes de Segurança	Área Técnica
Banheiro Masculino	>> Coordenação de Redes e Infraestrutura	Espaço de Circulação
Banheiro Feminino	>> Setor de Gerência de Redes	
Área de Lavagem	>> Setor de Serviços de Redes	
Área de Convivência	>> Setor de Projeto e Manutenção de Redes	
Diretoria de Tecnologia da Informação	>> Comitê de Governança Digital	
>> Departamento de Governança de TIC	Comitê de Segurança da Informação	
>> Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário	Equipe de Tratamento e Respostas a incidentes de Segurança	
>> Coordenação de Sistemas da Informação	Coordenação de Bens e Materiais	
>> Seção de Desenvolvimento de Sistemas	Serviços Gerais	
TOTAL DE M² DO PISO TÉRREO: 1.338		

1º PISO			
Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	>> Coordenação de Extensão	>> Secretaria da Proad	>> Setor de Sanções Administrativas
>> Sala do Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	>> Setor de Estágio e Egressos	>> Seção de Gerenciamento e Apoio Administrativo	>> Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças
>> Sala de Reuniões	>> Setor de Ações Inclusivas e Diversidade	>> Diretoria de Administração	>> Coordenação Orçamentária e Financeira
>> EDIFAP	>> Coordenação de Desporto, Cultura e Lazer	>> Coordenação de Administração, Logística e Infraestrutura	>> Seção de Gerenciamento de Execução Financeira
>> Escola de Conselhos	>> Setor de Apoio a Extensão	>> Seção de Gerenciamento de Serviços, Manutenção e Infraestrutura	>> Setor de Execução Orçamentária
>> Diretoria Executiva	>> Secretaria Administrativa e Financeira	>> Coordenação de Bens e Materiais	>> Departamento de Engenharia e Infraestrutura
>> Seção de Ações Empreendedoras	>> Setor de Protocolo e Apoio Administrativo	>> Seção de Gerenciamento de Bens e Materiais	>> Setor de Planejamento, Projetos e Orçamento
>> Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	>> Núcleo de Inovações Tecnológicas	>> Seção de Gerenciamento de Compras e Contratações	>> Setor de Manutenção
>> Coordenação de Pós-Graduação	>> Núcleo de Tecnologias Assistivas	>> Departamento de Licitações e Contratos	>> Setor de Fiscalização de Obras e Serviços
>> Setor de Projetos de Pesquisa	>> Incubadora de Projetos	>> Setor de Licitação	>> Espaço de Circulação
>> Setor de Apoio a Pesquisa	>> Empresas Juniores	>> Setor de Dispensa e Inexigibilidade	
>> Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação	Pró-Reitoria de Administração	>> Coordenação de Atas e Contratos	
>> Comitê de Ética	>> Sala do Pró-Reitor de Administração	>> Setor de Atas de Registro de Preços	
>> Departamento de Extensão, Cultura e Arte	>> Sala de Reuniões	>> Setor de Contratos	
TOTAL DE M² 1º PISO: 712			

2º PISO

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	>> Setor de Políticas Públicas em EAD	>> Programa Nacional Educação na Reforma Agrária
>> Sala do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas	>> Setor de Produção de Mult. em EAD	>> Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
>> Unidade SIASS	>> Universidade Aberta do Brasil	>> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
>> Departamento de Administração de Pessoas	>> Departamento de Assuntos Estudantis	>> Programa Residência Pedagógica
>> Coordenação de Cadastro de Pessoal	>> Programa Institucional de Eventos Esportivos	>> Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
>> Coordenação de Pagamento de Pessoal	>> Programa Nacional de Assistência Estudantil	>> Sala do Pró-Reitor de Pesquisa
>> Coordenação de Acompanhamento de Carreira	>> Programa Nacional de Alimentação Escolar	>> Sala de Reunião
>> Setor de Inativos	>> Programa de Bolsa Permanência	>> Seção de Gerenciamento de Relações Internacionais
>> Diretoria de Seleção, Ingresso e Carreira	>> Coordenação de Educação Profissional	>> Diretoria de Desenvolvimento e Gestão Estratégica
>> Pró-Reitoria de Ensino	>> Coordenação de Graduação	>> Coordenação de Dados e Avaliação Institucional
>> Sala do Pró-Reitor de Ensino	>> Setor Administrativo	>> Setor de Estatística e Indicadores Institucionais
>> Sala de Reunião	>> Setor de Apoio Pedagógico	>> Setor de Memória
>> Diretoria de Processo Seletivo	>> Setor de Acervo Bibliográfico	>> Coordenação de Convênios e Monitoramento de Gestão
>> Departamento de Ensino a Distância	>> Procuradoria e Pesquisa Educacional Institucional	>> Setor de Logística Sustentável
>> Coordenação de Ensino a Distância	>> Seção de Registro Acadêmico e Escolar	>> Setor de Processos e Normas
>> Setor de Tecnologias em EAD	>> Seção de Permanência e Sucesso Discente	>> Espaço de Circulação

TOTAL DE M² 2º PISO: 774

3º PISO		
Sala de Reunião do Conselho Superior e Colégio de Dirigentes	>> Departamento de Comunicação	Auditoria Interna
Reitoria	>> Setor de Suporte Audiovisual	>> Sala da Auditoria
>> Sala do Reitor + Sala de Visita + WC	>> Setor de Programação Visual e Multimídia	>> Assistentes
>> Sala Chefia de Gabinete	>> Setor de Eventos	Comissão CPPD
>> Secretaria do Gabinete	>> Setor de Jornalismo	>> Sala de Reunião da Comissão
>> Área do Gabinete	>> Setor de Diagramação e Revisão Textual	Comissão Própria de Avaliação
>> Diretoria Executiva da Reitoria	>> Setor de Diagramação e Revisão Textual	>> Sala de Reunião da Comissão
>> Assessoria de Relações Institucionais	Diretoria de Integridade	Comissão Inter. Super. Plano de Carreira e Cargo - TAE
>> Departamento de Correição	>> Sala do Diretor	Comitê de Governança, Riscos e Controles
>> Departamento de Expediente	>> Sala de Reuniões	Comitê Institucional de Gestão Ambiental
>> Secretaria de Expediente	>> Controle Interno	Espaço de Circulação
>> Setor Administrativo e Financeiro do Gabinete	>> Ouvidoria	
>> Assessorias Especiais	>> Comissão de Ética	
Diretoria de Comunicação	>> Procuradoria Jurídica	
>> Sala do Diretor de Comunicação	>> Sala do Procurador Federal	
>> Sala de Reunião	>> Assistente	
• Seção de Gerenciamento de Serviço de Informação ao Cidadão	>> Setor de Suporte de Tecnologia da Informação	
TOTAL DE M2 3º PISO: 830		



Quadro 23. Infraestrutura de Obras Campus Laranjal do Jari

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Bloco de Ensino II	Construção de 12 novas salas de aula com 64 m² cada, em dois andares, a fim de possibilitar a expansão de oferta de vagas nos cursos implantados e nos que serão implantados, incrementando o ensino, a pesquisa e a extensão.	0	768	0	0	0	ON 4.990.000	0
Bloco Administrativo II	Duplicação do novo bloco de ensino em dois andares	0	400	0	0	0	0	ON 2.500.000
Auditório/Museu/Passarela	Para comportar 260 pessoas com salas de exposição e museu	2.205.144,44	709,30	0	0	0	ON 2.205.144,44	0
Sala da TI/Monitoramento/Garagem e Almoxarifado	Para abrigar a frota de veículos/guarda de materiais do Campus	653.173,64	156,87	0	0	0	0	0
Convivência/ Refeitório	Proporcionar a convivência entre pessoas no Campus e possibilitar fazer refeições	0	400		0	ON 500.000	0	0
Serviços de Terraplenagem	Em todo o terreno do Campus	0	800	0	0	0	0	ON 3.000.000
Reforma Geral e Adaptações com rbanização, estacionamento e passarelas	Nas dependências do Campus	0	xxx	0	RE 2.900.000	0	0	0
Piscina Semiolímpica com cobertura de 25 m x 12,5m x 2,5m	Proporcionar esporte e lazer aos estudantes e possibilitar o desenvolvimento de projetos com a comunidade	0	781,25	0	0	0	0	ON 900.000
Pista de Atletismo 500m x 10 m com 4 Raias, cada Raia com 1,50m de largura e linhas de 5cm	Proporcionar esporte e lazer aos estudantes e possibilitar o desenvolvimento de projetos com a comunidade	0	5000	0	0	0	0	ON 7.000.000
Piso Tátil, em Placas ee 25 cm x 25 cm	Atender aspectos de acessibilidade a de acordo com as exigências de NR 9050	0	400	10.000	0	0	0	0
TOTAL OBRAS CAMPUS LARANJAL DO JARI		2.858.318,08	9.415,42	10.000	2.900.000	500.000	7.195.144,44	13.400.000
CUSTO TOTAL OBRAS CAMPUS LARANJAL DO JARI R\$ 24.005.144,40								



Quadro 24. Infraestrutura de Obras Campus Macapá

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Conclusão da construção do Bloco de Garagem/ Almojarifado	Para abrigar a frota de oito veículos oficiais/ guarda de materiais adquiridos pelo IFAP.	1.400.000,00	1.203,20	*Concluída em 2019.	0	0	0	0
Construção do Bloco de Ensino II (Ampliação de Salas de Aulas e Administrativo)	Possibilitar a expansão de oferta de vagas nos cursos implantados e nos que serão implantados, incrementando o ensino, pesquisa e a extensão.	0	6.800	0	0	0	0	ON 6.800.000
Construção do Bloco F (Laboratórios)	Praticar a teoria, fortalecendo o ensino, a pesquisa e a extensão	0	2.800	0	0	0	0	ON 4.850.000

8.1.4 INFRAESTRUTURA DE OBRAS CAMPUS PORTO GRANDE



FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP

Quadro 25. Infraestrutura de Obras Campus Porto Grande

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Construção de Passarela Coberta, Piso Tátil salas de aula, Sala de monitoramento e posteamento e rruamento	Para proporcionar acesso ao prédio, e construção de 4 salas de aulas Para acolhimento de 160 estudantes em cada turno.	1.656.349,09	777,80	ON	*Bloco de Salas de aula em finalização da execução. (2021)	*Passarela coberta e sala de monito ramento está e execução.	0	0
Construção da segunda etapa do muro	Prédio, e construção de 4 salas de aulas para acolhimento de 160 estudantes em cada turno.	0	16.950	ON	0	0	0	0
Patrimonial e Urbanização externa do <i>Campus</i>	Para a proteger o terreno do campus	0	600	3.500.000	0	0	0	0
Garagem		0	600	ON 1.500.000	0	0	0	0
Laboratório de Solos e Plantas	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	600	ON 1.500.000	0	0	0	0
Laboratório de Viveiro de Mudas	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	600	0	ON 1.500.000	0	0	0
Laboratório Vivo de Produção Vegetal	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	600	ON 250.000	0	0	0	0
Laboratório Vivo de Compostagem e Vermicompostagem	Estrutura física 80x10 para atender os cursos	0	80	0	ON 1.500.000	0	0	0
Laboratório de Cultivo Hidropônico	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	600	0	ON 250.000	0	0	0
Laboratório de Fitotecnia e Fitossanidade	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	80	ON 1.500.000	0	0	0	0
Laboratório de Forragicultura	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	600	0	0	0	0	0
Piscina Semi-olímpica com cobertura 25 m x 12,5m x 2,5m	Proporcionar esporte e lazer aos estudantes e possibilitar o desenvolvimento de projetos com a comunidade	0	781,25	0	0	0	0	ON 1.000.000

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M ² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Garagem, Almoxarifado e Sala para Terceirizados	Abrigar a frota de veículos do Campus, incluindo máquinas pesadas; guardar materiais de consumo;	0	1500	0	0	0	0	ON 1.900.000
TOTAL OBRAS CAMPUS PORTO GRANDE		1.656.349,09	39.841,25	8.250.000	3.250.000	0	0	2.900.000
CUSTO TOTAL OBRAS CAMPUS PORTO GRANDE R\$ 16.056.349,09								

8.1.5 INFRAESTRUTURA DE OBRAS CAMPUS SANTANA

FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP



Quadro 26. Infraestrutura de Obras Campus Santana

IDENTIFICAÇÃO	DETALHAMENTO DO AMBIENTE	EXECUÇÃO ESTIMADO INICIO 2019	QTD M² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Construção de passarela coberta, piso tátil	Para acesso ao prédio principal	797.806,11	237,00	0	0	ON *Processo em licitação (contemplado no plano de obras 2021)	0	0
e reforma da fachada do auditório						*Designado ao Campus para ser executado pela manutenção predial.		
Novo Bloco de Salas de Aulas – 12 salas	Para acolhimento de 480	0	800	ON	*Em execução. Contemplado no plano de Obras 2020.	0	0	0
	estudantes em cada turno			2.000.000				
Novo Bloco de Salas Administrativas – 10	Para acomodar coordenações de	0	400	ON	0	0	0	ON
Salas	curios e de programas			1.000.000				
Ampliação da Biblioteca	Para atender a verticalização do	0	400	0	ON	0	0	ON
	ensino				1.000.000			
Bloco de Desenvolvimento Empreendedor	Para atendimentos de cursos	0	400	0	ON	0	0	ON
– 4 Salas	voltados para a área de pesquisa e							
	Extensão				1.000.000			
Pórtico de Entrada	Para identificação externa do	0	200	0	ON	0	0	ON
	Campus				500.000			
Bloco de Artes	Para o fomento da arte, da cultura	0	500	ON	0	0	0	ON
	e do lazer			1.250.000				
Bloco da Saúde – 3 salas	Para atendimento de estudantes,	0	500	ON	0	0	0	ON
	servidores			1.250.000				

Piso Tátil de Alerta	Para dar maior autonomia a	0	100	AM	0	0	0	ON
	pessoas com necessidades							
	especiais relativas à visão, bem							
	como para atender as exigências							
	da NBR 9050			250.000				
Bloco X – garagem, almoxarifado e sala	Para abrigar a frota de veículos	0	400	0	ON	0	0	ON
terceirizados	Oficiais				1.000.000			
Centro de Convenções	Para possibilitar eventos de	0	800	0	ON	0	0	ON
	ensino, pesquisa extensão locais, estaduais e/ou regionais de grande porte				2.000.000			
Piscina semiolímpica 25 X 12,5 m + área	Para fomentar o esporte e o lazer	0	600	0	ON	0	0	ON
circulação	de estudantes e fomentar							
	parcerias com órgãos que visem ao							
	desenvolvimento de projetos,							
	Voltados à comunidade				1.500.000			
TOTAL OBRAS CAMPUS SANTANA		797.806,11	5.100	5.750.000	7.000.000	0	0	0
CUSTO TOTAL OBRAS CAMPUS SANTANA R\$ 13.547.806,11								



Quadro 26. Infraestrutura de Obras Campus Avançado Oiapoque

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Auditório/Serviço de Subestação Passarela	Para comportar 254 pessoas com salas de exposição e museu	1.614.615,60		0	1	Obras desmembradas: em fase de licitação. Contempladas no plano de obras 2021.	0	0
Ginásio Multiuso Garagem/ Almojarifado/ Sala de Monitoramento	Para proporcionar esporte e lazer aos estudantes e possibilitar o desenvolvimento de projetos com a comunidade	1.855.305,89		0	0	0	0	ON
Bloco de Laboratório com Banheiros: Multidisciplinar (Física, Química, Matemática e Biologia), Laboratório de Processamento de Pescado e de Alimentos, com ampliação para banheiros masculinos e femininos e Almojarifado.	Praticar a teoria, fortalecendo o ensino, a pesquisa e a extensão, para atendimento dos componentes de Física, Química, Matemática e Biologia. Matemática e Biologia	0		1	1	0	0	ON 1.039.500
Bloco pedagógico – ampliação vertical	06 salas de aula e 1 sala para os servidores	0		1	1	0	0	ON 1.190.000
TOTAL OBRAS CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE		3.469.921,49			1	0	0	2.229.500
CUSTO TOTAL OBRAS CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE R\$ 5.699.421,49								

8.1.7 INFRAESTRUTURA DE OBRAS CENTRO DE REFERÊNCIA PEDRA BRANCA DO AMAPARI

Quadro 28. Infraestrutura de Obras Campus Pedra Branca do Amapari

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M ² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Construção do centro de referência 2ª etapa	Construção do prédio do Centro de Referência Pedra Branca	0	3.800	ON 5.000.000	ON 2.500.000	ON 2.000.000	0	1
Adaptação e ampliação do prédio	Adaptação do prédio do Centro de Referência Pedra Branca	0	100	AM 250.000	1	0	0	1
TOTAL OBRAS CENTRO DE REFERÊNCIA PEDRA		0	3.900	ON 5.250.000	ON 2.500.000	ON 2.000.000	0	1
CUSTO TOTAL OBRAS CENTRO DE REFERÊNCIA PEDRA BRANCA R\$ 9.750.000								

Legenda: >>ON (Obra Nova); >> RE (Reforma); >> AM (Ampliação)

FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP



8.2 QUADRO CONSOLIDADO DE OBRAS IFAP

Quadro 29. Quadro Consolidado de Obras IFAP

UNIDADE DO IFAP	EXECUÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL DE OBRAS POR UNIDADE R\$
Reitoria	93.592,58	8.062.709,97	5.000.000	5.647.148,60	0,00	0,00	18.803.451,15
Campus Laranjal do Jari	2.858.318,08	310.000	4.200.000	12.790.000	500.000	0,00	20.658.318,08
Campus Macapá	1.400.000,00	4.250.000	9.500.000	9.250.000	10.600.000	0,00	35.000.000,00
Campus Porto Grande	1.656.349,09	8.250.000	3.250.000	0,00	0,00	2.900.000	16.056.349,09
Campus Santana	797.806,11	5.750.000	7.000.000	0,00	0,00	0,00	13.547.806,11
Campus Avançado Oiapoque	3.469.921,49	0,00	0,00	2.229.500	0,00	0,00	5.699.421,49
Centro de Referência Pedra Branca	0,00	5.250.000	2.500.000	2.000.000	0,00	0,00	9.750.000,00
TOTAL DE OBRAS POR ANO	10.275.987,35	27.466.407,42	28.950.000	27.269.500	11.100.000	2.900.000	107.961.894,77

8.3 INFRAESTRUTURA FÍSICA EXISTENTE NAS UNIDADES DO IFAP

Quadro 31. Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Macapá

CAMPUS MACAPÁ							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m2 por ano)				
	Qtd	Área (m2)	2019	2020	2021	2022	2023
Auditório	01	556,2	-	-	-	-	-
Banheiros	30	343,69	207,36	343,69	-	-	-
Biblioteca	01	840,62	-	-	-	-	-
Setor Administrativo	21	689,3	-	300,00	-	-	300,00
Laboratório tipo I (Edificações/Mineração)	01	567,22	-	2.269,24	-	-	-
Laboratório tipo II (Química/Alimentos)	01	606,73	-	2.269,24	-	-	-
Laboratório tipo III (Informática)	04	534,2	-	2.136,84	-	-	-
Laboratório tipo IV (Biologia)	01	250,72	-	-	-	-	-
Laboratório tipo V (Física / Matemática)	02	248,62	-	-	-	-	-
Coord. Info. (DTI)	01	117,55	-	117,55	-	-	-
Salas de Aula	24	1.492,8	-	1.492,80	-	-	-
Setor Pedagógico	13	398,66	-	398,66	-	-	-

CAMPUS MACAPÁ

Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m2 por ano)				
	Qtd	Área (m2)	2019	2020	2021	2022	2023
Almoxarifado	01	124,08	600,00		-	-	-
Sala de Coordenação	16	438,4	-	438,40	-	-	-
Sala de Reunião	03	86,29	-	-	-	-	-
Refeitório	01	200,00		-	-	-	-
Ginásio Poliesportivo	01	2.150,08	-	-	-	-	-
Garagem	01	519,00	-	-	-	-	-
Área de Convivência	01	1.241,7	-	-	-	-	-
Assistência ao Estudante	-	-	166,00	-	-	-	
Estacionamento	01	3.600,00	-	2.250,00	-	-	
Urbanização/Arborização	-	-	2.500,00	2.500,00	-	-	
Passarelas Cobertas	01	900,00	-	-	-	-	
Reformas e Adaptações Gerais (laboratórios, salas administrativas e pedagógicas, etc...)	06	5.000,00	-	-	-	-	
Campo de Futebol	-	-	-	-	5.000,00	-	
Piscina Semiolímpica	-	-	-	-	1.800,00	-	

CAMPUS MACAPÁ							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acrécimo em m2 por ano)				
	Qtd	Área (m2)	2019	2020	2021	2022	2023
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	5.000,00	-
Laboratório tipo VI (Alimentos / Informática)*	-	-	-	-	-	586,98	586,98
Galpão Edificações/Mineração/Estrada	-	-	-	-	-	2.000,00	-

* Construção do Bloco F no Campus Macapá em função da expansão dos laboratórios de informática e alimentos, visto que atualmente (2018) o bloco E contempla os seis cursos (Licenciatura em Química, Técnico e Tecnológico em Alimentos, Técnico em Mineração, Técnico em Edificações, Tecnológico em Construção de Edifícios e Técnico em Estrada). Necessitando de Blocos próprios.

Quadro 31. Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Porto Grande

CAMPUS PORTO GRANDE							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acrécimo em m² por ano)				
	Qtd	Área (m²)	2019	2020	2021	2022	2023
Auditório	01	248,74	-	-	-	-	-
Banheiros	30	216,28	-	-	-	-	-
Biblioteca	01	75,02	-	-	-	-	-
Setor Administrativo	3	44,39	-	-	-	-	-

CAMPUS PORTO GRANDE

Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m² por ano)				
	Qtd	Área (m²)	2019	2020	2021	2022	2023
Laboratório tipo I (Anatomia e Filosofia)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo II (Informática)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo III (Química)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo IV (Biologia)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo (Especiais 1)	01	232,50	-	-	-	-	-
Laboratório tipo (Especiais II)	01	232,50	-	-	-	-	-
Salas de Aula	12	727,26	-	-	-	-	-
Novas Salas de Aulas	04	-	507,56	-	-	-	-
Sala de Monitoramento	01	-	18,24	-	-	-	-
Setor Pedagógico	01	14,57	-	-	-	-	-
Almoxarifado	01	85,44	-	-	-	-	-
Sala de Coordenação	01	14,54	-	-	-	-	-
Sala de Reunião	01	60,02	-	-	-	-	-
Refeitório/Vivência	01	235,87	-	-	-	-	-

CAMPUS PORTO GRANDE

Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m² por ano)				
	Qtd	Área (m²)	2019	2020	2021	2022	2023
Ginásio Poliesportivo	01	862,20	-	-	-	-	-
Garagem	01	481,82	-	-	-	-	-
Assistência ao Estudante	01	30,70	-	-	-	-	-
Estacionamento	01	1.534,00	-	-	-	-	-
Urbanização/Arborização	-	-	-	-	2.500,00	-	-
Passarelas Cobertas	01	-	249,93	-	-	-	-
Edificações/Agrícola/Suínos	01	370,00	-	-	-	-	-
Edificações/Agrícola/Frango	01	301,04	-	-	-	-	-
Edificações/Agrícola/Ovinos	01	166,20	-	-	-	-	-
Campo de Futebol	-	-	-	-	5.000,00	-	-
Piscina Semiolímpica	-	-	-	-	1.800,00	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	5.000,00	-

Quadro 32. Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Santana

CAMPUS SANTANA							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m ² por ano)				
	Qtde	Área (m ²)	2019	2020	2021	2022	2023
Auditório	01	248,74	-	-	-	-	-
Banheiros	30	216,28	-	-	-	-	-
Biblioteca	01	75,02	-	-	-	-	-
Setor Administrativo	3	44,39	-	-	-	-	-
Laboratório tipo I (Línguas)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo II (Informática)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo III (Química)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo IV (Biologia)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo V (Física)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo (Especiais 1)	01	232,50	-	-	-	-	-
Laboratório tipo (Especiais II)	01	232,50	-	-	-	-	-
Salas de Aula	12	727,26	-	-	-	-	-
Sala de Monitoramento	01	-	18,24	-	-	-	-

CAMPUS SANTANA

Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m² por ano)				
	Qtde	Área (m²)	2019	2020	2021	2022	2023
Setor Pedagógico	01	14,57	-	-	-	-	-
Almoxarifado	01	85,44	-	-	-	-	-
Sala de Coordenação	01	14,54	-	-	-	-	-
Sala de Reunião	01	60,02	-	-	-	-	-
Refeitório/Vivência	01	235,87	-	-	-	-	-
Ginásio Poliesportivo	01	862,20	-	-	-	-	-
Garagem/Almoxarifado	01	481,82	-	-	-	-	-
Assistência ao Estudante	01	30,70	-	-	-	-	-
Estacionamento	01	1.534,00	-	-	-	-	-
Urbanização/Arborização	01	2.500,00	-	-	-	-	-
Passarelas Cobertas	01	-	283,80	-	-	-	-
Campo de Futebol	-	-	-	--	5.000,00	-	-
Piscina Semiolímpica	-	-	-	--	1.800,00	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	--	-	5.000,00	-

Quadro 33. Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Avançado Oiapoque

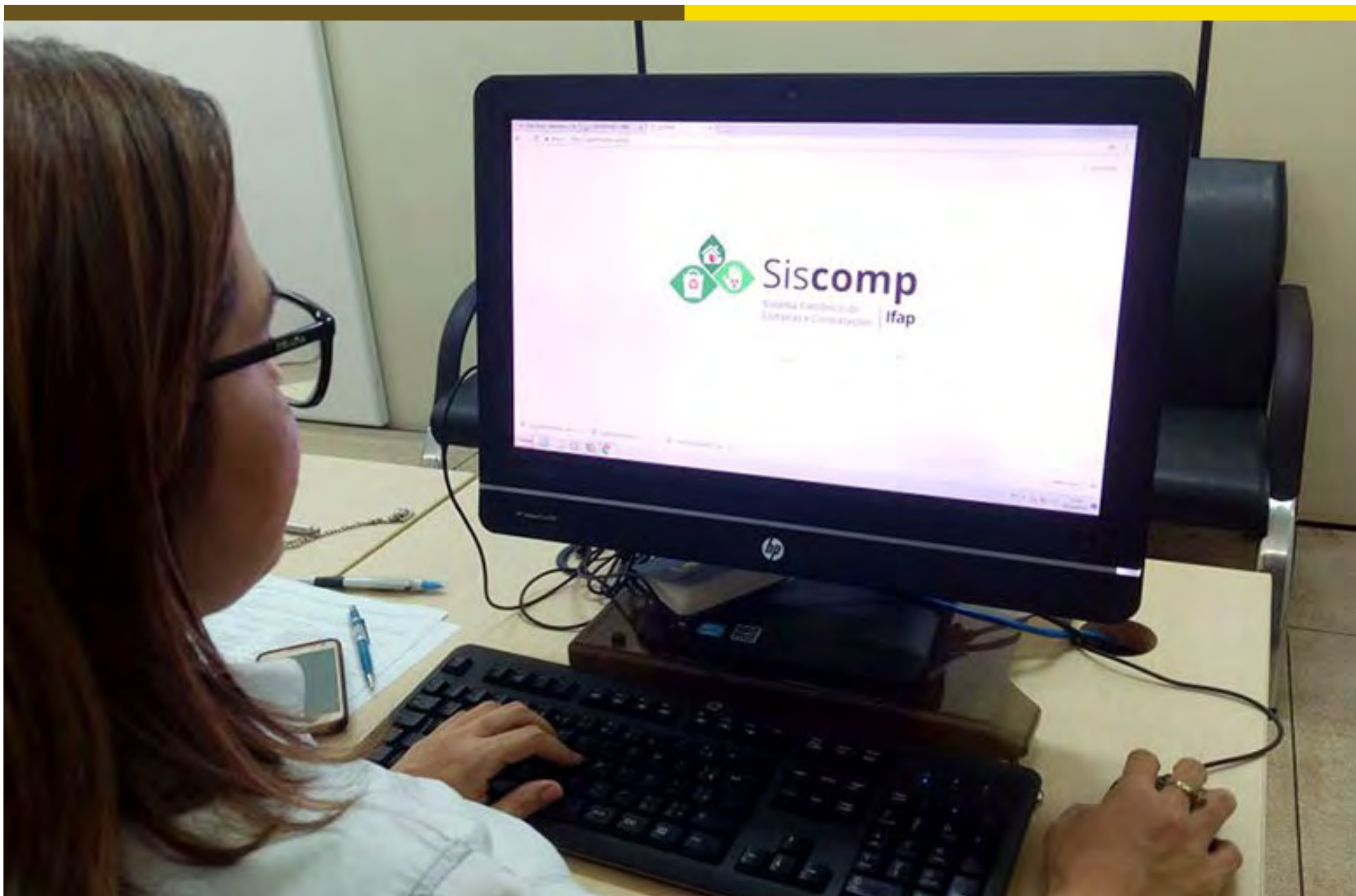
CAMPUS OIAPOQUE							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m² por ano)				
	Qtd	Área (m²)	2019	2020	2021	2022	2023
Auditório	01	248,74	-	-	-	-	-
Banheiros	30	216,28	-	-	-	-	-
Biblioteca	01	75,02	-	-	-	-	-
Setor Administrativo	3	44,39	-	-	-	-	-
Laboratório tipo II (Informática)	01	60,62	-	-	-	-	-
Salas de Aula	12	727,26	-	-	-	-	-
Novas Salas de Aulas	04	-	507,56	-	-	-	-
Sala de Monitoramento	01	-	18,24	-	-	-	-
Setor Pedagógico	01	14,57	-	-	-	-	-
Almoxarifado	01	85,44	-	-	-	-	-
Sala de Coordenação	01	14,54	-	-	-	-	-
Sala de Reunião	01	60,02	-	-	-	-	-
Refeitório/Vivencia	01	235,87	-	-	-	-	-

CAMPUS OIAPOQUE

Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acrécimo em m² por ano)				
	Qtd	Área (m²)	2019	2020	2021	2022	2023
Ginásio Poliesportivo	01	862,20	-	-	-	-	-
Garagem	01	481,82	-	-	-	-	-
Assistência ao Estudante	01	30,70	-	-	-	-	-
Estacionamento	01	1.534,00	-	-	-	-	-
Urbanização/Arborização	-	-	-	-	2.500,00	-	-
Passarelas Cobertas	01	-	249,93	-	-	-	-

CAPÍTULO 9

ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS



9. GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A gestão econômico-financeira consiste em estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa; fiscalizar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto; bem como atuar no planejamento estratégico e operacional da Instituição, a fim de subsidiar a definição das prioridades administrativas da Reitoria e dos campi.

Na gestão econômico-financeira vivenciada pelas instituições públicas, é fundamental ter a compreensão de que as necessidades sociais são ilimitadas e os recursos são escassos. A condição de desigualdade entre esses fatores exige do Estado a definição de prioridades, na perspectiva da aplicação eficiente dos recursos públicos.

Para tanto, é preciso valer-se do planejamento como instrumento no qual a sociedade, por meio de seus representantes e instituições, pode identificar potencialidades e limitações, de modo a coordenar recursos e esforços para realizar, diretamente por intermédio das estruturas do Estado, e por indução à iniciativa privada, as ações necessárias para atingir os objetivos nacionais e as metas governamentais.

9.1 CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, autarquia federal, para cumprir, de um lado, uma série de compromissos impostos por diversos atores sociais e, de outro, os objetivos institucionais, de diversas naturezas, conta em quase sua totalidade com recursos financiados pelo Governo Federal, por meio de programas, ações e projetos vinculados ao Ministério da Educação, seja direta ou indiretamente.

Merece destaque o fato de que muitas ações do Instituto são realizadas graças a verbas oriundas de emendas parlamentares por meio da Bancada Federal Amapaense.

Para os órgãos que compõem a Rede Federal de Educação Tecnológica, no processo de discussão e definição dos recursos orçamentários para compor o Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA), é utilizada a Matriz CONIF.

Considerada uma ferramenta importante e justa, atualmente utilizada para distribuir recursos entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e também para os diversos Campi que compõem esses órgãos, a Matriz CONIF cumpre a etapa, executada pelo Fórum de Pró-reitores de Administração (FORPLAN), com a aprovação do Conselho de Reitores e a homologação por parte da Secretaria Profissional e Tecnológica, que precede a definição do Orçamento de Custeio e Capital (OCC), bem como a definição da PLOA e posteriormente da LOA, pelo Ministério da Economia, do exercício seguinte.

A estrutura da Matriz foi composta por blocos, sendo estes: Pré-Expansão, Expansão, Reitoria, Ensino a Distância, Assistência Estudantil, Extensão/Pesquisa/Inovação. Os parâmetros utilizados foram os dados extraídos do SISTEC até o ano de 2017 e, a partir de 2018, passou-se a adotar a Plataforma Nilo Peçanha. Também se leva em consideração o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), a categoria dos campi e tipo e pesos dos cursos.

A lógica da composição da Matriz considera essencialmente as matrículas dos estudantes dos cursos de nível básico, médio, técnico, tecnológico, graduação, lato sensu, stricto sensu, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação a distância (EaD) por campus de cada Instituição da Rede Federal.

Os campi foram categorizados em Pré-Expansão, Expansão e Reitoria. Definiu-se como Pré-expansão aqueles com presença efetiva (alunos no SISTEC) na Matriz Orçamentária há mais de cinco anos. Dessa forma, foi estabelecido um piso mínimo de recursos orçamentários para os campi da pré-expansão, de modo que os que não atingem este piso pelas regras da Matriz recebem um complemento.

A Expansão engloba os campi que estão em funcionamento inferior a cinco anos, e campi Avançados constantes na Portaria nº 378 do MEC, de 09 de maio de 2016. Foram categorizados como: Expansão Padrão, Expansão Capital, Expansão Agrícola e Expansão Campus Avançado. Porém, desde a matriz 2017, não há mais Expansão Capital, pois todos se tornaram pré-expansão.

O valor destinado a cada campus da expansão foi determinado através da soma de um piso e um complemento por matrícula total. Quanto ao orçamento da Reitoria, este é determinado através da soma de um piso e um complemento por número de campi.

Os valores definidos a partir dos critérios da Matriz Orçamentária e aprovados pelo CONIF são, posteriormente, ajustados pelo fator de negociação com a SETEC, e tais valores, historicamente, vêm sendo reduzidos, já que o recurso apresentado pela SETEC tem sido menor que a proposta apresentada pelo CONIF.

Como a instituição depende, em sua maior parte, de recursos provenientes da União, sua sustentabilidade financeiro-orçamentária está diretamente ligada à sua capacidade de gestão econômico-financeira, isto é, à sua capacidade de otimizar a utilização dos recursos aprovados na LOA, e a sua resiliência frente ao contingenciamento orçamentário em decorrência da conjuntura econômica do país. Nessa perspectiva, a otimização dos gastos e investimentos pautados na efetividade e na captação de recursos externos para projetos podem ser diferenciais para manutenção e até mesmo a expansão de sua atuação, dos programas e dos projetos.

9.2 EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO IFAP

Considerando a complexidade de gestão de uma instituição multicampi e para atender às necessidades da comunidade, respeitando a autonomia administrativa de cada campus, é necessário estabelecer diretrizes orçamentárias e estruturas de governança eficientes, além de efetivar a atuação em rede para a otimização dos processos e resultados. Embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja orçamento próprio para cada unidade, é preciso destacar que se trata de uma metodologia adotada pela União para previsão e distribuição dos recursos a cada Instituto Federal e que, principalmente, o IFAP é uma instituição pública federal com missão e valores únicos e que tem, prioritariamente, os recursos públicos como forma de financiamento.

É necessário compreender, ainda, que cada campus possui especificidades quanto a diversas condições: número de alunos, número de servidores, estrutura física, tempo de funcionamento, qualificação dos servidores e gestores, orçamento, cursos ofertados, localização, arranjos produtivos locais, política e cultura, dentre outros.

Por meio da adoção do modelo de gestão em rede colaborativa, solidária e sustentável entre as unidades administrativas, o Ifap busca garantir mais eficiência no gasto público, atuação mais transparente, justa e com mais responsabilidade social.

Na gestão orçamentário-financeira, a execução total do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) e disponibilizado pelo Governo Federal é sempre desejável na busca pela eficiência na execução do orçamento da instituição, mas, além de uma execução em sua totalidade, é preciso que a execução orçamentário-financeira esteja alinhada com os objetivos estratégicos definidos, ou seja, além de eficiência, também precisa de efetividade, devendo-se monitorar e avaliar o que foi alcançado.

9.3 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS E O PLANEJAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

O plano de ação institucional precisa estar alinhado ao planejamento estratégico para o alcance dos objetivos definidos, mas a execução das ações pode sofrer impacto de incertezas relacionadas ao orçamento e falhas operacionais relacionadas à falta de controle, coordenação e planejamento sobre os processos que envolvem compras de materiais e contratações de serviços essenciais para a implantação das ações institucionais estabelecidas. Nesse ponto, além de planejar as ações institucionais para alcançar os objetivos definidos, também é preciso consolidar o planejamento Anual de Contratações públicas de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da instituição, especialmente incorporando à governança conceitos como accountability e gestão de risco.

9.4 ESTRATÉGIAS

Para se alcançar uma gestão econômico-financeira cada vez mais efetiva e voltada para uma melhoria contínua na qualidade do controle de gastos e atenta à sustentabilidade financeira da Instituição, propõem-se as seguintes diretrizes:

- Adoção de governança baseada no referencial básico disponibilizado pelo TCU e nas normativas do MPDG, especialmente as Instruções Normativas 1/2016, 05/2017 e 1/2018;
- Promover o efetivo planejamento anual de contratações públicas;
- Manutenção de ações de capacitação de servidores, com foco na governança pública, para melhoria contínua de suas atividades;
- Aperfeiçoamento das ferramentas do sistema de gestão e controle no Suap, buscando uma maior interação com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC;
- Construção de indicadores para avaliação de desempenho de nível operacional em cada setor da Instituição, para identificação do nível de qualidade de nossos atendimentos;
- Busca pela equalização de estrutura física e de pessoal nos campi, identificando a infraestrutura necessária e a força de trabalho mapeando as competências para cada atividade;
- Adoção de medidas para melhoria das ações sistêmicas de comunicação entre a gestão e a comunidade, trazendo mais transparência e visibilidade às ações institucionais.

9.5 SOBRE OS INDICADORES

O indicador Gastos Correntes por Aluno mostra o custo médio corrente que cada aluno gera para o Instituto. No cálculo, são considerados todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas. Seu resultado é impactado, portanto, pelas despesas institucionais e pelo quantitativo de alunos matriculados. Os indicadores Percentual de Gastos com Pessoal, Percentual de Gastos com Outros Custeios e Percentual de Gastos com Investimentos devem ser analisados em conjunto, pois são correlacionados entre si, uma vez que representam as despesas em termos relativos. Nos gastos com pessoal, estão englobados servidores ativos e inativos, pensionistas, pagamento de sentenças judiciais e precatórios.

O desempenho destes indicadores é afetado por questões operacionais atinentes à liberação de recursos para realização de despesas, que ocasionam restrições na utilização do orçamento previamente aprovado pela Lei Orçamentária Anual. Portanto, sua eficácia não depende exclusivamente dos esforços institucionais, mas também do cenário macroeconômico nacional. ■

CAPÍTULO 10

POLÍTICA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS



10. POLÍTICA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

10.1 FORMAS DE INGRESSOS

O acesso aos cursos de formação inicial e continuada, de técnico, de graduação e pós-graduação estão de acordo com as legislações e políticas educacionais vigentes, regulamentos institucionais, obedecendo aos trâmites dos editais, que estabelecem requisitos para cada nível ou modalidade de ensino.

Os ingressos no Instituto Federal do Amapá, em todos os níveis e modalidades de ensino, são regulamentados por edital, respeitando-se, sempre, as reservas de vagas e a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. As modalidades e níveis de ensino ofertados nos processos seletivos do IFAP serão:

- a. Integrado ao Ensino Médio: para ingressar nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, incluindo aqueles na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o aluno deverá ter concluído, sem dependências, o Ensino Fundamental. Para esse nível em especial, os processos seletivos ocorrerão sempre da seguinte maneira: no primeiro semestre haverá seleção do Ensino Médio regular e no segundo semestre da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).
- b. Concomitante ao Ensino Médio: para ingressar nos Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio, incluindo aqueles na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o aluno deverá ter concluído o Ensino Fundamental, além de estar matriculado e cursando, sem dependências, o Ensino Médio. Atualmente, esta modalidade é ofertada pelo Instituto Federal do Amapá apenas em Programas Federais e/ou Cooperação Técnica com outra entidade ou órgãos públicos.
- c. Subsequente ao Ensino Médio: para ingressar nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, o aluno deverá ter concluído, sem dependências, o Ensino Médio. Nesse nível, os processos seletivos do IFAP ocorrerão sempre para entrada no segundo semestre do ano.
- d. Graduação: para ingressar nos cursos de graduação, o aluno deverá ter concluído, sem dependências, o Ensino Médio, ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e se inscrever através do Sistema de Seleção Unificado (Sisu) para o IFAP. Esta entrada se dará sempre no primeiro semestre do ano letivo. A instituição poderá também proceder com processo seletivo próprio para a manutenção da oferta de vagas para os cursos superiores.
- e. Pós-graduação Lato e Stricto Sensu: são cursos constituídos de programas de estudo em níveis superiores aos estabelecidos para os cursos de graduação. Eles têm como fim a complementação, o aprofundamento de conhecimentos e a formação de recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do mercado de trabalho. Além disso, devem conferir um nível elevado de padrão técnico, científico e profissional ao exercício das funções correspondentes à área de formação.

Tabela 01. Compromisso com Processo Seletivo 2019 – 2023

AÇÃO	PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO
Avaliação da Viabilidade do Sistema de Seleção	A partir de 2019
Publicação dos Editais em LIBRAS	A partir de 2019
Visita técnica da Comissão Central aos <i>campi</i> para acompanhar o processo e o atendimento ao candidato	A partir de 2019
Ampliar o direcionamento da comunicação no processo de divulgação	A partir de 2019
Aquisição de equipamentos eletrônicos para melhorias no processo seletivo	A partir de 2019
Institucionalizar pontos de inscrições e orientações nos campi do IFAP e lugares estratégicos dos municípios	A partir de 2019
Utilização do nome social em todos os processos seletivos do IFAP	A partir de 2019
Aumentar o percentual de vagas nas cotas para alunos de escolas públicas, indígenas e quilombolas	A partir de 2023
Criar cotas para candidatos nos entornos das unidades em situação de vulnerabilidade social	A partir de 2023
Evento de recepção dos ingressos em todas as unidades do IFAP	A partir de 2023

10.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A partir da publicação do Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010, o IFAP instituiu sua política de assistência estudantil com vistas ao atendimento de estudantes matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino. O intuito é trabalhar os aspectos educacionais e biopsicossociais que interferem no processo educativo, minimizando dificuldades e favorecendo a permanência e êxito desses estudantes. Isso deve contribuir para o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, princípio

estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

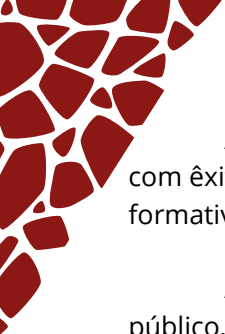
A Política de Assistência Estudantil do IFAP tem como foco o desenvolvimento de ações voltadas para o apoio pedagógico, apoio psicológico e social, atendimento e orientação familiar, atendimento às necessidades educacionais, ações de promoção da saúde e apoio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para a promoção da igualdade e inclusão social e educacional. Nesse intuito, cada campus tem uma equipe multiprofissional responsável pelo planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das ações.

Dessa maneira, em 2017, através da Resolução nº 104, de 27 de novembro de 2017, o Conselho Superior do IFAP aprovou a Regulamentação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, a qual foi reformulada e aprovada no CONSUP através da Resolução nº 31/2019, de 22 de março de 2019. Tratando-se do arcabouço de diretrizes e procedimentos que orientam a elaboração e implementação de ações voltadas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados nos cursos da instituição, visando contribuir para a sua permanência e êxito através da melhoria do desempenho escolar, da qualidade de vida e da inclusão social.

São usuários da Política de Assistência Estudantil do IFAP os estudantes regularmente matriculados que preenchem os requisitos estabelecidos em cada programa e que sejam frequentes nos cursos oferecidos pela instituição nas modalidades: Ensino Técnico de Nível Médio (integrado, subsequente, concomitante e PROEJA); Cursos Superiores de Graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo), nas modalidades presencial e a distância.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) atende ao Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No âmbito do IFAP, ela é regida pelos seguintes princípios:

- I. Afirmação da educação técnica e tecnológica como uma política de Estado;
- II. Gratuidade de ensino;
- III. Universalização da assistência ao estudante;
- IV. Democratização do acesso às ações de assistência estudantil com divulgação dos critérios de participação, dos auxílios, serviços, programas e projetos, bem como dos recursos oferecidos pela instituição;
- V. Busca pela igualdade de condições de permanência e êxito dos estudantes;
- VI. Garantia da qualidade dos serviços prestados aos estudantes;
- VII. Orientação humanística para a formação cidadã;
- VIII. Supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas;
- IX. Defesa da justiça social e respeito à diversidade;
- X. Pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central nas relações interpessoais.



A Política de Assistência Estudantil do IFAP tem por objetivo democratizar as condições de permanência e a saída com êxito dos estudantes. Ela contribui para a produção de conhecimento e melhoria do desempenho no processo formativo, para a qualidade de vida familiar e comunitária e para a equidade e justiça social.

A assistência estudantil do IFAP dialoga com o tripé ensino, pesquisa e extensão, permitindo o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade, possuindo dois eixos norteadores:

I. Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante: destina-se prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar de até 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) per capita, tendo como obrigatória a avaliação por meio de estudo socioeconômico, sendo composto pelas seguintes modalidades de auxílios:

- I. Auxílio-transporte
- II. Auxílio-alimentação
- III. Auxílio-moradia
- IV. Auxílio-Material Didático
- V. Auxílio-uniforme
- VI. Auxílio-Material e recurso assistivo
- VII. Auxílio-permanência PROEJA
- VIII. Auxílio emergencial
- IX. Auxílio-creche
- X. Auxílio-atenção à saúde

II. Eixo Universal: destina-se a todo estudante regularmente matriculado no IFAP, independentemente da condição socioeconômica, sendo constituído pelos seguintes serviços e programas:

- I. Serviço Psicológico Educacional
- II. Serviço Técnico-Pedagógico
- III. Serviço Social
- IV. Serviço de Assistência Básica à Saúde
- V. Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer
- VI. Programa de Incentivo à Arte e Cultura
- VII. Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica
- VIII. Programa de Desenvolvimento Técnico-Científico.

Programas de bolsas aos discentes

O IFAP aderiu ao Programa de Bolsa Permanência – PBP, uma ação do Governo Federal voltada para estudantes dos cursos de graduação, regularmente matriculados em instituições federais de ensino superior indígenas e quilombolas.

Possui também o Programa bolsa atleta, sendo este uma ação de incentivo financeiro aos discentes que participam de atividades esportivas dentro ou fora do IFAP, designadas ou supervisionadas pelos Setores de Desporto ou equivalentes em seus respectivos Campi, que visam estimular a prática esportiva dos discentes sob a orientação de seus técnicos/ professores responsáveis por equipe ou atleta. O programa visa ainda a integração social das equipes, o ensinamento de valores morais e éticos, assim como desenvolvimento de habilidades e talentos dos discentes.

E oferta ainda as bolsas de Práticas Pedagógicas Inovadoras, a quais visam estimular e apoiar, por meio de projetos desenvolvidos nos cursos técnicos e de graduação, nas diferentes modalidades, práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem e para a melhoria da qualidade da educação.

Tabela 02. Compromisso com a Assistência Estudantil 2019 – 2023

AÇÃO	PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO
Institucionalizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar no IFAP;	2023
Criar a comissão da Alimentação Escolar no IFAP;	2022
Inserir nutricionistas para atuarem como responsáveis técnicos do PNAE;	2023
Criar nos <i>campi</i> os Fóruns da Assistência Estudantil;	2022
Ampliar o atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas;	2022
Incentivar com capacitação a criação de Empresas Juniores;	2023
Incentivar o protagonismo estudantil através dos Grêmios, Diretórios Centrais dos Estudantes e outros movimentos estudantis;	2022
Garantir a participação dos discentes no Encontro Nacional do Ensino Médio;	2022
Garantir a participação dos discentes no Fórum Nacional do PROEJA;	2022
Garantir a participação dos discentes no Encontro Nacional da Assistência Estudantil;	2022

AÇÃO	PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO
Abrir editais de bolsa atleta para fortalecer a atuação dos esportes no âmbito do IFAP;	2019
Participar e financiar a participação dos nossos alunos nos Jogos Escolares;	2019
Participar e financiar a participação dos nossos alunos nos Jogos dos Institutos Federais;	2019
Participar e financiar a participação dos nossos alunos nos Jogos Universitários;	2019
Fomentar e ampliar a participação dos nossos alunos, priorizando os alunos em vulnerabilidade social nos projetos de Pesquisa, Inovação e Sustentabilidade	2022
Fomentar e ampliar a participação dos nossos alunos, priorizando os alunos em vulnerabilidade social nos projetos de Extensão;	2022
Fomentar e ampliar a participação dos nossos alunos em cursos de idiomas, priorizando os alunos em vulnerabilidade social;	2022
Garantir a participação alunos na organização de eventos institucionais;	2019
Garantir a participação dos alunos na construção das políticas de Assistência Estudantil do IFAP;	2019
Melhorar os espaços de convivências no entorno das unidades	2023
Ampla divulgação das ações, serviços, programas e projetos da assistência estudantil visando a democratização do acesso a toda comunidade escolar	2022
Implementação de ações, programas e projetos na área da saúde, psicologia, apoio educacional e serviço social que possibilitem as condições necessárias ao processo ensino-aprendizagem	2022
Implementação de novos auxílios estudantis, que garantam a permanência discente	2022
Fomentar encontros multicampi, relacionados à assistência estudantil	2022
Estimular a execução do Programa Monitoria nos campi	2022

10.3 REGULAMENTO DISCENTE DO IFAP

Os direitos e deveres dos discentes das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá estão elencados na Resolução nº 56, de 02 de agosto de 2017, aprovada pelo Conselho Superior do IFAP.

O regulamento estabelece as normas disciplinares discentes de todas as unidades de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, com seus direitos, deveres, proibições e medidas educativas/disciplinares.

O corpo discente é constituído pelos estudantes regularmente matriculados nos cursos e/ou disciplinas isoladas, com trancamento de matrícula, ou inscritos em atividades e programas de ensino, pesquisa ou extensão da Instituição, quaisquer que sejam suas formas e duração, em todos os níveis de ensino, incluindo os programas de mobilidade estudantil, assim como os cursos ofertados por meio de Programas Federais.

Nenhum membro do corpo discente poderá eximir-se do cumprimento das normas dispostas neste regulamento alegando desconhecê-las. Art. 3º Os comportamentos mencionados neste regulamento são critérios de seleção para representação da Instituição em eventos, viagens, visitas técnicas, competições esportivas, olimpíadas de conhecimento, bolsas de estudo, programas de mobilidade estudantil e atividades de ensino, pesquisa e extensão extracurriculares.


10.4. PROGRAMAS FEDERAIS DE APOIO AO DISCENTE

10.4.1 PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA

O Programa de Bolsa-Permanência (PBP) é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

A Bolsa-Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor, estabelecido pelo Ministério da Educação, é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

Para os estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de



suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal. Ademais, os estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de licenciaturas interculturais para a formação de professores também farão jus à bolsa de permanência durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na IFES até o limite máximo de seis meses.

Uma grande vantagem da Bolsa-Permanência concedida pelo Ministério da Educação é ser acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, a exemplo da bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação.

No Instituto Federal do Amapá o processo de seleção e acompanhamento dos alunos bolsistas está na gerência da Pró-Reitoria de Ensino e sua política está prevista para aprovação no primeiro semestre de 2019.

Vale mencionar que a execução deste programa está condicionada à publicação de editais específicos pelo Ministério da Educação.

10.4.2 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID)

O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. A intenção do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional, de 4,4. Entre as propostas do Pibid está o incentivo à carreira do magistério nas áreas da educação básica com maior carência de professores com formação específica: Ciências e Matemática, de quinta a oitava séries do ensino fundamental, e Física, Química, Biologia e Matemática para o ensino médio.

No Instituto Federal do Amapá o processo de seleção e acompanhamento dos alunos bolsistas está na gerência da Pró-Reitoria de Ensino, através do Departamento de Graduação.

Vale mencionar que a execução deste programa está condicionada à publicação de editais específicos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

10.4.3 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO PIBIC-JR

O PIBIC-Jr/IFAP é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior do IFAP destinado exclusivamente aos estudantes dos Cursos do Ensino Técnico (Integrado e Subsequente) regularmente matriculados e assíduos nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP).

Esse Programa tem por finalidade estimular e apoiar o desenvolvimento do pensamento científico e da iniciação à pesquisa aplicada, enquanto instrumentos de complementação para a formação profissional dos alunos do IFAP, com real apoio dos servidores do quadro efetivo, que atuam de forma direta junto ao Ensino.

A pesquisa aplicada, a qual envolve cuidados e interesses locais, objetiva gerar conhecimentos que, colocados em prática, poderão colaborar na solução de problemas específicos. Os resultados desta pesquisa revertem-se em benefícios em forma de produtos e processos.

Estão elencados como principais objetivos do PIBIC-Jr/IFAP:

- propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de pesquisa para a iniciação científica no ensino técnico;
- promover uma maior articulação entre o ensino técnico, graduação e pós-graduação;
- envolver os pesquisadores na atividade de formação e iniciação científica;
- ampliar as oportunidades de aprendizagem para o aluno de ensino técnico, por meio de sua introdução ao mundo da pesquisa científica;
- permitir que pesquisadores produtivos envolvam estudantes do ensino técnico no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa na instituição;
- promover o aumento da produção científica;
- promover o envolvimento de novos pesquisadores;
- despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de ensino médio, mediante suas participações em projetos de pesquisa, introduzindo o jovem aluno no domínio do método científico;
- proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
- Despertar no bolsista uma nova mentalidade em relação à pesquisa.

No Instituto Federal do Amapá o processo de seleção e acompanhamento dos alunos bolsistas está na gerência da Pró-Reitoria Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

10.4.4 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação dos cursos do IFAP, mediante a participação em projetos de pesquisas orientados por pesquisadores atuantes e qualificados, possibilitando ao iniciante a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento da criatividade e pensar cientificamente, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa e ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.

Esse Programa tem por finalidade estimular e apoiar o desenvolvimento do pensamento científico e da iniciação à pesquisa aplicada, enquanto instrumentos de complementação à formação profissional dos alunos do IFAP, com real apoio dos servidores do quadro efetivo, que atuam de forma direta junto ao Ensino.

A pesquisa aplicada, a qual envolve cuidados e interesses locais, objetiva gerar conhecimentos que, colocados em prática, poderão colaborar na solução de problemas específicos. Os resultados desta pesquisa revertem-se em benefícios em forma de produtos e processos.

No Instituto Federal do Amapá o processo de seleção e acompanhamento dos alunos bolsistas está na gerência da Pró-Reitoria Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

10.4.5 PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientadas por um docente da sua Instituição Formadora.

A Residência Pedagógica articulada aos demais programas da CAPES compõe a Política Nacional. Esta apresenta como premissa básica o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciatura deve assegurar aos seus egressos habilidades e competências que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica.

Estão elencados como principais objetivos a seguir:

- aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias.
- induzir a reformulação da formação prática nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica.
- fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo alinhamento entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores.
- promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Do fluxo de funcionamento do Programa Residência Pedagógica:

- as IES serão selecionadas por meio de edital público nacional para apresentarem projetos institucionais de residência pedagógica.
- o Programa será desenvolvido em regime de colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Assim, as Intuições de Ensino Superior participantes deverão organizar seus projetos Institucionais em estreita articulação com a proposta pedagógica das redes de ensino que receberão os seus licenciados.
- o regime de colaboração será efetivado por meio da formalização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o Governo Federal, por meio da CAPES, e os estados, por intermédio das secretarias de educação de estado ou órgão equivalente. A participação do governo municipal se efetivará por meio de Termo de Adesão ao ACT, firmado por suas secretarias de educação.

No Programa de Residência Pedagógica serão concedidas as seguintes modalidades de bolsa:

- 1.** Residente: para discentes com matrícula ativa em curso de licenciatura que tenham cursado o mínimo de 50% do curso ou que estejam cursando a partir do 5º período;
- 2.** Coordenador Institucional: para docente da IES responsável pelo projeto institucional de Residência Pedagógica;
- 3.** Docente Orientador: para o docente que orientará o estágio dos residentes estabelecendo a relação entre teoria e prática;
- 4.** Preceptor: para o professor da escola de educação básica que acompanhará os residentes na escola-campo.

No Instituto Federal do Amapá o processo de seleção e acompanhamento dos alunos bolsistas está na gerência da Pró-Reitoria de Ensino, através do Departamento de Graduação.

Vale mencionar que a execução deste programa está condicionada à publicação de editais específicos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

10.5. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)

O NAPNE é o setor de assessoramento propositivo e consultivo que acompanha e desenvolve ações voltadas para a educação inclusiva nos campi do IFAP.

São finalidades do NAPNE:

- I.** Incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades educacionais específicas na instituição;
- II.** Contemplar e implementar as Políticas Nacionais de Educação Inclusiva conjuntamente com outros setores da instituição;
- III.** Incentivar, participar e colaborar no desenvolvimento de parcerias com instituições que atuem com interesse na educação/atuação/inclusão profissional para pessoas com necessidades educacionais específicas;
- IV.** Participar do ensino, pesquisa e extensão nas questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas nos âmbitos estudantil e social;
- V.** Promover a divulgação de informações e resultados de estudos sobre a temática, no âmbito interno e externo dos campi, articulando ações de inclusão em consonância com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- VI.** promover a cultura da educação para a convivência, aceitação e respeito à diversidade;
- VII.** integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade, propiciando sentimento de corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão na Instituição;
- VIII.** Garantir, de acordo com a legislação vigente, a prática democrática e a inclusão como diretriz do campus;
- IX.** Buscar a quebra de barreiras educacionais, comunicacionais, arquitetônicas e atitudinais na Instituição;
- X.** Promover formações e capacitações relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

O NAPNE dispõe, no âmbito do IFAP, de acessibilidade e infraestrutura necessária, de acordo com o Decreto nº 5.296/2004, para sua instalação, suporte administrativo e apoio para seus trabalhos, bem como atende os aspectos legais estabelecidos na Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

O NAPNE é um espaço institucional acessível, de acordo com a Norma Brasil 9050 da ABNT, com sala específica para receber, acolher e garantir o atendimento educacional especializado das pessoas com necessidades específicas na instituição.

No âmbito do IFAP, os NAPNEs são compostos por uma coordenação indicada pela Direção Geral do Campus, uma equipe mínima multidisciplinar e representação da comunidade escolar interna e externa nomeados por portaria da Direção Geral.

As atividades do NAPNE integram o conjunto de atividades pedagógicas do Campus, sendo pensadas de acordo com o planejamento geral ■



FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP

LIBRAS

CAPÍTULO 11

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL





11. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

11.1 ÓRGÃOS EXECUTORES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para conduzir e analisar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional, o IFAP conta com diferentes ferramentas de gestão. Os colegiados são uma delas. A compilação desses órgãos é um importante diferencial e um estímulo para a comunidade acadêmica. São ferramentas integradoras que favorecem a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferentes que formam o Instituto.

Outro importante instrumento é a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que coordena a autoavaliação institucional, desempenhando papel fundamental no processo de avaliação e acompanhamento do plano estratégico da instituição, conforme detalhado na seção 11.2.

A CPA tem ação de assessoramento em relação à administração da instituição e seus órgãos colegiados, embora, para fins de apoio administrativo, seja assessorada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

O planejamento do IFAP também inclui como objetivo de caráter estratégico a viabilização de dados, informações e conhecimento, envolvendo tanto a disponibilização da infraestrutura necessária quanto a divulgação da cultura de utilização da informação para qualificar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos processos institucionais. O alcance desse objetivo tem impacto direto no processo de acompanhamento do desenvolvimento institucional, visto que o IFAP adere a parâmetros estratégicos para sua gestão.

O IFAP desenvolve os seus processos avaliatórios através de um sistema de avaliação Institucional, o qual é constituído de acordo com a estrutura estabelecida no Regimento da Comissão Própria de Avaliação, baseada no artigo 11 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela Portaria nº 2051, de 19 de julho de 2004, e com resolução aprovada pelo Conselho Superior do IFAP.

Comissão Própria de Avaliação.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus de Macapá.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus de Laranjal do Jari.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus de Santana.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus Porto Grande.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus Avançado Oiapoque.

A Coordenação de Dados e Avaliação Institucional, a qual compõe a estrutura da Pró-Reitoria de Planejamento

e Desenvolvimento Institucional do IFAP, desenvolverá a função de assessoramento para as Comissões Próprias de Avaliação, auxiliando na consolidação das informações geradas por essas comissões na forma de relatório institucional que subsidiará o encaminhamento das decisões estratégicas da instituição e na elaboração do Relatório de Gestão.

A Comissão Própria de Avaliação será formada por portaria específica após a escolha por votação secreta dos representantes de cada segmento (Docentes, Técnicos Administrativos e Discentes).

11.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional deve observar a natureza e a peculiaridade da forma de fazer educação na Rede Federal de Educação Tecnológica, levando em conta as diversas modalidades de ensino praticadas pelo IFAP: ensino técnico, nas modalidades integrado, subsequente, concomitante e PROEJA; ensino superior, Programas de pós-graduação, bem como Programas pactuados com o IFAP.

A avaliação e a autoavaliação institucional constituem-se em um processo de análise integral que permite o autoconhecimento, o realinhamento, a reestruturação das ações, visando o aproveitamento institucional através dos seguintes eixos: elevação dos resultados acadêmicos, a melhoria da qualidade do ensino técnico, da pesquisa e da extensão e o combate à evasão escolar no âmbito do IFAP.

A aplicação dos valores e preceitos instituídos pelo SINAES (criado pela Lei n. 10.861/2013) tem a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação das instituições de Ensino Superior. Para isso, será necessário a criação de mecanismo para avaliar as diversas modalidades de ensino implementadas no IFAP, deixando a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA) realizar estudos para definir a metodologia que será empregada para acompanhar a avaliação das modalidades de ensino que não se enquadram na modalidade de ensino superior.

11.3 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

No processo de autoavaliação, o IFAP é constituído de parâmetros e indicadores para subsidiar e interpretar os dados coletados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) através do assessoramento da Coordenação de Dados de Avaliação Institucional/Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Este servirá para emitir juízos e julgamentos que possibilitem a reflexão e as mudanças no processo de condução da instituição.

Os indicadores, dimensões ou variáveis globais que devem ser avaliados são: o ensino, a produção acadêmica, a produção dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em todas as suas modalidades e a produção dos alunos dos cursos técnicos subsequentes, a extensão e a gestão administrativa, ou seja, o aluno, o professor, a gestão administrativa, a infraestrutura e o currículo.

Em relação aos docentes, deve-se avaliar: a titulação, a forma de ingresso, situação funcional e regime de trabalho e a qualificação docente em função administrativa; quanto aos discentes, deve-se avaliar: participação em projetos na condição de bolsistas, colaboradores, voluntários, participação em atividades de extensão, participação em conselhos, colegiados e reuniões estudantis, os resultados obtidos pelos nossos alunos no ENADE e no ENEM;

Em relação à infraestrutura, deve-se avaliar: estado de conservação dos equipamentos e mobiliários, condições ambientais de trabalho e equipamentos disponíveis para trabalhos dos funcionários.

Em relação a gestão, deve-se avaliar: procedimentos de distribuição de disciplinas (Coordenações de cursos), acompanhamento das atividades planejadas nos cursos, acompanhamento do coordenador de curso no desenvolvimento das disciplinas, orientação para alunos ingressantes, atendimento dos servidores aos educandos, incentivo à qualificação, incentivo à atuação em colegiados e conselhos, elaboração / execução de projetos e programas, ações para soluções de problemas pedagógicos dos discentes, avaliação da existência e da qualidade do Plano Político Pedagógico, avaliação do acervo.

Em relação ao Ensino/Currículo, deve-se avaliar: planejamento do professor e da Coordenação de curso, procedimentos didáticos, instrumentos didáticos, instrumentos de avaliação mais utilizados, coerência da avaliação com os objetivos, com a relação entre professores e alunos, com a relação ensino/aprendizagem, com o encadeamento lógico das disciplinas.

Em relação ao pessoal técnico-administrativo, deve-se avaliar: titulação, forma de ingresso, qualificação/aperfeiçoamento, desempenho e número de servidores.

Além disso, temos as Notas Técnicas 062/2014 e 065/2014, que tratam da definição da estrutura do Relato Institucional e do roteiro para o Relatório de Autoavaliação Institucional, na devida ordem.

Portanto, a autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAP, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação, mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e propiciando sua adequação pelos responsáveis envolvidos.

A Nota Técnica nº 14/2014, do Ministério da Educação, tem como objetivo uniformizar o entendimento sobre os indicadores do instrumento de Avaliação Institucional Externa, coordenado pelo INEP, no ano de 2012, a revisão do Instrumento de Avaliação Institucional Externo que foi utilizado na avaliação in loco realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A revisão do Instrumento de Avaliação Institucional Externa ocorreu em observância ao disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institucionaliza o SINAES; ao Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que define como competência do INEP elaborar os instrumentos de avaliação, e à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, consolidada e republicada em 29 de dezembro de 2010, que atribui à DAES/INEP as decisões sobre os procedimentos de avaliação.

11.4 DIMENSÕES NORTEADORAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional do IFAP segue os princípios e dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A CPA organiza os métodos e ferramentas para a autoavaliação, em cumprimento às dimensões sugeridas pelo Sinaes e às diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Dimensão 1: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e para a gestão, e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Dimensão 3: a responsabilidade social, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Dimensão 4: a comunicação com a sociedade.

Dimensão 5: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Dimensão 6: a organização e a gestão, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, e a participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios.

Dimensão 7: a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação.

Dimensão 8: o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Dimensão 9: as políticas de atendimento aos estudantes.

Dimensão 10: a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação, em todos os seus níveis e modalidades. ■

CAPÍTULO 12

GOVERNANÇA,
RISCOS E CONTROLE

12. GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE

Os órgãos de controle, a partir da edição da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal, vêm intensificando as suas ações no sentido de estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que trata sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal, institui que a alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional.

Nesse processo, as organizações estão fortalecendo estruturas que já eram utilizadas na prevenção e combate à corrupção, como comissões de ética, auditorias internas e corregedorias. Também estão atuando no gerenciamento dos riscos para a integridade relacionados a suas atividades e no fortalecimento da cultura de integridade na organização.

Com a finalidade de cumprir a missão e os objetivos institucionais, o Ifap adota um modelo de gestão de excelência, visando promover mudança e/ou inovação na melhoria de seus processos, com foco nos resultados para a sociedade. Desta forma, a Estrutura de Governança do Ifap baseia-se em seu Estatuto, Regimento Interno da Reitoria, Regimento Geral e Regulamentações Internas que norteiam as atividades das instâncias de controle, relacionando-as com as instâncias externas de apoio a essa governança e gestão.

No Ifap a Gestão de Riscos foi instituída pela Resolução nº 74.2018 do Consup, que aprovou a Política de Gestão de Riscos, e a Resolução nº 008/2020 Consup/Ifap, de 19 de Fevereiro de 2020, que aprovou o Plano de Gestão de Riscos, em que se estabelecem as diretrizes para a identificação, análise e avaliação dos riscos e definição dos macroprocessos e processos.

Segundo as Resoluções, o Processo de Gestão de Riscos deverá ser implementado de forma gradual em todas as áreas da instituição, sendo priorizados os processos organizacionais que impactam diretamente nos resultados esperados dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

A gestão de riscos assegura o alcance dos objetivos, por meio da identificação antecipada dos possíveis eventos que poderiam ameaçar o atingimento dos objetivos, o cumprimento de prazos, leis, regulamentos etc. e implementar uma estratégia, evitando o consumo intenso de recursos para solução de problemas quando estes surgem inesperadamente, bem como a melhoria contínua dos processos organizacionais.

Nesse arranjo, os controles internos da gestão baseiam-se no gerenciamento de riscos e integram o processo de gestão, uma vez que esses elementos são interdependentes, tendo em vista que a identificação de riscos fomenta a implementação/aperfeiçoamento dos controles internos, acarretando em novos contextos organizacionais, os quais podem desencadear novos riscos. Cabe salientar que os controles internos e a gestão de riscos não se constituem num fim em si mesmos, estes devem se orientar pela busca incessante da missão institucional.

Os controles internos, no âmbito do Instituto Federal do Amapá, devem ser executados por todos os servidores ou colaboradores que tenham por competência a condução de atividades ou tarefas relacionadas aos macroprocessos finalísticos e de apoio desenvolvidos na instituição. Destarte, formam o primeiro nível de defesa de todas as ações constituídas, cujo objetivo é operacionalizar e salvaguardar os objetivos institucionais, bem como mitigar riscos.

O segundo nível de defesa dos objetivos institucionais com promoção de ações que diminuam os riscos das atividades compete ao Comitê de Governança, Riscos e Controles, composto pelo Reitor, Pró-Reitores e demais dirigentes que formam o Colégio de Dirigentes.

A presidência do Comitê será exercida pelo ocupante do cargo de Reitor(a).

São competências do Comitê de Governança, Riscos e Controles:

- a) indicar membro à Comissão de Gestão de Riscos do Instituto Federal do Amapá (IFAP);
- b) propor políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e Institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
- c) promover o desenvolvimento contínuo e a integração dos agentes públicos, incentivando a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;
- d) primar a observância às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- e) supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público e monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelos órgãos de controle interno e externo;
- f) liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, além de ofertar suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;
- g) estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;
- h) emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

Primando pela eficácia no processo de boa governança, levando em consideração o Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, a Portaria nº 57, de 4 de Janeiro de 2019, através da Resolução nº 99/2020-CONSUP/RE/IFAP, a

Diretoria de Integridade (Dinte) passou a fazer parte do organograma do Ifap como uma unidade técnica vinculada à Reitoria, responsável pelo alinhamento consistente e pela adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no âmbito do Ifap, fomentando um sistema de integridade coerente e abrangente, com compromisso, responsabilidade, estratégia e padrões; tem como finalidade o assessoramento à alta administração no desenvolvimento de um trabalho de transformação cultural, inédito, fomentando o comportamento íntegro no âmbito do Ifap através da articulação com as demais unidades, e está entre uma de suas competências a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à boa governança.

O terceiro nível no fundamental papel de defesa da política de gestão de risco compete à Auditoria Interna, a qual é responsável por “proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeiro nível de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da supervisão dos controles internos (segundo nível de defesa, executada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos)” (art. 2º, inc. II, da IN Conjunta MP/CGU 01/2016).

É competência da Auditoria Interna promover avaliações e assessoramento, com o objetivo de aprimorar os controles internos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, de forma que estes sejam mais eficientes e eficazes a fim de mitigar os principais riscos ao alcance dos objetivos do Ifap.

A instituição da política de gestão de risco não altera a vinculação organizacional da Auditoria Interna ao Conselho Superior bem como a vinculação técnica ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle/Controladoria-Geral da União (CGU). Contudo, acresce às atribuições da Auditoria Interna o apoio ao Comitê de Governança, Risco e Controle, sem prejuízo da tecnicidade necessária ao desenvolvimento das ações de auditoria interna.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos do Ifap tem como objetivo estabelecer os princípios, diretrizes, competências e responsabilidades do processo de gestão de riscos, bem como orientar a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos institucionais, orientando na tomada de decisão.

A Gestão de Riscos do Instituto Federal do Amapá está orientada por três documentos definidos a seguir:

Política de Gestão de Riscos: define as regras de alto nível (estratégico), as quais representam os princípios básicos incorporados pelo Ifap em sua gestão, no que se refere à Gestão de Riscos.

Plano de Gestão de Riscos: documento que especifica, no nível operacional, os controles a serem utilizados para alcançar a estratégia definida na Política de Gestão de Riscos do Ifap. Estes serão elaborados pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovados pelo Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno.

Relatório de Gestão de Riscos: tem a finalidade de avaliar e monitorar o Plano de Gestão de Riscos do Instituto Federal do Amapá.

DIRETRIZES PARA GESTÃO DE RISCOS NA INSTITUIÇÃO

A Política de Gestão de Riscos objetiva incorporar a visão de riscos à tomada de decisão no Instituto Federal do Amapá, e, para efeito de sua implementação, o Plano de Gestão de Risco pretende:

- Implantar a gestão de riscos em todas as áreas, por meio de controles internos adequados a seus processos. Somente com uma ação preventiva e integrada é que será possível reduzir os problemas vividos rotineiramente, sendo em sua grande maioria decorrentes da inexistência e insuficiência de controles internos, visando assegurar a boa e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

De acordo com o Plano de Gestão de Risco do Ifap, em fundamentos da Gestão do Risco, quanto aos conceitos:

- I – risco: efeito da incerteza sobre os objetivos;
- II – risco inerente: risco ao qual as ações, projetos, iniciativas, ativos e processos de trabalho estão sujeitos, desconsiderados os controles existentes;
- III – risco residual: risco remanescente após a incidência dos controles aplicados;
- IV – risco emergente: risco decorrente da adoção das medidas de controle para um risco inerente ou residual;
- V – risco estratégico: aquele decorrente de eventos que podem comprometer a definição ou o alcance dos objetivos estratégicos;
- VI – risco operacional: aquele decorrente de eventos que podem comprometer as atividades, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;
- VII – risco de conformidade: aquele decorrente de eventos que ocasionem o descumprimento das normas legais e constitucionais vigentes;
- VIII – risco de reputação: aquele decorrente de eventos que podem comprometer a confiança da sociedade, do Ifap e demais parceiros em relação à capacidade em cumprir sua missão institucional;
- IX – Riscos para a integridade: riscos que configurem ações ou omissões que possam favorecer a ocorrência de fraudes ou atos de corrupção.

Quanto à categoria os riscos podem ser classificados como:

CATEGORIA O RISCO	DEFINIÇÃO
Estratégico	Eventos que possam impactar na missão, nas metas ou nos objetivos estratégicos da unidade/órgão, caso venham ocorrer.
Integridade	Eventos relacionados à corrupção, a fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta que podem comprometer os valores e padrões preconizados pelo Ifap e a realização de seus objetivos.
Financeiros/Orçamentários	Eventos que possam comprometer as atividades da unidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e à eficiência dos processos organizacionais.
Conformidade	Eventos relacionados ao cumprimento da legislação e/ou regulamentação externa e às normas e procedimentos internos.
Imagem/Reputação do órgão	Eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do Ifap em cumprir sua missão institucional interferem diretamente na imagem do órgão.
Operacional	Eventos que podem comprometer as atividades da unidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e à eficiência dos processos organizacionais.
Ambiental	Eventos associados às questões de meio ambiente, tais como o tratamento de resíduos líquidos ou sólidos, redução de impacto, benefícios de uso de energia renovável.
Tecnológico	Eventos associados a ameaças ou oportunidades relacionadas a hardware e software, podendo alavancar ou sobrestar a estratégia. Está também associado a erros ou fraudes, internas ou externas, na captura, registro, monitoramento e auditoria de informações.

Fonte: CGU, adaptada ao Ifap

Vale ressaltar que os riscos apresentados são possibilidades de já terem acontecido ou que em algum momento poderão ocorrer, e não necessariamente já estejam concretizados na instituição.

A priorização do risco por categoria ocorrerá sempre que a categoria for correspondente à integridade, ao financeiro e de conformidade.

Quanto à classificação dos riscos:

No âmbito do Ifap, o risco será classificado considerando os eventos em potencial que podem impactar a realização dos objetivos, levando em consideração os eventos com grande potencial ofensivo ou atividades cotidianas que geram retrabalho na instituição e os riscos previsíveis e imprevisíveis, ou seja, é o processo de compreender a natureza do risco e determinar o nível de risco. Ele fornece a base para a avaliação de riscos, bem como para as decisões quanto ao tratamento dos riscos.

IMPACTO	Muito Alto 10	10 RM	20 RM	50 RA	80 RE	100 RE
	Alto 8	8 RB	16 RM	40 RA	64 RA	80 RE
	Médio 5	5 RB	10 RM	25 RM	40 RA	50 RA
	Baixo 2	2 RB	4 RB	10 RM	16 RM	20 RM
	Muito Baixo 1	1 RB	2 RB	5 RB	8 RB	10 RM
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 5	Alta 8	Muito Alta 10
PROBABILIDADE						

Fonte: Gestão de Riscos – Avaliação da Maturidade (TCU, 2018).

O Ifap adota uma Metodologia de Gestão de Riscos que tem como objetivo estabelecer e estruturar as etapas necessárias para a operacionalização da Gestão de Riscos, por meio da definição de um processo de gerenciamento de riscos:

I – ambiente interno: compreende a filosofia administrativa de uma organização no que diz respeito aos riscos;

II – fixação de objetivos: que propiciem suporte e estejam alinhados com a missão da organização e sejam compatíveis com o seu apetite a riscos;

III – identificação de eventos: os eventos internos e externos que influenciam o cumprimento dos objetivos de uma organização devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades;

IV – avaliação de riscos: considerando-se a sua probabilidade e o impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados;

V – resposta ao risco: sendo elas – evitar, aceitar, reduzir ou compartilhar;

VI – atividades de controle: políticas e procedimentos que serão estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia;

VII – informações e comunicações: as informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas no prazo que permitam que cumpram suas responsabilidades. A comunicação eficaz também ocorre em um sentido mais amplo, fluindo em todos níveis da organização;

VIII – monitoramento: a integridade da gestão de riscos será monitorada e serão feitas as modificações necessárias.

RESPONSABILIDADES

A Alta Gestão do Ifap reconhece e destaca a importância estratégica da política institucional de gestão de riscos, de tal forma a tornar mais seguras e efetivas as ações de enfrentamento ao risco, além de seu monitoramento ser a base para a geração da cultura de prevenção na Instituição.

A responsabilidade no plano operacional compete aos gestores por nível de hierarquia, observando-se que, na incidência de riscos, todos da unidade possuam conduta proativa para alertar os responsáveis dos perigos e consequências, em caso de não adoção de medidas corretivas ou saneadoras.

São responsabilidades dos atores envolvidos no processo de gerenciamento de riscos:

I. Dirigente Máximo do Ifap;

II. Comitê de Governança, Riscos e Controles;

III. Comissão de Gestão de Riscos;

IV. Pró-Reitorias, Departamentos e Diretorias;

V. Gestor de Risco;

VI. Coordenadoria de Gestão de Riscos;

VII. Auditoria Interna;

VIII. Aos servidores em geral

Dirigente Máximo do Ifap:

- a. Presidir o Comitê de Governança, Riscos e Controles, responsável pela implantação e desenvolvimento do processo de gestão de riscos;
- b. Estabelecer temas organizacionais e macroprocessos com o intuito de promover a aplicação da gestão de riscos nas estratégias, projetos, processos, operações, serviços, decisões e ativos;
- c. Definir o apetite e a tolerância aos riscos institucionais, bem como o tipo de tratamento a ser adotado, com a finalidade de promover o alinhamento estratégico da gestão de riscos ao planejamento estratégico do Ifap;
- d. Mediar e decidir sobre situações de conflitos de interesse.

Comitê de Governança, Riscos e Controles:

- a. Promover a adoção de práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento;
- b. Propor estruturas adequadas de governança, riscos e controles;
- c. Definir o objetivo estratégico que norteia as boas práticas de governança, riscos e controles;
- d. Promover a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público etc.

Comissão de Gestão de Riscos:

- a. Disseminar a política de gestão de riscos;
- b. Propor a metodologia de gestão de riscos e suas revisões;
- c. Definir a ferramenta de tecnologia necessária ao processo de gerenciamento de riscos etc.

Pró-Reitorias, Departamentos e Diretorias:

- a. Mapear seus processos internos;
- b. Avaliar os riscos inerentes à sua operação, levando em consideração a relevância e probabilidade de ocorrência;
- c. Propor ações de tratamento a serem adotadas para os riscos identificados;
- d. Acompanhar a execução de acordo com o Plano de Gestão de Riscos etc.

Gestor de Risco:

- a. Assegurar que o risco seja gerenciado de acordo com esta Política de Gestão de Riscos;
- b. Assegurar a implementação do Plano de Gestão de Riscos definido para tratamento dos riscos sob sua responsabilidade;
- c. Decidir sobre quais riscos deverão ser gerenciados e tratados com prioridade, haja vista a dimensão dos prejuízos e dos impactos que possam causar aos objetivos estratégicos e/ou macroprocesso;
- d. Elaborar o mapa de risco da sua unidade e definir a estratégia de tratamento etc.

Coordenadoria de Gestão de Riscos:

- a. Assessorar o Comitê de Governança, Riscos e Controles quanto à aderência das ações da instituição às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- b. Auxiliar na elaboração do Plano de Gestão de Riscos e do Relatório de Gestão de Riscos, além de desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de competência que forem determinadas pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle.

Auditoria Interna:

- a. Avaliar a adequação e suficiência dos mecanismos de gestão de riscos estabelecidos;
- b. Avaliar a eficácia da gestão de riscos-chave e a conformidade das atividades executadas à política de gestão de riscos;
- c. Monitorar as recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

Aos servidores em geral:

- a. Contribuir nas atividades de identificação e avaliação dos riscos inerentes ao processo no desenvolvimento das suas atividades;
- b. Comunicar tempestivamente riscos inerentes aos seus processos, não mapeados anteriormente;
- c. Apoiar os gestores na definição do Plano de Gestão de Riscos necessário para tratamento dos riscos.

O Ifap busca, através do uso de instrumentos de gestão de risco e controle, atuar cada vez mais na oferta de excelência na prestação de serviços públicos de qualidade com celeridade e transparência. Outrossim, busca também aumentar o nível de confiança da comunidade na Instituição, bem como o atendimento aos dispositivos legais ■

CAPÍTULO 13

RELACIONAMIENTO COM A SOCIEDADE

13. RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

O relacionamento do Ifap com a comunidade ocorre por meio dos Serviços de Informações ao Usuário, da Ouvidoria e da Carta de Serviços ao Usuário. Em vista disso, há uma organização institucional para que as respostas ocorram no tempo hábil, já que no ano de 2017 o Ifap aprovou em seu Conselho Superior a Revisão da Carta de Serviços ao Usuário, através da Resolução nº 66/CONSUP/IFAP, de 28 de agosto de 2017.

O Ifap é uma instituição de ensino, e por isso, é imprescindível que mantenha, em seus serviços, estreitas relações com a comunidade local e regional. Esse fator é determinante para que a instituição cumpra seu papel de auxiliar o desenvolvimento das cidades nas quais suas unidades (Campi e Reitoria) estão instaladas. A Instituição oferece ensino gratuito e de qualidade, fomentando a pesquisa e as ações de extensão. Diante disso, defende-se o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão como a base para a preparação dos sujeitos para o exercício da cidadania.

13.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Instalada em 2015, através da Portaria nº 255/GR/IFAP, de 12/03/2015, a Ouvidoria do IFAP é o órgão competente para o atendimento das comunidades internas e externas. É responsável por receber, examinar e encaminhar sugestões, elogios, reclamações, solicitações e denúncias, tanto da comunidade interna como da sociedade em geral, referentes a procedimentos e ações de pessoas, setores e órgãos dos campi e da Reitoria.

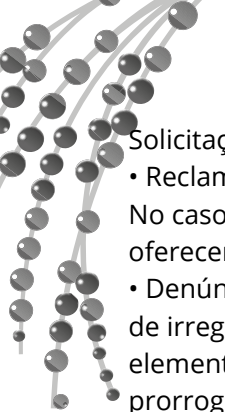
A Ouvidoria se propõe a atuar em defesa dos princípios fundamentais da administração pública: a legalidade, a legitimidade, a impessoalidade, a moralidade, a economia e a publicidade. Nesse sentido, auxilia o cidadão em suas relações com o IFAP, funcionando como canal facilitador ao atendimento das demandas da comunidade interna e externa à instituição.

Quando o cidadão apresenta uma comunicação verbal ou escrita a essa Ouvidoria, deve ser feito o registro como manifestações no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV).

Para isso, existem cinco tipos de manifestação, são elas:

Sugestão: Ideia ou proposta para o aprimoramento do trabalho. Recebida a sugestão, a Ouvidoria deve realizar análise prévia e, se for o caso, encaminhá-la às áreas responsáveis para providências. Será considerada conclusiva a resposta que oferece ao interessado a análise prévia realizada, bem como as medidas requeridas às áreas internas, ou a justificativa no caso de impossibilidade de fazê-lo.

Elogio: Reconhecimento ou satisfação pelo serviço público prestado ou à disposição. É conclusiva a resposta que contenha informação sobre o recebimento e, se for o caso, o encaminhamento.



Solicitação: A simples solicitação de uma informação ou pedido de cópias ou vistas de documentos e/ou processos.

- Reclamação: Manifestação de desagrado/protesto sobre um serviço prestado pelo servidor ou administrador público.

No caso da reclamação ou solicitação, entende-se por conclusiva a resposta que encerra o tratamento da manifestação, oferecendo solução de mérito ou informando a impossibilidade de seu prosseguimento.

- Denúncia: São as manifestações encaminhadas pelo cidadão a respeito de atos administrativos que contenham indícios de irregularidades praticadas por gestor público jurisdicionado. À denúncia recebida pela Ouvidoria, desde que contenha elementos mínimos de autoria e materialidade, será oferecida resposta conclusiva no prazo máximo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por mais 10 (dez) dias.

A Ouvidoria ainda possui local próprio, ressaltando que os e-mails recebidos no endereço ouvidoria@ifap.edu.br devem ser, por esse órgão, registrados, desde que com anuência de quem originou o e-mail, no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (E-OUV).

O Ifap também dispõe no site institucional do Serviço de Informações ao Cidadão, em que o usuário pode acessar formulários a serem entregues presencialmente, bem como realizar requisições on-line.

Estão disponíveis os seguintes formulários:

- Formulário para pedido de acesso à informação Pessoa Natural
- Formulário para pedido de acesso à informação Pessoa Jurídica
- Formulário de reclamação PF
- Formulário de reclamação PJ
- Formulário de Recursos PF
- Formulário de Recursos PJ

Para requisições on-line, o Serviço de Informações ao Cidadão conta com link para o e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Por meio desse sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail, entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

O e-SIC, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 - Art. 30, inciso III), também disponibiliza relatórios estatísticos contendo, em tabelas e gráficos, dados a respeito dos pedidos e recursos realizados desde o início da vigência da Lei (16 de maio de 2012), bem como informações gerais sobre os

solicitantes. É possível consultar dados consolidados (para toda a Administração Pública Federal) ou dados específicos de um órgão/entidade cadastrado no e-SIC.

13.2 CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO

A Carta de Serviços ao Usuário do IFAP tem como intuito informar à comunidade o que é o IFAP, quais serviços são prestados, bem como a busca pela excelência na prestação de serviços ao público. A divulgação das ações através da transparência pública dos trabalhos realizados pela instituição também é vislumbrada na elaboração deste documento. A proposta inicial da Carta de Serviços ao Usuário foi idealizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009. Este documento tem como fundamento a divulgação de todas as informações relacionadas aos serviços prestados aos cidadãos nessa Instituição.

Nesse sentido, a constituição da presente Carta de Serviços ao Usuário do Ifap subsidiou-se no fluxo das informações essenciais da Instituição com o intuito de fornecer conhecimento aos cidadãos que utilizam dos serviços por ela prestados, de promover o acesso a essas informações, bem como de estabelecer a transparência e o compromisso com elevado padrão de qualidade no atendimento. Este documento está disponível no site www.ifap.edu.br, no menu lateral “Acesso à Informação”, submenu “Carta de Serviço ao Usuário”. Planejamento 2019 - 2023: Atualizar anualmente os serviços prestados pelas unidades do Ifap, bem como, atualizar as informações dos responsáveis por cada setor.

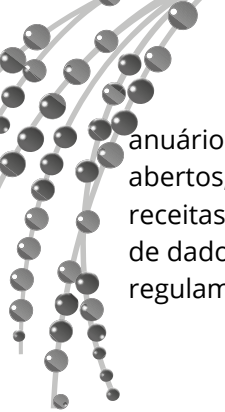
13.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

O Ifap está em fase de elaboração dos mecanismos para verificação da satisfação dos produtos e serviços, especialmente no que concerne aos usuários externos.

O instrumento atualmente utilizado é a avaliação conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), o qual é instituída por meio da Portaria com representação de todos os segmentos do IFAP incluindo a comunidade externa.

13.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações concernentes a esta unidade jurisdicionada estão disponibilizadas no site da instituição www.ifap.edu.br. No menu lateral “Acesso à Informação”, é possível acessar informações sobre a instituição, ações e programas,



anuário estatístico, auditorias, boletim de serviços, carta de serviço ao usuário, convênios e transferências, dados abertos, informações classificadas, licitações e contratos, metas e resultados, participação social, perguntas frequentes, receitas e despesas, serviço de informação ao cidadão (SIC), servidores, transparência e prestação de contas e proteção de dados pessoais do Ifap. Os demais documentos produzidos internamente ou documentos de órgãos externos que regulamentam as ações do IFAP podem ser acessados no menu lateral “Central de conteúdos”, submenu “Publicações”. ■

ANEXOS

ANEXO I

ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

1.1 Unidades da Reitoria

Chefia de Gabinete da Reitoria

Diretorias Sistêmicas

Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DINST)

Diretoria de Tecnologia da Informação (DITI)

Diretoria de Engenharia (DIEN)

Diretoria de Educação a Distância (DIEAD)

Pró-Reitorias

Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)

Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPESQ)

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)

Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

1.2 Campi Ifap

Campus Agrícola Porto Grande

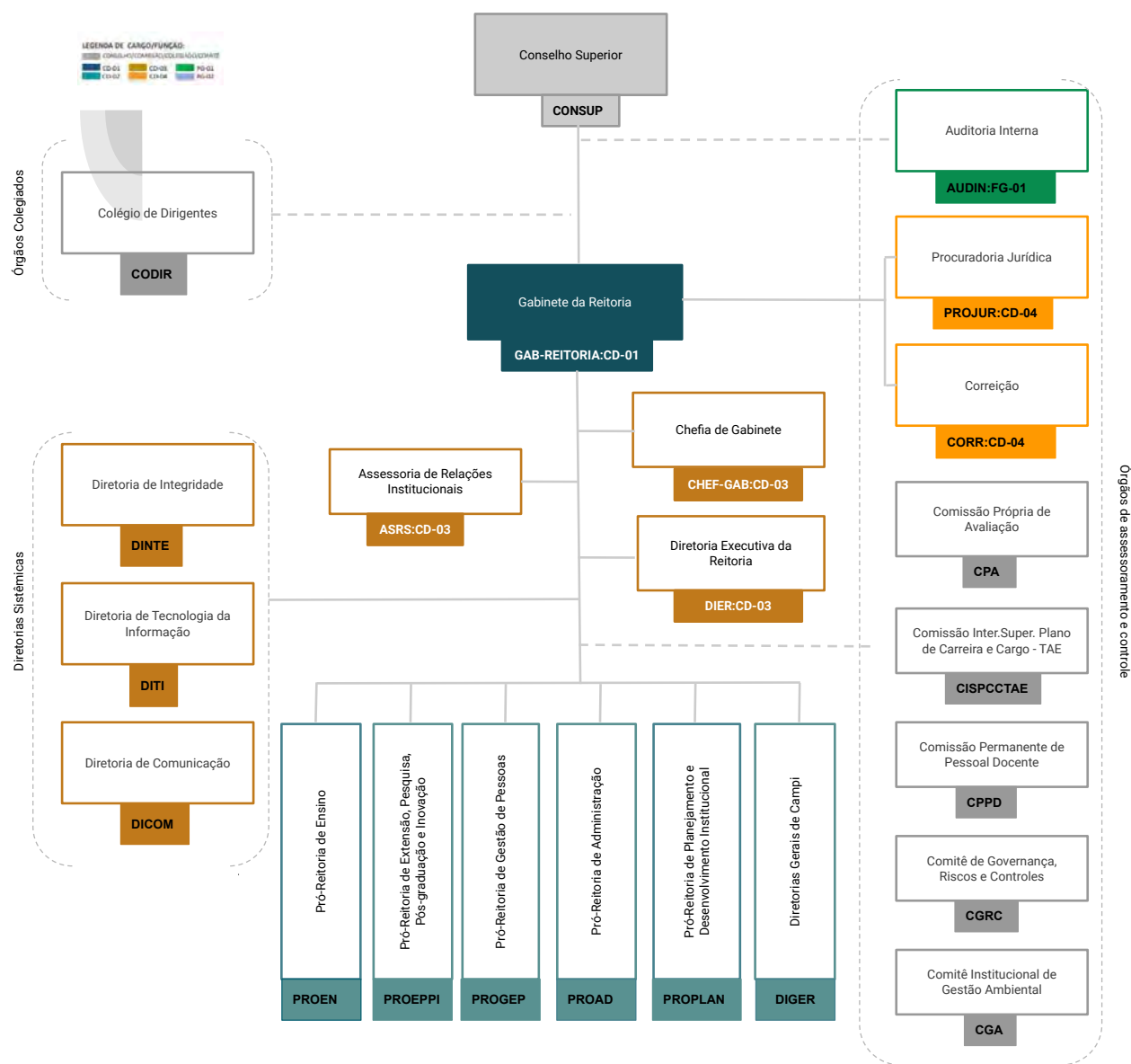
Campus Laranjal do Jari

Campus Santana

Campus Macapá

Campus Avançado Oiapoque

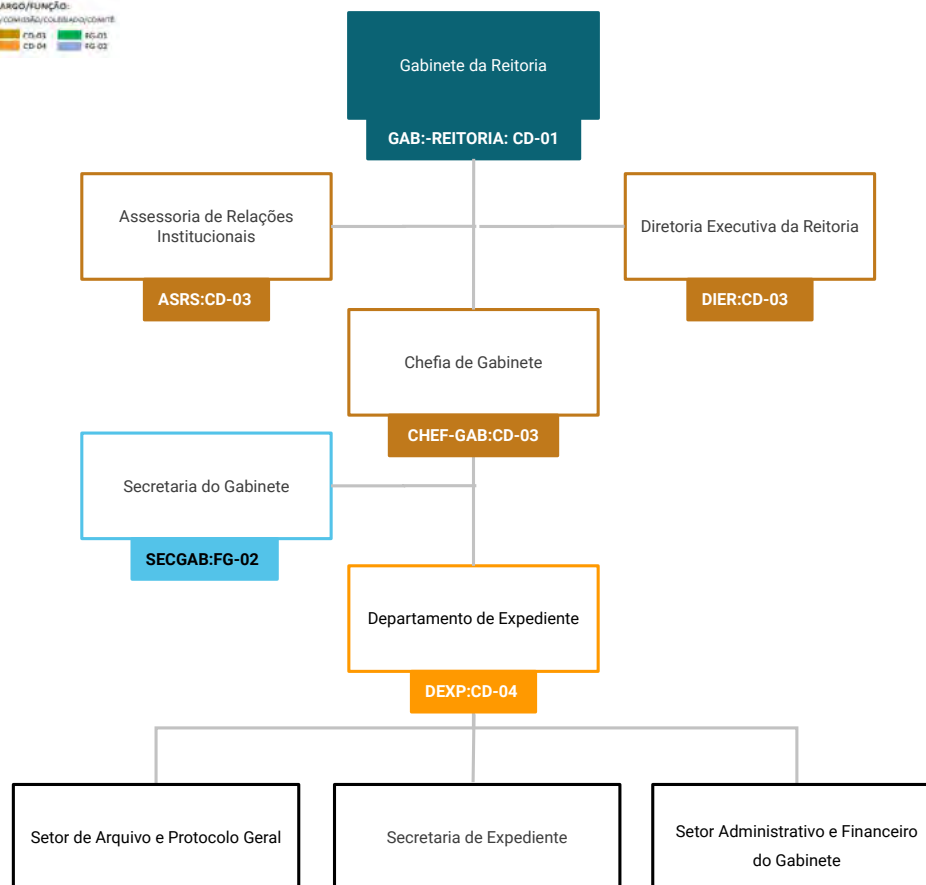
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFAP



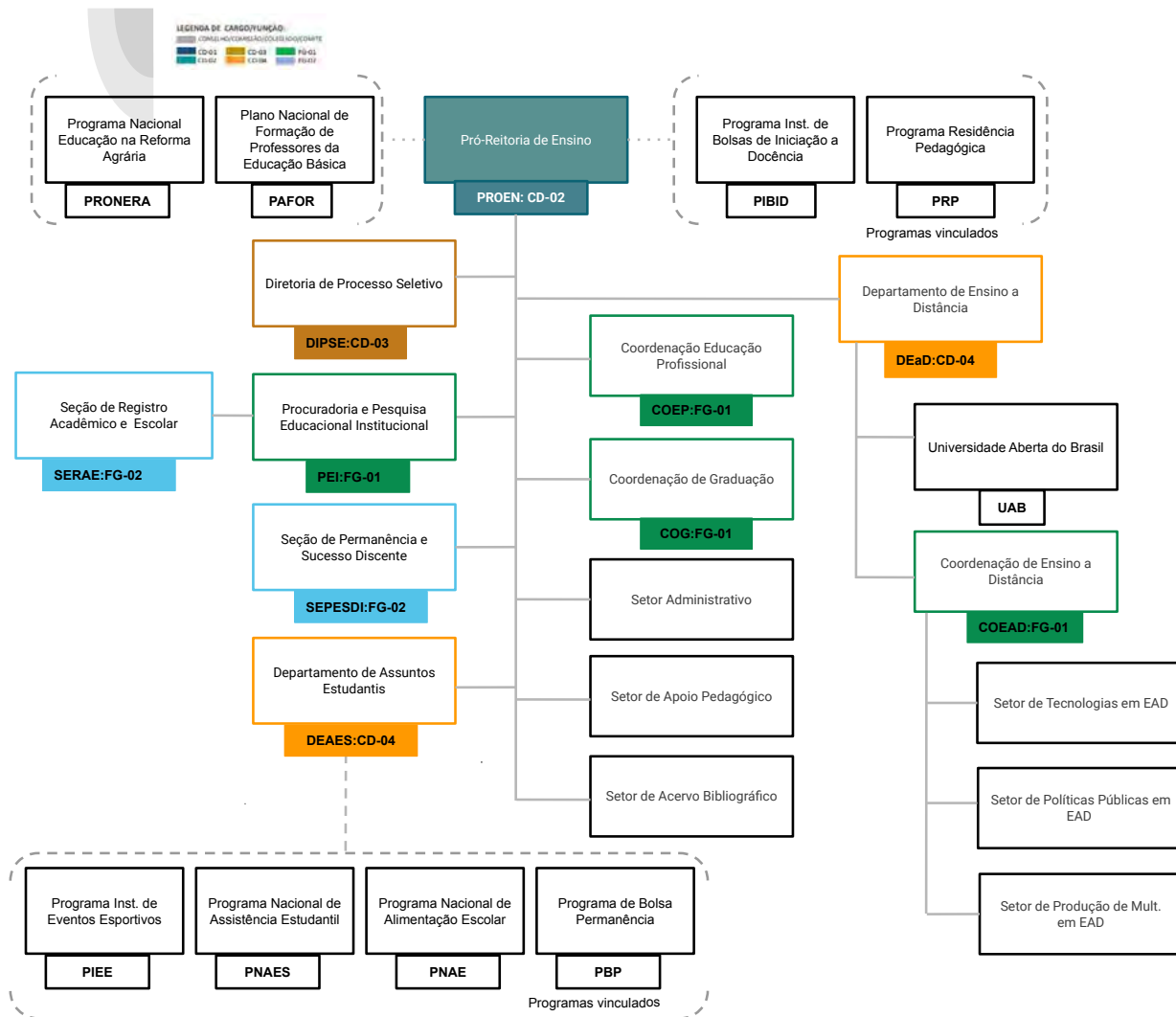
Gabinete da Reitoria

LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:

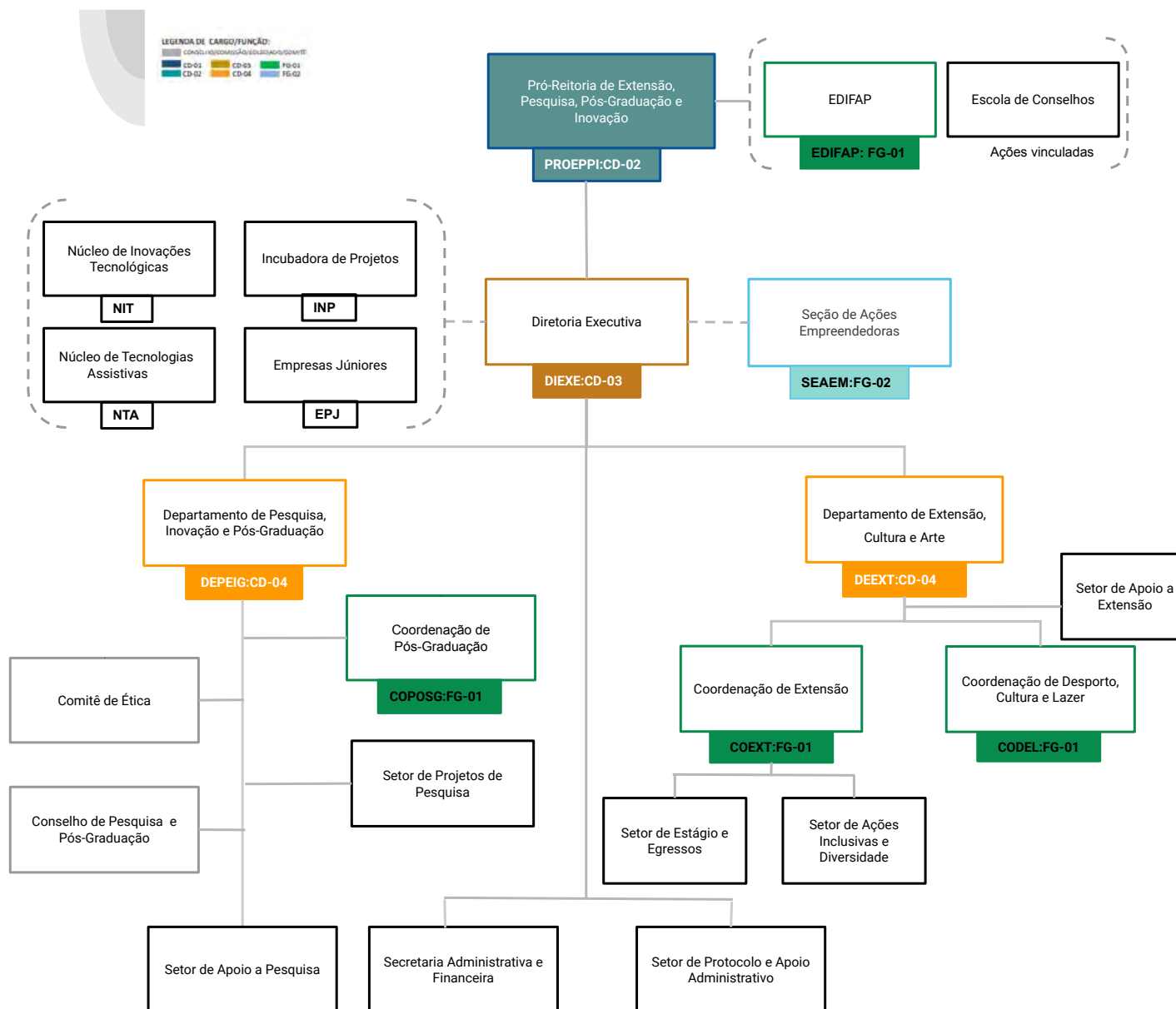
CD-01	CD-02	CD-03	CD-04	FG-01	FG-02
-------	-------	-------	-------	-------	-------



Pró-Reitoria de Ensino



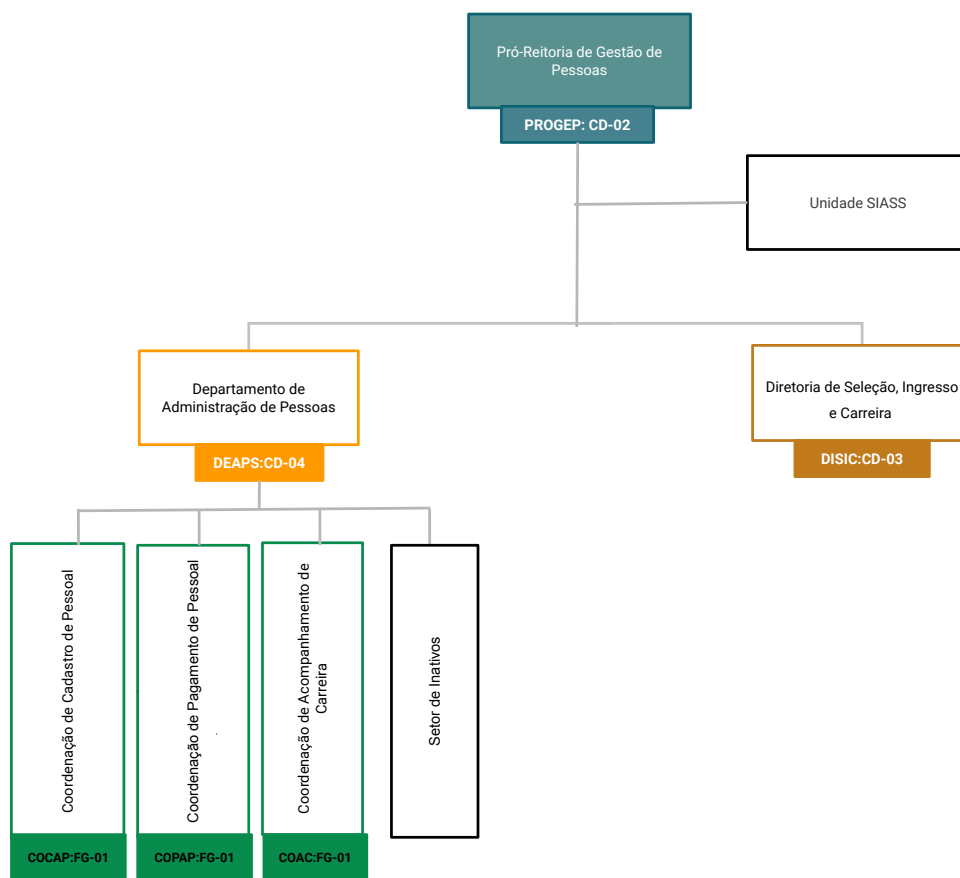
Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação



Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

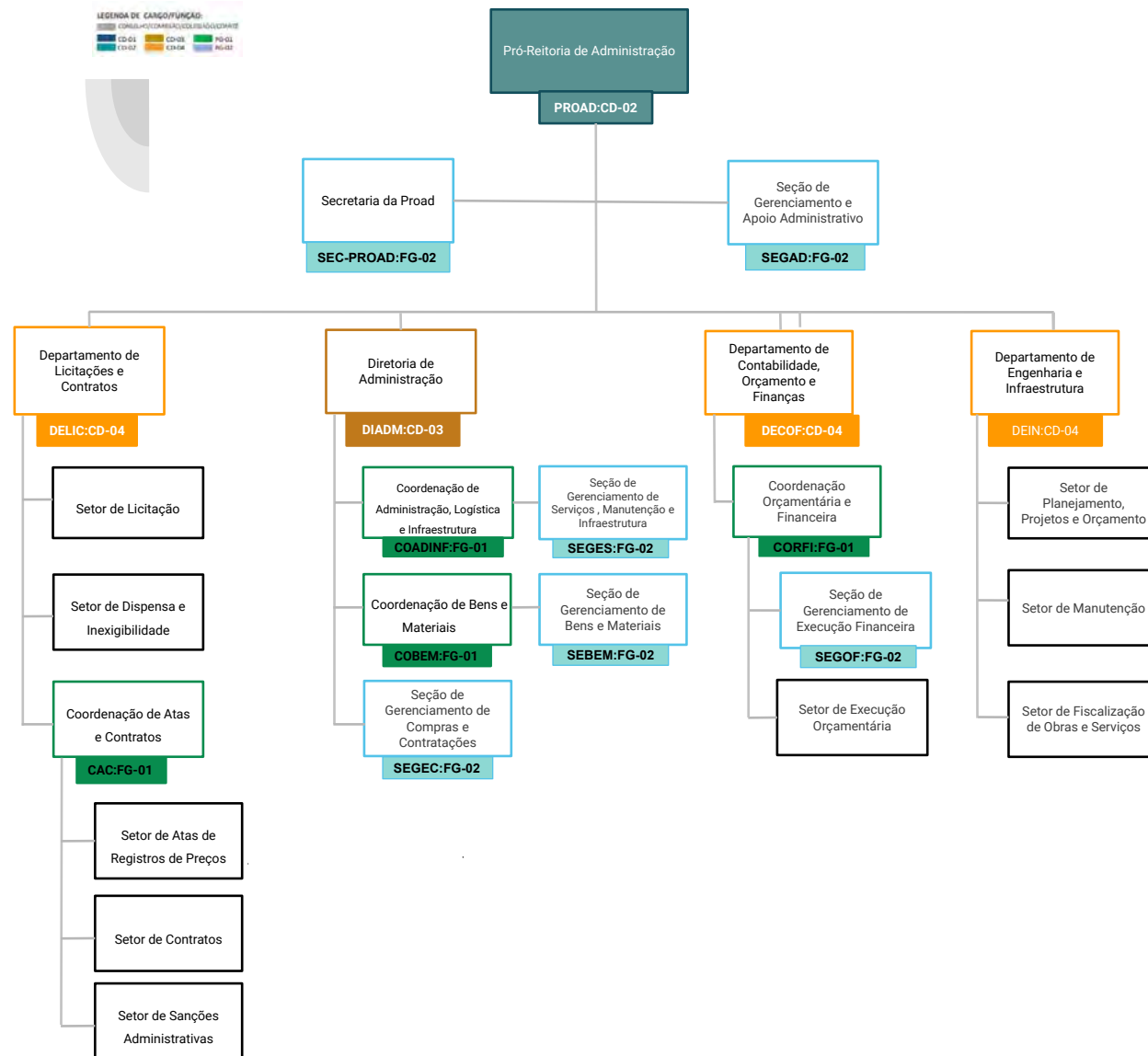
LEGENDA DE CARGOS/FUNÇÕES:

CD-01	CD-03	FG-01
CD-02	CD-04	FG-02



Pró-Reitoria de Administração - PROAD

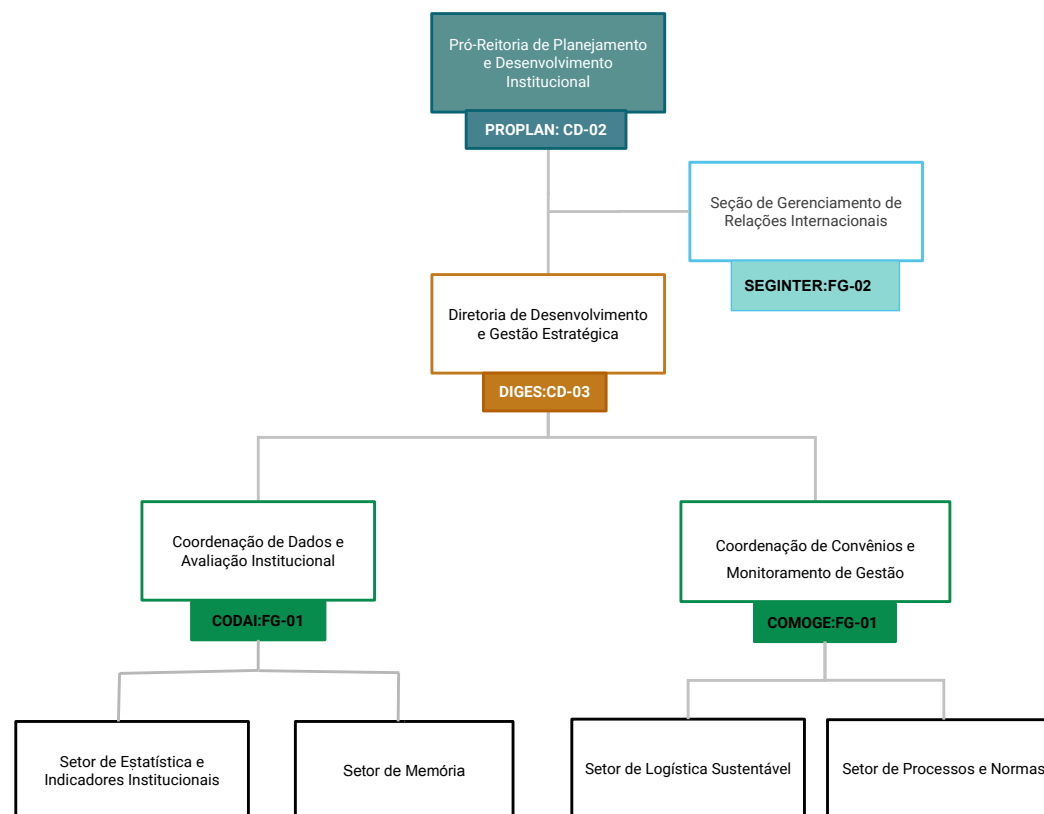
LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
CD-01: Coordenador de Departamento
CD-02: Coordenador de Diretoria
CD-03: Coordenador de Diretoria
CD-04: Coordenador de Departamento
FG-01: Gerente de Departamento
FG-02: Gerente de Diretoria
FG-03: Gerente de Departamento



Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:

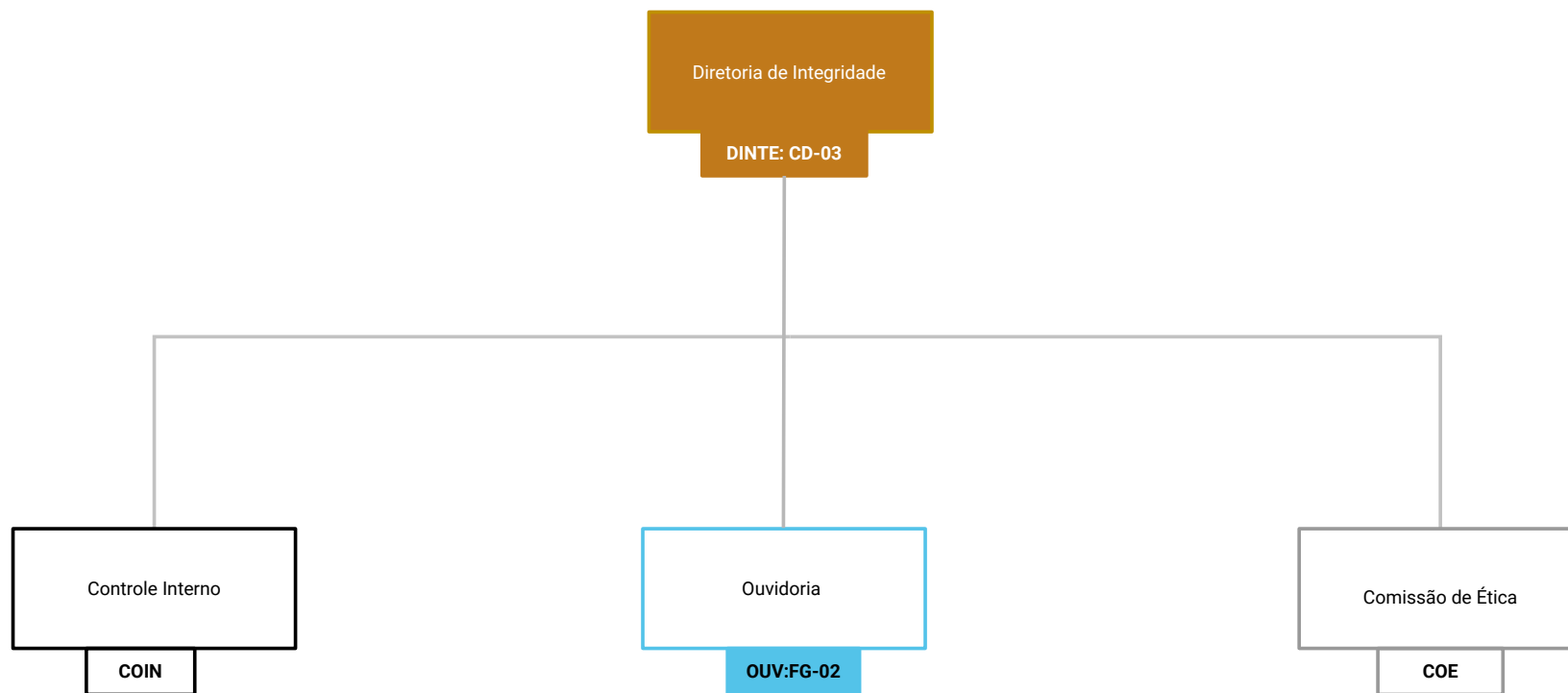
CD-01	CD-02	FG-01
CD-03	CD-04	FG-02



Diretoria de Integridade

LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:

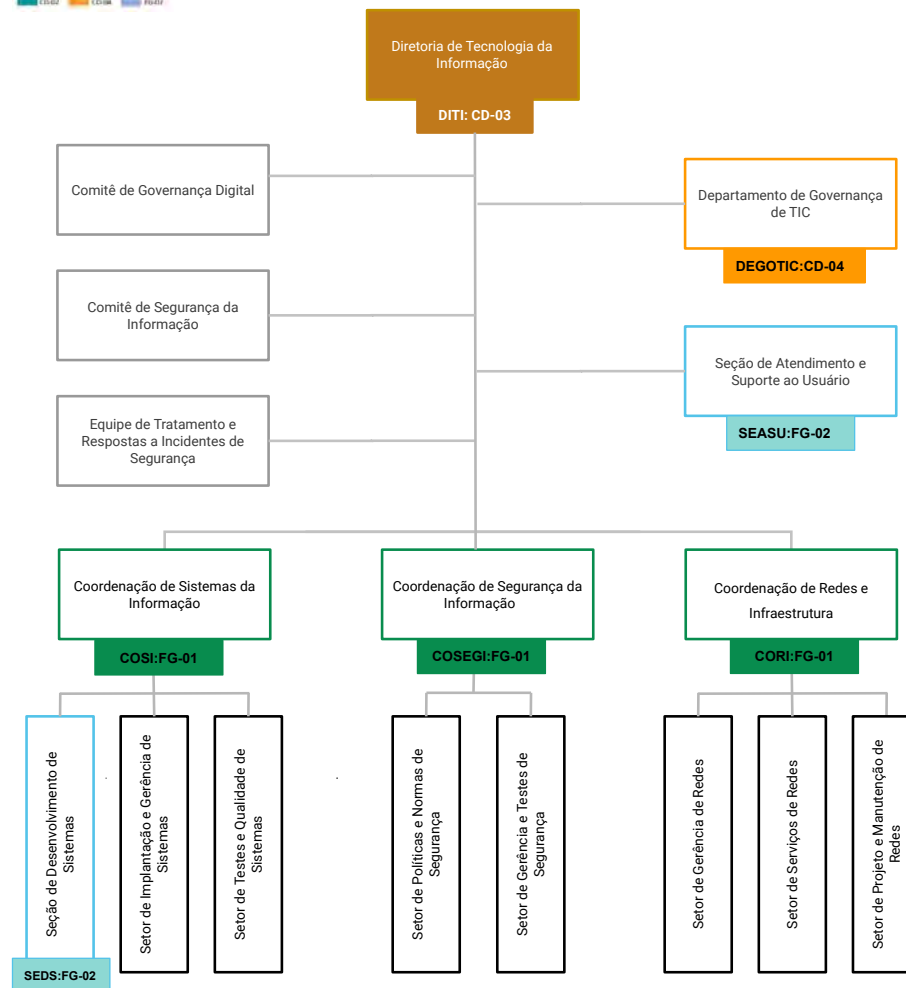
CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ	CD-01	CD-03	FG-01
	CD-02	CD-04	FG-02



Diretoria de Tecnologia da Informação

LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:

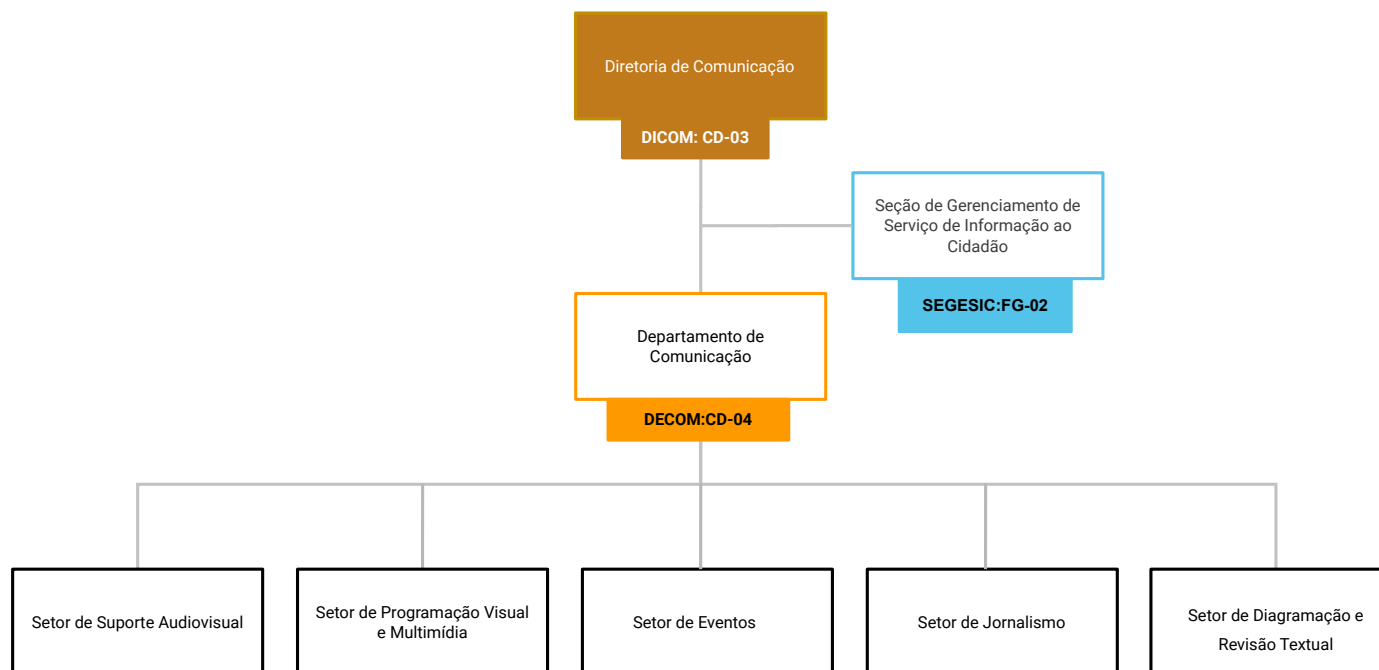
CD-01	CD-03	FG-01
CD-02	CD-04	FG-02



Diretoria de Comunicação

LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:

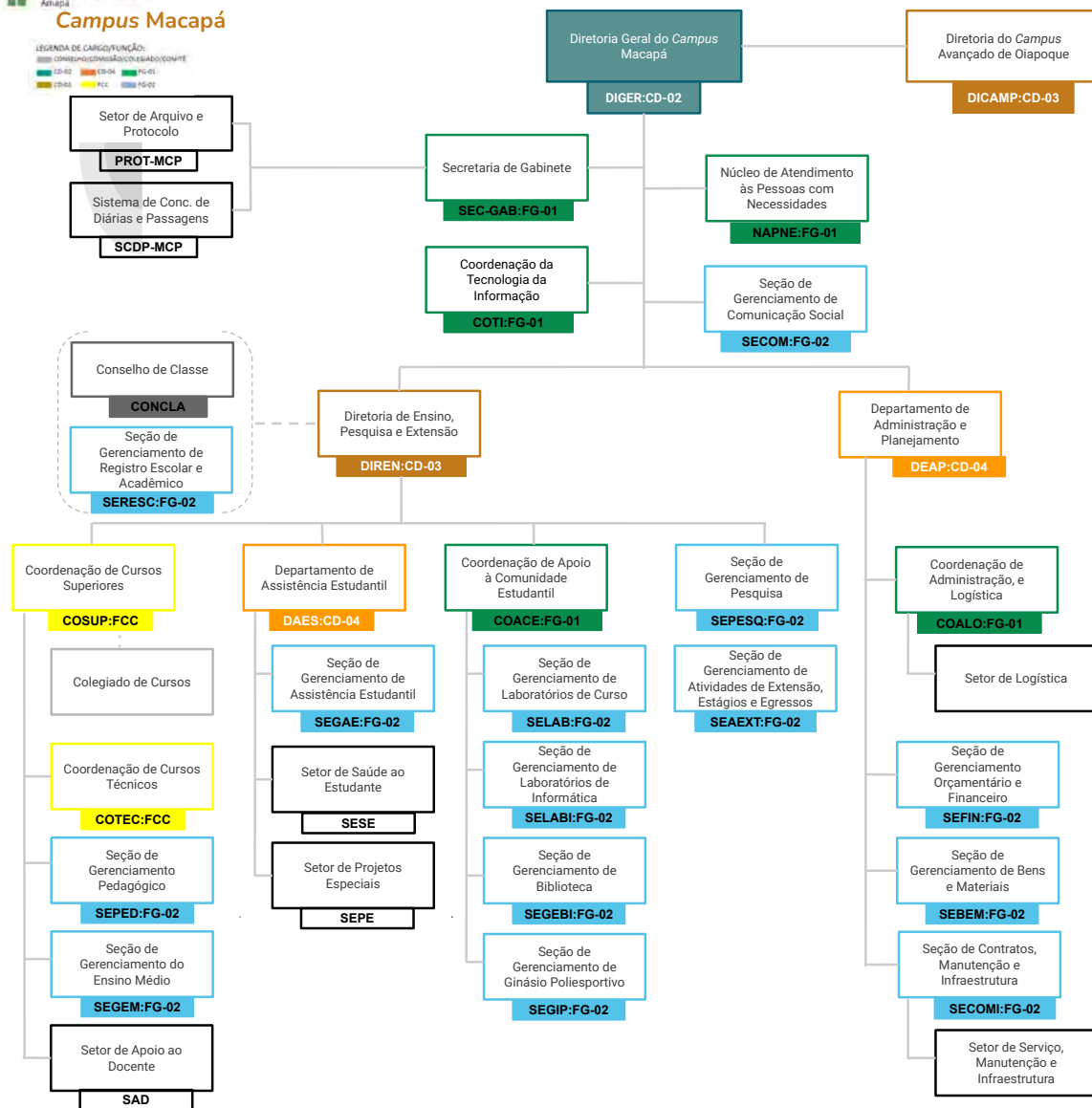
CD	CONSELHO/COMISSÃO/COORDENADORIA/COMITÊ	
rn-01	rn-03	rg-01
cd-02	cd-04	rg-02



ANEXO II

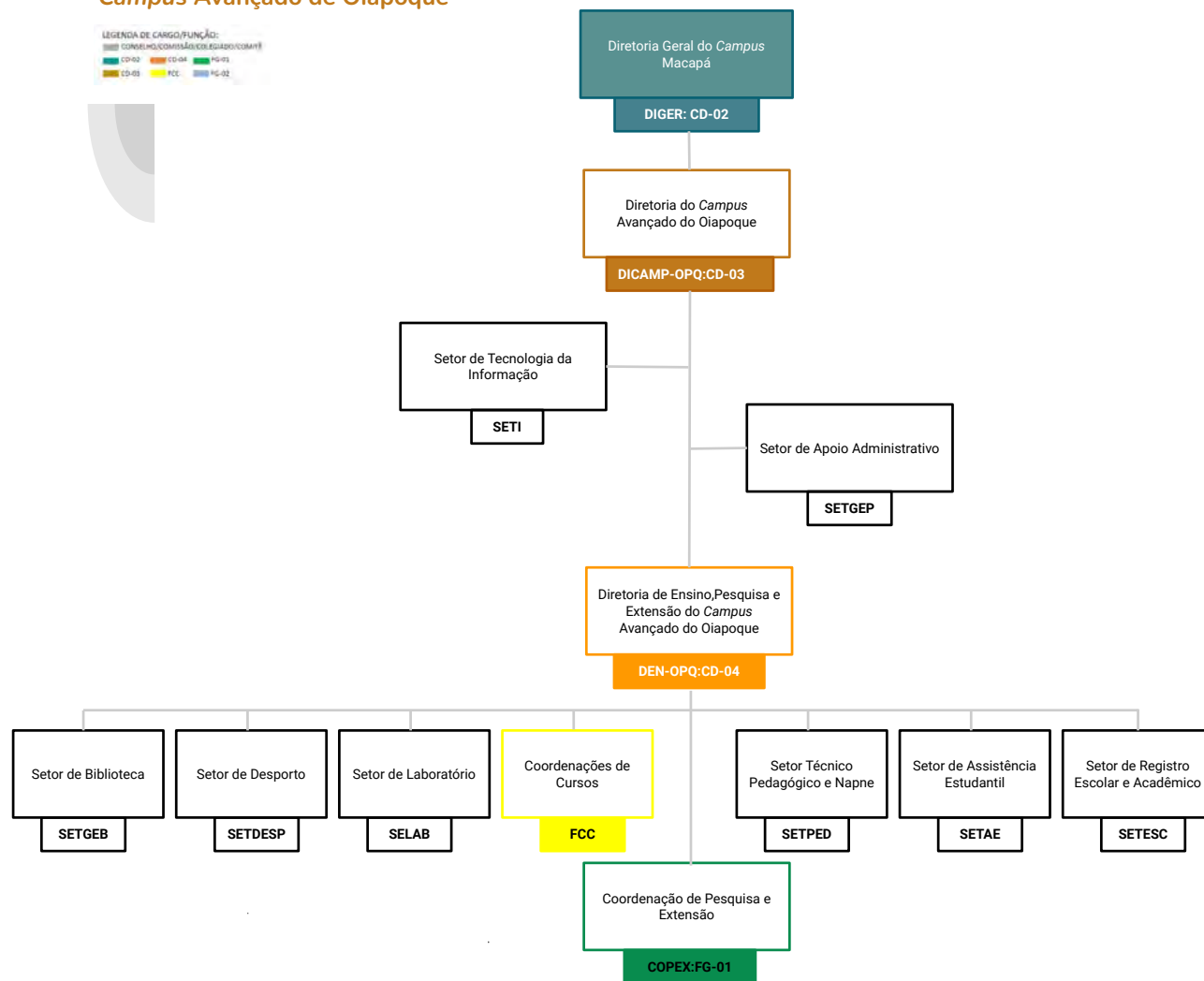
ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

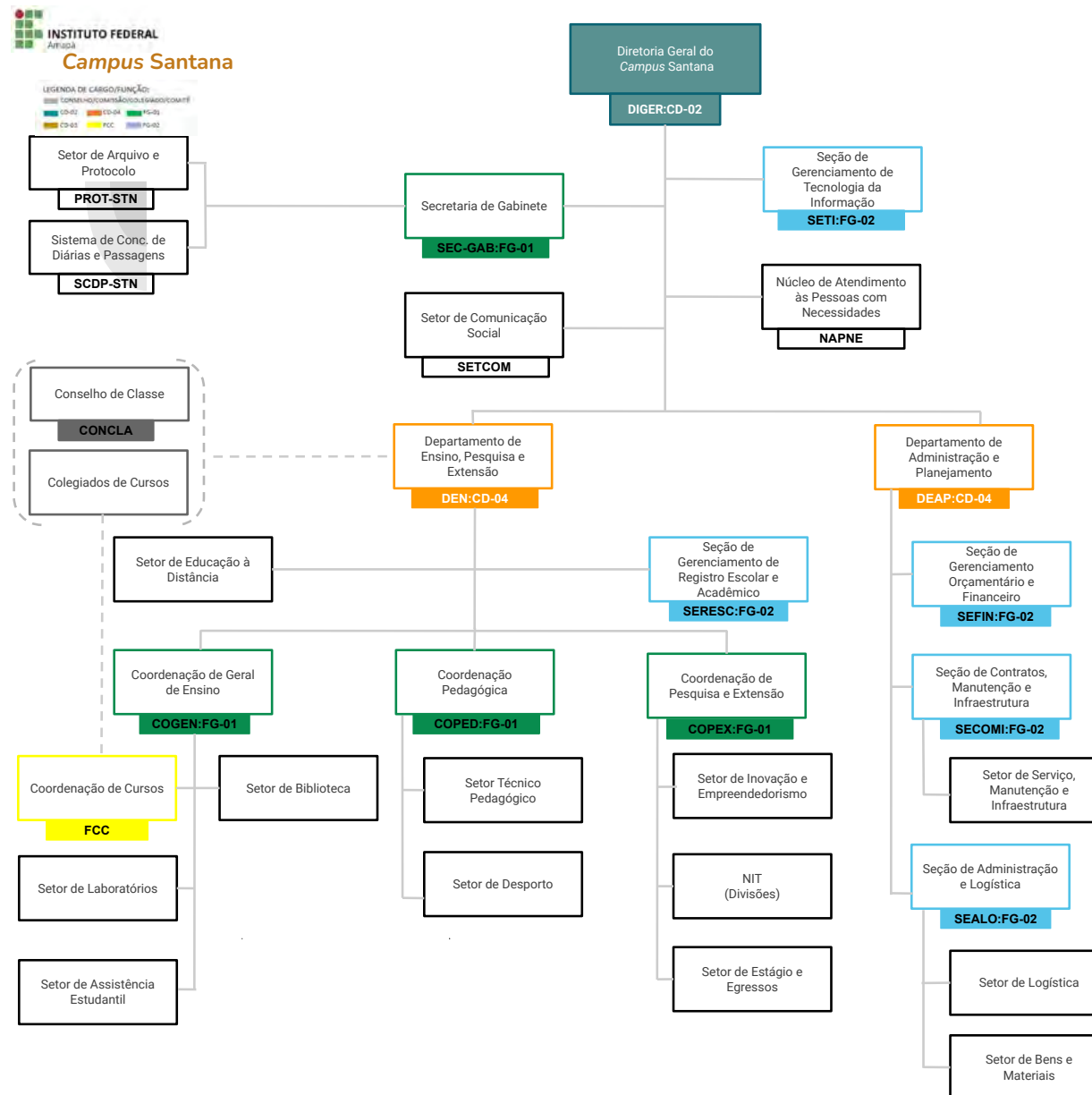
CAMPI - IFAP



Campus Avançado de Oiapoque

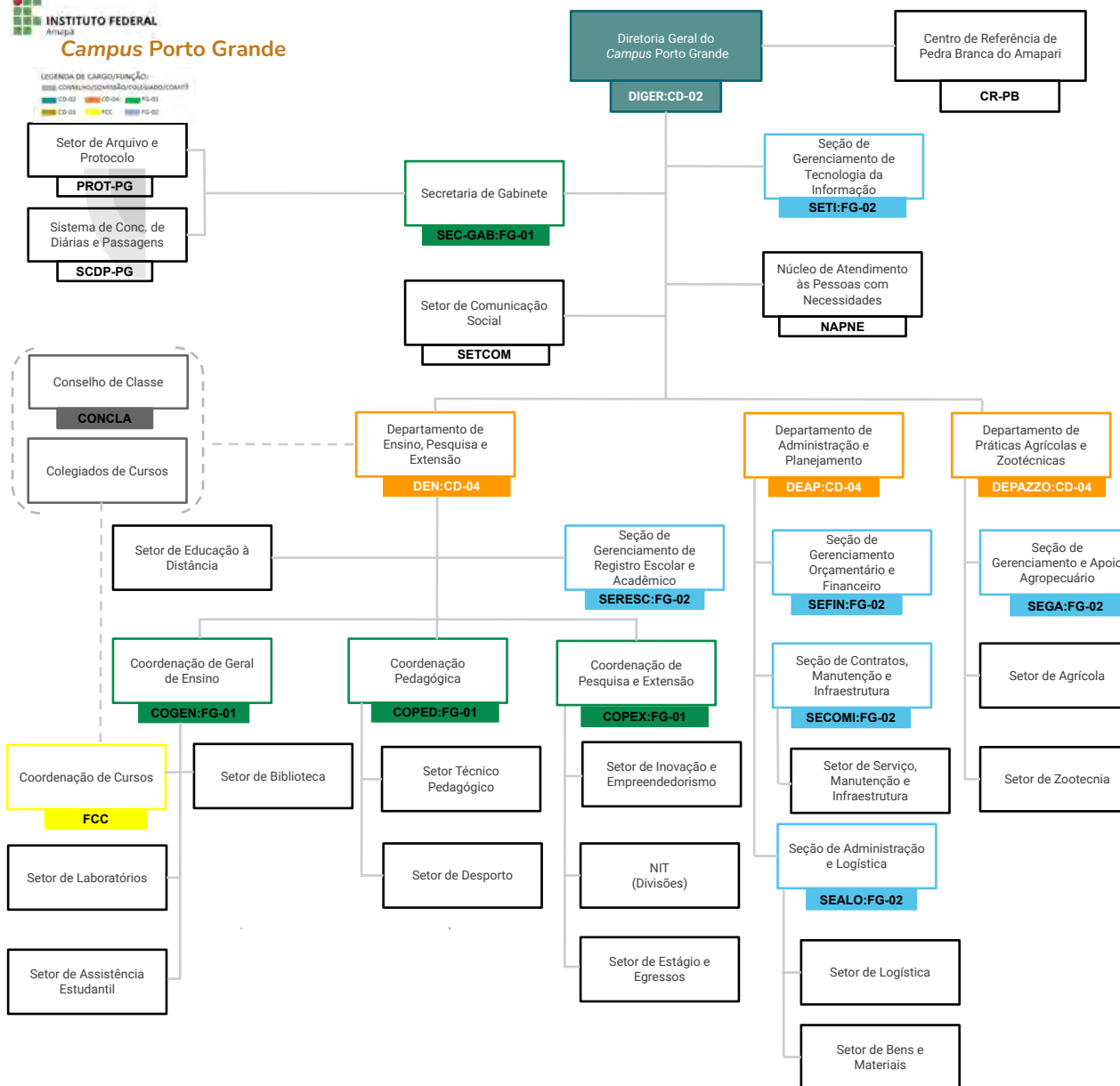
LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 CD-02: Conselho/Comissão/Equipe/Comitê
 CD-03: CD-04: PG-01:
 CD-05: PDE: PG-02:





Campus Porto Grande

LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 ■■■■ CONSELHO/COMISSÃO/COORDENADOR/COMITÊ
 ■■■■ CD-02 ■■■■ CD-04 ■■■■ FG-01
 ■■■■ CD-03 ■■■■ FCC ■■■■ PCC ■■■■ FG-02



ANEXO III

HINO DO IFAP

Compositor: Rudá Tavares Magalhães

Bem ao Norte, imponente se ergue
Um estandarte da educação
Por missão, oferece ao Estado
O ensino, a pesquisa e a extensão

Em dezembro de 2008,
Eis que surge em solo nacional
A ciência, a tecnologia,
A educação do Instituto Federal
A ciência, a tecnologia,
A educação do Instituto Federal

(Refrão)

Instituto Federal do Estado do Amapá
Pela educação, a transformação que leva a prosperar
Instituto Federal do Estado do Amapá
Em meu coração, esse brasão, que sempre hei de honrar

Nossos mestres, nossos servidores
Representam valores reais
Na conduta, visão de futuro
Ser exemplo de excelência no que faz

Vários Campi, compõe esse corpo
De harmonia, perfeito habitat
Superior, básica e profissional
A educação gera progresso no Amapá
Superior, básica e profissional
A educação gera progresso no Amapá

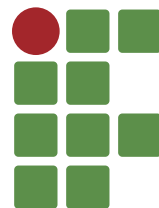
(Refrão)

Instituto Federal do Estado do Amapá
Pela educação, a transformação que leva a prosperar
Instituto Federal do Estado do Amapá
Em meu coração, esse brasão, que sempre hei de honrar

ANEXO III

SELO DO IFAP





**INSTITUTO
FEDERAL**
Amapá